



SONAE MC



FEITOS DE PESSOAS

RELATÓRIO ANUAL
2019



FEITOS DE PESSOAS

**RELATÓRIO ANUAL
2019**





MENSAGEM DO CEO
RESULTADOS FEITOS
DE PESSOAS

06



104

AS PESSOAS
NA BASE DE
UMA LIDERANÇA
PAUTADA
PELO RIGOR



12

AS PESSOAS
NO CENTRO DO NEGÓCIO E DA INOVAÇÃO



28

AS PESSOAS
COMO PILAR DO
DESENVOLVIMENTO
QUE PRECONIZAMOS

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

120



- 06 Mensagem do CEO
Resultados feitos de pessoas
- 08 Um breve olhar sobre a Sonae MC
- 10 Equipa de gestão
- 12 AS PESSOAS
NO CENTRO DO NEGÓCIO E DA INOVAÇÃO
- 14 O mercado em que operamos
- 16 A nossa estratégia e o nosso portefólio de negócios
- 18 O nosso papel na cadeia de valor
- 20 O nosso modelo de criação de valor
- 22 O nosso desempenho em 2019
- 28 AS PESSOAS
COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO QUE PRECONIZAMOS
- 30 Os nossos stakeholders
- 32 O nosso compromisso com a sustentabilidade
- 34 O nosso progresso
- 36 Ambiente. Pelo futuro do planeta
- 52 Comunidade. Proximidade e envolvimento
- 64 Pessoas. O motor do nosso sucesso
- 74 Divulgações GRI
- 104 AS PESSOAS
NA BASE DE UMA LIDERANÇA PAUTADA PELO RIGOR
- 106 Os nossos princípios de governo societário
- 108 A nossa política de remunerações
- 110 A nossa abordagem ao controlo interno e à gestão de risco
- 120 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- 122 Demonstrações financeiras consolidadas
- 202 Demonstrações financeiras separadas
- 239 Certificação legal de contas e relatório de auditoria
- 246 Parecer do órgão de fiscalização
- 250 ANEXOS
- 252 Glossário
- 254 Sobre este relatório

RESULTADOS FEITOS DE PESSOAS

A Sonae MC teve, em 2019, um ano de grande sucesso. Num contexto de profunda transformação do setor a nível mundial e de competitividade acrescida em termos locais, consolidámos a nossa firme posição de liderança no mercado de retalho de base alimentar português e salvaguardámos o exigente equilíbrio entre crescimento, rentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Sabemos que o caminho para sermos bem-sucedidos é longo e não se resume aos resultados e conquistas do último ano. Estes são apenas uma pequena parte do percurso que temos vindo a trilhar há 35 anos, em que consecutivamente antecipámos as tendências do setor e alinhámos o nosso modelo de negócio com as expectativas e preocupações dos consumidores, procurando ao mesmo tempo assegurar o futuro do nosso planeta para as gerações seguintes.

Em 2019, o volume de negócios da Sonae MC apresentou um crescimento anual ímpar, o mais elevado dos últimos 11 anos, beneficiando de uma evolução de vendas positiva no universo comparável de lojas transversal a todas as insígnias, da concretização do nosso plano de expansão, em particular no segmento de proximidade, e da aquisição estratégica da Arenal que veio confirmar a oportunidade de desenvolvermos a atividade internacional do negócio de Saúde, Bem-estar e Beleza.

Em termos de rentabilidade operacional, continuámos a ser uma referência a nível mundial, graças a uma gestão eficaz da margem comercial e a um esforço disciplinado de excelência operacional, acomodando, assim, quer os investimentos na proposta de valor

realizados, quer a execução do ambicioso plano de desenvolvimento do nosso portefólio. No último ano, importa também salientar que robustecemos a nossa estrutura de capitais, reforçando em paralelo a nossa liquidez no médio prazo.

Este conjunto de resultados é reflexo da confiança dos Clientes que nos visitam diariamente, comprovando a aposta no rumo estratégico traçado, a capacidade excecional de execução das nossas equipas e a vontade de inovar e de fazer diferente sempre presente no nosso ADN.

E porque avaliamos o nosso sucesso para além dos números, o ano ficou também marcado por relevantes contributos para o desenvolvimento sustentável, cuja centralidade é cada vez maior na nossa organização, orientados por um conjunto exigente de metas de curto, médio e longo prazo, alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e com os Princípios do *United Nations Global Compact*.

A nossa conduta foi uma vez mais pautada pelo respeito pela diversidade, e pela exigência de transparência de atuação e inclusão em todas as nossas interações, dentro e fora da Sonae MC. As iniciativas que implementámos permitiram cimentar verdadeiras relações de confiança com todos os grupos de interesse com quem nos relacionamos, em particular, com Clientes, Colaboradores, Fornecedores, autoridades, o acionista e com a sociedade como um todo. Continuamos cientes do papel que nos cabe desempenhar no combate global às alterações climáticas, quer na nossa atividade quer no relacionamento com os diferentes atores da

cadeia de valor, tendo em vista atingir as metas no âmbito do *Paris Pledge for Action*. Continuamos conscientes da importância de influenciar o futuro da alimentação, colocando em perspetiva as grandes tendências, discutindo formas inovadoras de produção, antecipando novas necessidades e sensibilizando para hábitos de consumo mais saudáveis e sustentáveis. Continuamos comprometidos em promover a singularidade das nossas Pessoas e em desenvolver uma cultura em que todos se sentem valorizados e respeitados, para que cada um possa contribuir com o seu potencial. Acreditamos que só assim conseguimos criar um propósito comum e atingir os melhores resultados.

Por último, à data em que escrevo esta mensagem, Portugal e o resto do mundo enfrentam um período de grande turbulência associado à pandemia de COVID-19. Neste ambiente de elevada incerteza, as perspetivas para 2020 estão a ser reajustadas, sendo, contudo, possível antever que os impactos negativos desta crise sobre a economia global serão significativos. Num momento absolutamente único, estaremos preparados para proteger as nossas Pessoas, defender a evolução dos nossos negócios e, em simultâneo, prestar uma missão fundamental de serviço e apoio aos nossos Fornecedores, parceiros e a toda a população portuguesa, contribuindo para a superação deste grande desafio! Amanhã, tal como hoje, o nosso futuro será feito de Pessoas. As nossas Pessoas.

LUÍS MOUTINHO
CEO

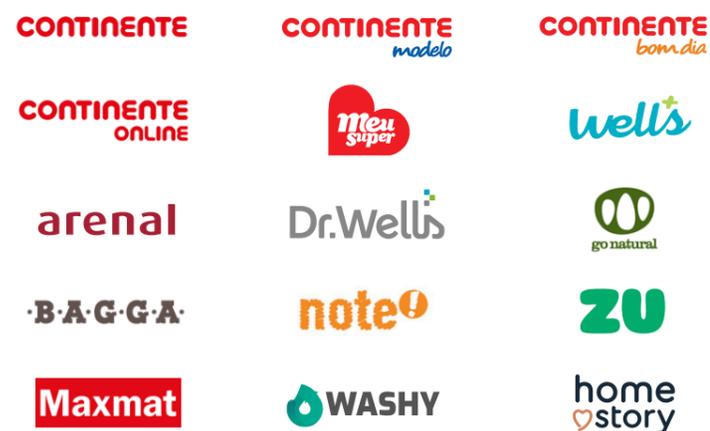




BOAS EQUIPAS GERAM RESULTADOS DE EXCELÊNCIA

A Sonae MC é a Empresa líder no setor de retalho de base alimentar em Portugal, promovendo um foco contínuo nos consumidores. Mais de três décadas de crescimento sustentado traduziram-se no desenvolvimento de várias insígnias de referência nos respetivos mercados em que atuam, mais de 1.200 lojas (incluindo franquizados) espalhadas pelos territórios português e espanhol, e mais de 34.000 Colaboradores que garantem a satisfação de cerca de 4 milhões de famílias clientes. Geramos riqueza para o país e fazemo-lo de modo responsável e consciente, tendo sempre presentes a inovação e a sustentabilidade que fazem parte do nosso ADN. Desenvolvemos a nossa atividade num ecossistema muito vasto, privilegiando o estabelecimento de ligações de proximidade e confiança com todos os nossos *stakeholders*. Apostamos na adoção das melhores práticas do setor a nível mundial, o que nos diferencia nas áreas de negócio em que estamos presentes, e nos permite oferecer um leque alargado de produtos e de serviços de elevada qualidade a preços muito competitivos. As nossas Pessoas são a base do nosso sucesso, razão pela qual a Sonae MC valoriza o seu capital humano, apostando na integração, desenvolvimento e reconhecimento dos seus Colaboradores. Ambicionamos continuar a liderar nos negócios onde operamos, cientes de que é sempre possível fazer mais e melhor. É este o nosso mote.

AS NOSSAS INSÍGNIAS



NÚMEROS QUE NOS DIFERENCIAM

+4.700M€

VOLUME DE NEGÓCIOS

+34.000
COLABORADORES

+1.200
LOJAS

+3,9

MILHÕES
DE FAMÍLIAS
CLIENTES

35
ANOS

DE EXPERIÊNCIA NO SETOR DO RETALHO



SOMOS RECONHECIDOS PELOS NOSSOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Procuramos proporcionar experiências distintas, desenvolvendo marcas próprias de confiança que respondem às exigências dos nossos Clientes e estão no topo das suas preferências. É com muito orgulho que vemos o nosso trabalho reconhecido.



PRÉMIOS ESCOLHA
DO CONSUMIDOR
E ESCOLHA DO
CONSUMIDOR
EXCELLENTIA



PRÉMIO MARCA
DE CONFIANÇA



PRÉMIOS SABOR
DO ANO E
GREAT TASTE

PROMOVEMOS O ENVOLVIMENTO DOS NOSSOS COLABORADORES

O bem-estar e o desenvolvimento dos nossos Colaboradores é uma prioridade. Valorizamos todos e cada Colaborador, sendo o contributo de cada um fulcral para o sucesso da Sonae MC. Este posicionamento mereceu-nos vários reconhecimentos no que concerne à nossa preocupação com a meritocracia, gestão de talentos e criação de emprego.



PRÉMIO HUMAN
RESOURCES
PORTUGAL



PRÉMIO 500 MAIORES
E MELHORES
EXAME



PRÉMIOS
EXPRESSO
ECONOMIA

CONTRIBUÍMOS PARA UM MUNDO MAIS SUSTENTÁVEL

O nosso forte empenho em promover uma utilização responsável de recursos, modelos de negócio mais sustentáveis a longo prazo e uma sociedade mais justa é visível na nossa atuação, tendo a Sonae MC sido distinguida pelo trabalho desenvolvido nesta área.



PRÉMIO MARCA
DE CONFIANÇA
AMBIENTE



PRÉMIO WBCSD
LEADING
WOMEN



PRÉMIO MASTERS
DA DISTRIBUIÇÃO
SUSTENTABILIDADE



1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

COMISSÃO DE LIDERANÇA

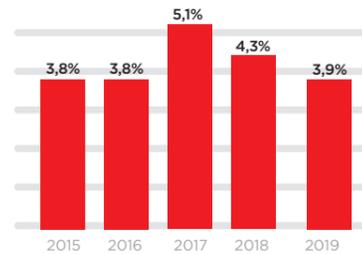
- | | |
|--|---|
| <p>1. Miguel Páscoa Vieira Águas
Logística e Tecnologias de Informação</p> <p>2. João António Palmeira Pereira Afonso
Comercial Alimentar e Frescos</p> <p>3. Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho
CEO</p> <p>4. Isabel Sofia Bragança Simões Barros
Recursos Humanos e Sustentabilidade</p> | <p>5. Maria Inês Martins Valadas
Saúde, Bem-estar e Beleza</p> <p>6. José Manuel Cardoso Fortunato
Operações, Marketing e Digital</p> <p>7. David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves
Comercial Não-Alimentar e E-commerce</p> <p>8. Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida
CFO e Expansão</p> |
|--|---|



AS PESSOAS NO CENTRO DO NEGÓCIO E DA INOVAÇÃO

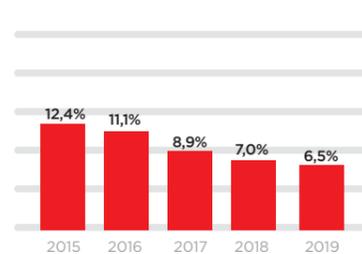
As nossas marcas e insígnias respondem às exigências e preferências dos Clientes. Os nossos produtos e serviços distinguem-se e afirmam-se diariamente junto das famílias. Impulsionamos e coordenamos todos os agentes da cadeia de valor para uma constante inovação e para uma visão estratégica de futuro.

Crescimento PIB nominal
(variação anual)



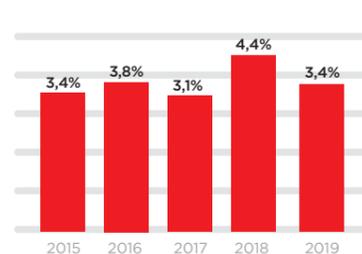
Fonte: INE

Taxa de desemprego
(% população ativa)



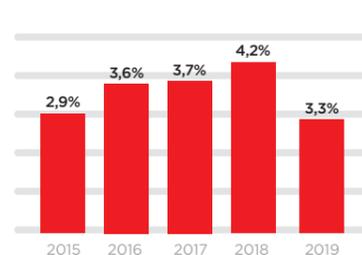
Fonte: INE

Rendimento disponível
(variação anual)



Fonte: INE

Consumo privado
(variação anual)



Fonte: INE

UM MERCADO DINÂMICO

RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA FAVORECE AMBIENTE DE CONSUMO

A atividade económica em Portugal registou um novo impulso nos últimos anos, estimulada, principalmente, pelo aumento da procura interna e pelo crescimento continuado da despesa privada, fatores que dinamizaram a recuperação e crescimento sustentado do PIB. Neste contexto, o consumo privado beneficiou dos elevados níveis de confiança dos agentes económicos e de condições de financiamento mais favoráveis. As melhorias das condições no mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de emprego, contribuíram igualmente para o crescimento económico verificado.

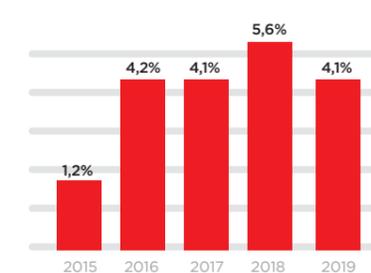
No seu global, a economia portuguesa tem-se apresentado robusta, sendo adicionalmente de destacar o desempenho positivo e a importância crescente dos setores do Turismo e do Imobiliário.

SETOR DE RETALHO ALIMENTAR EVIDENCIA ELEVADA COMPETITIVIDADE

No contexto Europeu, o mercado retalhista de base alimentar em Portugal é altamente competitivo. Mais de dois terços deste mercado são detidos pela distribuição moderna, através de operadores nacionais e internacionais que exercem a sua atividade suportada nos formatos de hipermercado, supermercado, proximidade e conveniência, *discounter* e *online*.

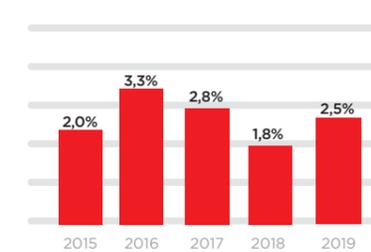
Nos últimos anos o mercado português tem-se caracterizado por um incremento considerável da concorrência, o qual é demonstrável pelo crescimento significativo do número de lojas e da correspondente área bruta de venda.

Vendas a retalho
Hipermercados e supermercados
(variação nominal anual)



Fonte: Eurostat

Área bruta de venda
Mercado de retalho alimentar
(variação anual)



Fonte: Nielsen



NOVAS TENDÊNCIAS TRANSFORMAM DIARIAMENTE O SETOR



Mudança de comportamento do consumidor:

maior conhecimento digital e cada vez mais conectado; valoriza e procura experiências, exigindo customização; procura facilidade de acesso, rapidez e soluções prontas (incluindo *grab & go*, entrega ao domicílio, pronto-a-comer).



Novas rotas de acesso ao consumidor:

importância do omnicanal, caracterizado por um aumento de relevância do canal *online*; canal *offline* cada vez mais digitalizado para envolver o Cliente, melhorar a sua experiência e reforçar fidelização; presença *offline* orientada para a conveniência e desenvolvimento da relação com o Cliente.



Alteração de fundamentais económicos: mudança estrutural nas competências operacionais dos retalhistas, evoluindo de operações mão-de-obra intensiva para crescente automação; aproveitamento de oportunidades de integração vertical para alargamento de retornos e de integração horizontal para ganhos de escala e sinergias.



Evolução do contexto de fornecimento:

alargamento e maior fragmentação da base de Fornecedores, com movimentos de desintermediação dos retalhistas e interação direta com os consumidores.



Nova e mais intensa concorrência: ascensão de plataformas integradas/soluções convergentes, alavancando na facilidade de experiência de compra para o utilizador; emergência de novos modelos de negócio que competem pela "quota de estômago" do consumidor, impulsionados pela tendência para refeições fáceis, rápidas e prontas, disponibilizadas de forma conveniente.



Aceleração do digital/tecnologia/data analytics/Inteligência Artificial (IA): experiências de compra cada vez mais personalizadas e preditivas; cadeias de abastecimento flexíveis, beneficiando da ubiquidade de IA e *data analytics*, e de novas tecnologias para gestão e previsão de necessidades de *stock*; desenvolvimento de robótica, "drones" e tecnologia de automação.

UM MODELO DE SUCESSO ASSENTE NUMA VISÃO DE CRESCIMENTO FUTURO

O nosso sucesso advém de valores sólidos e uma visão clara sobre a evolução do nosso negócio a médio prazo, assente numa orientação inequívoca para um crescimento rentável. Estamos focados no reforço das nossas ofertas de produtos frescos, marca própria e nutrição saudável. Ambicionamos preservar a nossa competitividade em termos de posicionamento de preço e continuar a

desenvolver a nossa perceção de valor junto dos Clientes. Promovemos a evolução contínua do nosso portefólio de lojas, em particular no segmento de proximidade, desenvolvendo em paralelo uma oferta omnicanal diferenciadora, alavancada em ativos digitais distintivos. Apostamos na expansão acelerada do negócio de Saúde, Bem-estar e Beleza, enquanto pilar de crescimento futuro.

Acreditamos na importância da liderança como fator crítico de sucesso de qualquer negócio. Contamos com uma equipa de gestão altamente experiente, com um profundo conhecimento do mercado local e do setor do retalho de base alimentar português, empenhada na implementação das melhores práticas de gestão internacionais, e na criação de valor sustentável para todos os stakeholders.

OS NOSSOS VALORES

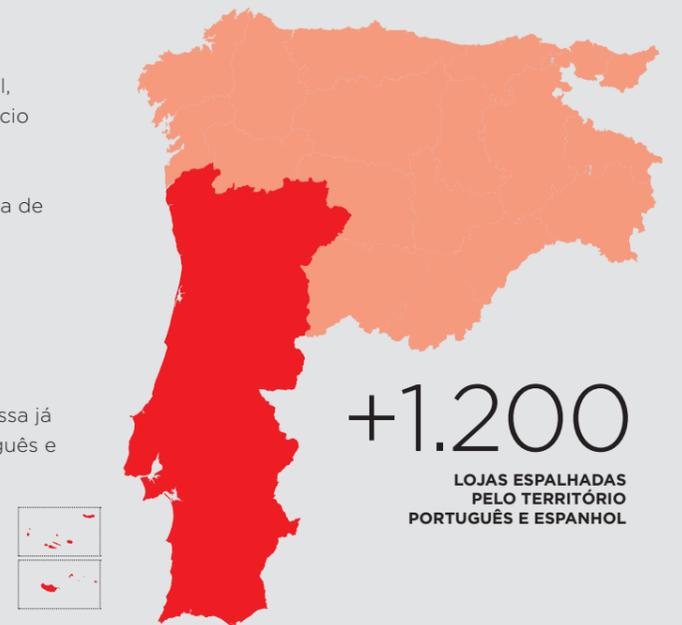


OS NOSSOS EIXOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS



UM PORTEFÓLIO DIVERSIFICADO E INOVADOR

Sendo líder no setor de retalho alimentar em Portugal, a Sonae MC está presente em diversas áreas de negócio através de um portefólio multi-formato e omnicanal, composto por um conjunto de insígnias e formatos complementares entre si, que fazem parte do dia a dia de milhões de famílias. A nossa proposta de valor está centrada no retalho alimentar, através de cinco formatos distintos, sendo complementada pelos nossos novos negócios de crescimento, permitindo oferecer uma experiência abrangente aos Clientes. A nossa rede nas diferentes áreas de negócio ultrapassa já as 1.200 lojas, espalhadas por todo o território português e pela região norte de Espanha.



RETALHO ALIMENTAR



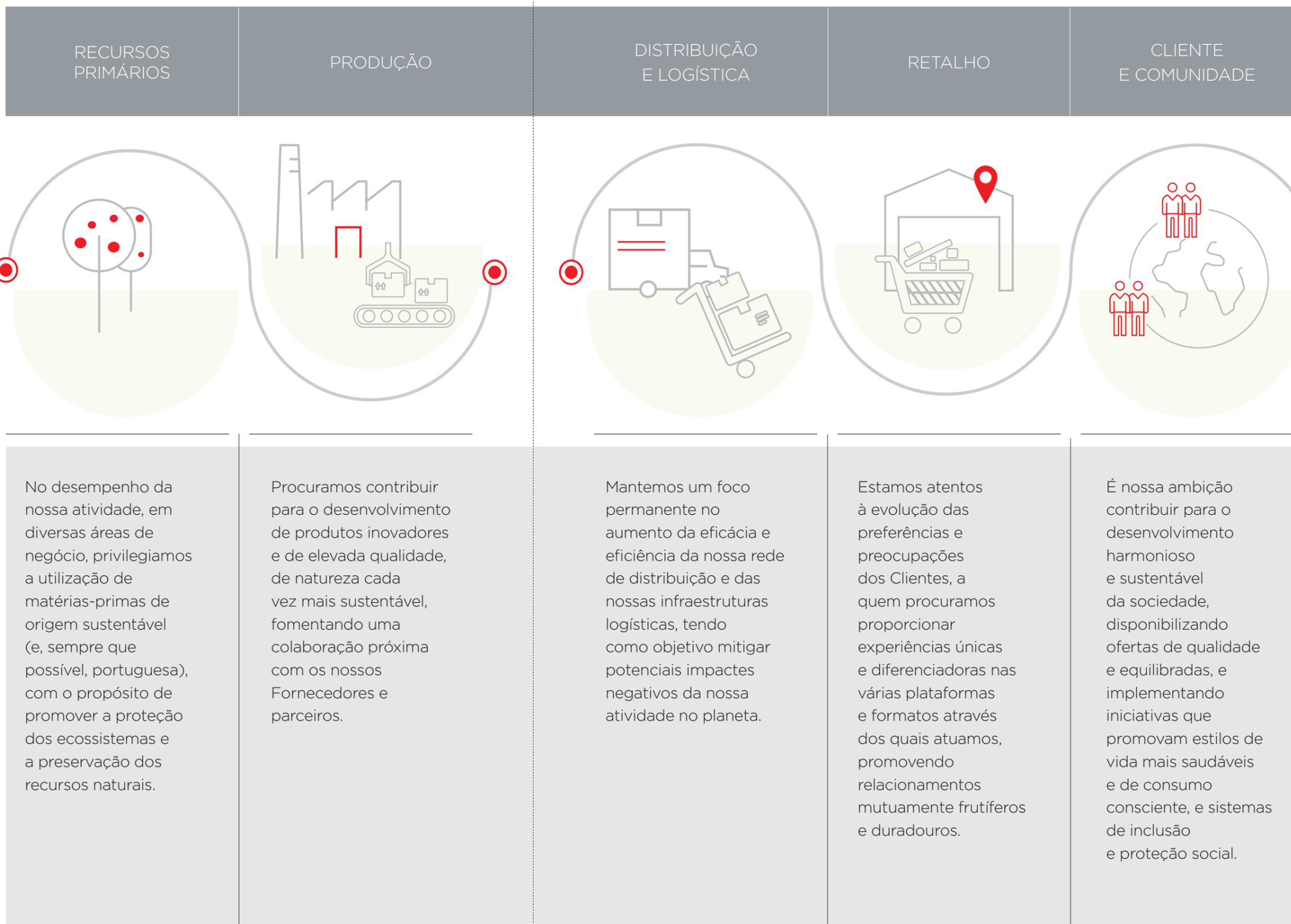
NEGÓCIOS DE CRESCIMENTO



CRIAR IMPACTO AO LONGO DA CADEIA DE VALOR

Na Sonae MC ambicionamos impactar a cadeia de valor de forma positiva e significativa, visando contribuir de forma relevante para o seu equilíbrio global.

O reforço da sustentabilidade e a otimização da cadeia de valor são para nós fundamentais e, com este espírito, procuramos construir relações de forte parceria com produtores e outros Fornecedores. Apostamos na melhoria da eficácia e eficiência da nossa rede de distribuição e logística, e permanecemos focados em continuar a garantir experiências de compra memoráveis aos Clientes, indo consistentemente ao encontro das suas necessidades e expectativas.



UMA ABORDAGEM INTEGRADA E SUSTENTÁVEL DE CRIAÇÃO DE VALOR



¹Os dados não incluem a Arenal

UM ANO MEMORÁVEL

ATIVIDADE ECONÓMICA ROBUSTA

Em 2019, o contexto macroeconómico em Portugal permaneceu favorável, tendo-se consubstanciado num crescimento sustentado do PIB de 2,0%¹, e no primeiro excente orçamental em democracia de 0,2%¹ do PIB. Este desempenho positivo beneficiou de um ambiente de consumo benigno, suportado em elevados níveis de confiança dos consumidores, numa melhoria contínua das condições do mercado de trabalho (verificando-se uma aproximação progressiva ao pleno emprego), e num aumento do rendimento disponível das famílias. Importa também salientar a evolução da taxa de inflação, que se cifrou em 0,3%¹ em 2019, registando um forte abrandamento quando comparada com o ano anterior.

AMBIENTE COMPETITIVO DESAFIANTE

Analisando em maior detalhe o mercado de retalho alimentar moderno em Portugal, verificou-se em 2019 uma pressão concorrencial acrescida, mantendo-se um elevado dinamismo caracterizado por:

- Um forte crescimento da oferta, concretizada num aumento da base instalada no País em cerca de 2,5%², correspondentes a -60 mil m², resultante de um incremento da área de venda dos operadores incumbentes e da entrada de um novo concorrente.
- Uma aceleração do investimento nos formatos de conveniência e proximidade, em resposta aos novos padrões de consumo.
- Um ligeiro aumento do peso da atividade promocional nas vendas do setor, que se manteve em patamares muito elevados.
- Uma manutenção da importância da marca própria nas vendas do setor.

Todavia, e apesar desta conjuntura exigente, o crescimento nominal da procura ocorreu a um ritmo superior ao de aumento da oferta, com as vendas a retalho a crescerem nominalmente 4,1%³, beneficiando em particular do *momentum* positivo do consumo privado.

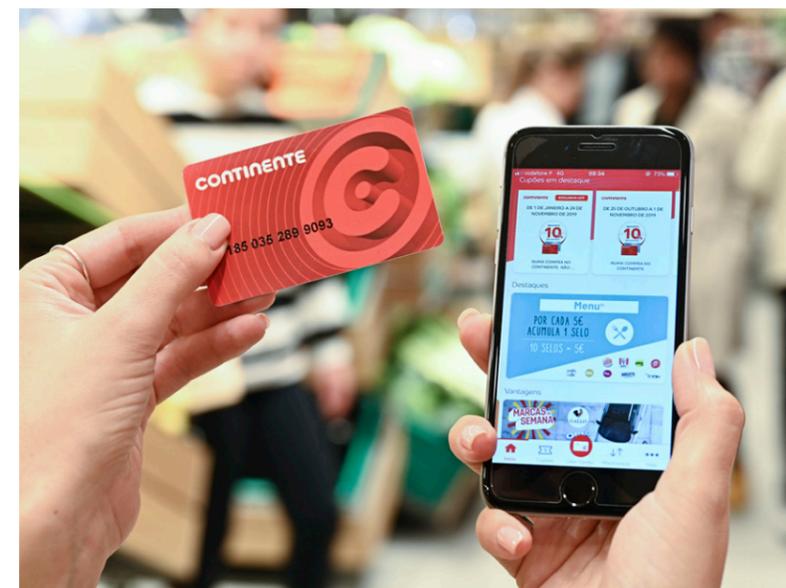
Fontes: ¹INE; ²Nielsen e ³Eurostat

EXECUÇÃO ESTRATÉGICA CONSISTENTE

Durante 2019, a Sonae MC voltou a crescer de forma rentável e a criar valor sustentável para os seus *stakeholders*, reforçando a sua quota de mercado e cimentando a sua posição de liderança no setor de retalho alimentar português. Este sólido desempenho resultou de uma execução estratégica assertiva, capitalizando um forte investimento nos eixos fundamentais da proposta de valor da Empresa, na exploração de novas avenidas de crescimento e na manutenção de um perfil exemplar de eficiência.

CONTINENTE BOM DIA 500

Conceito de loja de conveniência inovador, caracterizado por uma área bruta de venda de entre 300 e 600 m², uma gama selecionada e um modelo operativo otimizado (totalmente em *self-service*), cuja 1.ª unidade abriu no 2.º trimestre, na cidade do Porto.



APP CARTÃO CONTINENTE

Aplicação de fidelização relançada em 2019, com uma experiência de utilizador totalmente renovada e um conjunto de novos serviços de elevada relevância para o Cliente, contando com cerca de 1 milhão de utilizadores registados no final do ano. Os novos serviços incluem fatura eletrónica e pagamentos digitais totalmente integrados com fidelização.

Durante o período, a Sonae MC desenvolveu um conjunto de iniciativas e ações estruturais importantes, com destaque para:

- Consolidação do posicionamento de referência em valor, graças a uma elevada competitividade de preço complementada com uma maior eficácia da atividade promocional.
- Requalificação e enriquecimento da estrutura da oferta de perecíveis, refletido num reforço da quota de mercado, sendo de realçar resultados muito positivos nas categorias de frutas e legumes, e iniciativas lançadas nas categorias de talho e peixaria.
- Inovação contínua das gamas alimentar e não alimentar de marca própria, através do desenvolvimento do sortido e lançamento de novos produtos, consubstanciando-se num aumento da respetiva quota no período para patamares de liderança.
- Aposta na expansão no segmento de conveniência e proximidade, por via da abertura de 13 lojas Continente Bom Dia e de 3 lojas Continente Modelo, sendo também de destacar o lançamento do piloto do novo conceito de ultra proximidade.
- Reforço da oferta omnicanal da Empresa, com forte reflexo no crescimento de vendas do canal *online*, suportado numa melhoria dos níveis de serviço e da experiência de Cliente e no alargamento da rede de pontos de recolha ("Click & Go"), que ultrapassou os 150.
- Exploração de dados e desenvolvimento de modelos analíticos para suporte à tomada de decisão.
- Aceleração da digitalização do relacionamento com o Cliente, com cada vez maior adesão às iniciativas lançadas neste domínio, destacando-se a nova *app* do programa de fidelização.
- Manutenção do dinamismo no segmento de Saúde, Bem-estar e Beleza, materializado num crescimento sustentado dos negócios mais maduros, assim como na concretização da entrada no mercado espanhol através da aquisição estratégica da Arenal.



ARENAL

Retalhista especializado em parafarmácia e perfumaria, líder no Noroeste de Espanha, adquirido pela Sonae MC no início de 2019. Posicionamento de *one-stop-shop* de saúde e beleza, permitindo potenciar os ativos e competências conjuntos com a insígnia Well's.

SÓLIDO CRESCIMENTO RENTÁVEL

Em 2019, a Sonae MC demonstrou a sua capacidade para salvaguardar o exigente equilíbrio entre crescimento e rentabilidade operacional. A atividade comercial da Empresa acelerou durante o ano, conduzindo a uma evolução de vendas recorde, com aumento de volumes. A Empresa superou o mercado, incrementando vendas em 9,2% no global e 3,0% no universo comparável de lojas, para um montante anual de 4.702M€, evidenciando um comportamento positivo em todos os formatos e principais categorias. A rentabilidade operacional manteve-se em patamares de referência, beneficiando do dinamismo do volume de negócios, de uma gestão eficaz da margem comercial, e de um foco contínuo na disciplina de custos e na melhoria da produtividade e eficiência das operações internas, alavancando oportunidades de digitalização e automação.

O EBITDA subjacente da Sonae MC totalizou 480 milhões de euros em 2019, correspondendo a uma margem estável de 10,2% sobre o volume de negócios, o que compara de forma positiva com o histórico, ao representar um aumento de 57 milhões de euros face a igual período de 2018. Este sólido desempenho permitiu acomodar os impactos da dinâmica competitiva acrescida, o investimento orientado para o crescimento do negócio e a pressão sobre custos operacionais, com destaque para custos salariais. O resultado líquido de operações continuadas ascendeu a 132 milhões de euros, resumindo os assinaláveis desempenhos comercial e operacional ao longo do período em análise.

ABORDAGEM DISCIPLINADA AO INVESTIMENTO

Até ao final de dezembro de 2019, a Sonae MC realizou um investimento de 309 milhões de euros, dedicado a:

- Concretização do programa de expansão da Empresa, materializado na abertura de 91 lojas próprias, incluindo 13 supermercados de proximidade, permitindo-lhe finalizar o ano com um parque de 1.228 unidades (incluindo franquias) e uma área bruta de venda instalada de 911 mil m².
- Esforço de remodelação programada de um conjunto seletivo de unidades de retalho alimentar com elevado potencial de geração de ganhos de produtividade e/

ou melhoria da experiência de Cliente, incluindo 13 intervenções de requalificação relevantes concluídas durante o período, com vista a garantir que estas se mantêm como referência de modernidade.

- Concretização da aquisição da Arenal, permitindo o enriquecimento do portefólio de base não alimentar e a internacionalização do negócio de Saúde, Beleza e Bem-estar, com a entrada no mercado espanhol.
- Outros investimentos estruturais em tecnologia, plataforma logística e imobiliário, para suporte à atividade.

ESTRUTURA DE CAPITALS REFORÇADA

A 31 de dezembro de 2019, o endividamento financeiro líquido da Sonae MC ascendia a 591 milhões de euros, um valor inferior em 16 milhões de euros ao reportado no final do ano transato, refletindo uma forte capacidade de geração de fluxos de caixa. Durante o período, a Empresa robusteceu a sua estrutura de capitais, que se manteve equilibrada e com a solidez adequada, refletindo-se num rácio de dívida líquida total em relação ao EBITDA subjacente de 3,3x. Reforçou também a sua liquidez de médio prazo através da conclusão de um conjunto de operações de refinanciamento, que permitiram otimizar custos e alargar o prazo médio de maturidade da dívida.



FINANCIAMENTO BEI

Em 2019, a Sonae MC obteve um financiamento do BEI, destinado a investimentos da Empresa com vista à redução do impacto ambiental da sua atividade de retalho alimentar, em particular no que se refere à eficiência energética das lojas e promoção da utilização de energias renováveis.

COMPROMISSO REFORÇADO COM A SUSTENTABILIDADE

A atividade desenvolvida na área da sustentabilidade continuou a assumir um papel central na estratégia e modelo de negócio da Sonae MC, estando estruturada em três eixos fundamentais de atuação: Ambiente, Comunidade e Pessoas. Em 2019, a Sonae MC reforçou o seu compromisso com a redução da pegada carbónica, procurou cimentar o seu papel ativo e responsável enquanto ator chave na sociedade, e acelerou na promoção de um ambiente favorável à diversidade, integração e desenvolvimento dos seus

Colaboradores. Todas estas atividades foram enquadradas por objetivos e metas ambiciosos. No eixo de atuação Ambiente, a Empresa permaneceu focada na redução do desperdício alimentar através de redução de quebra e otimização operacional, assim como no lançamento de novos produtos de economia circular. Durante o ano, a Sonae MC registou uma redução das suas emissões de carbono (diretas e indiretas), bem como uma melhoria da sua eficiência energética, particularmente notável em contexto de expansão do portefólio. Importa também destacar uma das principais bandeiras neste eixo, centrada no lançamento de uma estratégia para a utilização responsável do plástico.

PLÁSTICO RESPONSÁVEL

Implementação de diversas medidas para o uso responsável de plástico, ao longo de toda a cadeia de valor, nomeadamente ao nível da marca própria, da logística, dos Fornecedores, do apoio à inovação e de sensibilização junto dos consumidores.

Neste contexto, a Sonae MC foi o 1.º retalhista português a subscrever o *New Plastics Economy Global Commitment*, com metas ambiciosas até 2025.



Na vertente da Comunidade, o ano de 2019 foi marcado pela forte atividade na sensibilização para a alimentação saudável, destacando-se a otimização da composição nutricional dos produtos alimentares de marca própria do Continente. Em paralelo, a Empresa continuou comprometida em assegurar uma cadeia de valor cada vez mais sustentável e transparente, com esforços visíveis na fileira do pescado, em áreas relacionadas com origem e rastreabilidade do produto. Merece ainda destacar o trabalho contínuo no apoio às comunidades locais, através da promoção de comportamentos responsáveis e apoios a projetos focados na inclusão social.



OTIMIZAÇÃO NUTRICIONAL

A insígnia Continente melhorou a composição nutricional de mais de 100 produtos de marca própria durante o ano, reduzindo o teor de sal, açúcar e/ou gorduras saturadas nestes produtos. Este movimento teve em vista a otimização do perfil nutricional dos produtos de marca própria Continente, procurando endereçar as crescentes preocupações dos consumidores com a saúde e o bem-estar.

Na dimensão Pessoas, o ano foi marcado por uma aposta forte no desenvolvimento dos Colaboradores, através de investimentos significativos na formação, assim como na atração de talento jovem, através de diversos programas integrados para identificação de candidatos de elevado potencial.

Ao longo de 2019, foram lançadas diversas iniciativas para incentivar uma maior integração e equilíbrio entre vida pessoal e profissional, com destaque para o programa "Flex it Up". A Sonae MC definiu ainda um conjunto de medidas de curto/médio prazo, no âmbito de um plano multinível para a igualdade de género na Empresa, procurando promover uma cada vez maior diversidade e inclusão.

"FLEX IT UP"

A Sonae MC lançou em 2019 um programa que promove a integração entre a vida pessoal e a vida profissional dos seus Colaboradores. As principais medidas incluem trabalho remoto, flexibilidade de horário, redução das horas de trabalho, licença sem vencimento e dias de férias extra.



POSTURA CONSERVADORA PARA 2020

Olhando em perspetiva para 2020, a Sonae MC prevê um cenário macroeconómico cauteloso. Apesar das perspetivas no início do ano apontarem para a manutenção de um crescimento económico positivo em Portugal e Espanha, à data de hoje, a Empresa antecipa que (apesar da elevada incerteza que rodeia ainda este tema, atendendo à sua emergência recente) os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 vão ter um impacto forte na economia global, e deverão levar a uma recessão em ambas as geografias onde a Empresa atua. Adicionalmente, o cenário competitivo deverá continuar desafiante, requerendo uma arquitetura estratégica muito assertiva, bem como uma execução operacional disciplinada para continuar a ser bem-sucedida. Neste sentido, a Sonae MC continuará a ser orientada pelas suas prioridades, colocando o Cliente no centro do negócio, assegurando uma estrutura de capital sólida, mantendo-se focada em crescimento gerador de valor acrescentado, e permanecendo altamente comprometida com o desenvolvimento sustentável.



AS PESSOAS COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO QUE PRECONIZAMOS

Temos consciência do impacto que temos na vida das famílias, as que trabalham na Sonae MC e as que são nossas clientes. Assumimos com orgulho o nosso papel de empregadores e formadores. Estamos conscientes dos desafios que o planeta enfrenta e empenhados em contribuir para uma verdadeira economia circular. Para nós, liderança acarreta responsabilidade. Só assim é sustentável.

RELAÇÕES DURADOURAS

Assumimos convictamente a responsabilidade de estabelecer canais de diálogo que possibilitem uma interação recíproca e constante com os nossos *stakeholders*. Alavancamos sucessos, potenciamos o melhor de quem trabalha connosco e temos a confiança como um dos valores fundamentais da nossa atividade.

Somos competitivos, tendo a consciência que seriedade e transparência estão na base de todas as parcerias duradouras e sustentáveis.

Para nós, valor gera-se com respeito por todos os intervenientes ao longo da cadeia.

Assumimos convictamente a responsabilidade de estabelecer canais de diálogo que possibilitem uma interação recíproca e constante com os nossos *stakeholders*. Alavancamos sucessos, potenciamos o melhor de quem trabalha connosco e temos a confiança como um dos valores fundamentais da nossa atividade.

STAKEHOLDERS

CANAIS DE DIÁLOGO

TEMAS CHAVE



CLIENTES

A Sonae MC assume como foco principal das suas ações o desenvolvimento de uma relação de transparência e confiança com os seus Clientes, alicerçada numa proposta de valor competitiva e responsável, adaptada às suas necessidades.

- Interação com os Clientes nas nossas lojas e através da plataforma Continente Online
- Interação com Clientes nos pontos de entrega de encomendas *online* ("Click & Go" e moradas de entrega indicadas pelos Clientes)
- Campanhas de comunicação e ações de ativação de marca
- *Social media* e *website* Sonae MC
- Estudos de mercado e *focus groups*
- Provedoria Sonae
- *Call center* de apoio ao Cliente

- Qualidade e segurança dos produtos e serviços
- Comunicação e publicidade transparente e verdadeira
- Sustentabilidade, origem e rastreabilidade de produtos
- Informação ambiental, nutricional e certificações de produtos
- Respeito e cumprimento da lei relativa à privacidade e tratamento da informação dos Clientes
- Ambiente e condições de trabalho de Colaboradores
- Inovação nos produtos e serviços
- Gestão da relação com Cliente



COLABORADORES

A Sonae MC atribui elevado valor ao desenvolvimento profissional e pessoal dos seus Colaboradores, promovendo ambientes de trabalho inclusivos e com igualdade de oportunidades, e em que os Colaboradores assumem individualmente uma atitude comprometida e proativa, adotando entre si relações de respeito mútuo, lealdade, cooperação, honestidade e clareza de comunicação.

- Reuniões e interações recorrentes em ambiente profissional
- Convívios e outros eventos informais entre Colaboradores (ex: jantar de Natal e convívios/*offsites* de direção)
- Ações de formação e conferências
- Comunicação interna
- *Intranet*
- Fóruns e grupos de partilha de conhecimento
- Inquéritos de satisfação de Colaboradores
- Avaliação anual de desempenho

- Anti-corrupção ou suborno
- Diversidade e inclusão
- Comunicação transparente e verdadeira
- Atração e retenção de talento
- Ambiente e condições de trabalho de Colaboradores
- Critérios de remuneração e progressão profissional
- Respeito pelos Direitos Humanos
- Desenvolvimento de capital humano



FORNECEDORES

A Sonae MC procura construir relações de confiança e de parceria a longo prazo com os seus Fornecedores, atuando com lealdade e boa-fé, e não tolerando qualquer forma de abuso, suborno, corrupção ou branqueamento de capitais. A Sonae MC seleciona os seus Fornecedores com base em critérios claros e imparciais, orientados pela promoção da sustentabilidade e princípios de racionalidade económica.

- Projetos de parcerias com Fornecedores
- Reuniões e outras interações de negociação
- Contratos gerais de fornecimento
- Clube de Produtores Continente
- Avaliação de desempenho de Fornecedores
- Inquéritos de auscultação a Fornecedores
- Portal de Fornecedores
- Visitas e auditorias

- Anti-corrupção ou suborno
- Comunicação transparente e verdadeira
- Sustentabilidade, origem e rastreabilidade de produtos
- Ambiente e condições de trabalho de Colaboradores
- Gestão da relação com Fornecedores



ACIONISTA

A Sonae MC visa a geração de valor de longo prazo para o seu Acionista, de forma sustentada e no estrito cumprimento dos valores da Empresa e da nossa sociedade. A sustentabilidade faz parte do ADN da Sonae MC, por isso o melhorar e alargar continuamente as práticas de reporte sobre os temas ESG (*Environment, Social and Governance*), é um passo natural.

- Reuniões e outras interações com o Acionista
- Reuniões e outras interações com analistas
- Apresentações institucionais
- Comunicações financeiras periódicas
- Assembleia Geral de Acionistas
- Reuniões dos órgãos sociais e comissões

- Rentabilidade e escala do negócio
- Anti-corrupção ou suborno
- Investimento responsável
- Gestão de risco e crise
- Gestão da marca e reputação
- Comunicação transparente e verdadeira
- Sustentabilidade, origem e rastreabilidade de produtos
- Diversidade e inclusão
- Atração e retenção de talento
- Ambiente e condições de trabalho de Colaboradores
- Consumo de energia, energias renováveis e eficiência energética



SOCIEDADE

A Sonae MC conduz os seus negócios com uma visão de criação de valor de longo prazo, respeitando os princípios de sustentabilidade e de responsabilidade social corporativa e ambiental.

- Reuniões e outras interações com entidades e decisores públicos
- Participação em associações do setor do retalho
- Reuniões e outras interações com instituições financeiras
- Reuniões e outras interações com empresas de comunicação/marketing e em áreas de responsabilidade social
- Apresentações, conferências e outras reuniões públicas
- Eventos e festivais para a comunidade em geral

- Anti-corrupção ou suborno
- Comunicação transparente e verdadeira
- Sustentabilidade, origem e rastreabilidade de produtos
- Diversidade e inclusão
- Atração e retenção de talento
- Envolvimento com a comunidade
- Ambiente e condições de trabalho de Colaboradores
- Impacte da utilização do plástico no planeta
- Proteção da biodiversidade
- Consumo de energia, utilização de energias renováveis e eficiência energética



QUEREMOS INSPIRAR QUEM NOS RODEIA

A sustentabilidade está no ADN da Sonae MC, razão pela qual procuramos deixar uma marca positiva na história e reduzir potenciais impactos negativos decorrentes da atividade desenvolvida nas diversas áreas de negócio onde estamos presentes.

Prosseguimos um modelo de negócio sustentável, baseado numa aliança económica, ambiental e social que impulsiona relações de confiança com os nossos Fornecedores, nos aproxima das comunidades locais, motiva os nossos Colaboradores e acrescenta valor aos negócios, e procura ir ao encontro das expectativas e necessidades dos Clientes. A ambição que nos move e nos mantém permanentemente insatisfeitos estimula a criação contínua de valor para o nosso Acionista e para a sociedade como um todo, através de uma gestão consciente que procura equilibrar os capitais financeiro, humano e intelectual, natural, imobiliário, digital, social e relacional.

Sabemos que a verdadeira criação de valor só é possível através de um diálogo proativo e interativo com os

nostros *stakeholders*, de forma a identificar os aspetos verdadeiramente relevantes para os diferentes grupos de interesse. Ao cruzar estes aspetos com a sua importância para o nosso negócio foi possível identificar os temas materiais para a Sonae MC, passíveis de afetar a criação de valor para a Empresa e para a sociedade como um todo, no curto, médio ou longo prazo. Esta análise recorrente serve de orientação para o nosso processo de reflexão estratégica, nomeadamente no que concerne à sustentabilidade, e suporta o desenvolvimento de linhas de atuação claras para dar resposta aos temas materiais. Adicionalmente, permitiu-nos também selecionar os *standards* GRI (*Global Reporting Initiative*) divulgados neste relatório.

De forma a orientar e focar a nossa atuação, agrupamos os temas materiais em três eixos fundamentais, que têm subjacente a criação de valor no presente, influenciando o modo como atuamos, com vista a um futuro melhor e sustentável: Ambiente, Comunidade e Pessoas.

UMA VISÃO INTEGRADA DA SUSTENTABILIDADE



AMBIENTE PELO FUTURO DO PLANETA

Contribuímos para uma pegada global sustentável através da adoção de práticas cada vez mais eficientes na cadeia de abastecimento e em todas as operações de loja, procurando reduzir o impacto ambiental da nossa atividade. Enquanto líderes, procuramos dar o exemplo, gerindo a nossa atividade com base em compromissos e metas ambiciosas:

- **Emissões de carbono** – A nossa atividade é desenvolvida rumo à descarbonização.
- **Eficiência energética** – Procuramos adotar práticas energéticas ecoeficientes.
- **Utilização e gestão dos materiais** – Incentivamos a utilização responsável dos recursos.
- **Desperdício alimentar** – Estamos empenhados no combate ao desperdício alimentar.



COMUNIDADE PROXIMIDADE E ENVOLVIMENTO

Promovemos relações sólidas com a comunidade, cientes da sua importância para um desenvolvimento sustentável. Estamos empenhados em contribuir para a geração de mudanças positivas na sociedade, incentivando as melhores escolhas.

- **Cadeia de fornecimento sustentável e local** – Fomentamos relações de transparência com os nossos Fornecedores e parceiros.
- **Nutrição saudável e consumo sustentável** – Promovemos estilos de vida saudáveis e responsáveis.
- **Apoio às comunidades locais** – Incentivamos a inclusão social das comunidades que nos são mais próximas.



PESSOAS O MOTOR DO NOSSO SUCESSO

Valorizamos o capital humano enquanto base do nosso sucesso contínuo. Fomentamos a integração das nossas Pessoas, apostamos na sua formação e realização, e na constituição de equipas motivadas que influenciem positivamente aqueles com quem interagimos.

- **Diversidade e inclusão** – Promovemos a igualdade de oportunidades.
- **Desenvolvimento do capital humano** – Investimos no potencial e no talento.
- **Saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores** – Procuramos a realização das nossas Pessoas, sem nunca esquecer a segurança e o bem-estar.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



UM CONTRIBUTO RELEVANTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EIXOS DE ATUAÇÃO	COMPROMISSO	MÉTRICA	RESULTADO 2019	VARIAÇÃO FACE A 2018
 AMBIENTE	Diminuir o consumo energético melhorando continuamente a eficiência dos ativos	Consumo de eletricidade por m ² de área de vendas	497,3 kWh/m ²	-3,9%
	Reduzir a pegada carbónica no contexto de uma transição energética para uma economia neutra em termos de carbono	Emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por m ² de área de vendas	202,2 kg CO ₂ e/m ²	-19,9%
	Estimular uma economia circular dos plásticos evitando a sua conversão em resíduos	Plástico reciclado em % do total de plástico virgem mapeado	29,3%	6,5pp
 COMUNIDADE	Suportar os Fornecedores nacionais procurando aprofundar a ligação entre a produção e a grande distribuição	Percentagem de produtos perecíveis adquiridos a Fornecedores nacionais	85,3%	1,8pp
	Fomentar a sustentabilidade da cadeia de abastecimento contribuindo para a preservação da biodiversidade	Percentagem de pescado proveniente de métodos sustentáveis ou aquacultura	62,2%	3,2pp
	Apoiar as comunidades locais promovendo a cidadania solidária e a inclusão social	Apoio direto à comunidade	9,3 M€	2,2%
 PESSOAS	Incentivar o equilíbrio de género reforçando a representatividade de mulheres em cargos de liderança	Percentagem de mulheres em cargos de liderança	35,4% ¹	0,6pp
	Desenvolver um ambiente de trabalho estimulante que fomente o bem-estar e a produtividade dos Colaboradores	Taxa de absentismo	5,1%	0,0pp
	Promover a proteção dos Colaboradores contribuindo para a sua saúde e segurança no trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho	9,8 ²	-1,9

¹Os dados não incluem Arenal e Go Natural Restauração
²Os dados não incluem Arenal



AMBIENTE PELO FUTURO DO PLANETA

A proteção do ambiente é, para nós, sinónimo de preservar o futuro, sendo um desígnio que implementamos em todas as áreas de negócio às quais nos dedicamos. Com esse objetivo, visamos uma atuação responsável e informada ao longo da cadeia de valor. Queremos continuar a crescer de forma sustentável.

EMISSÕES DE CARBONO

COLOCAR A PROTEÇÃO DO CLIMA NO CENTRO DA NOSSA ATIVIDADE

A atividade das empresas contribui de forma significativa para as alterações climáticas, tanto através do consumo de energia elétrica, como das emissões diretas de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Por isso, mapear e compreender o impacto ambiental dos produtos e serviços é crítico para poder desempenhar um papel relevante no combate às alterações climáticas.

Este exercício de diagnóstico permite repensar e inovar na forma como as empresas gerem os seus negócios para responder ao compromisso estabelecido no *Paris Pledge for Action*, de que o Grupo Sonae é subscritor, de limitar o aumento médio da temperatura até 1,5°C.

A NOSSA ABORDAGEM

Em 2019, foram estabelecidas prioridades de atuação na Carta de Princípios das Empresas Sonae para o CO₂ & Alterações Climáticas, para o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris, e definidos *targets* e *roadmaps* de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa. O nosso caminho rumo à descarbonização é orientado pela Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental (ESA) e exige resiliência e inovação de cada uma das nossas Pessoas.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

-20%
DE EMISSÕES DE GEE (ÂMBITO 1 E 2) POR M² DE ÁREA DE VENDAS

-13%
DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA (ÂMBITOS 1, 2 E 3)

-62pp
DE GASES COM GWP ELEVADO, R404 E R427, FACE A 2015

A NOSSA ATIVIDADE

COMBATER AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

No final de 2018, a Sonae MC entendeu reforçar o seu posicionamento nesta temática e, para tal, efetuou um processo de reflexão interna que culminou com a aprovação da nossa visão e correspondente Estratégia de Sustentabilidade Ambiental de longo prazo.

A Estratégia para a Sustentabilidade Ambiental assenta em cinco grandes eixos de atuação, que se interligam naturalmente entre si: (1) energia e alterações climáticas; (2) economia circular; (3) *sourcing* responsável; (4) oferta responsável; e (5) comunicação. Adicionalmente, foi definido um modelo de *governance* interno e um *roadmap* de ambiente, com os respetivos mecanismos de monitorização de implementação.



A nossa estratégia está alinhada com a abordagem para o cumprimento do compromisso assumido com a subscrição do *Paris Pledge for Action* transversal a todas as empresas do Grupo Sonae, que tem vindo a ser desenvolvida no Grupo Consultivo de Sustentabilidade da Sonae e nos grupos de trabalho associados, onde estamos representados. O nosso papel neste grupo tem sido preponderante no processo de diagnóstico para o desenvolvimento de objetivos e na identificação de áreas de ação prioritárias. Em 2019, em conjunto com as restantes empresas do Grupo Sonae, foi criada a Carta de Princípios das Empresas Sonae para o CO₂ & Alterações Climáticas onde foram definidos eixos prioritários de atuação, como: a avaliação da exposição dos negócios aos riscos climáticos e definição das medidas de mitigação e aumento da sua resiliência; a promoção da eficiência e flexibilidade dos consumos energéticos das nossas atividades; a descarbonização da matriz energética, através da eletrificação dos consumos, da produção e da aquisição de eletricidade efetivamente produzida a partir de fontes renováveis e implementação de ações de compensação carbónica; o desenvolvimento de produtos

e serviços de baixo carbono, estimulando uma escolha informada por parte dos consumidores; e ações de educação e sensibilização para as alterações climáticas dirigidas a Colaboradores, Clientes e parceiros.

Definimos também *targets* de redução das emissões de Gases com Efeito de Estufa, de âmbito 1 e 2, de acordo com a metodologia da *Science Based Target Initiative* (SBTI) - plataforma de apoio às empresas para estabelecer e validar metas de redução de emissões compatíveis com o Acordo de Paris. Foram também desenvolvidos *roadmaps* de suporte à concretização dos objetivos definidos. Como resultado desta reflexão definimos como compromisso reduzir em 55% as nossas emissões de âmbito 1 e 2 em 2030, face ao registado em 2018.

IDENTIFICAR A EXPOSIÇÃO AOS RISCOS CLIMÁTICOS

A *Task Force on Climate-related Financial Disclosure* (TCFD) desenvolve recomendações sobre divulgações voluntárias de informação financeira relacionadas com o impacto dos riscos associados às alterações climáticas.

Em 2019, iniciámos um processo de análise e mapeamento dos principais riscos climáticos, transversal às empresas do Grupo Sonae, com o objetivo de integrar as indicações do TCFD. Quando os riscos materiais estiverem identificados serão materializados em termos monetários, em linha com a metodologia TCFD, definida pelo *Financial Stability Board*. Desta forma, acreditamos que nos podemos preparar para ser ainda mais resilientes face às consequências decorrentes das alterações climáticas.

DISTINÇÃO A- PELO CARBON DISCLOSURE PROJECT

Em 2019, o Grupo Sonae foi distinguido pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP), com a atribuição da classificação "A". Um reconhecimento que, a nível global, posiciona a Sonae no grupo de empresas que lideram o combate às alterações climáticas e que adotam as melhores práticas conhecidas.

A média do setor do retalho, tanto a nível global como europeu, foi "C". Um setor onde apenas 30% se situa no patamar de desempenho da Sonae.

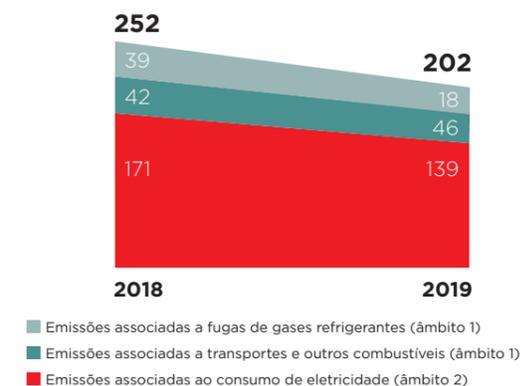


DESEMPENHO CARBÓNICO

Em 2019, registámos uma emissão global de GEE de 177.496 t CO₂e, verificando-se uma redução de 13% comparativamente a 2018 (204.521 t CO₂e), apesar dos valores não serem totalmente comparáveis, tendo em conta o crescimento orgânico em Portugal em 2019 e também o alargamento de âmbito deste indicador à atividade agora existente em Espanha, decorrente da aquisição da Arenal em 2019. Este valor reparte-se por 52.849 t CO₂e de emissões âmbito 1 (30% do total da pegada de carbono), 115.809 t CO₂e de emissões de âmbito 2 (65% do total da pegada de carbono) e, por último, 8.837 t CO₂e de emissões âmbito 3.

As emissões de âmbito 1, associadas à utilização de combustíveis fósseis (CO₂, CH₄ e N₂O) e às decorrentes das emissões fugitivas de gases de refrigeração - método de contabilização feito pelas compras dos diferentes tipos de gases em cada ano -, registaram uma descida acentuada de 17%, apesar do crescimento orgânico em Portugal e da aquisição da Arenal, e consequente aumento da atividade logística que se reflete no aumento do consumo de combustíveis fósseis da frota contratada para efetuar o transporte de mercadorias e das viaturas alocadas a Colaboradores. Isto deve-se à redução drástica de emissões resultantes das fugas de refrigeração com elevado GWP (*Global Warming Potential*), resultado do programa de substituição dos gases fluorados por gases naturais e dos sistemas de frio por novos equipamentos que usam gases refrigerantes 100% naturais, ou noutros casos, pela substituição de gases com maior GWP por gases de menor GWP. No âmbito 2, relacionado na sua esmagadora maioria com o consumo de eletricidade e principal fonte de emissão de GEE (65%), registámos uma diminuição face a 2018 (-13%), considerando as emissões *market based*. Esta redução significativa está sobretudo associada ao aumento do consumo de eletricidade proveniente das nossas centrais fotovoltaicas e à redução do fator de emissão associado à eletricidade adquirida. Relativamente às emissões de GEE do âmbito 3, apenas temos vindo a reportar aquelas associadas à gestão de resíduos, prevendo-se dedicar maior enfoque neste tipo de emissões durante o ano de 2020, tendo por objetivo o alargamento da análise ao maior número de temas tidos como materiais para o nosso negócio. Assim, no âmbito 3, as emissões decorrentes da gestão de resíduos registaram em 2019 um decréscimo na ordem dos 0,1% face ao valor registado em 2018. Analisando as emissões específicas de GEE, de âmbito 1 e 2, pela área de vendas, em 2019, observamos que estas se situaram nos 202,2 kg CO₂e/m², representando uma redução de 20% relativamente a 2018.

EMISSIONES EQUIVALENTES DE CARBONO POR M² DE ÁREA DE VENDAS (kg CO₂e/m²)



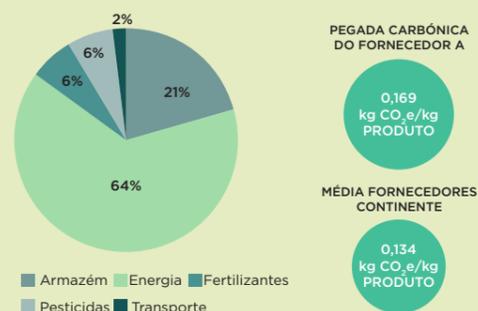
FERRAMENTA "FOOTPRINT SONAE"

Em 2019, implementámos uma ferramenta de cálculo de pegadas carbónica e hídrica de produtos comercializados, específica da Sonae MC, a que designámos "Footprint Sonae". Fechámos o ano com 40 modelos de cálculo abrangendo mais de 20 produtos de frutas, legumes, carnes, laticínios e ovos.

Esta ferramenta tem também um portal de apoio aos produtores que permite, ao leque alargado de produtores que já faz parte deste projeto, consultar a sua pegada relativamente a cada tipo de produto que vende ao Continente (exemplo ilustrativo abaixo). Isto constitui uma mais valia pois cada produtor pode identificar quais as áreas que mais contribuem para a pegada dos seus produtos e investir em ações de melhoria dirigidas a essas áreas em específico.

A ferramenta permite também comparar a sua pegada face à média dos Fornecedores do Continente para aquele tipo de produto.

EXEMPLO DE PEGADA CARBÓNICA DA LARANJA COMERCIALIZADA PELO FORNECEDOR A



GASES DE REFRIGERAÇÃO

Dedicamos particular atenção à melhoria da eficiência das nossas instalações de produção de frio, sem descurar a problemática da utilização de gases fluorados (F-Gases). Por isso, em 2019 prosseguimos com os esforços desenvolvidos nos últimos anos para implementar soluções alternativas às habitualmente utilizadas no que se refere à utilização de gases de refrigeração, tendo por objetivo a redução drástica, ou mesmo a total ausência de utilização de gases com GWP (*Global Warming Potential*) elevado, como são exemplo os gases R404 e R427.

Para tal, temos vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas ao longo dos últimos anos que visam promover a utilização de gases de refrigeração naturais, ou a substituição de F-Gases com elevados GWP por F-Gases com menores níveis de GWP.

Os sistemas de produção de frio em todas as nossas novas lojas utilizam, predominantemente, estes gases com GWP igual ou inferior a 5, como o R290, R744 (CO₂), e R717 (NH₃), por vezes complementados com outros gases de refrigeração menos agressivos como o R134. Relativamente às lojas existentes, temos vindo a implementar um programa de substituição, ou dos gases fluorados (substituição dos R404 por R407) quando a instalação de frio ainda tem um tempo de vida razoável, ou substituindo totalmente os sistemas de frio por novos equipamentos que usem gases refrigerantes 100% naturais.

A evolução da utilização dos gases de refrigeração nas nossas instalações, patente no gráfico, reflete o caminho de sucesso percorrido nos últimos 5 anos, ao nível da redução significativa da utilização dos gases fluorados com elevado GWP. Em 2019, atingimos uma redução de 62pp dos gases R404 e R427, face a 2015, apesar do elevado crescimento do número de lojas no mesmo período. Adicionalmente, é também possível observar um crescimento dos gases naturais R290, R744 e R717, que em conjunto tiveram um aumento de 28pp em 2019, face a 2015, e a estabilização da utilização de gases com GWP intermédio, já visível na ligeira redução da sua utilização nos últimos 2 anos.



EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE GASES DE REFRIGERAÇÃO



GEEnesis - FERRAMENTA DE CÁLCULO DE EMISSÕES DE GEE

No ano de 2019, a Sonae MC desenvolveu uma ferramenta própria - GEEnesis - para o cálculo das emissões de GEE de acordo com o *Greenhouse Gas Protocol*. Este *standard* é o mais usado em todo o mundo e recomendado pela *Science Based Target Initiative* (SBTI). Este passo é fundamental para uma monitorização mais precisa das emissões de GEE, dada a complexidade e dinamismo das nossas operações, e para a adesão à SBTI.

Em 2019, a ferramenta ficou operacional para o cálculo das emissões de GEE de âmbitos 1 e 2, e temos a ambição de fazer com que a sua adequação ao cálculo de emissões de GEE de âmbito 3 seja implementada em 2020. Isto implica um desafio adicional, pois as emissões de âmbito 3 consideram emissões indiretas relacionadas com as nossas atividades, mas que ocorrem em fontes externas que não controlamos, tornando a sua aferição um exercício mais complexo e moroso.



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

REFORÇAR A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS OPERAÇÕES

Dada a forte correlação entre o consumo de combustíveis fósseis e as alterações climáticas, existem grandes preocupações com a minimização dos correspondentes impactes ambientais e com a eficiência da utilização de recursos energéticos.

A ampla variedade de recursos envolvidos na cadeia de valor do retalho cria oportunidades únicas para operar de forma cada vez mais eficiente. Adicionalmente, cria a responsabilidade de promover operações assentes num modelo de desenvolvimento competitivo e resiliente, com base no consumo eficiente de recursos naturais e energéticos em toda a cadeia de valor.

A NOSSA ABORDAGEM

Com o objetivo da promoção integrada da eficiência energética e da utilização de fontes de energia renováveis na Sonae MC, desenvolvemos o projeto "Trevo" que visa operacionalizar a nossa política energética. As iniciativas que temos vindo a realizar neste âmbito passam pela implementação de medidas de racionalização do consumo de energia, a instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo e a flexibilização do consumo de energia.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

497 kWh/m²

CONSUMO ESPECÍFICO DE ENERGIA ELÉTRICA (-4% FACE A 2018)

14.150 MWh

PRODUZIDOS A PARTIR DE FONTES RENOVÁVEIS (+21% FACE A 2018)

9,9 MWp

INSTALADOS (+11% FACE A 2018)

A NOSSA ATIVIDADE

DESEMPENHO ENERGÉTICO

Em 2019, a Sonae MC foi responsável pelo consumo total de energia de 2.094.402 GJ, o que representou um aumento de 9% face ao ano anterior devido ao crescimento orgânico em Portugal e também pelo alargamento de âmbito deste indicador à atividade agora existente em Espanha, decorrente da aquisição da Arenal em 2019, não sendo por isso totalmente comparável com 2018. Este valor, considerando o atual perímetro, compreende 1.494.945 GJ de eletricidade e 599.458 GJ de combustíveis, que representam 71% e 29% do consumo energético, respetivamente.

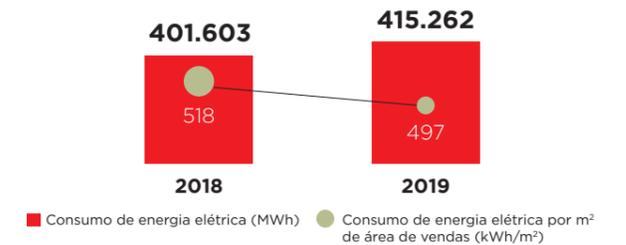
O consumo de eletricidade registou um aumento de 3% (415.262 MWh, em 2019), pelos motivos acima referidos. No entanto o consumo específico de eletricidade, situou-se nos 497,3 kWh/m², representando uma redução de 4% face a 2018 (517,5 kWh/m²). Isto significa que, apesar do nosso crescimento em lojas, especialmente no formato de proximidade (lojas Continente Bom Dia), com maiores consumos específicos associados, resultado do maior percentual ocupado pelas áreas de frescos neste tipo de formato de conveniência, a aposta continuada na política de eficiência energética é uma medida crucial para a melhoria do nosso desempenho ambiental e energético.

É de notar que a descarbonização da nossa matriz energética através da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis foi uma vez mais uma das nossas apostas, registando um forte crescimento no último ano. Traduzindo-se em 6.605 MWh de energia consumida durante o ano proveniente da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Apesar de ainda representar uma pequena parte da energia consumida, registou um aumento de 47% face ao ano anterior, fruto do investimento em sistemas de produção de energia renovável, que nos permitem ter uma maior autonomia energética.

CONSUMO DE ENERGIA POR TIPOLOGIA (GJ)



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA



APOSTAR EM ENERGIA RENOVÁVEL

As nossas lojas e entrepostos são parcialmente alimentadas por 137 centrais fotovoltaicas, o que representa um acréscimo de 12 unidades face a 2018. Este parque fotovoltaico corresponde a uma potência instalada de cerca de 9,9 MWp e uma produção acumulada em 2019 de 14.150 MWh (+21% face a 2018), o que permitiu evitar no país a emissão potencial de cerca de 6.651 tCO₂e. Desta produção, 47% destinou-se a autoconsumo, e a restante foi injetada na rede pública. Em 2019, destacamos o investimento realizado nas remodelações e em projetos de novas lojas. A loja Continente Bom Dia de Canedo, onde foram instalados painéis solares fotovoltaicos na cobertura e no parque de estacionamento, é um destes exemplos de ecoeficiência. Os painéis solares fotovoltaicos instalados, com um total de 334 kW de potência, garantem a produção de aproximadamente 437 MWh/ano de energia elétrica, o equivalente ao consumo aproximado de 150 famílias. Estes representam cerca de 45% do consumo total de energia da loja, garantindo a sua autossuficiência num período superior a 8 horas, num dia de boa radiação solar. Adicionalmente, a loja tem equipamentos de controlo e redução do consumo de água e equipamentos e revestimentos que evitam, por um lado, o consumo adicional de energia para produção de frio e, por outro, as trocas de calor com o exterior.



CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS

A utilização eficiente dos recursos, através da otimização dos consumos de água e energia, procurando minimizar as emissões de GEE, e a gestão adequada dos resíduos que produzimos fazem parte da nossa aposta na gestão ambiental.

A melhoria contínua da gestão ambiental é garantida através do “Programa de Certificações Ambientais”, segundo a norma internacional NP EN ISO 14001:2015, que facilita a identificação e gestão do impacto ambiental das nossas atividades. No final de 2019, a Sonae MC tinha 60 unidades certificadas segundo a norma ISO 14001: 54 lojas (100% das lojas Continente, 8 Continente Modelo e 5 Continente Bom Dia), 5 entrepostos, para além do Centro de Processamento de Carnes em Santarém.

Adicionalmente, em 2019, a Sonae MC coordenou a renovação da Certificação Ambiental Corporativa do Grupo Sonae para a área de retalho, também segundo o referencial ISO 14001:2015, concedida pela *Lloyd's Register*.



No seguimento do trabalho que tem vindo a ser feito para melhorar os nossos edifícios, alcançámos em 2017 a certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), atribuída pelo *U. S. Green Building Council*, ao primeiro hipermercado a abrir em Portugal, a loja Continente de Matosinhos, o primeiro a ser distinguido com esta certificação em Portugal. Já em 2013 a loja Continente Bom Dia de S. João da Foz, no Porto, recebeu a mesma certificação, tendo sido a primeira certificação LEED, nível *Platinum*, no retalho em Portugal. As unidades certificadas servem como modelo, permitindo-nos melhorar as restantes infraestruturas, e fortalecer o cumprimento das obrigações legais em termos de desempenho ambiental, minimizando os riscos a que estamos expostos.

Adicionalmente, foram prosseguidas auditorias e implementadas ações de melhoria neste âmbito, garantindo o cumprimento dos requisitos legais e dos procedimentos internos de gestão ambiental.

Para além das certificações ambientais conseguidas, os consumidores distinguiram-nos, pelo 10.º ano consecutivo, como “Marca de Confiança em Ambiente”, na categoria de Hiper/Supermercados, no estudo que o *Reader's Digest* realiza anualmente.

INVESTIR NA ECOEFICIÊNCIA

O investimento com o objetivo de reduzir os consumos específicos de energia elétrica nas nossas instalações ultrapassou, em 2019, os 7 milhões de euros. Ações implementadas, para além da instalação de centrais fotovoltaicas para autoconsumo, passam pela instalação de equipamentos mais eficientes, em termos de produção de frio, iluminação e climatização. Nomeadamente, na instalação de sistemas de desembaciamento automático dos expositores de congelados, na incorporação de portas nos móveis de frio nas zonas de talho, laticínios e charcutaria, e na instalação do sistema de arrefecimento adiabático.

Para o sucesso da nossa estratégia é fundamental a criação de condições para uma melhor monitorização e gestão dos consumos, desenvolvendo procedimentos que permitam potenciar os investimentos realizados, como as auditorias às instalações e o nosso Sistema de Informação Ambiental (SIA). Esta ferramenta suporta a implementação e manutenção da gestão ambiental, para a redução do risco legal e a melhoria contínua do desempenho ambiental das instalações.

Por seu turno, o *Checkwatts* – plataforma de monitorização e gestão dos consumos de energia de todas as lojas Sonae MC – permite o controlo mais apurado dos consumos com informação por loja, a cada 15 minutos, em cada contador com telemetria. Também o *Checkwater* – plataforma de monitorização dos consumos de água – que tem vindo a ser progressivamente instalado nas lojas, auxilia o controlo deste indicador.

PROMOVER A MOBILIDADE ELÉTRICA

Ao longo do ano de 2019, demos continuidade à instalação de infraestruturas para carregamento de veículos elétricos, para promover a mobilidade elétrica. Atualmente, temos 22 pontos de carregamento lento (até 22 kW) nos edifícios dos nossos escritórios.

Em 2019, a Sonae MC obteve um financiamento do BEI, no valor de 55 milhões de euros, destinado a investimentos da Empresa num valor total de 110 milhões de euros, com vista à redução do impacto ambiental da sua atividade de retalho alimentar. Este financiamento será utilizado para a renovação dos sistemas técnicos das lojas, com equipamentos mais eficientes em termos energéticos, bem como novas tecnologias de produção de eletricidade e gestão de resíduos. Contribuirá também para o desenvolvimento do mercado de veículos elétricos, através da instalação de pontos de carregamento de veículos elétricos nos parques de estacionamento das lojas, melhorando a experiência de Cliente.

No âmbito do piloto para as lojas Continente prevemos atingir, no segundo semestre de 2020, 79 postos de carregamento de veículos elétricos, distribuídos por 14 lojas.

MINIMIZAR O IMPACTE AMBIENTAL DA LOGÍSTICA

Relativamente ao consumo de combustíveis, a Sonae MC foi responsável pelo consumo de 599.458 GJ (+14% face a 2018). O resultado deste indicador não é totalmente comparável com o exercício de 2018, na medida em que foi influenciado por diversos movimentos realizados pelo negócio como a integração da Arenal na Sonae MC e crescimento orgânico de lojas. De forma a minimizar o potencial impacto da nossa atividade logística, trabalhamos com os nossos Fornecedores para melhorar a ecoeficiência das viaturas utilizadas pelos mesmos. Em 2019, 90% das viaturas ao nosso serviço estavam em cumprimento com a Norma Euro 6 (+6pp face a 2018) e 5% em cumprimento com a Norma Euro 5. Os veículos de abastecimento de lojas e Continente Online percorreram, aproximadamente, 43,7 milhões km, durante 2019, (+18% face a 2018, em grande parte devido ao crescimento orgânico de lojas) resultando numa emissão de 29.230 toneladas de t CO₂e. Desenvolvemos também iniciativas de otimização das rotas através da redução das distâncias percorridas, aumento da capacidade de carga e da quantidade de entregas por km percorrido, por exemplo, o projeto *Backhauling* ou o acordo com as empresas de fornecimento de paletes e caixas reutilizáveis.



Quando as paletes e caixas reutilizáveis acabam vazias nas nossas lojas, em vez de serem recolhidas, loja a loja, pelas empresas responsáveis pelo seu fornecimento, são devolvidas aos nossos entrepostos da Maia e Azambuja pela nossa logística de abastecimento das lojas. Nas áreas dedicadas ao processamento desses equipamentos de transporte de bens, eles são devidamente selecionados e preparados para serem novamente utilizados pelos Fornecedores. Este sistema evita a recolha, loja a loja, destes equipamentos pelas empresas fornecedoras e o seu transporte entre os armazéns das empresas fornecedoras e os nossos Fornecedores, uma vez que estes aproveitam o retorno dos seus veículos, depois de descarregarem as mercadorias no nosso entreposto, para carregarem/abastecerem de paletes vazias. Em 2019, este sistema permitiu uma poupança direta de 244.153 km em transporte das empresas fornecedoras.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE BAIXO CARBONO

Para minimizar o potencial impacto dos transportes, a área logística tem vindo a testar um conjunto de soluções tecnológicas de baixo carbono, como a utilização de veículos movidos a gás natural veicular (GNV). Estas viaturas, para além de contribuírem para a redução da poluição sonora nos centros urbanos, aspeto particularmente sensível durante as distribuições noturnas, contribuem para a redução da emissão de gases poluentes (com emissões de dióxido de carbono mais reduzidas, são isentas de dióxidos de enxofre e têm um nível de emissão de partículas poluentes praticamente inexistente).

Atualmente, a frota de viaturas movidas a GNV conta com 19 veículos (mais 13 do que em 2018, quando a iniciativa foi implementada), o que equivale a 8% da frota total.

PROJETO “BACKHAULING”

Para promover uma maior eficiência do serviço de transporte, a área de logística disponibiliza aos Fornecedores um serviço de transporte a partir das rotas que seriam feitas em vazio pelos camiões, após procederem à última entrega em loja. Tal implica um percurso mais longo no retorno das nossas viaturas, pois terão de se deslocar ao Fornecedor, mas também proporciona a poupança da viagem de ida e volta quando o Fornecedor procede à entrega dos seus produtos nos nossos entrepostos. Desta forma, consegue-se uma redução significativa das rotas em vazio, quer dos nossos veículos de abastecimento de lojas (no regresso após última entrega), quer dos nossos Fornecedores após a entrega no nosso entreposto. Em 2019, no âmbito do *Backhauling*, foram feitas mais 40% das viagens do que o ano anterior, proporcionando uma poupança líquida, em quilómetros, de +98% face a 2018 aos 54 Fornecedores abrangidos, o que corresponde a um total de quase 3.000 toneladas de emissões de CO₂e evitadas.



UTILIZAÇÃO E GESTÃO DOS MATERIAIS

REPENSAR O USO DO PLÁSTICO E CONTRIBUIR PARA A ECONOMIA CIRCULAR

A dependência do capital natural e o consumo excessivo de recursos naturais, assim como a proliferação do uso dos plásticos em utilizações únicas, tem adquirido maior relevância para a sociedade, tornando mais urgente contribuir para a redução do consumo de recursos e para a economia circular. Promover o *ecodesign* de embalagens com maior potencial de reutilização e reciclabilidade, evitar a produção de resíduos e assegurar o seu encaminhamento para valorização é crucial para a promoção de cadeias de valor mais sustentáveis. Em paralelo, é importante melhorar e intensificar a informação junto dos consumidores, disponibilizando ferramentas para que todos contribuam para um futuro mais sustentável.

A NOSSA ABORDAGEM

Em paralelo com a procura incessante de soluções para a gestão eficiente de todos o tipo de materiais, decidimos dar maior ênfase à problemática dos plásticos. Desta reflexão resultou a “Estratégia para o Uso Responsável dos Plásticos” da Sonae MC, com a definição de 7 compromissos e a “Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico” que alinha a abordagem do Grupo Sonae ao tema através da identificação de princípios de atuação e dos objetivos a atingir.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

-4.431ton

DE PLÁSTICO VIRGEM, PELA INCORPORAÇÃO DE PLÁSTICO RECICLADO, DESDE 2018

29%

DE PLÁSTICO RECICLADO DA QUANTIDADE TOTAL DE PLÁSTICO VIRGEM MAPEADO (EM TERMOS DE PRODUTO, EMBALAGEM E OPERAÇÃO)

SONAE MC SUBSCREVE O “NEW PLASTICS ECONOMY GLOBAL COMMITMENT” PROMOVIDO PELA FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR

A NOSSA ATIVIDADE

ESTRATÉGIA PARA O USO RESPONSÁVEL DE PLÁSTICOS

No âmbito da Estratégia de Sustentabilidade Ambiental, e pela natureza da nossa atividade, em que contactamos ao longo da cadeia de valor diretamente com produtores, operadores e consumidores e pelo exercício de repensar e redesenhar os nossos processos, produtos e serviços no sentido de uma maior circularidade, definimos a “Estratégia para o Uso Responsável dos Plásticos”.

Para materializar esta estratégia, definimos 7 compromissos, alinhados com as estratégias nacional e europeia para os plásticos, rumo a uma economia circular:

- Antecipar para 2025 a meta de tornar **100% das embalagens de plástico colocadas no mercado reutilizáveis ou que possam ser recicláveis** de forma economicamente eficiente
- Reduzir ou eliminar a utilização de materiais de plástico de origem fóssil
- Reduzir a complexidade dos materiais de plástico fóssil utilizados
- Aumentar a incorporação de matérias primas secundárias em novos produtos
- Aumentar os níveis de reutilização de produtos
- Melhorar e intensificar a informação junto dos consumidores
- Promover e/ou apoiar iniciativas de terceiros

De forma complementar, e visando o alinhamento da abordagem do Grupo Sonae ao tema, fazemos também parte de uma equipa transversal às diferentes empresas Sonae, que sistematizou os princípios de atuação e os objetivos a atingir ao nível dos plásticos. O foco deste grupo de trabalho centrou-se na identificação e quantificação dos materiais de plásticos existentes nas embalagens e produtos cujo desenvolvimento e colocação no mercado é da responsabilidade da Sonae, bem como no plástico gerado nas operações. Um trabalho que a Sonae MC tinha já vindo a desenvolver no sentido de identificar a nossa pegada de plástico, com o objetivo de definir metas concretas de redução, reciclagem e reutilização.

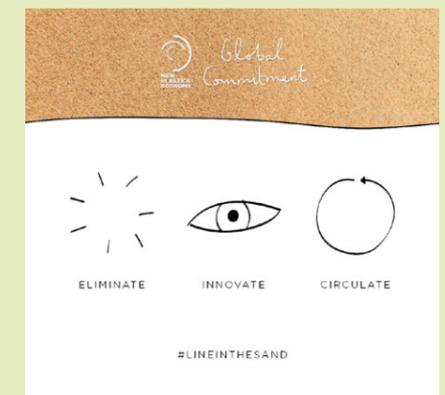
A “Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico”, define como eixos prioritários de ação:

- **Self assessment**, da quantidade e tipo de plástico usado
- Reduzir e reutilizar, reforçando os princípios da circularidade
- Facilitar a reciclabilidade dos produtos e embalagens de plástico pelos quais somos responsáveis
- Minimizar a utilização de plásticos de origem fóssil

- Utilizar apenas materiais de origem biológica que não compitam com a produção de alimentos nem promovam o desperdício
 - Sensibilizar as comunidades
 - Estabelecer parcerias, com universidades e centros de investigação
 - Monitorizar e avaliar o desempenho
- A ambição da Sonae MC e das restantes empresas do Grupo Sonae traduziu-se num conjunto ambicioso de metas e objetivos adicionais para 2025, alinhados com o Pacto Nacional para o Plástico, do qual o Grupo Sonae é subscritor:
- Identificar, até 2020, plásticos de uso único considerados problemáticos ou desnecessários e definir medidas para a sua eliminação
 - Garantir que 70% das embalagens plásticas, ou mais, são efetivamente recicladas, através do aumento da recolha e da reciclagem
 - Incorporar em média 30% de plástico reciclado nas novas embalagens de plástico
 - Promover atividades de sensibilização para os consumidores sobre a circularidade dos plásticos

1.º RETALHISTA PORTUGUÊS A INTEGRAR O “NEW PLASTICS ECONOMY GLOBAL COMMITMENT”

Em 2019, tornamo-nos no primeiro retalhista português a integrar o “New Plastics Economy Global Commitment”, promovido pela Fundação Ellen MacArthur em colaboração com as Nações Unidas. Este pacto define metas ambiciosas para 2025, nomeadamente assegurar que todas as embalagens de plástico sejam 100% reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis, com vista a antecipar em 5 anos a legislação e as metas europeias criadas para o tema.



ESTRATÉGIA EM AÇÃO

Desde a segunda metade de 2018, que a implementação da nossa estratégia permitiu evitar a utilização de 4.431 toneladas de plástico virgem, pela incorporação de plástico reciclado. No final de 2019, a quantidade de plástico reciclado já representava 29% da quantidade total de plástico virgem mapeado até ao momento. Demos continuidade às iniciativas de diminuição do consumo de plástico virgem e outros materiais desnecessários, atuando em diferentes áreas:

- **Embalagem:** redução da quantidade de plástico nas embalagens na marca própria Continente e introdução de matérias-primas recicladas. Assim como o compromisso em garantir a reciclabilidade destas embalagens, através da eliminação dos materiais não recicláveis, da utilização de componentes de embalagem com materiais compatíveis entre si para facilitar a reciclagem, e recorrendo a componentes de embalagem facilmente separáveis. A alteração do rótulo dos iogurtes líquidos Continente levou à substituição, em valor anualizado, de 50 toneladas de PVC (plástico não-reciclável) por PET (plástico reciclável), numa categoria que representa cerca de 12 milhões de unidades ano.
- **Produto:** inclusão de material reciclado, com origem em resíduos de plástico das nossas operações, em sacos do lixo de marca própria 100% reciclados, permitindo uma poupança anual de 740 toneladas de plástico virgem, num produto que representa 50% das vendas da marca Continente nesta categoria. Dado o elevado volume de sacos usados nas nossas lojas e entregas online, introduzimos sacos de plástico de polietileno, com 80% de material reciclado e 100% recicláveis, resultando numa poupança anualizada de 1.295 toneladas.
- **Operação:** redução da espessura do plástico filme utilizado na operação logística, poupando, em valor anualizado, 140 toneladas de material virgem. Eliminação de agitadores de café de plástico, talheres e copos plásticos, palhinhas e pratos nas cafetarias, BAGGA e Take Away, permitindo evitar anualmente o consumo de mais de 39 toneladas de plástico, correspondendo a mais de 16,5 milhões de unidades.
- **Sensibilização:** lançamento da plataforma digital “Plástico Responsável”, que agrega conteúdos informativos e pedagógicos.



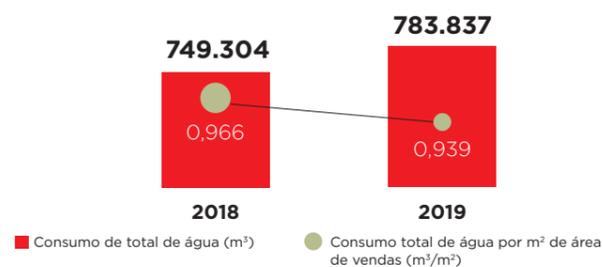
*Saiba mais sobre a plataforma digital “Plástico Responsável”

REDUZIR A PEGADA HÍDRICA

A Sonae MC está empenhada em reduzir a sua pegada hídrica, aumentando a eficiência das nossas operações, inovando e repensando a gestão e utilização da água nas infraestruturas, recorrendo muitas vezes a tecnologia. Em 2019, a Sonae MC consumiu 783.837 m³ de água, verificando-se um crescimento de 5%, fruto da expansão das suas operações (aumento do número de lojas, de forma orgânica e com a aquisição da Arenal). Quanto ao consumo específico, i.e., o total de água consumida sobre a área total de vendas, verificou-se um consumo de 0,939 m³ por m² de área de vendas. Apesar do crescimento orgânico nos últimos anos ter incidido sobretudo em lojas Continente Bom Dia, com maiores consumos específicos associados, resultado do maior percentual ocupado pelas áreas de frescos neste tipo de formato de conveniência, verificou-se uma redução de 3% no consumo específico de 2018 para 2019. Este resultado está relacionado com a integração da Arenal em 2019, cujas lojas têm um menor consumo de água associado, com as medidas de eficiência adotadas ao longo dos últimos anos e, mais recentemente, com a instalação progressiva de contadores dotados de telemetria que permitem uma melhor monitorização dos consumos.

Ao longo do ano continuámos a apostar no desenvolvimento de iniciativas dedicadas à redução e moderação do consumo de água. Paralelamente, temos também alguns exemplos pontuais de reutilização ou de reciclagem de água na operação da Sonae MC, tais como, a reutilização da água utilizada em lavatórios e duchas para abastecimento de algumas instalações sanitárias no Sonae Business Centre da Maia ou a recuperação e reciclagem de parte das águas residuais do Centro de Processamento de Carnes. Este projeto permite a reutilização de água nas torres de refrigeração, na rega, em lavagens exteriores e no abastecimento dos depósitos do serviço de incêndio. O Centro de Processamento de Carnes, em 2019, recuperou e reutilizou nas torres de refrigeração 16.071 m³ de água, que constituíam parte do efluente líquido proveniente do seu processo industrial, após o devido tratamento na ETARI (Estação de Tratamento de Águas Residuais Industriais).

CONSUMO TOTAL DE ÁGUA



GERIR OS RESÍDUOS DE FORMA RESPONSÁVEL



No âmbito da gestão de resíduos inerente à nossa política ambiental, preocupamo-nos tanto com os resíduos gerados pela nossa atividade, como com os resíduos entregues pelos nossos Clientes em loja. Em 2019, fomos responsáveis pela gestão de 71.335 toneladas de resíduos. Para promover a reciclagem, disponibilizamos pontos de recolha deste tipo de resíduos de Clientes nas lojas ou nos parques de estacionamento das mesmas. Desta forma, os nossos Clientes podem exercer a cidadania ambiental de forma cómoda apoiando a superação dos desafios colocados por esta problemática. Em 2019, relativamente à gestão de resíduos entregues pelos Clientes, e que enviámos para valorização, registámos um aumento de 31%, destacando-se as categorias de roupa usada (+34%), rolhas de cortiça usadas (+15%) e óleos alimentares usados (+5%). É também de destacar o aumento de cerca de 33% na quantidade de resíduos perigosos - baterias, pilhas, consumíveis informáticos e lâmpadas - entregues pelos nossos Clientes face a 2018. Na gestão de resíduos não perigosos próprios, realçamos a redução das quantidades de cartão e plástico gerados, resultantes dos nossos esforços em minimizar o impacto ambiental das embalagens dos produtos que comercializamos, nomeadamente os produtos de marca própria, como já foi referido anteriormente. Adicionalmente, registámos uma taxa de valorização de 79% dos resíduos produzidos, com 56.060 toneladas a serem valorizadas (através de reciclagem, compostagem ou outras opções de valorização energética) e 14.656 toneladas a serem eliminadas (através de deposição em aterro sanitário).

PROMOVER A RECICLAGEM

A Missão Continente desenvolveu uma campanha de sensibilização para a importância da reciclagem da cortiça e conservação da floresta. A campanha “Rolhas que dão folhas” foi implementada através de comunicação nas redes sociais e em loja e da distribuição de 500.000 “rolhinhas” (pequenos depósitos) aos Clientes para juntarem rolhas de cortiça e entregarem nas lojas Continente. Esta campanha enquadra-se na parceria entre Missão Continente, Quercus e Corticeira Amorim desde 2008, para promoverem a cortiça e a recolha de rolhas para reciclagem e financiar a rearborização, através do projeto “Floresta Comum”. Com pontos de recolha em todas as lojas, o Continente é o maior parceiro na recolha, com mais de 80% dos totais recolhidos anualmente. Desde 2008, já foram recolhidas mais de 380 toneladas de rolhas de cortiça, permitindo à Quercus distribuir mais de 828 mil árvores autóctones para a rearborização.



RECICLAR MAIS E MELHOR



Queremos ajudar os nossos Clientes a reciclar mais e melhor, por isso associamo-nos à Sociedade Ponto Verde (SPV) e desenvolvemos

uma nova iconografia de reciclagem que inclui um conjunto de instruções que explicam como se deve reciclar as embalagens de cada produto, além da indicação do ecoponto a que cada parte da embalagem se destina. Isto permite esclarecer dúvidas no momento em que surgem, educando os Clientes para a reciclagem. Este projeto envolveu também os consumidores, que, através de estudos, ajudaram a definir a informação mais relevante a colocar nas embalagens. Por outro lado, esta parceria tem também como objetivo conferir às embalagens um maior potencial de reciclabilidade atuando na sua conceção e desenho. O processo de *ecodesign* será implementado em todos os produtos de marca própria Continente até 2021, e até 2025 todas as embalagens serão recicláveis ou reutilizáveis.

DESPERDÍCIO ALIMENTAR

COMBATER E VALORIZAR O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A procura global de alimentos tem vindo a aumentar, por outro lado, continua a ser preocupante a quantidade de alimentos que diariamente são desperdiçados em todo o mundo. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o desperdício alimentar representa cerca de 1/3 de todos os alimentos produzidos anualmente a nível mundial, e ocorre ao nível da produção, do retalho e do consumo, induzindo emissões significativas que exacerbam o desafio do combate às alterações climáticas e o impacte na segurança alimentar. Assim, o combate à perda e ao desperdício de alimentos é uma causa que deve ser partilhada por todos.

A NOSSA ABORDAGEM

Acreditamos que o que é hoje uma quebra, pode ser valor acrescentado amanhã, por isso, criámos, em 2016, o projeto "Transformar-te", com inúmeras iniciativas de valorização da quebra implementadas ao longo dos anos. Em 2019 participámos no projeto FreSH (*Food Reform for Sustainability and Health*), no âmbito do WBCSD, onde foram desenvolvidas soluções para impulsionar a transformação do sistema alimentar. Em paralelo, sensibilizamos os Clientes para os efeitos das suas escolhas e da importância da economia circular.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

18%

RÁCIO DE DESPERDÍCIO ALIMENTAR EVITADO FACE A TODA A QUEBRA CONHECIDA

~8M€

EM DOAÇÕES DE PRODUTOS ALIMENTARES EXCEDENTES

3,6ton

DE EXCEDENTES ALIMENTARES RESGATADOS EM PRODUTOS DE ECONOMIA CIRCULAR

AÇÕES SIMPLES DE REDUÇÃO DE QUEBRA COM ELEVADO IMPACTE



Garantir os melhores produtos para os nossos Clientes, com uma validade longa, é uma prioridade para nós. No entanto, procuramos reduzir o desperdício alimentar tanto quando um produto não cumpre os nossos altos requisitos estéticos

como quando está em fim de validade, por exemplo, através da reembalagem de fruta quando alguma das unidades que a compõem não é comercialmente atrativa ou escoando o produto a um preço que permita salvaguardar as expectativas dos Clientes sobre a validade do produto.

Os projetos *Single Banana* e "Caixa ZERO% Desperdício" são exemplos de soluções criadas para redução da quebra de baixo investimento e fácil implementação. A banana é o produto com maior quebra nas nossas lojas, e um dos principais motivos são as bananas soltas. Com o projeto *Single Banana* conseguimos incentivar os Clientes a comprar bananas que, por alguma razão, ficaram "fora do cacho". A "Caixa ZERO% Desperdício", um cabaz de frutas e legumes composto por produtos que se encontram no final do ciclo de maturação, mas estão em boas condições para consumo, permitiu, em 2019, dar uma segunda oportunidade a 10 toneladas de frescos que se iriam tornar em desperdício alimentar.

DOAÇÕES DE EXCEDENTES ALIMENTARES

Com o duplo objetivo de encontrar soluções para os excedentes alimentares através da reutilização e de cuidar da comunidade interna, as áreas sociais das lojas e entrepostos colocam à disposição dos Colaboradores produtos alimentares excedentes para consumir durante o seu período de trabalho (com um valor aproximado de 3,8 milhões de euros, em 2019). Adicionalmente, os produtos alimentares excedentes que, não podendo ser recuperados para venda, estão em boas condições de consumo, são doados a instituições de solidariedade social e de apoio e proteção de animais. Em 2019, a doação diária de excedentes alimentares de mais de 300 lojas e entrepostos, correspondeu a um valor de aproximadamente 8 milhões de euros que foram repartidos por mais de 1.000 instituições.

¹Conheça os principais produtos do Continente Food Lab no website <https://foodlab.continente.pt/>.

SENSIBILIZAÇÃO DOS CONSUMIDORES

Queremos contribuir para a sensibilização da população para a adoção de comportamentos responsáveis no seu dia a dia, que podem contribuir para reduzir o desperdício alimentar. Para tal, desenvolvemos diversas iniciativas trabalhadas de forma transversal e continuada junto de diferentes públicos, desde ações para a comunidade escolar, no Programa Escola Missão Continente, a iniciativas de informação, como a iniciativa "Saber a diferença, faz a diferença" em parceria com a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), focada nas datas de validade de produtos perecíveis.



INOVAÇÃO ALIMENTAR E ECONOMIA CIRCULAR

No sentido de combater esta realidade, trabalhamos para criar produtos inovadores, com mais-valias para a economia circular. À medida que as frutas e os legumes perdem valor comercial, mas continuam em perfeitas condições de consumo, tornam-se ideais como ingredientes de *chutneys* e compotas ou de bolos como o Panana.

Recentemente, lançámos também a única cerveja artesanal de pão portuguesa, produzida com base nos excedentes de pão recolhidos nas lojas, com o selo do projeto de inovação "Continente Food Lab"¹, que desenvolve produtos alternativos, como o "Beyond Burger", o hambúrguer vegan que sabe a carne. O *Food Lab* é o reflexo da nossa aposta na inovação alimentar e nas novas tendências alimentares mundiais. Em 2019, os nossos produtos de economia circular possibilitaram o resgate de mais de 3,6 toneladas de alimentos que, de outro modo, seriam desperdiçados.





COMUNIDADE PROXIMIDADE E ENVOLVIMENTO

Sabemos que as comunidades mais próximas são essenciais para o desenvolvimento da nossa atividade e, por isso, procuramos conhecê-las através da construção de relações de proximidade, desafiando parceiros e sensibilizando Clientes para a importância da escolha certa. Estamos cientes das mudanças positivas que conseguimos promover na sociedade.

CADEIA DE FORNECIMENTO SUSTENTÁVEL E LOCAL

REFORÇAR PARCERIAS DURADOURAS E DE SUCESSO

O retalho, assim como os setores agrícola, agropecuário e a indústria de transformação alimentar, têm um impacto significativo na natureza e biodiversidade. Conscientes do papel ativo que temos na cadeia de valor é, do nosso ponto de vista, crucial influenciar positivamente os diferentes parceiros com quem nos relacionamos, contribuindo para a preservação dos recursos naturais através da redução dos impactos das nossas atividades nos ecossistemas. Implementar iniciativas com impacto em toda a cadeia de valor são, para nós, a forma mais eficaz de contribuir para as transições propostas pela FOLU (*Food and Land Use Coalition*) para transformar os sistemas alimentares e utilização do solo.



INDICADORES EM DESTAQUE

136 MIL ton

COMPRADAS DIRETAMENTE À PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AGROPECUÁRIA NACIONAL

ADESÃO AO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA “PORTUGAL SOU EU”

62%

DO PESCAÇO COMERCIALIZADO É PROVENIENTE DE AQUACULTURA OU MÉTODOS DE PESCA SUSTENTÁVEL

A NOSSA ABORDAGEM

As nossas parcerias são pautadas pela colaboração e privilegiamos a proatividade na busca de soluções equitativas que impulsionem a transição para um modo de produção mais regenerativo. Para o efeito, implementamos em conjunto boas práticas ambientais, sociais e éticas na cadeia de valor, refletidas no Código de Conduta para Fornecedores¹, na Política de Sustentabilidade do Pescado Sonae, bem como nos pressupostos da Certificação do Clube de Produtores Continente. Foi também constituído um Grupo de Trabalho no Grupo Sonae para definir uma política transversal de Conservação da Biodiversidade.

¹Saiba mais sobre o [Código de Conduta para Fornecedores Sonae](#)

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A NOSSA ATIVIDADE

APOIAR A PRODUÇÃO NACIONAL

O Clube de Produtores Continente (CPC) surge em 1998 com o objetivo de apoiar a produção agroalimentar nacional, assente numa estratégia de partilha de conhecimento da Sonae MC junto dos produtores. Hoje a sua missão, tendo ainda como base a partilha de conhecimento, passa também pelo reforço de parcerias estratégicas com os produtores, e que garantam nas lojas Continente produtos de origem nacional de qualidade, inovadores e cada dia mais sustentáveis.

Em 2019, o volume de compras aos membros do Clube de Produtores Continente foi de 300 milhões de euros, correspondendo a cerca de 160 mil toneladas de produtos portugueses, representando um aumento de 19% face a 2018. De notar ainda que 85% do valor de compras de frescos (88% do volume) do Continente é realizado a Fornecedores nacionais. Através do seu conselho científico o CPC garante apoio técnico e acesso a tecnologia avançada aos seus membros, conciliável com práticas mais tradicionais. A aproximação de investigadores de universidades nacionais e estrangeiras aos produtores potencia a otimização de recursos, bem como a antecipação de novos hábitos de consumo. Adicionalmente, os membros são reconhecidos por um sistema de certificação, revisto recentemente com a inclusão de critérios não só de qualidade e segurança alimentar, como de ambiente, bem-estar animal e responsabilidade social. A implementação destes referenciais agroalimentares, ainda mais exigentes e abrangentes, é garantida através de auditorias, que asseguram a conformidade dos parâmetros desde o campo até às unidades de produção. Em 2020, estes critérios de certificação serão adaptados à metodologia SAFA (*Sustainability Assessment of Food and Agriculture*) permitindo uma abordagem integrada da sustentabilidade.

Ao longo de 2019, o CPC desenvolveu várias iniciativas e parcerias das quais destacamos as seguintes:

- **Clube de Produtores Continente BIO:** lançamento de uma área dedicada a este segmento com o intuito de promover a produção nacional de produtos frescos biológicos.
- **2.ª e 3.ª edições da Academia Clube de Produtores Continente:** capacitação dos produtores nas várias áreas da cadeia de valor, por forma a torná-los mais competitivos e conscientes da atualidade do retalho.
- **Cereais de origem 100% nacional:** em 2016, a Sonae MC assinou um contrato de fornecimento pioneiro com seis organizações de produtores de cereais do Alentejo, e que assegurou a compra de 4.000 toneladas de trigo português em 2019, produzido com elevados critérios de qualidade e garantindo a manutenção de ecossistemas biodiversos e fixadores de carbono, anulando a dependência de trigo proveniente de mercados externos. Este passo permitiu que todo o pão de trigo produzido nas lojas Continente seja



de origem 100% nacional, representando um importante incentivo para o relançamento da produção de cereais em Portugal, tendo mesmo sido identificado pelo Ministério da Agricultura como um programa estratégico para o setor agrícola nacional.

- **Produção e consumo sustentável de carne:** projeto desenvolvido em parceria com a Organização Não Governamental Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável - , que pretende promover, através da criação de uma certificação específica, a produção sustentável de carne pelos membros do CPC, assegurando que a sua origem seja de sistemas de produção que respeitam os critérios de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos.

FOMENTAR A “PORTUGALIDADE”

Quer através do CPC, comunicando os benefícios do consumo de frutas e legumes nacionais sazonais (como a laranja do Algarve), quer através dos produtos de marca própria, ou da adesão ao programa “Portugal Sou Eu” reforçamos o nosso compromisso em valorizar a produção nacional. Ao longo do ano comunicámos a “portugalidade” e privilegiamos os Fornecedores nacionais, em condições de igual competitividade de preço.



PRODUTOS DE ORIGEM SUSTENTÁVEL

Uma parte importante da nossa estratégia passa pela identificação de matérias-primas críticas para as nossas operações e implementação de procedimentos que garantam a produção agrícola e o fornecimento responsável. Para tal, temos trabalhado com organizações externas reconhecidas e definimos objetivos ambiciosos ao nível da certificação da origem das matérias-primas usadas no desenvolvimento de produtos de marca própria:

- Privilegiamos o café, cacau e chá certificados por programas que transmitem aos produtores boas práticas agrícolas e demonstrem como podem cultivar café, cacau e chá de forma mais profissional, com maior qualidade, maior rendimento e mais sustentabilidade, tais como o UTZ, o *Rainforest Alliance*, e o *Fairtrade*. Lançamos uma gama de chocolates de marca própria Continente produzidos com cacau certificado pelo programa UTZ.



- Garantimos, desde 2019, que 100% dos ovos de marca própria Continente são provenientes de galinhas criadas no solo ou ao ar livre.
- Comprometemo-nos a substituir o óleo de palma nos produtos de marca própria Continente por outras gorduras que não prejudiquem o perfil nutricional dos mesmos. Na impossibilidade tecnológica de ser substituído, asseguramos que o óleo de palma que utilizamos é de origem sustentável, certificado por programas que garantam o cumprimento de critérios específicos para a redução dos impactos negativos do seu cultivo no meio ambiente e nas comunidades.
- Asseguramos que o papel que utilizamos provém de florestas sustentáveis, certificadas e de origem controlada, que oferecem benefícios ambientais, sociais e económicos. 100% das referências de papel de marca própria Continente têm certificação *Forest Stewardship Council (FSC)*.

FOCO NA QUALIDADE E SEGURANÇA

A Sonae MC é uma empresa que promove a qualidade dos seus produtos, sendo a segurança alimentar um dos vetores que pauta diariamente a tomada de decisões e a busca de uma melhoria contínua. Nesse sentido qualidade e segurança é de extrema importância para a Empresa, pelo que investimos de forma contínua na certificação dos nossos processos e na avaliação dos nossos produtos. Em 2019, renovámos a certificação do processo de desenvolvimento de marcas próprias da Sonae MC de acordo com o referencial internacional de gestão da qualidade NP EN ISO 9001:2015. Para garantir elevados padrões de qualidade e segurança sujeitamos os nossos equipamentos, instalações e produtos a uma rigorosa monitorização. Os produtos de marca própria são analisados nas diferentes fases de produção, e até mesmo durante a comercialização no caso dos frescos devido à sua perecibilidade, através de inspeções, controlos laboratoriais e auditorias, por técnicos internos e de laboratórios independentes e certificados. Em 2019, foram efetuadas 382.458 análises de conformidade e qualidade a produtos, 373.303 análises a produtos alimentares e 9.155 análises a produtos não alimentares. Dentro deste universo é importante ressaltar que cerca de 31 mil análises são feitas em loja para avaliar, entre outros, a higiene das superfícies e das mãos dos Colaboradores. O processo de avaliação e qualificação de Fornecedores de produtos de marca própria da Sonae MC, a cargo da Direção da Qualidade & Investigação da Sonae MC, tem como objetivo garantir que os produtos que chegam às nossas lojas são de elevada qualidade, respeitando os princípios da segurança alimentar. Ao longo do ano foram monitorizadas 340 categorias de produtos e serviços e efetuadas auditorias a mais de 340 Fornecedores. A Direção da Qualidade & Investigação também assegurou o acompanhamento das lojas, no que respeita ao cumprimento das boas práticas de higiene e segurança alimentar.

IMPULSIONAR A AQUACULTURA NACIONAL

Em 2019, iniciámos no Algarve, com um parceiro nacional, o maior projeto de aquacultura de dourada em Portugal, cuja comercialização terá início em 2020. A produção anual de dourada será de, aproximadamente, 1.200 toneladas, sendo a principal fatia destinada em exclusivo às lojas Continente, com previsão de aumento do número de espécies e da produção anual, nos próximos anos. A parceria inclui, para além da garantia de escoamento, o apoio técnico do CPC e de universidades, contribuindo para a estabilização da sobre-exploração de espécies selvagens.

SUSTENTABILIDADE NO PESCADO



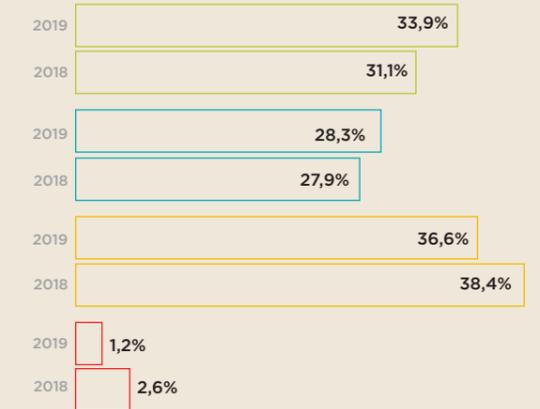
Ao longo dos anos, temos implementado diversas medidas de promoção de práticas de pescada sustentáveis que visam minimizar os impactos das atividades piscatórias na biodiversidade marinha e que têm em conta um conjunto de princípios de atuação e *standards* rigorosos, patentes na Política de Sustentabilidade do Pescado Sonae¹, em vigor desde 2010:

- Não admitimos no nosso portefólio pescado proveniente de Fornecedores sobre os quais haja conhecimento de práticas associadas a abusos dos Direitos Humanos ou métodos de pesca ilegais.
- Não comercializamos espécies de pescado consideradas “ameaçadas” pela informação consensual recolhida regularmente junto das principais ONG internacionais de referência - *Greenpeace*, *WWF* e *IUCN*.
- Reduzimos as ações promocionais de espécies “vulneráveis” e alargámos 20%, em média, a nossa gama de pescado, de forma a incentivar um consumo mais diversificado de espécies.
- Privilegiamos a aquisição de pescado proveniente de métodos de pesca, produção de pescado ou *stocks*, comprovadamente sustentáveis.
- Desenvolvemos o *Traffic Light System (TLS)*, uma ferramenta que permite avaliar as compras consoante o nível de sustentabilidade das pescas. Através deste sistema atribuímos a cor verde, azul, amarela e vermelha consoante o potencial impacte na biodiversidade ou ecossistema marinho. Desta forma conseguimos dar primazia a Fornecedores que utilizem métodos de pesca com menor impacte ao nível da existência das espécies e ecossistemas.

Como resultado destas medidas, destacamos o aumento da proporção de pescado proveniente de aquacultura ou métodos de pesca com reduzido impacte na existência da espécie e dos ecossistemas (de 59% em 2018, para 62% em 2019), e uma redução da proporção de pescado proveniente de métodos de pesca que podem prejudicar outras espécies ou *habitats*.

¹ Saiba mais sobre a [Política de Sustentabilidade do Pescado Sonae](#)

VOLUME DE COMPRAS DE PESCADO



LEGENDA DO TRAFFIC LIGHT SYSTEM

- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte reduzido na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos
- Produzido em aquacultura, certificado segundo os padrões de qualidade do Continente
- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte moderado na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos
- Utilização de métodos/artes de pesca com potencial impacte significativo na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos

PROJETO RASTREABILIDADE DO PESCADO

Para promover a consciencialização dos consumidores sobre os problemas subjacentes à pesca não sustentável e de aumentar a informação disponível para a tomada de decisões de compra mais sustentáveis, implementámos um projeto de rastreabilidade do pescado, em piloto atualmente na loja Continente das Antas. Este piloto consiste na disponibilização, num *tablet*, de informação sobre o pescado que se encontra no momento disponível na seção da peixaria, por exemplo o método de pesca, a zona de captura, o país de origem, entre outras informações relevantes. Esta iniciativa está a ser desenvolvida no âmbito do projeto de investigação ValorMar liderado pela Sonae MC e que tem como objetivo valorizar os recursos marinhos em Portugal de forma sustentável através da cooperação de 30 entidades.



NUTRIÇÃO SAUDÁVEL E CONSUMO SUSTENTÁVEL

PROMOVER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E UM CONSUMO CONSCIENTE

Para cumprir as metas climáticas e de desenvolvimento sustentável estabelecidas nos ODS e as metas definidas no *Paris Pledge for Action* sobre as alterações climáticas, que o Grupo Sonae assinou, é imperativo transformar os sistemas mundiais de alimentação. No centro desta transformação encontra-se a adoção de dietas mais sustentáveis. Uma dieta sustentável tem baixo impacte ambiental e contribui para a segurança alimentar e nutricional da população, e para a sua saúde. Face a este desafio de transformação que a sociedade enfrenta, as empresas assumem um papel cada vez mais ativo e preponderante na implementação de mudanças e hábitos.

A NOSSA ABORDAGEM

Como maior retalhista português e Empresa responsável, alinhada com os esforços da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), temos um papel crítico na promoção de escolhas alimentares sustentáveis e na democratização da alimentação saudável. Por isso, comprometemo-nos a impulsionar uma maior e melhor literacia nutricional e em disponibilizar produtos mais equilibrados aos nossos Clientes.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

100%

DOS PRODUTOS ALIMENTARES DE MARCA PRÓPRIA CONTINENTE, PASSÍVEIS DE OTIMIZAÇÃO NUTRICIONAL, FORAM AVALIADOS

+450ton

DE REDUÇÃO DE AÇÚCARES EM PRODUTOS ALIMENTARES DE MARCA PRÓPRIA CONTINENTE

31.000

ALUNOS INSCRITOS EM 2019/2020 NO PROGRAMA ESCOLA MISSÃO CONTINENTE

A NOSSA ATIVIDADE

OTIMIZAR A COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL

Em 2019, avaliámos a composição nutricional de todos os produtos alimentares de marca própria Continente, passíveis de otimização nutricional, totalizando mais de 1.500 produtos. Paralelamente, definimos diretrizes internas que apoiam o desenvolvimento e reformulação de produtos alimentares de marca própria. Com este trabalho, temos como objetivo reduzir os níveis de sal, gordura e açúcar e eliminar as gorduras hidrogenadas, minimizando o impacte nas características organoléticas dos produtos e evitando fazê-lo através da adição de intensificadores de sabor.

Em 2019, foram otimizados nutricionalmente mais de 100 produtos, traduzindo-se na redução de 60 toneladas de sal e 450 toneladas de açúcares e 300 toneladas de gorduras saturadas. Adicionalmente, encontram-se ainda em curso planos de otimização nutricional para mais de 250 produtos.



SEMÁFORO NUTRICIONAL



Desde 2008 que implementámos o Semáforo Nutricional para simplificar a interpretação dos rótulos e permitir que o Cliente possa efetuar escolhas mais informadas e conscientes. O Semáforo Nutricional destaca nutrientes específicos, gordura, gordura saturada, açúcar e sal, cujo consumo excessivo constitui um risco cientificamente comprovado, e associa-os a um código de 3 cores (verde, amarelo e vermelho), dependendo da sua concentração (baixa, média, elevada). Adicionalmente, elaborámos cartões conversores, que permitem a comparação de alimentos com e sem semáforo, e incorporámos na rotulagem o código *ColorADD*® para os daltónicos.

gordura saturada, açúcar e sal, cujo consumo excessivo constitui um risco cientificamente comprovado, e associa-os a um código de 3 cores (verde, amarelo e vermelho), dependendo da sua concentração (baixa, média, elevada). Adicionalmente, elaborámos cartões conversores, que permitem a comparação de alimentos com e sem semáforo, e incorporámos na rotulagem o código *ColorADD*® para os daltónicos.

ESCOLA MISSÃO CONTINENTE

O programa educativo, destinado a crianças do 1.º ciclo do ensino básico, apoia as escolas na sensibilização para uma alimentação e estilo de vida saudáveis aliados a um consumo consciente, abordando temas como as dietas saudáveis, o desperdício alimentar ou o uso excessivo do plástico. O programa aposta na aprendizagem através de atividades didáticas, distribuição de materiais lúdicos, visitas de estudo e desafios que incentivam a comunidade escolar a agir. Estas atividades só são possíveis com a participação voluntária dos Colaboradores Sonae MC que vão às escolas apresentar aulas temáticas e interativas, assim como receber alunos durante as visitas às lojas Continente. A edição de 2019/2020 envolve mais de 300 Colaboradores voluntários, 332 escolas de todos os distritos de Portugal e, aproximadamente, 31.000 alunos, representando um crescimento de 30% no número de alunos face a 2018.

CONFERÊNCIA PORTUGAL SAUDÁVEL

Através da organização da Conferência Portugal Saudável, promovida pela Missão Continente, procuramos contribuir para o debate de questões de interesse público relacionadas com a alimentação, a saúde e a sustentabilidade. Na 4.ª edição da Conferência Portugal Saudável, que decorreu em abril de 2019, sob o tema "*Improving Our Food System*", figuras relevantes nas áreas da investigação, da educação alimentar, da restauração, da televisão, do retalho e da política discutiram o futuro do sistema alimentar e de modelos capazes de conciliar de forma integrada a saúde, o ambiente e a economia.

À RODA DA ALIMENTAÇÃO

Lançada em novembro de 2018, é uma plataforma de comunicação integrada para promoção de uma vida e alimentação mais saudável. Esta multiplataforma, constituída por diversos meios, conta com mais de 400 conteúdos únicos sobre o tema, dos quais fazem parte um programa de televisão, um blogue, conteúdos noutras plataformas digitais e mostra, num formato dinâmico, que pequenas mudanças podem trazer resultados muito positivos.



APOIO ÀS COMUNIDADES LOCAIS

CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS EQUILIBRADA

As relações de proximidade com as comunidades envolventes são essenciais para um desenvolvimento sustentável. Assim, acreditamos que as empresas têm um papel crítico na promoção da prosperidade e no desenvolvimento das comunidades locais. Quer seja através da medição de impacto, da criação de iniciativas onde podemos contribuir com as nossas competências e experiência ou da adoção das causas das comunidades locais através da capacitação de organizações da economia social com o objetivo delas reforçarem a eficácia da sua missão. Acreditamos que desta forma, e alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é possível contribuir para comunidades mais fortes e resilientes.

A NOSSA ABORDAGEM

Procuramos desafiar os nossos parceiros e envolver os nossos Colaboradores, nas comunidades onde estamos presentes, proporcionando mudanças positivas na sociedade. Isto materializa-se no apoio de cerca de 9 milhões de euros a mais de 1.000 instituições através da Missão Continente, nos programas de voluntariado ou nas campanhas de apoio à natalidade. Para promover oportunidades de transformação social, em 2019, o Grupo Sonae integrou o grupo de trabalho do *European Round Table (ERT) - Jobs, Skills and Impact*.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

~9M€

EM APOIO À COMUNIDADE

+1.000

ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL APOIADAS

2.ª EDIÇÃO DO GRANDE INQUÉRITO DE SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL

A NOSSA ATIVIDADE

CONSTRUIR COMUNIDADES MAIS RESILIENTES

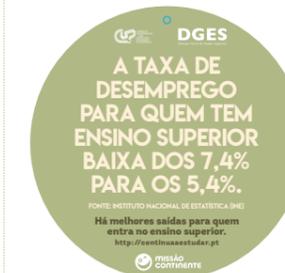


O programa "Sonae Activshare" agrega as ações de voluntariado e responsabilidade social do Grupo Sonae com impacto nas comunidades onde estamos inseridos, para além da Missão Continente e da iniciativa "Baby Well's". Estas ações contam com a participação voluntária dos nossos Colaboradores contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas, em parceria com instituições de solidariedade social que trabalham diretamente todos os dias com as comunidades. Acreditamos que estas iniciativas permitem aos nossos Colaboradores contactar com novas realidades e enfrentar desafios diferentes, aumentando a proximidade dos nossos Colaboradores às comunidades e, consequentemente, da Sonae MC às comunidades. As ações do "Sonae Activshare" envolveram, durante 2019, mais de 1.000 horas de voluntariado e 150 voluntários da Sonae MC. Das quais se destacam as seguintes ações:

- **Reflorestação de zonas afetadas pelos incêndios:** contribuimos de forma ativa para a reflorestação da área ardida em Oliveira do Hospital e Vouzela, algumas das áreas mais afetadas pelos fogos que assolaram o país em outubro de 2017. Através da plantação de mais de 1.400 árvores, das mais de 3.500 árvores doadas.
- **Junior Achievement Portugal (JAP):** através desta parceria, criada pelo Grupo Sonae desde 2006, temos como objetivo inspirar e dar ferramentas as crianças e jovens que contribuam para o seu sucesso num mundo cada vez mais global. Para tal, a JAP desenvolve programas, como o "Braço Direito" e o *Leaders for a Day*, que permitiram aos alunos visitar os locais de trabalho dos nossos Colaboradores voluntários e saber mais sobre as suas profissões e o seu dia a dia. Adicionalmente, os nossos Colaboradores participaram também em programas escolares que abordam tópicos como a cidadania e literacia financeira ou educação para o empreendedorismo, promovendo o desenvolvimento destas competências.

PROMOVER O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

A campanha de informação e sensibilização "Há melhores saídas para quem entra no ensino superior" esteve presente em, aproximadamente, 300 lojas. Esta campanha, fruto do desafio lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da parceria entre a Sonae MC e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), surge não só para incentivar a adesão ao ensino superior, mas também no sentido de promover uma oferta formativa diversificada e ajustada às diferentes realidades do mercado de trabalho. A Sonae MC, atenta ao papel que desempenha na consciencialização das famílias e gerações futuras, pretende contribuir para o aumento das qualificações em Portugal, apresentando através desta campanha vários dados que demonstram a vantagem de ter uma formação de ensino superior.



NATAL MAIS SAUDÁVEL E SOLIDÁRIO COM A GO NATURAL

Para promover a celebração da quadra festiva de forma mais saudável, a Go Natural lançou um conjunto de cabazes de Natal com produtos biológicos e de origem nacional. Adicionalmente, a receita das bolachas de Natal solidárias, à venda nos restaurantes e supermercados Go Natural, reverteu a favor da Associação Terra dos Sonhos, dedicada a ajudar a realizar os sonhos de crianças e jovens com doenças crónicas ou institucionalizados.



MISSÃO CONTINENTE

O trabalho que desenvolvemos para melhorar a vida das famílias portuguesas vai além daquilo que acontece nas nossas operações. E como, desde a nossa génese, entendemos que não há criação de valor se o mesmo não for partilhado, em 2015 criámos a Missão Continente, agregando todas as iniciativas que o Continente coloca em prática no âmbito da sua política de responsabilidade social, como contributo para o desenvolvimento sustentável.

Através da Missão Continente desenvolvemos atividades que procuram promover junto de Colaboradores, Clientes, produtores e comunidades locais, escolhas mais sustentáveis, tendo a sensibilização e mobilização como foco de atuação, organizadas em três eixos:



FOOD

Promover hábitos alimentares saudáveis e a redução do desperdício alimentar e sensibilizar para o consumo sustentável.



PEOPLE

Cuidar dos nossos Colaboradores e das suas famílias e promover o bem-estar social das comunidades locais.



PLANET

Promover boas práticas ambientais e a economia circular dos produtos e embalagens, atuar na redução do consumo de recursos naturais e mobilizar para a adoção de comportamentos responsáveis.

Em 2019, para além das iniciativas já destacadas anteriormente, salientam-se ainda as seguintes:

- 2.ª edição do “Grande Inquérito de Sustentabilidade em Portugal”:** a Missão Continente, em parceria com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, realizou a 2.ª edição deste estudo pioneiro, que retrata a perceção dos portugueses sobre a Sustentabilidade e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do país, reconhecendo a importância da informação para o conhecimento das diferentes realidades e para a adequação das estratégias.
- Recolha de bens:** apoiámos campanhas para a angariação de bens, através da cedência de espaço, apoio logístico e de comunicação a instituições como a Cruz Vermelha (o equivalente a 330.000 refeições angariadas), o Banco Alimentar Contra a Fome (mais de 1.000 toneladas de alimentos angariadas) ou o Banco Solidário Animal (mais de 745 toneladas de alimentos angariadas).
- Donativo Missão Continente:** apoiámos e capacitámos 12 instituições sociais que apresentaram projetos inovadores e socialmente relevantes nas áreas de alimentação saudável, desperdício alimentar e inclusão social, com 240.000 euros.
- Apoios locais:** numa ótica de aproximação à comunidade, a Missão Continente apoia projetos locais por todo o país. No último ano, apoiámos 292 iniciativas para as quais contribuimos com mais de 260.000 euros.



PROMOVER A LEITURA COM A NOTE!

Através do programa “Livro Vadio”, lançado em 2019 em parceria com a Leya e a VASP, a note! pretende incentivar a leitura de forma sustentável e divertida.

A ideia é convidar os leitores a deixarem um livro que tenham em casa numa das estantes do “Livro Vadio” e trocá-lo por um outro que queiram levar. Depois de o ler, podem passar numa loja e trocar novamente de livro. Em cada exemplar registado nesta “biblioteca” note! há uma folha própria para comentários, criando uma espécie de clube de leitura a partir de cada livro.

Até ao momento, este programa de promoção da economia circular e da leitura já permitiu a troca de cerca de 1.000 livros, nas lojas em que se encontrava disponível.



ZU, A CUIDAR DE CÃES E GATOS ABANDONADOS



Para além de cuidar dos animais de estimação dos nossos Clientes ao longo de todo o ano, apoiámos também várias associações de cães e gatos abandonados. Só em 2019, a ZU doou mais de 12.500 euros (+47% do que em 2018), o que corresponde a mais de 25.000 refeições doadas.

Esta iniciativa tem como objetivo apoiar animais de companhia

em situação vulnerável, constituindo uma importante resposta da ZU em prol da causa animal.

APOIO DIRETO À COMUNIDADE



POR UM FUTURO COM MAIS BEBÉS

Consciente de que Portugal apresenta uma das taxas de natalidade mais baixas da Europa, a Well's, como marca próxima das famílias portuguesas e com um papel relevante na vida das mães, assumiu a natalidade como tema central para a marca. Foi desta forma que nasceu o projeto “Por um futuro com mais bebés” uma iniciativa de cidadania e responsabilidade social que celebra todos os nascimentos desde 1 de janeiro 2018, apoia o primeiro ano de vida de bebés de famílias carenciadas e pretende fomentar a discussão sobre a temática em Portugal. Desde o início do projeto, a Well's já ofereceu mais de 87.000 kits “Baby Well's” em todo o país, o que significa que mais de 50% dos bebés nascidos neste período já beneficiaram desta iniciativa. Já faz a diferença na vida de 100 famílias carenciadas, cobrindo todas as necessidades durante o 1.º ano de vida dos bebés e conta com uma rede de mais de 120 Colaboradores da Well's que participam ativamente neste projeto.



Padaria



PESSOAS O MOTOR DO NOSSO SUCESSO

Orgulhamo-nos das nossas Pessoas, profissionais e competentes. Mais de 34 mil Colaboradores trabalham diariamente para oferecer o melhor às nossas mais de 4 milhões de famílias clientes. Contamos com equipas motivadas e perfeitamente integradas numa cultura de Empresa que, cada vez mais, impacta positivamente a comunidade onde se encontra inserida. Somos uma Empresa de Pessoas e para Pessoas.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

PROMOVER A SINGULARIDADE DAS NOSSAS PESSOAS

Acreditamos que a diversidade de perfis é a forma certa de estar e está presente nos nossos valores desde o início. Para além disso, é a melhor resposta para um mundo em constante e, cada vez mais, acelerada mudança. Sabemos que cada uma das mais de 34 mil Pessoas é determinante para o nosso sucesso.

Enquanto maior empregador privado em Portugal, temos um papel fundamental na criação de emprego e na promoção da inclusão. Ser uma Empresa com cultura inclusiva implica valorizar o contributo de todos e estabelecer uma relação de confiança mútua, imprescindível, também, para continuarmos a prestar um serviço de excelência aos nossos Clientes.

A NOSSA ABORDAGEM

Trabalhamos para criar um ambiente de trabalho assente na riqueza de perfis, com foco na singularidade, e como catalisador de um desenvolvimento pessoal e profissional sustentável. Um posicionamento reforçado pelo manifesto *Embrace Difference* do ERT, subscrito pelo Grupo Sonae, o nosso Código de Ética e o "À nossa maneira". Esta abordagem implica, entre outras, diversidade de género, competências, faixa etária, cultura, orientação sexual ou formas de pensar.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



INDICADORES EM DESTAQUE

35%

DOS CARGOS DE LIDERANÇA SÃO OCUPADOS POR MULHERES¹

38%

DOS COLABORADORES TEM MENOS DE 30 ANOS

ISABEL BARROS, ADMINISTRADORA EXECUTIVA DA SONAE MC, DISTINGUIDA NA CATEGORIA DE EXCELÊNCIA DOS WBCSD LEADING WOMEN AWARDS



¹Os dados não incluem Arenal e Go Natural Restauração

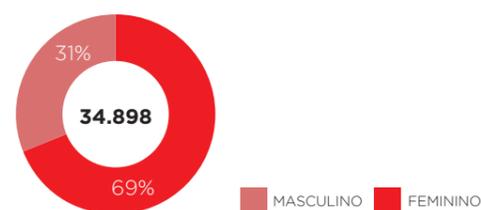
A NOSSA ATIVIDADE



AS NOSSAS PESSOAS

No final de 2019, a Sonae MC tinha 34.898 Colaboradores, representando um incremento de 2.145 postos de trabalho e um aumento líquido de 6,5%, face ao ano anterior. Este aumento é justificado pela expansão das várias insígnias e pela aquisição da Arenal. Destes, 69% são Colaboradores permanentes. Importa também destacar que população não nacional, em 2019, representava 24% das nossas equipas nos entrepostos, onde contamos com mais de 20 nacionalidades. No final de 2019, a nossa estrutura organizativa contava com 69% de mulheres.

NÚMERO DE COLABORADORES POR GÉNERO



UNIR GERAÇÕES



O programa "Reverse Mentoring" tem como objetivo a aproximação de líderes e jovens, construindo pontes entre gerações através do debate e aprendizagem recíproca

sobre temas que alavancam a transformação cultural da Sonae MC. Neste programa, os mais jovens assumem-se como mentores durante 6 meses, partilhando os seus pontos de vista sobre a tecnologia, o impacto da diversidade e inclusão nos processos de tomada de decisão ou o gap geracional com os seus orientandos. O lançamento da 1.ª edição em fevereiro de 2019 contou com a presença de 111 participantes (62 mentores e 49 orientandos), com idades compreendidas entre os 27 e os 45 anos.

LIDERANÇA NO FEMININO

A promoção de uma organização diversa e inclusiva é um dos vetores da nossa estratégia de diversidade e inclusão, como tal definimos e priorizamos um Plano para a Igualdade de Género com intervenção multinível, que inclui ações já em curso, assim como iniciativas a implementar no curto e médio-prazo, sendo um dos focos o reforço das mulheres em posições de liderança. Neste sentido, temos o compromisso de ter 40% de mulheres em cargos de liderança em 2023.

APOSTAR NO FUTURO DO RETALHO

Promovemos programas integrados de talento jovem como o "Call4Summer", o "Call4Solution", o "Contacto" e o "Future Leaders @ Retail", onde procuramos identificar candidatos de elevado potencial.

Em 2019, ocorreu a 4.ª edição do "Future Leaders @ Retail" com mais de 1.000 candidaturas, das quais foram selecionados 40 jovens promissores. Este programa de 9 meses tem como objetivo preparar os futuros líderes do retalho através de formação teórico-prática, e permitiu que os jovens tivessem contato direto com líderes de diferentes áreas.

A Sonae MC mantém a aposta no reconhecimento e na captação de talento, ao investir na formação para garantir o sucesso dos seus formandos e o futuro da organização.

APOIAR OS NOSSOS COLABORADORES

Com o intuito de apoiar os nossos Colaboradores em fases de maior vulnerabilidade nasceu o programa "Somos Sonae". Nos seus 6 anos de existência, esta iniciativa já apoiou cerca de 2.033 Pessoas, abrangendo os Colaboradores e as suas famílias, incluindo cerca de 778 crianças.

Numa perspetiva plurianual, já foram investidos mais de 1M€. Este valor reparte-se por 3 áreas de intervenção: bens, serviços e produtos de 1.ª necessidade; apoio jurídico e renegociação de dívidas e créditos; apoio à saúde e saúde oral. Assegurando a privacidade e o anonimato das nossas Pessoas e famílias, os processos são conduzidos por uma equipa multidisciplinar e especializada da Cruz Vermelha Portuguesa. Em 2019, foram estruturados mais de 120 planos de apoio, que permitiram ajudar cerca de 343 Pessoas (mais 17% do que em 2018).

DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO

REALIZAR O POTENCIAL DAS NOSSAS PESSOAS

A gestão de desempenho e a formação são importantes ferramentas para o desenvolvimento de todos os Colaboradores e para o crescimento do negócio. Por isso, procuramos desenvolver a nossa oferta formativa respondendo às necessidades dos diferentes segmentos de Colaboradores, desde os níveis mais operacionais aos mais estratégicos, considerando as diferentes gerações, áreas e geografias que caracterizam o nosso perfil humano. Ao longo do ano foram desenvolvidas iniciativas que visam criar oportunidades de crescimento profissional e pessoal, com o objetivo de garantir a valorização dos Colaboradores da Sonae MC.



INDICADORES EM DESTAQUE

889.881
HORAS DE FORMAÇÃO

LANÇAMENTO DA PLATAFORMA DE CONHECIMENTO E PARTILHA
OUR LEARNING NETWORK

2.000
INSCRITOS NO CENTRO QUALIFICA SONAE MC

A NOSSA ABORDAGEM

Promovemos uma cultura de meritocracia, onde o contributo de cada um e a diferenciação do desempenho é sustentado por processos e ferramentas de avaliação e reconhecimento. Assim, o modelo de gestão de performance da Sonae MC - "Improving Our People" - promove, anualmente, uma reflexão sobre o desempenho e as oportunidades de desenvolvimento existentes, sendo a formação vista como um dos pontos fulcrais.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



A NOSSA ATIVIDADE

UMA APRENDIZAGEM CONTÍNUA, ÁGIL E EM REDE

Para dar resposta à necessidade de estar em constante aprendizagem, os nossos Colaboradores têm à sua disposição uma oferta formativa de acesso fácil e permanente, que responde aos seus interesses, ritmos e disponibilidades individuais - a plataforma de conhecimento e partilha "Our Learning Network".

Esta plataforma, com uma curadoria contínua, tem como objetivo a democratização do acesso a diversas iniciativas de formação e desenvolvimento, intensificando e expandindo a rede Sonae MC.

FORMAR CORTADORES DE CARNE



O "Projeto Talho" 2019 contou com 2 edições e um total de 92 participantes, com idades compreendidas entre os 20 e 57 anos, de um total de aproximadamente 1.290 candidaturas internas e externas. 46% dos participantes que integraram o projeto eram já Colaboradores internos, afetos a outras secções em loja. Após cumprir o percurso formativo de 300 horas, ministrado pela Escola de Frescos Continente, os novos cortadores de carne integraram as secções de talho das várias insígnias.

DESENVOLVER NOVOS LÍDERES

O Programa "First Time Leaders" é destinado aos Colaboradores que, na Sonae MC, assumem pela 1.ª vez o papel de líderes. Este programa de desenvolvimento, criado especificamente para os nossos líderes, visa desenvolver competências críticas nos domínios da gestão de equipas, liderança e gestão do negócio. Conta ainda com a expertise de formadores internos, bem como de parceiros externos com reconhecida competência e apresenta uma forte componente prática, focada em situações reais de quem assume funções de liderança nas operações e na estrutura da Sonae MC. Em 2019, o 2.º ano de implementação deste programa, realizámos 23 ações, com um total de 360 participantes e cerca de 5.000 horas formação.

PREVENIR OS INCÊNDIOS

No ano de 2019, o foco da formação na Maxmat incidiu na vertente comportamental e técnica, em parceria com o Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte e do Sul (CICOPN e CENFIC) e no combate a incêndios, em parceria com os bombeiros. A formação de combate a incêndios, foi dada a 50% dos Colaboradores das lojas Maxmat, sendo que no 1.º trimestre de 2020 atingirá os 100%.

CRIAR OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Ao investir na formação a Sonae MC valoriza os seus Colaboradores e promove o seu desenvolvimento e evolução, fulcral para o crescimento do negócio. Em 2019, a Sonae MC facultou 889.881 horas de formação, correspondendo a mais 8.439 horas de formação, face a 2018. A média de horas de formação anual por Colaborador em 2019 foi de 26 horas.

NÚMERO DE HORAS DE FORMAÇÃO



CENTRO PIONEIRO

A Sonae MC é uma das duas únicas empresas privadas a acolher um Centro Qualifica pioneiro, que visa promover a educação, formação e o reconhecimento de competências de adultos, contribuindo para aumentar o nível de escolaridade da população portuguesa. No final de 2019, o Centro Qualifica Sonae MC contava com 2.000 inscritos e já certificou 454 Colaboradores.



SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

IMPLEMENTAR MEDIDAS PREVENTIVAS E EFICAZES

A saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores são uma prioridade para a nossa organização. Para garantir a redução do absentismo, dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais e, simultaneamente, aumentar a produtividade e atingir resultados de excelência, é fundamental garantir a valorização de cada Colaborador. Isto só é possível através da implementação de medidas preventivas de saúde e de segurança e de práticas que contribuam para a realização profissional, satisfação e bem-estar dos Colaboradores.

A NOSSA ABORDAGEM

Estamos empenhados na implementação de uma cultura de “zero acidentes” e na promoção de um ambiente de trabalho saudável e seguro, para garantir o bem-estar físico, mental e social dos Colaboradores. Fomentamos que os Colaboradores vivam a sua vida de forma integrada onde as dimensões pessoal e profissional se complementem, contribuindo para o seu bem-estar, e para a valorização das equipas através do movimento “*Improving Our Life (IOL)*”.

ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<p>1 ERRADICAR A POBREZA</p>	<p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p>
-------------------------------------	------------------------------------	---------------------------------------	--



INDICADORES EM DESTAQUE

37%
DE REDUÇÃO DO ÍNDICE DE FREQUÊNCIA, EM 2019 FACE A 2015

LANÇAMENTO DO “**FLEX IT UP**”: PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO TRABALHO E VIDA PESSOAL

113.409
FORMANDOS PARTICIPARAM EM FORMAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO (SST)

A NOSSA ATIVIDADE

TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL

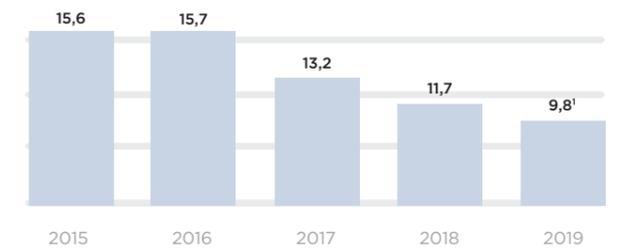
Os programas “Segurança, uma questão de atenção” e “*Safety Talks*” visaram, através de ações de formação em contexto real de trabalho, aumentar o nível de consciência de comportamentos inseguros que podem causar acidentes.

Em 2019, estas iniciativas abrangeram mais de 2.000 chefias e cerca de 15.000 Colaboradores. No âmbito do projeto “*Frescos A a Z*”, que tem como propósito especializar as equipas nos processos dos frescos e erradicar “acidentes proibidos”, criámos o “Semáforo de Frescos” para partilhar informação sobre as causas dos acidentes e as medidas preventivas a implementar para evitar a sua recorrência.

A formação e sensibilização em SST corresponderam a 88.426 horas de formação e sensibilização, abrangendo uma população de 113.409 formandos. Resultando numa melhor integração dos conhecimentos da SST na atividade diária das operações, visível nos resultados muito positivos em 2019 com a redução de 16% do Índice de Frequência e 26% do Índice de Gravidade da Sonae MC, face a 2018.

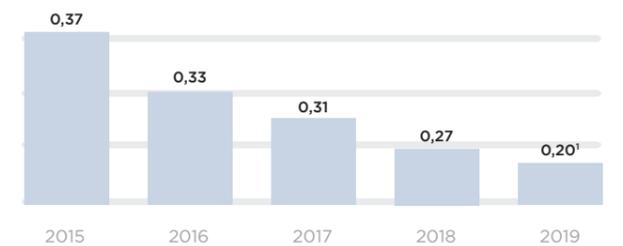


ÍNDICE DE FREQUÊNCIA



Índice de Frequência = (N.º total de acidentes com baixa que tenham ocorrido no local de trabalho x 10⁶) / Total de horas remuneradas pelo total de Colaboradores

ÍNDICE DE GRAVIDADE



Índice de gravidade = (N.º total de dias de ausência por acidente com baixa no local de trabalho x 10³) / Total de horas remuneradas pelo total de Colaboradores

AUMENTAR A ERGONOMIA

Conscientes da importância que a conceção ergonómica do posto de trabalho representa, implementámos diversas melhorias operacionais, desde a aquisição de equipamentos e máquinas mais ergonómicas que permitem a diminuição de esforço físico à otimização das posturas de trabalho.

A iniciativa que mais se destaca é a prova de conceito de *wearables* (por exemplo, sensores que detetam posturas de alto risco ou luvas com sensores de força), onde constatámos que as tecnologias inovadoras podem ser uma mais-valia no futuro quando aplicadas à melhoria ergonómica.



¹Os dados de 2019 não incluem a Arenal

MAIS SEGURANÇA E CONFORTO

A avaliação da gama em vigor do Equipamento de Proteção Individual (EPI) permitiu identificar áreas de melhoria que levaram à renovação de diferentes tipos de EPI, em 2019. Esta iniciativa levou ao aumento tanto da usabilidade do equipamento, como do nível de segurança e conforto dos Colaboradores.

No âmbito do projeto “Doenças do pé”, continuamos a fortalecer a parceria com o *SPODOS Foot Cience Center* para trabalhar as doenças associadas aos pés. O levantamento de todas as restrições médicas e lesões ao nível do pé permitiu selecionar 17 modelos de sapatos de segurança específicos para diferentes tipologias de doença na população Sonae MC e solucionar mais de 125 casos só em 2019, com a entrega do tipo de calçado específico para cada situação.

PROMOVER A SAÚDE E O BEM-ESTAR

O Serviço de Saúde Ocupacional está disponível para todos os Colaboradores e conta com 171 consultórios dentro das instalações da Empresa, onde colaboram 93 profissionais de saúde. Em 2019, foram prestadas 34.200 horas de serviço de saúde e realizados 42.469 exames médicos. Os espaços médicos estão equipados de acordo com indicações da Direção Geral de Saúde, cumprindo com os requisitos legais e ambientais nesta matéria.

Adicionalmente, desenvolvemos um plano de ações com o objetivo de sensibilizar os Colaboradores em temas relevantes ao nível da promoção da saúde e do bem-estar. Alguns exemplos são o “Maio - mês do coração”, o “Dia Mundial da Alimentação”, a vacinação anti-gripe e a implementação do maior programa de Desfibrilhação Automática Externa (DAE) em Portugal, licenciado pelo INEM, com 187 unidades, e 3.102 socorristas com formação de acordo com as diretrizes da *American Heart Association*, para reforçar a capacidade de reação e prestação de socorro em casos de paragem cardiorrespiratória.



CUIDAR DAS NOSSAS FAMÍLIAS

Desde que foi criado em 2015, o “Programa Logística Solidária” tem um impacto cada vez maior na vida dos Colaboradores desta área. Em 2019, destacaram-se as seguintes iniciativas:

- **“Bazar Solidário”:** este bazar, cuja receita reverte para projetos de solidariedade interna, disponibilizou, a aproximadamente 2.100 Colaboradores, produtos doados pelas insígnias Sonae a preços simbólicos.
- **“Colega mudamos-te a casa”:** implementação de 13 projetos de reabilitação de casas de Colaboradores melhorando as condições de vida das suas famílias.
- **“Bolsa de Manuais Escolares”:** mais de 650 kits de material escolar entregues aos Colaboradores de logística com filhos em idade escolar, do 7.º ao 12.º ano.
- **“Clube Júnior”:** uma semana de atividades lúdico-pedagógicas que divertiu 176 familiares, dos 6 anos aos 12 anos, nas férias de verão.

Para além destas atividades, desenvolvemos outras iniciativas de promoção do bem-estar de cada um dos nossos Colaboradores. Por exemplo, através da atribuição de “Mimos de Verão” a 2.100 Colaboradores da logística, premiando e reconhecendo semanalmente o seu esforço durante a época alta do verão de 2019. Ou ainda, através da disponibilização de assistentes sociais que prestaram, ao longo do ano, todo o tipo de apoio social a cerca de 250 Colaboradores da logística.

CONSTRUIR O FUTURO DOS MAIS JOVENS



A Sonae MC aposta no futuro dos filhos dos seus Colaboradores, motivando-os para explorarem as suas competências e descobrirem os seus talentos e vocações. Nesse âmbito, em 2019, foram dinamizadas duas novas atividades:

- **“Programa a tua vida e realiza o teu futuro”:** uma iniciativa que permitiu a 28 jovens, entre os 15 e os 18 anos, trabalhar durante um dia temas como avaliação e características de personalidade, empreendedorismo e programação digital.
- **“Geek Tour”:** uma iniciativa que preparou 3 jovens para serem tutores de programação de jogos em 2D, formando e acompanhando mais de meia centena de crianças entre os 12 e os 15 anos, em sessões realizadas em 4 cidades distintas de norte a sul do país.

CELEBRAR OS BEBÉS SONAE MC



A iniciativa “Bem-vindo, bebé!” permite-nos partilhar com os nossos Colaboradores a alegria pela chegada de novos membros à família. Durante 2019, entregámos aos recém pais 850 kits “Baby Well’s” com vários produtos essenciais aos primeiros dias de um bebé.

AMBIENTE DE TRABALHO CONFORTÁVEL E ACOLHEDOR

Fruto do esforço que tem vindo a ser realizado para tornar os locais de trabalho mais próximos das Pessoas, foram feitas remodelações nas estruturas centrais, como Carnaxide, Matosinhos e *Tech Hub* na Maia.

As remodelações tiveram como linhas orientadoras a proximidade ao negócio, a iniciativa e a proatividade, que caracterizam a nossa cultura. Impactámos mais de 1.700 Colaboradores, disponibilizando novos espaços colaborativos, onde convivem o retalho e a tecnologia, assim como a alimentação e estilos de vida saudáveis.

INTEGRAR O TRABALHO E A VIDA PESSOAL

O programa “*Flex it Up*” foi lançado, em março de 2019, com o objetivo de contribuir, de forma ativa, para a promoção da *work-life integration* dos Colaboradores da Sonae MC.

O “*Flex it Up*” destina-se aos Colaboradores cujas funções são compatíveis com os requisitos de cada uma das cinco iniciativas e oferece flexibilidade na personalização do formato de trabalho conforme o perfil de cada Colaborador, permitindo a concretização saudável de objetivos pessoais e profissionais. Em 2019, 43% da população elegível aderiu ao “*Flex it Up*”, totalizando mais de 1400 pedidos de acesso.



Trabalho remoto, dando a possibilidade aos Colaboradores de trabalhar a partir de casa



Flexiwork, permitindo a escolha de hora de início, interrupção e termo da jornada de trabalho



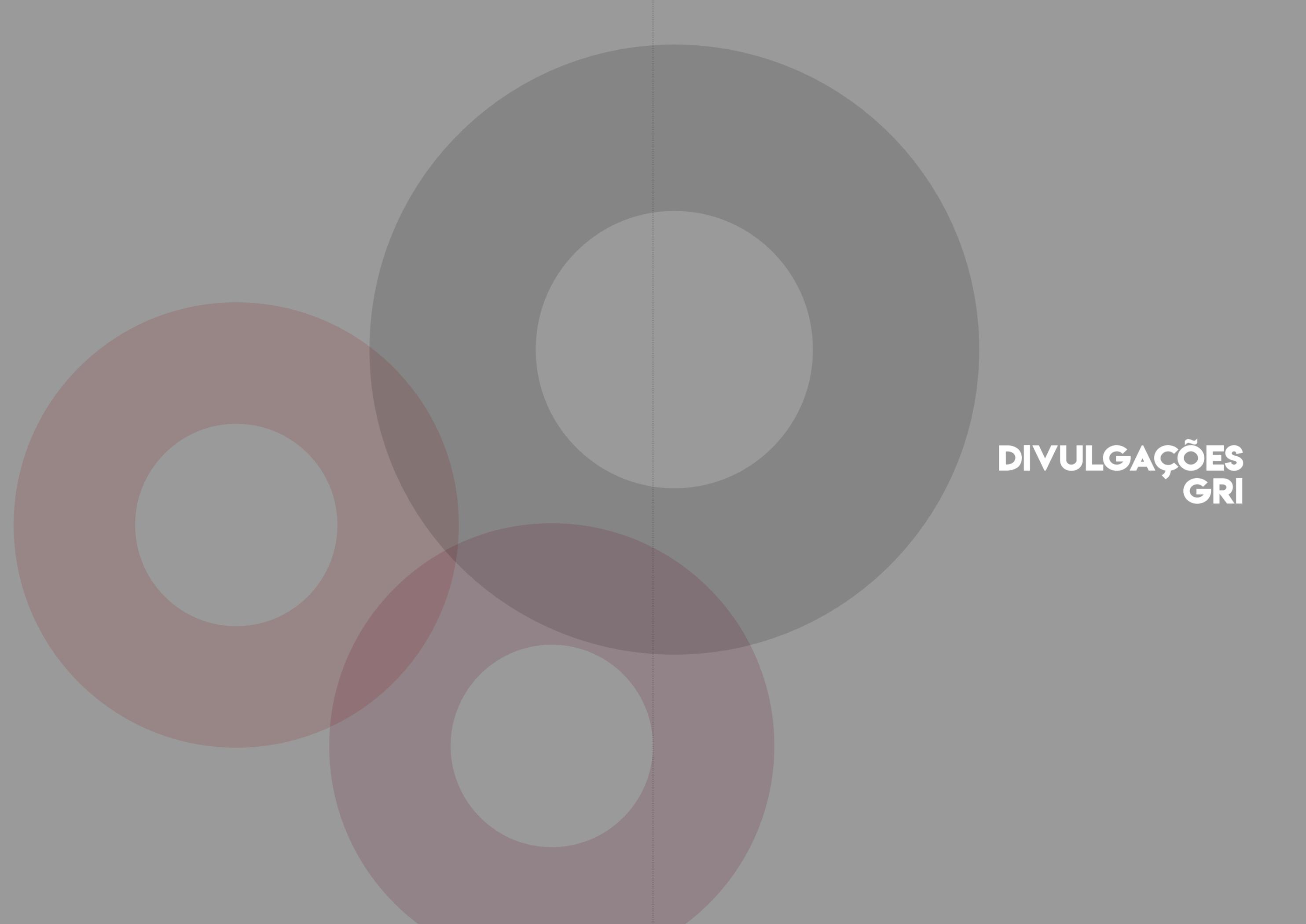
Redução do horário de trabalho, que possibilita uma redução de horário com redução proporcional do vencimento



Licença sem vencimento, potenciando o usufruto de licenças sem vencimento num âmbito mais abrangente do que o legalmente definido



Dias extra, tendo os Colaboradores acesso a até 5 dias *off* extra, não remunerados



**DIVULGAÇÕES
GRI**

GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS

PERFIL ORGANIZACIONAL

GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS

102-1 Nome da organização SONAE MC, SGPS, S.A. (designada por Sonae MC neste relatório).		
102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços Mais informação em: https://sonaemc.com/negocios/	Pág. 8-9; 16-17	
102-3 Localização da sede A Sonae MC tem a sua sede na Rua João Mendonça, 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.		
102-4 Localização das operações Portugal e Espanha.		
102-5 Propriedade e natureza legal A Sonae MC é uma sociedade anónima, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto.		
102-6 Mercados servidos	Pág. 16-17	
102-7 Dimensão da organização	Pág. 8-9	
102-8 Informação sobre Colaboradores e outros trabalhadores Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Diversidade e inclusão". De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:	Pág. 66-67	
Número total de trabalhadores por tipo de contrato de trabalho, por género		
Tipo de contrato	Género 2019	
Contratos permanentes	Masculino	7.211
	Feminino	16.888
	Subtotal	24.099
Contratos temporários	Masculino	3.700
	Feminino	7.099
	Subtotal	10.799
TOTAL		34.898
Número total de trabalhadores por tipo de contrato de trabalho, por país		
Tipo de contrato	Género 2019	
Contratos permanentes	Portugal	23.588
	Espanha	511
	Subtotal	24.099
Contratos temporários	Portugal	10.380
	Espanha	419
	Subtotal	10.799
TOTAL		34.898
Número total de trabalhadores por tipologia de carga horária, por género		
Tipologia de carga horária	Género 2019	
Tempo Integral	Masculino	8.469
	Feminino	17.148
	Subtotal	25.617
Tempo Parcial	Masculino	2.442
	Feminino	6.839
	Subtotal	9.281
TOTAL		34.898

GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS

GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS

102-9 Cadeia de Fornecedores Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local" e, adicionalmente, ver as respostas aos indicadores: "204-1 Proporção de despesas com Fornecedores locais"; "304-2 Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade"; "308-1 Novos Fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais"; "407-1 Operações e Fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco"; "408-1 Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil"; "409-1 Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo"; "414-1 Novos Fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais".	Pág. 54-57																				
102-10 Alterações significativas na organização ou na sua cadeia de Fornecedores No ano de 2019 registou-se a entrada da Arenal (Tomenider), no âmbito da atividade da Sonae MC.																					
102-11 Abordagem ao princípio da precaução Ver capítulo "A nossa abordagem ao controlo interno e à gestão de risco".	Pág. 110-119																				
102-12 Iniciativas externas Ao longo dos anos temos vindo a subscrever diversas políticas e compromissos externamente (diretamente ou através da Sonae SGPS), assim como a desenvolver referenciais internos que nos apoiam na gestão da nossa atividade, por exemplo:																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo</th> <th>Compromissos subscritos e políticas desenvolvidas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td rowspan="7">Externo</td> <td>Princípios do <i>Global Compact</i> das Nações Unidas</td> </tr> <tr> <td>Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas</td> </tr> <tr> <td><i>Women Initiative of European Roundtable of Industrials (ERT)</i></td> </tr> <tr> <td><i>Paris Pledge for Action</i></td> </tr> <tr> <td>Carta de Princípios do BCSD Portugal</td> </tr> <tr> <td><i>CEO Guide to Human Rights</i> do WBCSD</td> </tr> <tr> <td><i>New Plastics Economy Global Commitment</i></td> </tr> <tr> <td>Pacto Nacional para o Plástico</td> </tr> <tr> <td rowspan="7">Interno</td> <td>Código de Ética e de Conduta da Sonae MC</td> </tr> <tr> <td>Código de Conduta para Fornecedores do Grupo Sonae</td> </tr> <tr> <td>Política de Sustentabilidade do Pescado do Grupo Sonae</td> </tr> <tr> <td>Política Ambiental do Grupo Sonae</td> </tr> <tr> <td>Plano para a Igualdade de Género Sonae MC</td> </tr> <tr> <td>Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO₂ & Alterações Climáticas</td> </tr> <tr> <td>Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico</td> </tr> <tr> <td>Política de gestão de risco</td> </tr> </tbody> </table>	Tipo	Compromissos subscritos e políticas desenvolvidas	Externo	Princípios do <i>Global Compact</i> das Nações Unidas	Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas	<i>Women Initiative of European Roundtable of Industrials (ERT)</i>	<i>Paris Pledge for Action</i>	Carta de Princípios do BCSD Portugal	<i>CEO Guide to Human Rights</i> do WBCSD	<i>New Plastics Economy Global Commitment</i>	Pacto Nacional para o Plástico	Interno	Código de Ética e de Conduta da Sonae MC	Código de Conduta para Fornecedores do Grupo Sonae	Política de Sustentabilidade do Pescado do Grupo Sonae	Política Ambiental do Grupo Sonae	Plano para a Igualdade de Género Sonae MC	Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO ₂ & Alterações Climáticas	Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico	Política de gestão de risco	
Tipo	Compromissos subscritos e políticas desenvolvidas																				
Externo	Princípios do <i>Global Compact</i> das Nações Unidas																				
	Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas																				
	<i>Women Initiative of European Roundtable of Industrials (ERT)</i>																				
	<i>Paris Pledge for Action</i>																				
	Carta de Princípios do BCSD Portugal																				
	<i>CEO Guide to Human Rights</i> do WBCSD																				
	<i>New Plastics Economy Global Commitment</i>																				
Pacto Nacional para o Plástico																					
Interno	Código de Ética e de Conduta da Sonae MC																				
	Código de Conduta para Fornecedores do Grupo Sonae																				
	Política de Sustentabilidade do Pescado do Grupo Sonae																				
	Política Ambiental do Grupo Sonae																				
	Plano para a Igualdade de Género Sonae MC																				
	Carta de Princípios das Empresas Sonae para CO ₂ & Alterações Climáticas																				
	Carta de Princípios das Empresas Sonae para o Plástico																				
Política de gestão de risco																					
102-13 Membro de associações APED; <i>Consumer Goods Forum</i> ; APLOG (Associação Portuguesa de Logística); ACEPI (Associação Economia Digital); GS1 Portugal; APAN (Associação Portuguesa de Anunciantes) e AHRESP.																					

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO
GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS		
ESTRATÉGIA		
	102-14 Mensagem do Presidente Ver capítulo "Mensagem do CEO".	Pág. 6-7
	102-15 Principais impactos, riscos e oportunidades Ver capítulo "A nossa abordagem ao controlo interno e gestão de risco".	Pág. 110-119
ÉTICA E INTEGRIDADE		
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	102-16 Valores, princípios, standards e normas de conduta Garantir que toda a nossa atividade se rege pela aplicação fiel dos princípios de ética e confiança definidos é uma preocupação transversal a todo o Grupo Sonae. Com esse objetivo desenvolvemos o Código de Ética e Conduta da Sonae MC que define o padrão ético pelo qual nos pautamos.	
GOVERNANCE		
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	102-18 Estrutura de governance Ver capítulo "Os nossos princípios de governo societário".	Pág. 106-107
	102-21 Consulta a stakeholders sobre tópicos económicos, ambientais e sociais Ver capítulo "Os nossos stakeholders".	Pág. 30-31
	102-22 Composição do mais alto órgão de governance e dos seus comitês Ver capítulo "Os nossos princípios de governo societário".	Pág. 106-107
	102-23 Presidente do mais alto órgão de governance Ver capítulo "Os nossos princípios de governo societário".	Pág. 106-107
	102-24 Nomeação e seleção do mais alto órgão de governance Ver capítulo "Os nossos princípios de governo societário".	Pág. 106-107
	102-25 Conflitos de interesse Ver capítulos "Os nossos princípios de governo societário" e "A nossa abordagem ao controlo interno e à gestão de risco".	Pág. 106-107; 110-119
	102-35 Políticas de remuneração Ver capítulo "A nossa política de remunerações".	Pág. 108-109
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS		
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	102-40 Lista de grupos de stakeholders Entre os principais grupos de <i>stakeholders</i> incluem-se: - Clientes - Colaboradores - Fornecedores - Accionista - Sociedade Ver capítulo "Os nossos stakeholders".	Pág. 30-31
	102-41 Acordos coletivos de trabalho Na Sonae MC, 99% do total de Colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho.	

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO
GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS		
	102-42 Identificação e seleção de stakeholders Ver capítulo "Os nossos stakeholders".	Pág. 30-31
	102-43 Abordagem de envolvimento com stakeholders Ver capítulo "Os nossos stakeholders".	Pág. 30-31
	102-44 Principais questões e preocupações levantadas pelos stakeholders Ver capítulo "Os nossos stakeholders".	Pág. 30-31
PRÁTICA DE REPORTE		
GRI 102: CONTEÚDOS GERAIS	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas Ver capítulo "Demonstrações financeiras".	Pág. 120-238
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e dos limites dos tópicos Ver capítulo "Sobre este relatório".	Pág. 254
	102-47 Lista dos temas materiais Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".	Pág. 32-33
	102-48 Reformulação de informação Não aplicável.	
	102-49 Alterações no relato Ver capítulo "Sobre este relatório".	Pág. 254
	102-50 Período de reporte O presente relatório incide sobre a atividade entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2019.	
	102-51 Data do relatório mais recente XX de abril de 2019.	
	102-52 Ciclo de relatórios Anual.	
	102-53 Contato para questões sobre o relatório Ver capítulo "Sobre este relatório".	Pág. 254
	102-54 Opção "de acordo" com os GRI Standards Este relatório foi preparado de acordo com os <i>Standards</i> da GRI: opção Essencial.	
	102-55 Índice de conteúdo GRI Presente tabela.	
	102-56 Verificação externa Ver capítulo "Sobre este relatório".	Pág. 254

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS		
DESEMPENHO ECONÓMICO		
GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO	201-1 Valor económico direto gerado e distribuído Ver capítulo "Demonstrações Financeiras".	Pág. 120-238
	201-2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas Em 2019, arrancou o trabalho da equipa transversal às empresas Sonae que foi criado com o objetivo de se desenvolverem as competências necessárias à integração das diretrizes definidas pelo <i>Task Force on Climate-related Financial Disclosure</i> (TCFD) - uma iniciativa que promove recomendações para a divulgação de riscos financeiros associados às alterações climáticas. Estes esforços materializaram-se num processo de análise e mapeamento dos principais riscos climáticos associados a cada negócio. Serão agora estimados os potenciais impactos financeiros das alterações climáticas e definidas ações de mitigação para os riscos priorizados em linha com a <i>framework</i> desenvolvida pelo <i>Financial Stability Board</i> . Na sua resposta ao <i>Carbon Disclosure Project</i> (CDP), o Grupo Sonae disponibilizou informação detalhada sobre as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades associadas às alterações climáticas. A avaliação obtida (A-), posiciona o Grupo Sonae no grupo de empresas líderes a nível global no combate às alterações climáticas.	Pág. 50-51; Pág. 54-57; Pág. 60-63; Pág. 66-73
	201-3 Planos de benefícios oferecidos pela organização A Sonae MC não dispõe de fundo de pensões.	
	201-4 Benefícios financeiros significativos recebidos pelo governo Em 2019, a Sonae MC recebeu 26,4M€. Os valores indicados referem-se a montantes recebidos no âmbito de créditos fiscais. De notar que o Governo não faz parte da estrutura acionista da empresa.	
PRESENÇA NO MERCADO		
GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO	202-1 Proporção de Colaboradores para cargos seniores contratados localmente 98% dos gestores de topo da Sonae MC são contratados localmente.	
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS (ASPETO MATERIAL)		
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".	Pág. 32-33
	103-2 A forma de gestão e os seus componentes A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com os impactos económicos indiretos (ver capítulos "Ambiente. Pelo futuro do planeta", "Comunidade. Proximidade e envolvimento" e "Pessoas. O motor do nosso sucesso").	Pág. 36-73

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO									
GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS											
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	103-3 Evolução da forma de gestão A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).										
GRI 203: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS	203-1 Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Apoio às comunidades locais".	Pág. 60-63									
	203-2 Impactos económicos indiretos significativos Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Desperdício alimentar", capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulos "Cadeia de fornecimento sustentável e local" e "Apoio às comunidades locais" e capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulos "Diversidade e inclusão", "Desenvolvimento do capital humano" e "Saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores".	Pág. 50-51; Pág. 54-57; Pág. 60-63; Pág. 66-73									
PRÁTICAS DE PROCUREMENT (ASPETO MATERIAL)											
GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".	Pág. 32-33									
	103-2 A forma de gestão e os seus componentes A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com as práticas de <i>procurement</i> . Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local" e capítulo "Divulgações GRI", indicadores 308-1; 407-1; 408-1; 409-1; 412-2, 412-3 e 414-1.	Pág. 54-57									
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).										
GRI 204: PRÁTICAS DE PROCUREMENT	204-1 Proporção de despesas com Fornecedores locais										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Percentagem de custos com Fornecedores estrangeiros</td> <td>16%</td> <td>18%</td> </tr> <tr> <td>Percentagem de custos com Fornecedores nacionais</td> <td>84%</td> <td>82%</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2019	Percentagem de custos com Fornecedores estrangeiros	16%	18%	Percentagem de custos com Fornecedores nacionais	84%	82%	
	2018	2019									
Percentagem de custos com Fornecedores estrangeiros	16%	18%									
Percentagem de custos com Fornecedores nacionais	84%	82%									
ANTICORRUPÇÃO											
GRI 205: ANTICORRUPÇÃO	205-1 Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção O Código Ética e de Conduta da Sonae MC estabelece um conjunto de princípios e regras relacionados com conflito de interesses, ofertas ou recompensas a Colaboradores, com o objetivo de garantir que não influenciam indevidamente a tomada de decisões. Não existiu reporte de nenhum caso.										

NORMA GRI

DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

LOCALIZAÇÃO

GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO

205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção

O Código de Ética e de Conduta da Sonae MC, que inclui as políticas anticorrupção, é comunicado na formação inicial a 100% dos Colaboradores. Adicionalmente, o Grupo Sonae dispõe de um Código de Ética e Conduta de Fornecedores que é um anexo aos contratos gerais de fornecimento.

Formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.

2019

Número de *Top Executives* que receberam formação anticorrupção 19

Número de Colaboradores que receberam formação anticorrupção 8.412

Nota: considerados todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2019.

205-3 Incidentes de corrupção confirmados e ações tomadas

Em 2019, não se registaram casos de corrupção.

PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS

GRI 206: PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS

206-1 Processos judiciais e/ou administrativos por práticas anticoncorrenciais (*anti-competitive*), operações de concentração não autorizadas (*anti-trust*), abusos de posição dominante
Em 2019, não foram concluídos processos.

MATERIAIS (TÓPICO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites
Ver capítulo “O nosso compromisso com a sustentabilidade”.

Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes

A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com os Materiais (ver capítulo “Ambiente. Pelo futuro do planeta”, subcapítulo “Utilização e gestão dos materiais”).

Pág. 46-49

103-3 Evolução da forma de gestão

A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

NORMA GRI

DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS

LOCALIZAÇÃO

GRI 300 – DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 301: MATERIAIS

301-1 Consumo de materiais usados por peso ou volume

	Materiais utilizados	Materiais reciclados utilizados	Produtos recuperados e os respetivos materiais das embalagens
Plástico	15.159	4.431	212
Papel e Cartão	6.522	520	0
Vidro	7.946	0	0
Metal, aço e alumínio	3.642	0	0
Madeira	42	0	0
ECAL ¹	1.625	0	0
Outros	14	0	0
Total	34.949	4.951	200

Nota: ¹ Embalagens de cartão para Alimentos Líquidos.

² Material plástico virgem. A pegada de plástico mapeada é 19.590 toneladas (matéria virgem e reciclada).

301-2 Materiais reciclados utilizados

Resposta a este indicador na tabela reportada no indicador 301-1.

301-3 Produtos recuperados e as suas embalagens

Resposta a este indicador na tabela reportada no indicador 301-1.

ENERGIA (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites

Ver capítulo “O nosso compromisso com a sustentabilidade”.

Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes

A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com a energia (ver capítulo “Ambiente. Pelo futuro do planeta”, subcapítulo “Eficiência energética”).

Pág. 42-45

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 302: ENERGIA

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Ver capítulo “Ambiente. Pelo futuro do planeta”, subcapítulo “Eficiência energética”.

De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Pág. 42-45

Consumo de energia por fonte (GJ)

	2018	2019
Combustíveis fósseis – Frota	505.062	565.499
Combustíveis fósseis – Instalações	21.414	33.959
Consumo de eletricidade	1.445.771	1.494.945
Consumo total de energia	1.972.248	2.094.402

Nota: a integração da Arenal no âmbito do reporte, aliada ao crescimento orgânico dos negócios explicam o crescimento do consumo de energia, apesar das medidas de promoção da eficiência implementadas.

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO
-----------	--------------------------	-------------

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 302: ENERGIA	302-2 Consumo de energia fora da organização Em 2019, não houve consumo de energia fora da organização na Sonae MC.														
	302-3 Intensidade energética														
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Consumo total de energia (GJ)</td> <td>1.972.248</td> <td>2.094.402</td> </tr> <tr> <td>Área de vendas (1.000 m²)</td> <td>776</td> <td>835</td> </tr> <tr> <td>Rácio de intensidade energética (GJ/m²)</td> <td>2.263</td> <td>2.454</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2019	Consumo total de energia (GJ)	1.972.248	2.094.402	Área de vendas (1.000 m ²)	776	835	Rácio de intensidade energética (GJ/m²)	2.263	2.454	Pág. 42-45
		2018	2019												
	Consumo total de energia (GJ)	1.972.248	2.094.402												
Área de vendas (1.000 m ²)	776	835													
Rácio de intensidade energética (GJ/m²)	2.263	2.454													
302-4 Redução do consumo de energia Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Eficiência energética".		Pág. 42-45													
302-5 Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Eficiência energética".		Pág. 42-45													

ÁGUA

GRI 303: ÁGUA	303-1 Captação de água por fonte Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Utilização e gestão dos materiais". De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:																				
		<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2019</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Captações subterrâneas (m³)</td> <td>13.030</td> <td>9.583</td> </tr> <tr> <td>Rede pública de abastecimento (m³)</td> <td>736.274</td> <td>774.254</td> </tr> <tr> <td>Consumo total de água (m³)</td> <td>749.304</td> <td>783.837</td> </tr> <tr> <td>Área de vendas (1.000 m²)</td> <td>776</td> <td>835</td> </tr> <tr> <td>Consumo de água por área de vendas (m³/m²)</td> <td>0,966</td> <td>0,939</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2019	Captações subterrâneas (m ³)	13.030	9.583	Rede pública de abastecimento (m ³)	736.274	774.254	Consumo total de água (m ³)	749.304	783.837	Área de vendas (1.000 m ²)	776	835	Consumo de água por área de vendas (m³/m²)	0,966	0,939	Pág. 46-49
		2018	2019																		
	Captações subterrâneas (m ³)	13.030	9.583																		
	Rede pública de abastecimento (m ³)	736.274	774.254																		
Consumo total de água (m ³)	749.304	783.837																			
Área de vendas (1.000 m ²)	776	835																			
Consumo de água por área de vendas (m³/m²)	0,966	0,939																			
303-3 Água reciclada e reutilizada Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Utilização e gestão dos materiais".		Pág. 46-49																			

BIODIVERSIDADE (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".	Pág. 32-33
	103-2 A forma de gestão e os seus componentes Biodiversidade. Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local".	Pág. 54-57
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).	

NORMA GRI	DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS	LOCALIZAÇÃO
-----------	--------------------------	-------------

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 304: BIODIVERSIDADE	304-1 Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das águas protegidas A Sonae MC não possui instalações em áreas classificadas como zonas de <i>habitats</i> ricos em biodiversidade.	
	304-2 Impactos significativos das atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local".	Pág. 54-57
	304-3 Habitats protegidos ou restaurados Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local".	Pág. 54-57

EMISSÕES (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".	Pág. 32-33
	103-2 A forma de gestão e os seus componentes A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com as emissões (ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Emissões de carbono").	Pág. 38-41
	103-3 Avaliação da abordagem de gestão A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).	

GRI 305: EMISSÕES	305-1 Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa (GEE) - Âmbito 1 Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Emissões de carbono". Ver tabela "Emissões de GEE - Âmbito 1, 2 e 3, por fonte" no indicador 305-3.	Pág. 38-41
	305-2 Emissões indiretas de GEE - Âmbito 2 Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Emissões de carbono". Ver tabela "Emissões de GEE - Âmbito 1, 2 e 3, por fonte" no indicador 305-3.	Pág. 38-41

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 305: EMISSÕES

305-3 Emissões indiretas de GEE - Âmbito 3
Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Emissões de carbono".
De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Pág. 38-41

Emissões de GEE - Âmbito 1, 2 e 3, por fonte

Emissões associadas (valores em t CO ₂ e)		2018	2019
Âmbito 1	Consumo de gás propano	0	0
	Consumo das lojas (gás natural)	1.980	2.063
	Consumo das lojas (gasóleo)	0	0
	Consumo da frota contratada (gasóleo)	25.139	29.230
	Consumo da frota contratada (gasolina)	0	0
	Consumo viaturas de Colaboradores (gasóleo)	5.678	6.782
	Consumo de viaturas de Colaboradores (gasolina)	0	16
	Consumo da frota de abastecimento (gás natural veicular)	0	0
	Emissões associadas a fugas de gases refrigerantes	30.506	14.759
Emissões totais de GEE diretas (âmbito 1)	63.304	52.849	
Âmbito 2	Consumo de eletricidade - <i>market based</i>	132.389	115.809
	Emissões totais de GEE indiretas (âmbito 2)	132.389	115.809
Âmbito 3	Procedentes de valorização energética	133	119
	Procedentes de valorização orgânica	241	111
	Procedentes de aterro sanitário	8.454	8.608
	Emissões totais de GEE indiretas (âmbito 3)	8.828	8.837

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 305: EMISSÕES

Fatores de emissão

Energia	Unidade	Fator 2018	Fator 2019	Fontes
Gás Natural	(kg CO ₂ /GJ)	56,1	56,4	2018: APA (2018) <i>Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2016</i> (pg. 189)
Gás Propano	(kg CO ₂ /GJ)	63,1	63,1	
Gasóleo	(kg CO ₂ /GJ)	74,1	74,1	
Gasolina	(kg CO ₂ /GJ)	69,3	69,3	
Eletricidade - <i>Market Based</i>	(kg CO ₂ /GJ)	104,8	77,0	2018 e 2019: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade - <i>Market Based</i> (Maxmat)	(kg CO ₂ /GJ)	105,6	103,6	2018 e 2019: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade - <i>Market Based</i> (Sonae RP)	(kg CO ₂ /GJ)	55,2	103,6	2018 e 2019: Dados Elergone: O cálculo dos valores anuais é baseado nos valores mensais calculados, que por sua vez são calculados através da ponderação entre os fatores de emissão reportados pelos vários comercializadores e a percentagem de consumo dos pontos que têm contrato de fornecimento de energia com os respetivos comercializadores.
Eletricidade - <i>Market Based</i> (Arenal)	(kg CO ₂ /GJ)	-	109,4	2019: Mix energia Endesa, Repsol, Iberdrola, Aldro Energia e DLR Energia Comercializadora.

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

GRI 305: EMISSÕES

Tipo de tratamento	Unidade	Fator 2018	Fator 2019	Fontes
Aterro sanitário	t CO ₂ /t resíduo	0,589	0,0214	2018: DEFRA (2018). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2018 2019: DEFRA (2019). Greenhouse gas reporting - Conversion factors 2019
Valorização energética	t CO ₂ /t resíduo	0,0214	0,0102	
Valorização orgânica	t CO ₂ /t resíduo	0,0214	0,5865	

305-4 Intensidade das emissões de GEE

	2018	2019
Emissões totais de GEE (t CO ₂ e) - market based	204.521	177.496
Área de vendas (1.000 m ²)	776	835
Rácio de intensidade de emissões de GEE (kg CO ₂ e/m ²)	263,6	212,6

305-5 Redução de emissões de GEE
Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Emissões de carbono". Pág. 38-41

305-6 Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono
Em 2019, não ocorreu a emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono.

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

305-7 Óxidos de azoto (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas

Valores em t		2018	2019
Emissões NOx	Consumo das lojas (gasóleo)	3,40	3,54
	Consumo da frota contratada (gasóleo)	349,26	376,09
	Consumo da frota contratada (gasolina)	0,00	0,00
	Consumo de viaturas de Colaboradores (gasóleo)	83,68	71,39
	Consumo de viaturas de Colaboradores (gasolina)	0,39	3,69
	Emissões totais de NOx	436,73	454,71
Emissões SO₂	Consumo das lojas (gasóleo)	0,89	0,93
	Consumo da frota contratada (gasóleo)	91,68	98,72
	Consumo da frota contratada (gasolina)	0,00	0,00
	Consumo de viaturas de Colaboradores (gasóleo)	21,96	18,74
	Consumo de viaturas de Colaboradores (gasolina)	0,05	0,46
	Emissões totais de SO₂	114,58	118,85

Energia	Unidade	NOx	SO ₂	Fontes
Gasóleo	kg/GJ	0,8	0,21	IPCC 2006
Gasolina	kg/GJ	0,6	0,075	IPCC 2006

NORMA GRI DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS LOCALIZAÇÃO

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

RESÍDUOS E EFLUENTES (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO **103-1 Explicação do tema material e dos seus limites**
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com resíduos e efluentes (ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Utilização e gestão dos materiais"). Pág. 46-49

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 306: RESÍDUOS E EFLUENTES **306-1 Descargas de água por qualidade e por destino**
A Sonae MC não dispõe de medições quantitativas de efluentes líquidos rejeitados nas lojas. Assim, e de acordo com as melhores práticas da engenharia, assumimos que 80% da água consumida acaba rejeitada como efluente líquido. Em 2019, e de acordo com a metodologia adotada, verificou-se uma emissão de efluentes líquidos de 627.069 m³. Relativamente aos destinos, a maioria dos efluentes líquidos produzidos são rejeitados para as redes públicas de águas residuais domésticas, e todas as rejeições de efluentes líquidos para linhas de água naturais são sujeitos a pré-tratamento em instalações dedicadas (ETAR's) e realizada a respetiva monitorização da qualidade.

306-2 Resíduos por tipo e por destino
Ver capítulo "Ambiente. Pelo futuro do planeta", subcapítulo "Utilização e gestão dos materiais". Pág. 46-49
De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Valores em t	2018	2019
Total de Resíduos	75.467	70.736
Taxa de Valorização	81%	79%

306-3 Derrames significativos
Em 2019, não ocorreu qualquer derrame significativo.

NORMA GRI DIVULGAÇÕES E EVIDÊNCIAS LOCALIZAÇÃO

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

EMPREGO (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO **103-1 Explicação do tema material e dos seus limites**
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com ao emprego. Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Diversidade e inclusão". Pág. 66-67

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 401: EMPREGO **401-1 Novas contratações e rotatividade de Colaboradores**
Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Diversidade e inclusão". Pág. 66-67
De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

	Número		Taxa	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Total	18.935	17.735	54%	51%
Por género				
Masculino	7.170	6.737	21%	19%
Feminino	11.765	10.998	34%	32%
Por faixa etária				
<30 anos	14.875	13.466	43%	39%
30-50 anos	3.693	3.742	11%	11%
≥50 anos	367	527	1%	2%

	2018	2019
Total Colaboradores	32.489	34.898
Total entradas	17.395	18.935
Taxa de entradas (%)	54%	54%
Saídas	16.492	17.735
Taxa de saídas (%)	51%	51%

Nota: não inclui Go Natural Restauração

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 401: EMPREGO

401-3 Licença parental

	Gênero	2019
Número total de Colaboradores com direito a licença parental	Masculino	10.911
	Feminino	23.987
	Total	34.898
Número total de Colaboradores que usufruíram a licença parental	Masculino	493
	Feminino	1.292
	Total	1.785
Número total de Colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental	Masculino	494
	Feminino	1.293
	Total	1.787
Número total de Colaboradores que retornaram ao trabalho após conclusão da licença parental e que continuam na Empresa após 12 meses de terem retornado	Masculino	406
	Feminino	1.127
	Total	1.533
Taxa de usufruto	Masculino	5%
	Feminino	5%
	Total	5%
Taxa de retorno	Masculino	100%
	Feminino	100%
	Total	100%
Taxa de retenção	Masculino	82%
	Feminino	87%
	Total	86%
	2018	2019
Taxa de usufruto	5%	5%
Taxa de retorno	96%	100%
Taxa de retenção	78%	86%

Nota: não são contabilizados os Colaboradores que tendo usufruído de licença em 2018, continuam na empresa 12 meses após retorno. Por esta razão, a taxa de retenção pode ser superior a 100%, uma vez que o denominador é referente ao usufruto de 2019 e não 2018.

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites

Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".

Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes

A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com a saúde e segurança ocupacional (ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Saúde, segurança e bem-estar dos Colaboradores").

Pág. 70-73

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

403-1 Representação de trabalhadores em comités de saúde e segurança

Não existem comités de saúde e segurança na Sonae MC.

403-2 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de mortes relacionadas com o trabalho

	Gênero	2019
Número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores	Masculino	19.563.338
	Feminino	40.743.406
	Total	60.306.744
Número de óbitos relacionados com trabalho	Masculino	0
	Feminino	0
	Total	0
Número de acidentes no local de trabalho	Masculino	340
	Feminino	695
	Total	1.035
Número de acidentes em deslocamentos casa-trabalho-casa	Masculino	47
	Feminino	118
	Total	165
Número total de acidentes	Masculino	387
	Feminino	813
	Total	1.200
Taxa de acidentes	Masculino	0,002%
	Feminino	0,002%
	Total	0,002%
Número de dias de ausência por acidente profissional	Masculino	5.574
	Feminino	9.746
	Total	15.320
Taxa de dias perdidos por acidente profissional	Masculino	0,028%
	Feminino	0,024%
	Total	0,025%
Dias de ausência por doenças profissionais	Masculino	0
	Feminino	652
	Total	652
Taxa de doenças profissionais	Masculino	0,000%
	Feminino	0,002%
	Total	0,001%
Número total de dias perdidos	Masculino	5.574
	Feminino	10.398
	Total	15.972
Taxa de dias perdidos	Masculino	0,028%
	Feminino	0,026%
	Total	0,026%
Número de horas de absentismo	Masculino	625.739
	Feminino	2.447.622
	Total	3.073.361
Taxa de absentismo	Masculino	3,199%
	Feminino	6,007%
	Total	5,096%

Notas:

Informação relativa aos Colaboradores indiretos não disponível.

Para o cálculo dos dias perdidos, estão considerados os dias em que os sinistrados estiveram efetivamente ausentes ao trabalho. A contagem dos dias perdidos começa no 1º dia de ausência efetiva a seguir ao dia do acidente, normalmente a partir do dia seguinte. No caso dos acidentes, foram considerados todos (acidentes que originaram participações ao seguro, acidentes não participados à seguradora, acidentes com ausência e acidentes sem ausência).

Fórmulas utilizadas:

• Taxa de acidentes = (número total de acidentes / número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores) x 100
 • Taxa de dias perdidos por acidente profissional = (número de dias de ausência por acidente profissional / número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores) x 100
 • Taxa de doenças profissionais = (número de dias de ausência por doenças profissionais / número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores) x 100
 • Taxa de absentismo = (número de horas de absentismo / número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores) x 100

	2018	2019
Taxa de acidentes	0,02%	0,002%
Taxa de dias perdidos por acidente profissional	0,030%	0,025%
Taxa de doenças profissionais	0,001%	0,001%
Taxa de dias perdidos	0,031%	0,026%
Taxa de absentismo	5,141%	5,096%

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

403-3 Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças ocupacionais
A Sonae MC não tem Colaboradores envolvidos em atividades ocupacionais com elevada incidência ou elevado risco de doenças específicas/graves.

FORMAÇÃO (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com Formação (ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Desenvolvimento do capital humano"). Pág. 68-69

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 404: FORMAÇÃO

404-1 Média anual de horas de formação anual por Colaborador
Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Desenvolvimento do capital humano".

Número de Colaboradores por categoria funcional e género

Categoria funcional	Género	2019	
Top Executive	Masculino	38	Pág. 68-69
	Feminino	8	
	Subtotal	46	
Management	Masculino	411	
	Feminino	235	
	Subtotal	646	
Middle Management	Masculino	683	
	Feminino	1.163	
	Subtotal	1.846	
Technicians/ highly specialized technicians	Masculino	710	
	Feminino	1.425	
	Subtotal	2.135	
Representatives	Masculino	9.010	
	Feminino	20.923	
	Subtotal	29.933	
Total	Masculino	10.852	
	Feminino	23.754	
	Total	34.606	

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 404: FORMAÇÃO

Número total de horas de formação por categoria funcional e género (valores em horas)

Categoria funcional	Género	2019
Top Executive	Masculino	984
	Feminino	119
	Subtotal	1.103
Management	Masculino	11.517
	Feminino	8.163
	Subtotal	19.679
Middle Management	Masculino	23.339
	Feminino	34.338
	Subtotal	57.678
Technicians/ highly specialized technicians	Masculino	22.136
	Feminino	47.243
	Subtotal	69.379
Representatives	Masculino	270.417
	Feminino	471.625
	Subtotal	742.042
Total	Masculino	328.394
	Feminino	561.487
	Total	889.881

Média de horas de formação anual por Colaborador, por categoria funcional e género (valores em horas/Colaborador)

Categoria funcional	Género	2019
Top Executive	Masculino	26
	Feminino	15
	Subtotal	24
Management	Masculino	28
	Feminino	35
	Subtotal	30
Middle Management	Masculino	34
	Feminino	30
	Subtotal	31
Technicians/ highly specialized technicians	Masculino	31
	Feminino	33
	Subtotal	32
Representatives	Masculino	30
	Feminino	23
	Subtotal	25
Total	Masculino	30
	Feminino	24
	Total	26

	2018	2019
Número total de Colaboradores	32.489	34.606
Número total de horas de formação	881.442	889.881
Média de horas de formação anual por Colaborador	27	26

Nota: inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2019. Os dados não incluem Colaboradores da GO NATURAL Restauração.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 404: FORMAÇÃO

404-2 Programas de melhoria de competências dos Colaboradores e programas à transição 2019

Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Desenvolvimento do capital humano".
De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

	2019	
	Total de ações	Total de horas
Conferências & Seminários	204	11.777
Escolas/Academias	78.152	669.628
Gestão & Liderança	5.825	65.768
Melhoria contínua	1.394	16.520
Saúde e Segurança no Trabalho	5.760	39.647
Sustentabilidade	66	223
Técnica	2.709	36.313
Transversal	1.025	25.543
Values & People	10.231	10.391
Legal/Compliance	8.691	14.072
Total	114.057	889.881

Nota: inclui todos os participantes em formação, independentemente de estarem ou não ativos a 31 de dezembro de 2019.

Pág. 68-69

404-3 Percentagem de Colaboradores que recebem, regularmente, análises de desempenho e de desenvolvimento da carreira

Na Sonae MC, 87% dos Colaboradores receberam avaliação de desempenho e de desenvolvimento de carreira.

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites

Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade".

Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes

A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com a diversidade e igualdade de oportunidades (ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Desenvolvimento do capital humano").

Pág. 68-69

103-3 Avaliação da abordagem de gestão

A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

405-1 Diversidade dos órgãos de governação e dos Colaboradores

Ver capítulo "Pessoas. O motor do nosso sucesso", subcapítulo "Diversidade e Inclusão".
De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Percentagem de Colaboradores por categoria funcional

Categoria funcional	Faixa etária	2019		
		Masculino	Feminino	Total
Top Executive	<30 anos	0%	0%	0%
	30-50 anos	33%	11%	43%
	≥50 anos	50%	7%	57%
	Total	83%	17%	100%
Management	<30 anos	0%	0%	0%
	30-50 anos	44%	27%	71%
	≥50 anos	19%	9%	29%
	Total	64%	36%	100%
Middle Management	<30 anos	3%	7%	10%
	30-50 anos	27%	47%	74%
	≥50 anos	7%	9%	16%
	Total	37%	63%	100%
Technicians /highly specialized technicians	<30 anos	8%	20%	28%
	30-50 anos	22%	40%	61%
	≥50 anos	3%	7%	10%
	Total	33%	67%	100%
Representatives	<30 anos	15%	26%	41%
	30-50 anos	12%	34%	46%
	≥50 anos	3%	10%	13%
	Total	30%	70%	100%

Pág. 66-67

	2018			2019		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Top Executive	83%	17%	100%	83%	17%	100%
Management	64%	36%	100%	64%	36%	100%
Middle Management	42%	58%	100%	37%	63%	100%
Technicians /highly specialized technicians	36%	64%	100%	33%	67%	100%
Representatives	30%	70%	100%	30%	70%	100%

Nota: os dados não incluem Colaboradores da GO NATURAL Restauração.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

NÃO DISCRIMINAÇÃO

GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO **406-1 Casos de discriminação e medidas tomadas**
Em 2019, foram levantados 19 casos de discriminação. Os processos de inquérito realizados levaram ao arquivamento de todos os casos.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

GRI 407: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA **407-1 Operações e Fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco**
Na Sonae MC não existem operações com risco no âmbito do exercício da liberdade de associação e realização de acordos de negociação coletiva. De acordo com os relatórios de auditorias efetuados, todos os Fornecedores têm o critério "Liberdade de associação: podem ser membros de instituições/associações que representam os seus direitos" conforme.

TRABALHO INFANTIL

GRI 408: TRABALHO INFANTIL **408-1 Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil**
Na Sonae MC, por regra, não se admitem menores de idade. Só excepcionalmente se admitem menores, entre os 16 e 18 anos, e sempre em cumprimento da lei. Não existem operações com risco de incidentes de trabalho infantil. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho infantil, o Fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO **409-1 Operações e Fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo**
Na Sonae MC, não existe qualquer trabalho forçado. Caso se verifique que um Fornecedor tem um risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo, o Fornecedor é colocado em *stand-by* e só reentra aquando de uma auditoria SA8000 por entidade acreditada.

PRÁTICAS DE SEGURANÇA

GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA **410-1 Pessoal de segurança treinado em políticas ou procedimentos de direitos humanos**
Tanto em Portugal como em Espanha, todos os vigilantes que prestam serviço através de empresas de segurança têm de ter um cartão profissional, cuja obtenção e renovação requer a realização de uma formação que inclui matérias de direitos constitucionais/fundamentais, ética e deontologia.

AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

GRI 412: AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS **412-1 Operações submetidas a avaliações de Direitos Humanos**
Em 2019, não foi registada nenhuma operação que tenha sido objetivo de reavaliações de Direitos Humanos e/ou avaliações de impacte neste aspeto.

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

412-2 Formação em políticas e práticas de Direitos Humanos

Em 2019, os Colaboradores receberam formação relacionada com as práticas e políticas de direitos humanos conforme a seguinte tabela:

	2018	2019
Número total de Colaboradores que receberam formação formal nas políticas e procedimentos da organização relativos a questões de Direitos Humanos	36.359	15.502
Número total de horas dedicadas a formação nas políticas e procedimentos referentes a aspetos de Direitos Humanos que são relevantes para as operações	296.474	294.519

Nota: inclui todos os participantes em formação independentemente de estarem ou não ativos a 31 dezembro de 2019 de Portugal.

A redução dos valores encontra-se relacionada com um projeto na área de RGD lançado em 2018 que envolveu a transversalidade do Grupo Sonae.

412-3 Acordos de investimento e contratos com cláusulas de Direitos Humanos

Nos contratos de fornecimento da Sonae MC consta uma cláusula de obrigação do Fornecedor que menciona "Cumprir com todas as normas e legislação aplicável sobre trabalho prestado por menores, direitos humanos e proibição de discriminação dos seus trabalhadores, seja qual for o motivo".

COMUNIDADES LOCAIS (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO **103-1 Explicação do tema material e dos seus limites**
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com as comunidades locais (ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Apoio às comunidades locais"). Pág. 60-63

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS **413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliação de impacte e desenvolvimento de programas**
Desde o momento da instalação de uma nova unidade, a Sonae MC assegura as condições necessárias para causar o mínimo de impacte negativo nas comunidades. Durante a operação desenvolve inúmeras atividades de apoio à comunidade local, indo de encontro às diferentes necessidades destas. As atividades são muitas vezes realizadas em parceria com entidades locais.

AVALIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL DE FORNECEDORES (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO **103-1 Explicação do tema material e dos seus limites**
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com a avaliação social de Fornecedores (ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local"). Pág. 54-57

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES E GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

414-1 e 308-1 Novos Fornecedores que foram selecionados com base em critérios sociais e ambientais

Ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulo "Cadeia de fornecimento sustentável e local". De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Pág. 54-57

Fornecedores selecionados com base em critérios sociais e ambientais - práticas laborais, direitos humanos, com impacto na sociedade e ambiental

Categorias		Nacionais	Estrangeiros	Total
Número de total Fornecedores	Frescos	Novos 6	5	11
		Total 223	47	270
	Alimentar	Novos 10	6	16
		Total 164	125	289
	Não alimentar	Novos 12	18	30
	Total 126	221	347	
Número de Fornecedores qualificados	Bio Saudável	Novos 8	0	8
		Total 32	7	39
	Maxmat	Novos 2	6	8
		Total 41	29	70
	Frescos	Novos 2	5	7
	Total 214	47	261	
Número de Fornecedores qualificados	Alimentar	Novos 0	1	1
		Total 152	118	270
	Não alimentar	Novos 1	1	2
		Total 100	178	278
	BIO Saudável	Novos 0	0	0
	Total 18	5	23	
Porcentagem de Fornecedores qualificados	Maxmat	Novos 0	0	0
		Total 9	8	17
	Frescos	Novos 33%	100%	64%
		Total 96%	100%	97%
	Alimentar	Novos 0%	17%	6%
	Total 93%	94%	93%	
Porcentagem de Fornecedores qualificados	Não alimentar	Novos 8%	6%	7%
		Total 79%	81%	80%
	BIO Saudável	Novos 0%	0%	0%
		Total 56%	71%	59%
	Maxmat	Novos 0%	0%	0%
	Total 22%	28%	24%	

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

Categorias		Nacionais	Estrangeiros	Total
Número total de auditorias realizadas a Fornecedores	Frescos	Novos 1	0	1
		Total 58	2	60
Alimentar	Novos	0	0	0
		Total 43	6	49
Não alimentar	Novos	1	1	2
		Total 50	168	218
BIO Saudável	Novos	0	0	0
		Total 2	0	2
Maxmat	Novos	0	0	0
		Total 5	8	13

Categorias		2018	2019
Número de total Fornecedores	Frescos	302	270
	Alimentar	405	289
	Não alimentar	299	347
	BIO Saudável	-	39
	Maxmat	73	70
Número de Fornecedores qualificados	Frescos	271	261
	Alimentar	379	270
	Não alimentar	235	278
	BIO Saudável	-	23
	Maxmat	29	17
Porcentagem de Fornecedores qualificados	Frescos	90%	97%
	Alimentar	94%	93%
	Não alimentar	79%	80%
	BIO Saudável	-	59%
	Maxmat	40%	24%
Número total de auditorias realizadas a Fornecedores	Frescos	81	60
	Alimentar	78	49
	Não alimentar	186	218
	BIO Saudável	-	2
	Maxmat	13	13

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

GRI 416: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

416-1 Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança
Em 2019 foram realizadas um total de 8.195 análises, das quais 5.135 foram realizadas em laboratório interno e 3.060 em laboratório externo. De seguida, apresentamos informação complementar sobre este indicador:

Categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança

	Categorias	2019
Número total de categorias de produtos e serviços significativas	Frescos	111
	Alimentar	205
	Não alimentar	2
	BIO Saudável	21
	Maxmat	1
Número total de categorias de produtos e serviços significativas que são avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança	Frescos	111
	Alimentar	205
	Não alimentar	2
	BIO Saudável	21
	Maxmat	1
Percentagem de categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança	Frescos	100%
	Alimentar	100%
	Não alimentar	100%
	BIO Saudável	100%
	Maxmat	100%

Notas: temos em conta os impactos na saúde e segurança dos produtos nas várias fases do ciclo de vida dos seus produtos. Por exemplo, ao nível dos produtos eletrónicos, realizamos junto do fabricante o desenvolvimento da imagem do produto, da embalagem e do manual. Todo o processo de fabrico deste tipo de produtos é acompanhado através de várias inspeções. Ao nível alimentar, efetuamos a pesquisa e desenvolvimento de produto, por exemplo, através da otimização do seu perfil nutricional.

MARKETING E ROTULAGEM (ASPETO MATERIAL)

GRI 103: ABORDAGEM DE GESTÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites
Ver capítulo "O nosso compromisso com a sustentabilidade". Pág. 32-33

103-2 A forma de gestão e os seus componentes
A Sonae MC tem promovido várias iniciativas relacionadas com o marketing e rotulagem (ver capítulo "Comunidade. Proximidade e envolvimento", subcapítulos "Cadeia de fornecimento sustentável local" e "Nutrição saudável e consumo sustentável"). Pág. 54-59

103-3 Avaliação da abordagem de gestão
A Sonae MC realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (ver os indicadores apresentados de seguida).

GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

GRI 417: MARKETING E ROTULAGEM

417-1 Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços
Categorias de produtos e serviços significativas avaliadas em termos dos impactos na saúde e segurança

	Categorias	2019
Número total de categorias de produtos com rotulagem específica	Frescos	111
	Alimentar	205
	Não alimentar	185
	BIO Saudável	21
	Maxmat	1
Número total de categorias de produtos	Frescos	111
	Alimentar	205
	Não alimentar	411
	BIO Saudável	21
	Maxmat	1
Percentagem de categorias de produto com rotulagem específica	Frescos	100%
	Alimentar	100%
	Não alimentar	45%
	BIO Saudável	100%
	Maxmat	100%

PRIVACIDADE DO CLIENTE

GRI 418: PRIVACIDADE DO CLIENTE

418-1 Reclamações comprovadas relativas a violações de privacidade e perdas de dados de Clientes
No decorrer de 2019 não se comprovou a existência de violações de privacidade nem de perda de dados de Clientes na Sonae MC.

COMPLIANCE SOCIOECONÓMICO E AMBIENTAL

GRI 419: COMPLIANCE SOCIOECONÓMICO E GRI 307: COMPLIANCE AMBIENTAL

419-1 e 307-1 Não-conformidades com as leis e regulamentos na área social, económica e ambiental

O Grupo Sonae considera que uma coima significativa quando o valor monetário total é superior ou igual a 12.000€, por corresponder à coima mínima de uma contraordenação ambiental grave (Lei nº114/2015, de 28 de agosto).

	2019
Total do valor monetário total das multas significativas - Área económica (€)	0
Número total de sanções não monetárias	0
Total do valor monetário total das multas significativas - Área social (laboral) (€)	0
Número total de sanções não monetárias (nº)	0
Total do valor monetário total das multas significativas - Área ambiental (€)	0
Número total de sanções não monetárias (nº)	0



AS PESSOAS NA BASE DE UMA LIDERANÇA PAUTADA PELO RIGOR

A nossa ambição é ser líder nos negócios em que atuamos, potenciando valor para o nosso Acionista. Pautamos a nossa atuação por rigor e princípios de transparência, integridade e ética que inspiram aqueles que nos rodeiam e ajudam a construir um legado de excelência para o futuro.



AMBIÇÃO DE CRESCIMENTO SUPPORTADA NUM MODELO DE GOVERNO ROBUSTO

O crescimento é muito relevante para o desenvolvimento de qualquer negócio, sendo particularmente importante no setor de retalho alimentar. A Sonae MC encontra-se numa posição favorável para enfrentar um futuro pleno de desafios, no qual, para ser bem-sucedida, terá de continuar a assumir uma ambição de contínua mudança, e adaptar as suas propostas de valor e operações a um ambiente de mercado em evolução, mais exigente e competitivo.

As boas práticas de governação corporativa da Sonae MC asseguram processos de decisão eficazes e aumentam as probabilidades de sucesso dos seus negócios. A robustez do modelo de governo da Empresa assenta na clara separação de responsabilidades entre gestão e mecanismos de controlo, no rigor dos sistemas de controlo interno, e em práticas de transparência na comunicação com Acionista e mercados de capitais.

O conselho de Administração da Sonae MC está focado no crescimento e desenvolvimento de longo prazo da Empresa, visando a geração de valor para todos os *stakeholders*, suportado em bases sólidas de responsabilidade social corporativa. Este órgão apresenta uma composição equilibrada,

com uma vasta base de competências e experiência em retalho alimentar, tendo definido, com absoluta clareza de propósito e de foco, os termos de sucesso sustentável, operacionais e financeiros, para a Sonae MC, assim como a sua missão na indústria de retalho e a forma como a sua atividade beneficia Clientes, Colaboradores e a sociedade em geral.

O ambiente de trabalho na Sonae MC promove a inovação e o alinhamento total entre as diversas equipas, facilitando a definição de objetivos partilhados por todos e derrubando silos de conhecimento. Verifica-se uma linguagem comum que guia na execução, monitoriza progressos e permite correções ao longo do percurso.

Através da gestão de risco e do sistema de controlo interno é exercido um forte controlo e monitorização dos vários negócios. A Sonae MC é ágil a reagir a alterações de contexto e na implementação das mudanças necessárias, suportando-se para esse efeito num forte alinhamento das suas equipas, em todas as áreas da organização. A rapidez de reação à mudança constitui uma vantagem competitiva face aos concorrentes, permitindo ganhar tempo e promovendo uma maior eficiência na alocação de recursos.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES DA SONAE MC

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Maria Cláudia Azevedo
(Presidente)
Ángelo Paupério
João Dolores
Álvaro Nascimento
António Soares
Ricardo Monteiro
Luís Moutinho
Rui Almeida
Isabel Barros
José Fortunato
Inês Valadas

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers &
Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas,
Lda. - SROC nº 183
Joaquim Miguel Barroso
(ROC suplente)

Secretária da Sociedade

Alice Castanho Amado (Efetiva)
Andreia Gouveia (Suplente)

Comissão Executiva

Luís Moutinho (Presidente)
Rui Almeida
Isabel Barros
José Fortunato
Inês Valadas

Conselho Fiscal

António Trábulo
(Presidente)
Maria José Fonseca
(Vogal efetivo)
Carlos Manuel Silva
(Vogal efetivo)

Assembleia Geral

Manuel Cavaleiro Brandão
(Presidente)
Maria da Conceição Cabaços
(Secretária)

COMISSÕES

Comissão de Vencimentos

Maria Cláudia Azevedo (Presidente)
José Côrte-Real

Comissão de Auditoria e Finanças

Álvaro Nascimento (Presidente)
João Dolores
António Soares
Ricardo Monteiro

Comissão de Nomeação e Remunerações

Maria Cláudia Azevedo (Presidente)
António Soares
Ricardo Monteiro

Comissão de Liderança

Luís Moutinho
Rui Almeida
David Alves
Isabel Barros
João Afonso
José Fortunato
Inês Valadas
Miguel Águas

O modelo de governo societário da Sonae MC é consentâneo com as melhores práticas nacionais e internacionais, tendo evoluído no sentido de uma aproximação às recomendações do Código de Governo das Sociedades promovido pelo Instituto Português de Corporate Governance.

Este modelo visa a transparência e a plena eficácia de funcionamento da Sonae MC, suportada numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Adicionalmente, procura estabelecer um quadro de atuação independente, sustentado na definição de diretrizes de gestão, políticas e procedimentos adequados ao desenvolvimento dos negócios da Sociedade, tendo em vista a minimização dos riscos inerentes à sua atividade.

A Sonae MC adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é atribuída ao Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização é composta pelo

Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica da Sociedade e proceder à designação e supervisão da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por ele constituídas. O Conselho de Administração considera que o modelo de governo societário adotado se demonstra adequado ao exercício das competências de cada um dos órgãos sociais, assegurando, de forma equilibrada, quer a sua independência, quer o funcionamento do respetivo interface. Adicionalmente, as comissões especializadas, adstritas a matérias de grande relevância, maximizam a qualidade do desempenho do órgão de administração, reforçando a qualidade do seu processo decisório.

INICIATIVA, COMPETÊNCIA E EMPENHO NA BASE DE UM BOM DESEMPENHO

1. PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO E COMPENSAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos órgãos sociais e aos dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e ao Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) divulgado em 2018, de acordo com o Protocolo estabelecido entre o IPCG e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a 13 de outubro de 2017, o qual introduziu um modelo de autorregulação do regime recomendatório do governo das sociedades, tendo revogado o Código de Governo dos Valores Mobiliários da CMVM (2013) e promovido a implementação de um código único, elaborado pelo IPCG, a quem competirá a sua interpretação e aplicação, assim como a apreciação qualitativa anual das estruturas e práticas de governo das empresas cotadas.

A Política é baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade, e assentando nos seguintes princípios:

COMPETITIVIDADE

No desenho da Política de Remuneração e Compensação dos membros dos órgãos sociais da Sociedade é objetivo primordial a captação de talento com elevado nível de desempenho que represente contributo relevante e material para a sustentabilidade dos negócios da Sociedade. A Política é definida por comparação com o mercado global e práticas de empresas comparáveis, informações essas fornecidas pelos principais estudos realizados para Portugal e mercados europeus, servindo atualmente de referente os estudos de mercado da Mercer e Korn Ferry. Nessa medida, os parâmetros remuneratórios dos membros dos órgãos sociais são fixados e periodicamente revistos em sintonia com as práticas remuneratórias de empresas nacionais e internacionais comparáveis, alinhando, em termos individuais e agregados, os montantes máximos potenciais a serem pagos aos membros dos órgãos sociais, com as práticas de mercado, sendo os membros dos órgãos sociais individual e positivamente discriminados considerando, em concreto, entre outros fatores, o perfil e

currículo do membro, a natureza e o descritivo de funções e competências do órgão social em questão e do próprio membro, e o grau de correlação direta entre o desempenho individual e o desempenho dos negócios.

Para a determinação dos valores referentes ao mercado global é considerada a mediana dos valores de mercado aplicável para a remuneração fixa e o terceiro quartil para a remuneração variável dos quadros de topo da Europa. As empresas que constituem o universo de empresas pares para efeitos remuneratórios são as empresas que compõem o universo de sociedades com valores mobiliários admitidos a negociação na Euronext Lisbon.

ORIENTAÇÃO PARA O DESEMPENHO

A Política prevê a atribuição de prémios calculados em função do grau de sucesso da Sociedade. A componente variável da remuneração encontra-se estruturada de maneira a estabelecer uma ligação entre os prémios atribuídos e o grau de desempenho, quer individual, quer coletivo. Em caso de não concretização de objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs de negócio e individuais, será reduzido total ou parcialmente o valor de incentivos de curto e médio prazo.

ALINHAMENTO COM OS INTERESSES DOS ACIONISTAS

Parte do prémio variável dos administradores executivos, é diferida por um período de 3 anos, sendo o valor condicionado pela evolução da cotação das ações e pelo grau de concretização de objetivos de médio prazo ao longo do período de deferimento. Desta forma, é assegurado um alinhamento do administrador com os interesses do acionista e com o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade do negócio.

TRANSPARÊNCIA

Todos os aspetos da estrutura remuneratória são claros e divulgados abertamente interna e externamente através da publicação de documentação no sítio da Sociedade na internet. Este processo de comunicação contribui para promover a equidade e independência.

RAZOABILIDADE

A Política pretende assegurar um equilíbrio entre os interesses da Sonae MC, o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos membros dos órgãos sociais e a necessidade de retenção de talento.

ÓRGÃOS SOCIAIS		COMPONENTES		POSICIONAMENTO NO MERCADO	CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE MONTANTES SÃO DEVIDOS
Conselho de Administração	Administradores Executivos	Fixa	Vencimento base	Mediana	N/A
		Variável	Prémio variável de curto prazo	Terceiro quartil	Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos
	Prémio variável de médio prazo		Terceiro quartil	Mediante cumprimento dos KPIs objetivos e subjetivos	
	Administradores Não Executivos	Fixa	Vencimento	Mediana	N/A
Conselho Fiscal		Fixa	Vencimento	Mediana	N/A
Revisor Oficial de Contas		Fixa	Vencimento	Mediana	N/A



A Política de Remuneração e Compensação da Sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou aos membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria. Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes. Na aplicação da Política de Remuneração é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Para assegurar a efetividade e transparência dos princípios da Política de Remuneração e Compensação, os administradores executivos não devem celebrar contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

UMA ATUAÇÃO PRUDENTE E DISCIPLINADA

1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

Como abordagem estruturada e disciplinada que alinha estratégia, processos, Pessoas, tecnologias e conhecimento, a Gestão de Risco está integrada em todo o processo de planeamento da Sonae MC. O seu objetivo é identificar, avaliar e gerir as oportunidades e as ameaças que os negócios da Sonae MC enfrentam na prossecução dos seus objetivos de criação de valor.

A gestão e monitorização pela Sonae MC dos seus principais riscos é alcançada através de diferentes abordagens, entre as quais:

- (i) No âmbito do planeamento estratégico, são identificados e avaliados os riscos do portefólio de negócios existente, bem como do desenvolvimento de novos negócios e dos projetos mais relevantes, e definidas as estratégias de gestão desses riscos;
- (ii) No plano operacional, são identificados e avaliados os riscos de gestão dos objetivos de negócio e planeadas ações de gestão desses riscos, que são incluídas e monitorizadas no âmbito dos planos das unidades de negócio e das unidades funcionais;
- (iii) Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente em grandes projetos de mudança da organização, nos planos de contingência e de continuidade dos negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades e funções envolvidas;
- (iv) No que diz respeito aos riscos de segurança dos ativos físicos e das Pessoas, são realizadas auditorias às unidades principais e implementadas ações preventivas e corretivas dos riscos identificados. Regularmente, é reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis;
- (v) A gestão dos riscos financeiros é efetuada e monitorizada no âmbito das funções financeiras da Empresa e dos seus negócios, cuja atividade é reportada, coordenada e acompanhada em sede da Comissão de Finanças e Tesouraria e da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração;
- (vi) A gestão dos riscos legais, fiscais e regulatórios é efetuada e monitorizada no âmbito das assessorias legais e fiscais.

O processo de gestão de risco é apoiado por uma metodologia uniforme e sistemática, tendo por base um padrão internacional que compreende nomeadamente o seguinte:

- (i) Definição do enfoque de gestão de risco (dicionário de riscos, definição de uma matriz de risco do negócio e de uma linguagem comum);
- (ii) Identificação e sistematização dos riscos que podem afetar a organização (fontes de risco);
- (iii) Avaliação e atribuição de grau de criticidade e prioridade aos riscos, em função do impacto nos objetivos dos negócios e da probabilidade de ocorrência;
- (iv) Identificação das causas dos riscos mais importantes;
- (v) Avaliação das estratégias de gestão de risco (p.ex., aceitar, evitar, mitigar, transferir);
- (vi) Desenvolvimento e implementação de planos de ação de gestão de risco e sua integração nos processos de planeamento e de gestão das unidades e das funções da Sonae MC;
- (vii) Monitorização e reporte do progresso de implementação do plano de ações e da evolução dos riscos.

2. PESSOAS, ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E/OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Gestão de Risco é uma das componentes da cultura Sonae MC e um pilar do Governo da Sociedade, estando presente em todos os processos de gestão, sendo uma responsabilidade de todos os Colaboradores da Empresa, nos diferentes níveis da organização.

A Gestão de Risco é desenvolvida tendo como objetivo a criação de valor, através da gestão e controlo das oportunidades e ameaças que podem afetar os objetivos de negócio da Sonae MC, numa perspetiva de continuidade dos negócios. A par da Gestão Ambiental e da Responsabilidade Social, a Gestão de Risco é uma das componentes do desenvolvimento sustentável da Empresa, uma vez que contribui para um desenvolvimento continuado dos negócios, através de um maior conhecimento e de uma gestão mais efetiva dos riscos que podem afetar os mesmos. A atividade de Gestão de Risco é da responsabilidade de todos os gestores e Colaboradores da Sonae MC, e é



apoiada e suportada pelas funções de Gestão de Risco, Auditoria Interna e Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão, em todos os níveis da organização, através de equipas especializadas que reportam hierarquicamente ao Conselho de Administração.

A função de Gestão de Risco tem por missão apoiar a Empresa a atingir os seus objetivos de negócio através de uma abordagem sistemática e estruturada de identificação e gestão dos riscos e das oportunidades.

A função de Auditoria Interna tem por missão identificar e avaliar a eficácia e eficiência da gestão e do controlo dos riscos dos processos de negócio e dos sistemas de informação, reportando funcionalmente ao Conselho Fiscal. A função de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão promove e apoia a integração da gestão de risco no processo de planeamento e controlo de gestão dos negócios da Empresa.

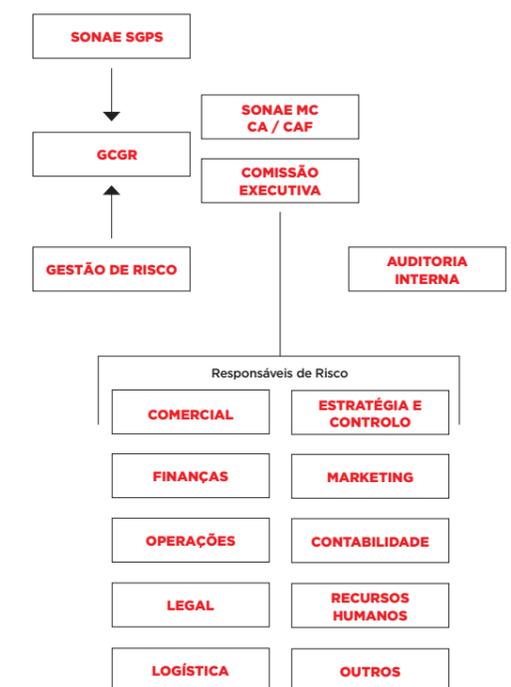
De salientar que os riscos de fiabilidade e integridade da informação contabilística e financeira são igualmente avaliados e reportados pela atividade de Auditoria Externa.

3. RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E/OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

O Conselho Fiscal avalia o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, supervisionando o seu plano de atividade, recebendo informação periódica dos seus trabalhos, avaliando as conclusões apuradas e emitindo as orientações que julgue necessárias.

O Auditor Externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno de acordo com um

plano de trabalho alinhado com o Conselho Fiscal, a quem igualmente reporta as conclusões apuradas. O Conselho de Administração, através da sua Comissão de Auditoria e Finanças e do seu Grupo Consultivo de Gestão de Risco, monitoriza as atividades da Auditoria Interna e da Gestão de Risco.



CA: Conselho de Administração | CAF: Comissão de Auditoria e Finanças | GCGR: Grupo Consultivo de Gestão de Risco



4. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS

RISCOS DE ENVOLVENTE DE NEGÓCIO

INFLUÊNCIAS MACROECONÓMICAS

Os negócios da Sonae MC estão naturalmente expostos à instabilidade da economia portuguesa e do consumo em particular. No cenário macroeconómico, verifica-se que a desaceleração da atividade económica nos principais parceiros comerciais, os elevados *stocks* de dívida pública, privada e externa, que podem deixar o país vulnerável a choques externos, um sistema bancário ainda débil, dificultando o financiamento da economia, a possibilidade de se verificar instabilidade económica e/ou política com consequente aumento da sua base de custos.

A Sonae MC tem em curso várias iniciativas com o objetivo de mitigar este risco, quer através da internacionalização dos negócios, quer através de um controlo mais rígido de custos, do estabelecimento de um forte relacionamento com bancos e investidores, triagem contínua de oportunidades de aquisições e fusões, e da adaptação do posicionamento da sua proposta de valor às alterações dos perfis de consumo.

CONCORRÊNCIA

Risco relacionado com a entrada de novos concorrentes, oportunidades de consolidação no mercado, reposicionamento dos atuais concorrentes ou com as ações agressivas que eles possam levar a cabo para conquistar novos mercados ou aumentar a quota de mercado (nomeadamente através da atividade promocional, ou expansão do parque de lojas). A incapacidade para competir em áreas como o preço, gama de produtos e qualidade de serviço podem ter efeitos bastante adversos nos resultados financeiros da Empresa. De forma a minimizar este risco, a Sonae MC efetua constante *benchmarking*, procurando ter uma leitura das principais tendências e movimentos internacionais, assim como das ações da sua concorrência, investindo em novos formatos, negócios e produtos/serviços, ou na melhoria dos existentes, de forma a oferecer aos seus Clientes uma proposta sempre inovadora.

CLIENTES

Um fator fundamental de risco é a propensão dos consumidores a variarem os seus padrões de consumo, o que depende, sobretudo, de fatores sociais e económicos, e que exige uma contínua adaptação e otimização da oferta e dos conceitos de negócio.

Para antecipar as tendências de mercado e do consumidor, a Sonae MC analisa regularmente informação sobre o comportamento do consumidor, beneficiando dos dados recolhidos através do programa de fidelização Cartão Continente, assim como da auscultação de mais de 100.000 Clientes por ano. Adicionalmente, o contacto permanente das equipas de loja com os Clientes, serve com uma fonte valiosa de informação. A introdução de novos conceitos, novos produtos e novas tecnologias, é sempre testada em pilotos antes de ser generalizada a todas as unidades. A Empresa também aloca parte significativa do seu investimento anual à modernização das lojas, bem como ao lançamento de serviços baseados em sistemas de informação (incluindo sites transacionais) por forma a garantir a sua atratividade e a acompanhar os desafios do ritmo de inovação tecnológica.

MARCA

A Sonae MC e os seus negócios são titulares de várias marcas de elevado valor, sendo este um dos seus principais ativos. Os riscos associados às marcas advêm de impactos negativos na sua reputação e imagem resultantes de acontecimentos extraordinários.

A Empresa monitoriza regularmente o valor das suas marcas, os seus atributos e a sua notoriedade, através da realização sistemática de estudos de Clientes, barómetros de empresas especializadas, entre outros estudos de mercado. Efetua ainda o acompanhamento permanente da reputação das marcas, nomeadamente, através da análise de notícias e artigos de opinião, entre outros formatos publicados ou emitidos na comunicação social e nas redes sociais. As marcas da Sonae MC recebem regularmente prémios nacionais e internacionais, os quais reconhecem a excelência dos produtos/serviços, dos processos de negócio e das suas inovações.

RISCOS DOS ATIVOS FÍSICOS

Em 2019 foram conduzidas auditorias de prevenção e segurança em diferentes locais das unidades de negócio (incluindo lojas, entrepostos logísticos, escritórios centrais e unidades produtivas). Nas principais unidades, efetuaram-se testes e simulacros aos planos e sistemas de prevenção e de emergência, normalmente com a presença das autoridades e serviços de segurança pública.

Deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento e implementação dos padrões de segurança e dos respetivos processos de monitorização e autoavaliação de risco (*Control Risk Self Assessment*).

RISCOS DE SEGURANÇA DAS PESSOAS

A segurança e saúde dos nossos Colaboradores é um aspeto central da nossa gestão. São desenvolvidas, anualmente, várias iniciativas e ações, no âmbito da temática de Saúde e Segurança no Trabalho, que visam reforçar o compromisso e envolvimento de todos os Colaboradores com a prevenção e a redução dos riscos profissionais, bem como a promoção de hábitos saudáveis que contribuam para o bem-estar físico e psicológico dos mesmos.

Apostamos ainda numa cultura de zero acidentes, assegurando as condições necessárias para que as nossas unidades sejam ambientes seguros e saudáveis, pretendendo assegurar que a saúde e segurança dos nossos Colaboradores e Clientes nunca seja posta em risco. Atuar, de forma estratégica e com foco é prioridade máxima da Sonae MC. Em 2019 os nossos técnicos de SST mantiveram uma forte presença nas lojas e entrepostos (80% das atividades desenvolvidas), com vista a aportar valor acrescentado e fomentar a cultura de segurança nas operações.

Continuamos a apostar em programas de formação, *coaching* e treino das equipas. Em 2019, desenvolvemos o Programa "Segurança, uma questão de atenção", um programa de formação em contexto real de trabalho, tendo como principal

objetivo aumentar o nível de consciência sobre os comportamentos inseguros, bem como consolidar os conhecimentos já adquiridos em formações anteriores. Para suporte ao programa foi desenvolvido um Guia de Orientação Prático para as Chefias, com o mapeamento de boas práticas e dicas úteis para que possam exercer uma supervisão ativa e influenciadora na redução/eliminação de comportamentos de risco. Incluímos neste programa a criação de *Safety Talks*, sobre as principais regras de segurança de cada posto de trabalho, para pequenos momentos de formação e consciencialização dos Colaboradores, tendo sido abrangidos mais de 2.000 chefias e cerca de 15.000 Colaboradores. A formação sobre os riscos profissionais é uma ferramenta chave para a sensibilização de todos. Em 2019 foram ministradas 88.426 horas de formação em SST, abrangendo uma população de 113.409 formandos. Conscientes que os Animadores de Segurança são elementos impulsionadores e influenciadores de comportamentos seguros, continuamos a apostar nesta função (criada em 2004 na área das operações), com o intuito de cada vez mais os capacitar com competências, de forma a adquirirem conhecimento para que sejam mais robustos, autónomos e interventivos.

Em 2019 criámos a Academia de Animadores de Segurança com intuito de renovar os conteúdos de formação, expandir a formação orientada para a prática diária e potenciar o crescimento (por fases de evolução) dos animadores, bem como introduzir metodologias inovadoras, tecnologias avançadas e soluções diferenciadoras. Em 2019 passaram 109 Animadores pela Academia.

Ao longo do ano, a Sonae MC efetuou uma revisão à atual gama de equipamento de proteção individual por forma a fomentar o grau de conforto, usabilidade e segurança dos mesmos. Paralelamente, a Empresa manteve parcerias com empresas especializadas em doenças dos pés, tendo empreendido um levantamento de todas as restrições médicas e tipologia de lesões existentes, possibilitando a seleção dos modelos de calçado mais adequados para cada uma das lesões identificadas (por exemplo, sapatos para diabéticos). O projeto “Doenças do pé” permitiu classificar 9 tipologias de doenças na população Sonae MC para o qual estabelecemos 17 modelos de sapatos para diferentes tipologias, tendo sido já solucionados mais de 125 casos, com a entrega do tipo específico de calçado para cada situação.

Em 2019, demos continuidade ao projeto “Frescos A a Z”, com o firme propósito de apurar as causas diretas e indiretas dos acidentes de trabalho, especializar as equipas nos processos dos frescos e erradicar “acidentes proibidos”. Criámos o “Semáforo de Frescos”, com o objetivo de partilhar informação sobre acidentes que ocorrem nos frescos, as causas e as medidas preventivas a implementar para evitar a recorrência destes acidentes. Esta partilha é realizada mensalmente, por email para todas as unidades, e serve também de suporte a ações de formação/sensibilização no local de trabalho. Desenvolvemos um conjunto de pilotos em unidades que visam implementar melhorias operacionais, desde máquinas mais ergonómicas, substituição de equipamento para diminuição de esforço físico, aquisição de equipamentos para eliminação de posturas extremas e repetitivas.

Ao longo de 2019, demos continuidade ao projeto/parceria estabelecida em julho de 2017 com a Fidelidade. Projeto que visa melhorar os processos, desenvolver ferramentas, quer de gestão, quer operacionais, com o intuito de criar mais agilidade, transparência e controlo dos sinistros ao longo da cadeia de valor.

RISCOS DE CONTINUIDADE DO NEGÓCIO

Na Sonae MC continuamos a desenvolver projetos e programas com o objetivo de garantir a continuidade das operações e sistemas de informação, através da definição, revisão e implementação de procedimentos e processos de preparação para cenários de crise e de catástrofes, nomeadamente através do desenvolvimento de planos de resiliência, emergência, contingência e de recuperação dos negócios e dos sistemas de informação.

RISCOS AMBIENTAIS

No que se refere aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, assim como prosseguidas as auditorias e implementadas as ações de melhoria, no âmbito dos processos de Gestão Ambiental da Empresa. A Sonae MC obteve em 2007, e tem mantido ao longo dos anos, a certificação do sistema de gestão ambiental corporativo segundo a norma ISO 14001 pela Lloyds Register Quality Assurance. A Sonae MC dispõe de 60 instalações certificadas em Portugal (41 hipermercados Continente, 8 supermercados Continente Modelo, 5 supermercados Continente Bom Dia e 5 Entrepósitos, para além do Centro de Processamento de Carnes em Santarém). As unidades certificadas servem como modelo para a implementação das melhores práticas nas restantes instalações, numa filosofia de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

RISCOS SEGURÁVEIS

No que respeita à transferência dos riscos seguráveis (técnicos e operacionais), a Sonae MC deu seguimento ao objetivo de racionalização de transferência financeira desta tipologia de risco, quer pelo estabelecimento de uma estrutura de capital adequada aos capitais em risco, tendo por base as permanentes mudanças nos negócios compreendidos, quer pela



intenção de ganhar ainda mais massa crítica nos tipos de risco abrangidos. Noutra dimensão, esta arquitetura foi melhorada pela otimização do programa de seguros ao nível das coberturas e retenções, coerentes com cada negócio, assegurando, internamente, uma efetiva gestão de seguros a nível mundial, através da Brokers Link, a rede mundial de corretores de seguros coordenada pela MDS, o consultor de seguros da Sonae MC.

RISCOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A Sonae MC implementou um programa de auditorias de segurança alimentar às lojas, cafetarias, restaurantes, entrepostos e centros de fabrico, com destaque para o levantamento e reporte das principais conclusões e orientação para a tomada de ações corretivas. Este programa de auditorias tem como objetivo verificar de forma sistemática o cumprimento das normas legais e das regras internas de segurança alimentar. Em 2019 foram realizadas 2.000 auditorias de segurança alimentar. Em 2019, a Direção de Qualidade e Investigação realizou mais de 800 visitas a Lojas. A Equipa de Técnicos da Direção de Qualidade e Investigação verifica em Loja, a conformidade dos produtos rececionados - desta forma pretende-se uniformizar o *standard* de qualidade dos produtos. Esta equipa faz também uma verificação da conformidade dos produtos expostos nas Lojas, acompanhada sempre por uma vertente pedagógica de relembrar boas práticas de exposição, manipulação e verificação do cumprimento dos processos que salvaguardem a segurança alimentar e a qualidade dos produtos.

RISCOS DE INFORMAÇÃO, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DE CIBERSEGURANÇA

Os sistemas de informação dos negócios da Sonae MC caracterizam-se por serem abrangentes, heterogéneos e distribuídos. Do ponto de vista da segurança da informação têm sido desenvolvidas várias ações de mitigação do risco de comprometimento da confidencialidade, disponibilidade e integridade da informação, nomeadamente a implementação de sistemas de alta-disponibilidade, redundância da infraestrutura de rede, controlo de qualidade dos fluxos entre aplicações, gestão de acessos e perfis e reforço dos mecanismos de proteção do perímetro da rede.



No decurso de 2019 mantivemos a realização de várias ações de sensibilização para a Proteção de Dados Pessoais estritamente utilizados na sua atividade, que contaram com a participação de Colaboradores dos vários níveis e funções. Adicionalmente continuamos o programa de adequação da Empresa às normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, das quais se destacam a revisão do corpo normativo da Empresa, a atualização dos registos de atividades de tratamentos, revisão dos procedimentos de resposta aos exercícios de direitos, a revisão dos deveres de informação e a implementação do site de *compliance* RGPD.

Em relação ao risco de Cibersegurança, foram desenvolvidas várias ações, das quais se destacam a renovação do serviço de *rating Bitsight*, a implementação de um protocolo com o Centro Nacional de Cibersegurança para a área do *Cyber Intelligence*, a realização de ação de sensibilização com o Serviço de Informação de Segurança, a realização de sessões de formação, com especial foco nas campanhas de *phishing*, a adoção do *framework* NIST CSF e a implementação de um procedimento para gestão de incidentes.

No decurso de 2019 foram realizadas auditorias aos sistemas de informação que suportam processos críticos da Sonae MC, com o objetivo de identificar e corrigir potenciais vulnerabilidades que possam ter um impacto negativo no negócio e na segurança da informação. Foram também realizadas auditorias aos processos de gestão e governação dos sistemas de informação da Sonae MC utilizando como referência a *framework* Cobit V5.

RISCOS FINANCEIROS

A Sonae MC está exposta a uma diversidade de riscos financeiros que podem impactar o seu valor patrimonial. De modo sintético podemos agrupá-los por natureza: 1. Risco de Taxa de Juro; 2. Risco da Taxa de Câmbio; 3. Risco de Liquidez; 4. Risco de Crédito; 5. Risco de Preço e de Mercado e 6. Risco de Capital.

Em abstrato, entende-se por risco financeiro a possibilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, com impacto material nos resultados da Empresa. A Sonae MC procura, quando possível, controlar esta volatilidade com o intuito de proteger o seu valor patrimonial. Tendo em consideração a múltipla natureza dos diversos negócios da Sonae MC não há uma política única para a gestão desses riscos. Existem princípios genéricos que emergem das práticas de boa gestão, mas é privilegiada uma abordagem individualizada e adaptada às características intrínsecas de cada negócio. A postura da Sonae MC relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora e prudente. A Empresa não assume posições economicamente especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por único propósito o controlo de riscos aos quais a Sonae MC já se encontra exposta.

Pela natureza do seu negócio, a Sonae MC é particularmente ativa na cobertura do risco de taxa de câmbio que emerge, essencialmente, da atividade de *sourcing* internacional. Estas operações são feitas, por regra, através da contratação de instrumentos financeiros derivados, com bancos com os quais a Empresa já possui um histórico de celebração de contratos ISDA, de acordo com as melhores práticas internacionais. Apesar de a atividade ser menor, na gestão do risco de taxa de juro, sempre que são efetuadas coberturas, os procedimentos são idênticos.

Parte substancial dos recursos da Empresa são captados junto de Bancos de relacionamento e pontualmente nos mercados de capitais, pelo que a Sonae MC está, inevitavelmente, exposta à sua volatilidade intrínseca. De modo a assegurar que, a todo o momento, a Empresa tem capacidade financeira para assegurar os seus compromissos, a mesma segue políticas de financiamento que recomendam ter refinanciadas antecipadamente as necessidades da Empresa num horizonte temporal de 18 meses, acrescidos de *buffers* prudenciais pré-determinados reduzindo, assim, o impacto de uma eventual disrupção abrupta nos mercados de financiamento na atividade corrente da Empresa. Adicionalmente, a Sonae MC procura possuir uma diversidade de contrapartes que lhe permita reduzir os impactos que eventuais acontecimentos específicos, num banco ou num país, possam ter na capacidade da Empresa em aceder a fundos, nos montantes e condições desejáveis.

Uma área que, fruto do crescimento dos canais de vendas dos diversos negócios da Empresa, tem vindo a ganhar peso nos últimos anos é a cobertura do risco de créditos dos seus Clientes. Apesar de, em termos consolidados, este risco ser ainda relativamente pequeno, o aumento dos canais de *wholesale* e *franchising* dos vários negócios tem obrigado a Sonae MC a dar particular atenção à sua gestão quer através do estabelecimento de políticas adaptadas às características e natureza dos diversos negócios, definindo limites claros de risco por crédito, quer, e já no âmbito das próprias políticas, à transferência de parte desses riscos para terceiros através de seguros de crédito, garantias bancárias ou créditos documentários, entre outros instrumentos similares. Em acréscimo, a Empresa iniciou Comitês de Crédito individualizados por negócio, com uma participação multidisciplinar de forma a que o risco de incumprimento por parte dos Clientes seja mitigado e acompanhado de forma sistemática e atempada.

Os objetivos de gestão da estrutura de capital (definido pela proporção entre capital próprio e dívida líquida) são a salvaguarda da capacidade da Empresa para assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar o custo de financiamento.

A política de gestão de riscos financeiros é determinada pelo Conselho de Administração da Sonae MC. A exposição aos riscos é igualmente monitorizada pela Comissão de Finanças e Tesouraria do Grupo, na qual uma análise consolidada de risco é revista e reportada numa base mensal, e as orientações sobre políticas de gestão de risco são analisadas e revistas regularmente.

O sistema implementado assegura que, em cada momento, são adotadas as políticas apropriadas de gestão de riscos financeiros de forma a que estes não condicionem a concretização dos objetivos estratégicos da Sonae MC.

RISCOS LEGAIS, FISCAIS E REGULATÓRIOS

A Sonae MC é suportada pelas equipas internas de assessoria legal e fiscal, permanente dedicadas às especificidades da respetiva atividade, que funcionam na dependência da gestão e desenvolvem as suas competências em articulação com as demais funções e assessorias, por forma a assegurar, antecipadamente, a proteção dos interesses da Empresa e dos negócios no respeito estrito pelo cumprimento dos seus deveres legais bem como pela aplicação de boas práticas de governo. As equipas que integram estes departamentos possuem formação especializada e participam em ações de formação de iniciativa interna e externa para atualização de conhecimentos. A assessoria legal e fiscal é igualmente garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos, selecionados de entre firmas de reconhecida reputação, de acordo com elevados critérios de competência, ética e experiência.

Os negócios da Sonae MC estão sujeitos a leis e regulamentos nacionais, locais e setoriais de cada mercado onde operam e que visam assegurar a segurança e proteção dos consumidores, os direitos dos trabalhadores, a proteção do meio ambiente e o ordenamento do território, o cumprimento da regulamentação dos setores de atividade em que está presente e a manutenção de um mercado aberto e competitivo. Desta forma, a Sonae MC está naturalmente exposta ao risco de ocorrerem alterações regulatórias que possam condicionar a condução dos negócios e, consequentemente, prejudicar ou impedir o alcance dos objetivos estratégicos.

A postura da Empresa é de colaboração permanente com as autoridades, no respeito e observância das disposições legais. Essa colaboração assume, em alguns casos, a forma de comentários a consultas públicas emitidas por autoridades nacionais e internacionais. A crescente internacionalização dos negócios da Sonae MC é afetada por riscos específicos decorrentes da natureza diferenciada dos enquadramentos legais em cada país, assim como das especificidades e complexidades decorrentes da diversidade do portefólio de negócios da Empresa.



RISCOS DE RECURSOS HUMANOS

Em 2019, a Sonae MC e os seus negócios que operam em Portugal vivenciaram uma situação de pleno emprego, associada a um mercado laboral altamente competitivo. Esta realidade colocou uma pressão adicional à capacidade da Sonae MC em recrutar e reter Colaboradores de elevado potencial. Como forma de gerir este risco foram desenvolvidas diversas iniciativas, das quais se destacam a flexibilização dos horários de trabalho (“Flex it Up”), a revisão das políticas de remuneração, a implementação de programas orientados para jovens Colaboradores (“Contacto”, “Future Leaders @ Retail”), a gestão e a melhoria de performance e potencial dos Colaboradores (“Improving Our People”), e o desenvolvimento de aceleradores de carreiras para Colaboradores de elevado potencial.

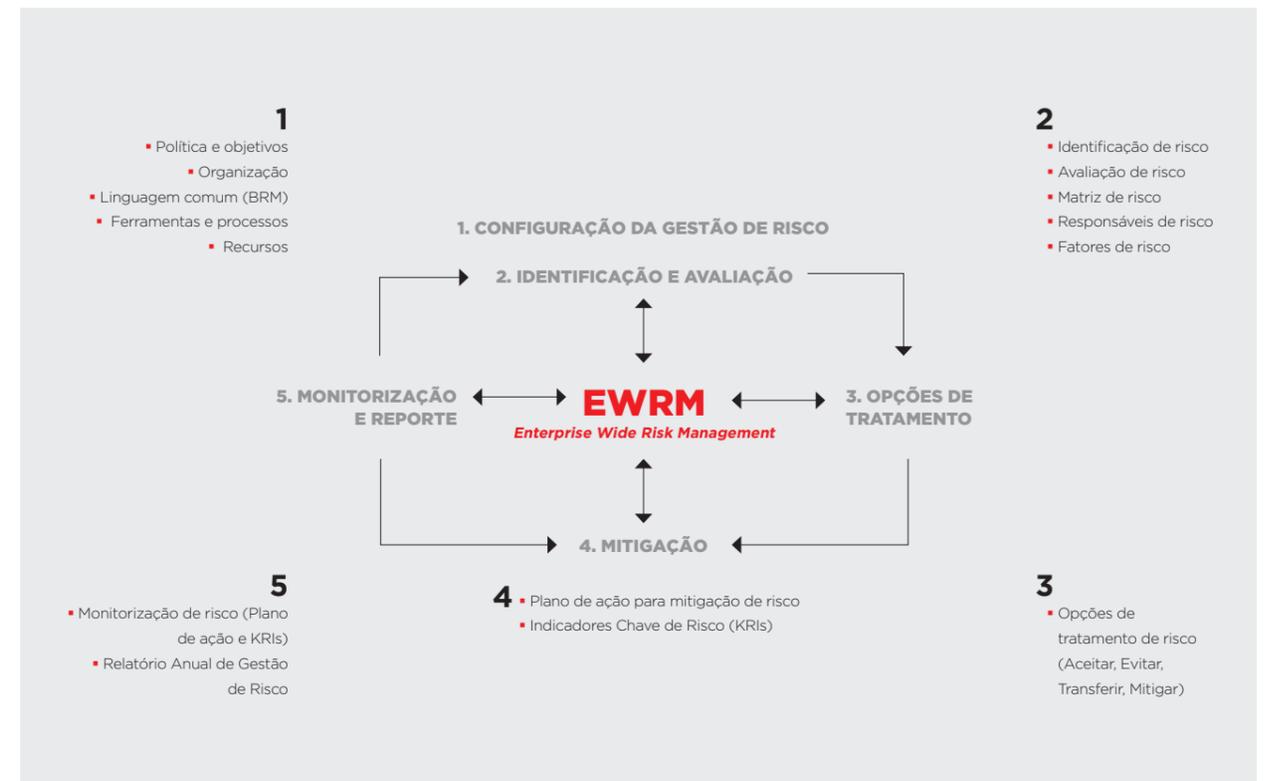
A heterogeneidade, dimensão e antiguidade dos negócios da Sonae MC podem contribuir para a existência de estruturas organizacionais complexas e inflexíveis, com impacto na tomada de decisões de maneira ágil e a consequente perda de oportunidades. Ciente deste risco, a Sonae MC tem vindo a desenvolver várias iniciativas que passam por promover a realização de projetos com equipas mistas e multidisciplinares, o desenvolvimento de soluções informáticas colaborativas, a digitalização de processos de recursos humanos, a redução dos silos organizativos e a implementação de metodologias KaiZen, o “Sonae MC Academy” (centro de formação para Colaboradores) com o seu programa “Sonae Management & Leadership” orientado para a promoção de jovens talentos.

5. AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2019

O ano de 2019 foi especialmente marcado pela implementação e operacionalização de um exercício *Enterprise Wide Risk Management*, dinamizado pela função corporativa de gestão de risco da Sonae, o qual garantiu o alinhamento de metodologias, práticas e calendário de gestão de risco em todas as empresas Sonae.

No primeiro trimestre do ano, procedeu-se à identificação dos riscos da Sonae MC e à elaboração de um novo dicionário e de uma nova taxonomia de riscos. Ainda durante este período foi elaborado o questionário para suporte à avaliação dos riscos. Durante o segundo trimestre, procedeu-se à avaliação de risco, atividade da responsabilidade da Comissão Executiva da Sonae MC. Após o preenchimento individual do questionário de avaliação, realizou-se uma sessão de calibração, que culminou na aprovação da matriz de risco da Sonae MC, a identificação dos riscos críticos e a nomeação dos respetivos donos. No terceiro e quarto trimestre, foi desenvolvido um trabalho conjunto com cada dono do risco onde foram identificadas e implementadas ações de mitigação e monitorizados os indicadores de risco. Estas atividades, ao nível de todos os negócios da Sonae MC, foram suportadas numa ferramenta aplicacional, desenvolvida internamente e baseada no *standard* internacional COSO.

A Direção de Gestão de Risco continuou a dar suporte à gestão de risco nos principais projetos da organização, assim como no desenvolvimento de planos de gestão de crise e de continuidade de negócio.



6. EVENTOS SUBSEQUENTES

PANDEMIA DE COVID-19

A Sonae MC tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a “European Centre for Disease Prevention and Control”, bem como a Direção-Geral da Saúde portuguesa.

Neste contexto, e ainda na fase em que o surto se encontrava circunscrito à China, foi constituído um Comité de Crise que colocou em prática os planos de prevenção/contingência definidos para situações semelhantes, que abrangem toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais.

Nesta fase torna-se bastante complexo quantificar a magnitude dos impactos caso o nível de risco se agrave, no entanto, a Empresa tem vindo a implementar todas as medidas que considera adequadas para minimizar potenciais consequências adversas, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os *stakeholders*.

A grayscale photograph of a business meeting. Several people are gathered around a table, looking at documents and a laptop. The scene is dimly lit, with a focus on the hands and papers. A large, semi-transparent red circle is overlaid on the left side of the image, partially obscuring the people. The text 'DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS' is printed in white, bold, uppercase letters on the right side of the image.

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	01 jan 2018 Reexpresso	Valores não auditados	
					31 dez 2019 Pro-forma	31 dez 2018 Pro-forma
ATIVOS NÃO CORRENTES:						
Ativos fixos tangíveis	7	1.346.281.271	1.293.140.018	1.647.932.405	1.346.281.271	1.293.140.018
Ativos intangíveis	8	261.231.849	211.150.982	342.916.302	261.231.849	211.150.982
Direitos de uso	9	898.438.645	780.101.393	860.046.399	898.438.645	780.101.393
Goodwill	10	469.424.119	446.613.429	553.339.386	469.424.119	446.613.429
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	11	4.437.916	4.084.814	41.442.483	4.437.916	4.084.814
Outros investimentos	6 e 12	17.247.851	16.589.032	12.323.384	17.247.851	16.589.032
Ativos por impostos diferidos	20	256.228.882	224.280.905	269.793.843	256.228.882	224.280.905
Imposto sobre o rendimento	18	4.489.601	4.527.309	6.181.878	4.489.601	4.527.309
Outros ativos não correntes	6 e 13	10.763.959	4.818.467	13.026.695	10.763.959	4.818.467
Total de ativos não correntes		3.268.544.093	2.985.306.349	3.747.002.775	3.268.544.093	2.985.306.349
ATIVOS CORRENTES:						
Inventários	14	407.431.039	396.767.259	713.020.919	407.431.039	396.767.259
Clientes	6 e 15	98.402.123	123.073.991	85.264.416	43.058.975	51.302.580
Outras dívidas de terceiros	6 e 16	77.059.454	50.360.094	61.201.495	77.059.454	50.360.094
Imposto sobre o rendimento	18	43.121.953	43.820.498	32.179.395	43.121.953	43.820.498
Estado e outros entes públicos	17	25.346.830	21.839.668	39.932.718	25.346.830	21.839.668
Outros ativos correntes	19	30.704.431	25.046.251	46.473.653	30.704.431	31.978.582
Investimentos	6 e 12	394.309	1.231.414	179.881	117.866	1.231.414
Caixa e equivalentes de caixa	21	77.339.624	78.235.498	162.378.843	89.050.845	98.818.948
Total de ativos correntes		759.799.763	740.374.673	1.140.631.320	715.891.393	696.119.043
Ativos não correntes detidos para venda	7	27.500.462	-	782.540	27.500.462	-
TOTAL DO ATIVO		4.055.844.318	3.725.681.022	4.888.416.635	4.011.935.948	3.681.425.392
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
CAPITAL PRÓPRIO:						
Capital social	22	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	22	-	-	(320.000.000)	-	-
Reservas legais		177.949.491	174.887.958	174.845.768	177.949.491	174.887.958
Reservas e resultados transitados		(590.179.221)	(1.152.934.100)	(225.926.029)	(590.179.221)	(1.148.934.100)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		132.300.259	641.999.525	-	132.300.259	641.999.525
Capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe		720.070.529	663.953.383	628.919.739	720.070.529	667.953.383
Interesses que não controlam	23	54.735.349	29.008.359	89.262.617	54.735.349	29.008.359
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		774.805.878	692.961.742	718.182.356	774.805.878	696.961.742
PASSIVO:						
PASSIVO NÃO CORRENTE:						
Empréstimos bancários	6 e 24	407.666.667	403.000.000	337.457.361	407.666.667	403.000.000
Empréstimos obrigacionistas	6 e 24	252.163.176	254.870.409	282.306.545	252.163.176	254.870.409
Outros empréstimos	6, 24 e 25	956	11.569	720.507	956	11.569
Passivo de locação	6 e 9	930.393.296	806.331.265	869.557.356	930.393.296	806.331.265
Outros passivos não correntes	26	22.719.068	23.143.388	414.696.058	22.719.068	22.874.677
Passivos por impostos diferidos	20	330.530.672	271.082.478	317.864.195	330.482.265	271.023.872
Provisões	31	9.418.605	9.570.442	14.659.973	9.418.605	9.570.442
Total de passivos não correntes		1.952.892.440	1.768.009.551	2.237.261.995	1.952.844.033	1.767.682.234
PASSIVO CORRENTE:						
Empréstimos bancários	6 e 24	16.847.781	45.579.391	121.452.497	16.847.781	45.579.391
Empréstimos obrigacionistas	6 e 24	2.996.380	2.996.380	57.970.806	2.996.380	2.865.144
Outros empréstimos	6, 24 e 25	430.711	265.457	1.814.832	146.386	265.457
Passivo de locação	6 e 9	75.998.767	52.581.242	69.228.755	75.998.767	52.581.242
Fornecedores	6 e 28	870.957.571	832.109.114	1.177.460.245	828.570.918	783.057.489
Outras dívidas a terceiros	6 e 29	76.568.322	83.417.341	117.838.339	76.568.322	82.299.253
Imposto sobre o rendimento	18	50.200.397	36.842.217	31.153.884	50.200.397	36.842.217
Estado e outros entes públicos	17	73.346.098	65.407.359	80.980.619	73.346.098	65.343.090
Outros passivos correntes	30	160.238.232	144.602.827	269.461.924	159.054.715	147.039.732
Provisões	31	561.741	908.401	5.610.383	561.741	908.401
Total de passivos correntes		1.328.146.000	1.264.709.729	1.932.972.284	1.284.286.038	1.216.781.416
TOTAL DO PASSIVO		3.281.038.440	3.032.719.280	4.170.234.279	3.237.130.070	2.984.463.650
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4.055.844.318	3.725.681.022	4.888.416.635	4.011.935.948	3.681.425.392

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	Valores não auditados
				31 dez 2018 Pro-forma
Vendas	35	4.573.923.275	4.191.168.639	4.191.168.639
Prestações de serviços	35	128.090.850	116.335.901	116.335.901
Rendimentos ou gastos relativos a investimentos	36	93.503	1.942.721	1.942.721
Outros rendimentos	38	86.472.011	102.959.760	102.959.760
Custo das vendas	14	(3.288.062.137)	(3.003.067.240)	(3.003.067.240)
Fornecimentos e serviços externos	39	(399.530.587)	(383.872.415)	(383.872.415)
Gastos com o pessoal	40	(570.821.703)	(522.970.216)	(522.970.216)
Outros gastos	41	(49.603.888)	(44.605.836)	(44.605.836)
Amortizações e depreciações	7, 8 e 9	(243.764.969)	(212.470.949)	(212.470.949)
Perdas por imparidade	31	(3.563.918)	(12.057.424)	(12.057.424)
Provisões	31	17.269	(1.175.554)	(1.175.554)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, resultados relativos a empreendimentos conjuntos e associadas e impostos das operações continuadas		233.249.706	232.187.387	232.187.387
Dividendos recebidos	36	100.450	100.450	100.450
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	11.3	502.548	(446.603)	(446.603)
Rendimentos e ganhos financeiros	37	4.798.602	3.776.300	2.748.573
Gastos e perdas financeiras	37	(79.089.148)	(124.956.112)	(67.968.741)
Resultado líquido consolidado antes de impostos das operações continuadas		159.562.158	110.661.422	166.621.066
Imposto sobre o rendimento	42	(22.174.612)	(9.069.721)	(21.063.588)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		137.387.546	101.591.701	145.557.478
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	5	504.843	542.395.735	498.429.958
Resultado líquido consolidado do exercício		137.892.389	643.987.436	643.987.436
Atribuível a Acionistas da empresa-mãe:				
Operações continuadas		131.795.416	99.094.410	143.060.187
Operações descontinuadas		504.843	542.905.115	498.939.338
		132.300.259	641.999.525	641.999.525
Atribuível a Interesses que não controlam:				
Operações continuadas		5.592.130	2.497.291	2.497.293
Operações descontinuadas		-	(509.380)	(509.380)
		5.592.130	1.987.911	1.987.911
Resultados por ação:				
Das operações continuadas				
Básico	44	0,131795	0,107129	0,154660
Diluído	44	0,131795	0,107129	0,154660
Das operações descontinuadas				
Básico	44	0,000505	0,586924	0,539394
Diluído	44	0,000505	0,586924	0,539394

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Montantes expressos em Euros)	Notas	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Resultado líquido consolidado do exercício		137.892.389	643.987.436
Items de outro rendimento integral que poderão ser subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Variação nas reservas de conversão cambial		776.207	3.879.991
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	11.3	4.730	6.076.188
Variação no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa		(575.833)	(163.384)
Imposto relativo às componentes do outro rendimento integral		80.199	8.310
Outros		71.895	(343.778)
Outro rendimento integral do exercício		357.198	9.457.327
Items de outro rendimento integral que foram reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Reservas de conversão cambial relativas às operações descontinuadas		-	(74.790)
		-	(74.790)
Total de outros rendimentos integrais consolidados do exercício		357.198	9.382.537
Total rendimento integral consolidado do exercício		138.249.587	653.369.973
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		132.747.518	651.598.031
Interesses que não controlam		5.502.069	1.771.942

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas de Conversão Cambial	Reservas e Resultados Transitados				Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses que não controlam (Nota 23)	Total do Capital Próprio
					Reservas de Cobertura	Reservas nos termos do artº 342º do CSC	Outras Reservas e Resultados Transitados	Total de Reservas e Resultados Transitados				
(Montantes expressos em euros)					Atribuível aos acionistas da empresa-mãe							
Saldo em 1 de janeiro de 2018 Publicado	1.000.000.000	(320.000.000)	174.845.768	2.703.308	167.896	320.000.000	(511.803.554)	(188.932.350)	27.632.093	693.545.511	92.016.336	785.561.847
Impacto da aplicação da IFRS16	-	-	-	-	-	-	(64.625.772)	(64.625.772)	-	(64.625.772)	(2.753.719)	(67.379.491)
Saldo em 1 de janeiro de 2018 Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	174.845.768	2.703.308	167.896	320.000.000	(576.429.326)	(253.558.122)	27.632.093	628.919.739	89.262.617	718.182.356
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	3.791.634	(57.734)	-	5.864.606	9.598.506	641.999.525	651.598.031	1.771.942	653.369.973
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2017												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	42.190	-	-	-	27.589.903	27.589.903	(27.632.093)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(473.360.297)	(473.360.297)	-	(473.360.297)	(1.393.908)	(474.754.205)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.738.459)	(1.738.459)
Restituição de entradas de capital	-	-	-	-	-	-	(372.000.000)	(372.000.000)	-	(372.000.000)	-	(372.000.000)
Alienação de ações próprias	-	320.000.000	-	-	-	-	(96.889.000)	(96.889.000)	-	223.111.000	-	223.111.000
Desafetação de reservas nos termos do art. 324 do CSC	-	-	-	-	-	(320.000.000)	320.000.000	-	-	-	-	-
Constituição de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	(120.000)
Alienação de filiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.907.371)	(58.907.371)
Alteração do método de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.211.038)	(1.211.038)
Outros	-	-	-	-	-	-	5.684.910	5.684.910	-	5.684.910	1.344.576	7.029.486
Saldo em 31 de dezembro de 2018 Reexpresso	1.000.000.000	-	174.887.958	6.494.942	110.162	-	(1.159.539.204)	(1.152.934.100)	641.999.525	663.953.383	29.008.359	692.961.742
Saldo em 1 de janeiro de 2019 Publicado	1.000.000.000	-	174.887.958	6.494.942	110.162	-	(1.100.598.341)	(1.093.993.237)	648.954.594	729.849.315	31.145.956	760.995.271
Impacto da aplicação da IFRS16	-	-	-	-	-	-	(58.940.863)	(58.940.863)	(6.955.069)	(65.895.932)	(2.137.597)	(68.033.529)
Saldo em 1 de janeiro de 2019 Reexpresso	1.000.000.000	-	174.887.958	6.494.942	110.162	-	(1.159.539.204)	(1.152.934.100)	641.999.525	663.953.383	29.008.359	692.961.742
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	776.207	(425.789)	-	96.841	447.259	132.300.259	132.747.518	5.502.069	138.249.587
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2018												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	3.061.533	-	-	-	638.937.992	638.937.992	(641.999.525)	-	-	-
Dividendos distribuídos (Nota 23)	-	-	-	-	-	-	(75.000.000)	(75.000.000)	-	(75.000.000)	(2.027.573)	(77.027.573)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(236.205)	(236.205)
Aquisição de filiais (Nota 4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.442.727	20.442.727
Entradas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127.506	127.506
Outros	-	-	-	-	-	-	(1.630.372)	(1.630.372)	-	(1.630.372)	1.918.466	288.094
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.000.000.000	-	177.949.491	7.271.149	(315.627)	-	(597.134.743)	(590.179.221)	132.300.259	720.070.529	54.735.349	774.805.878

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		4.725.804.273	4.312.720.607
Pagamentos a fornecedores		(3.629.311.728)	(3.301.897.700)
Pagamentos ao pessoal		(560.885.046)	(516.977.292)
Fluxos gerados pelas operações		535.607.499	493.845.615
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		2.492.870	(24.642.535)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(18.410.075)	5.359.223
Fluxos das atividades operacionais (1)		519.690.295	474.562.304
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	45	819.547	29.275.821
Ativos fixos tangíveis		29.368.863	93.858.560
Ativos intangíveis		4.211.695	642.276
Juros e rendimentos similares		1.638.422	2.894.607
Dividendos	36	1.204.625	642.744
		37.243.152	127.314.008
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	45	(59.851.932)	(28.120.703)
Ativos fixos tangíveis		(212.752.665)	(189.802.057)
Ativos intangíveis		(24.049.166)	(33.726.302)
		(296.653.763)	(251.649.062)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(259.410.611)	(124.335.054)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		5.168.237.000	5.567.269.577
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		3.956.767	-
		5.172.193.767	5.567.269.577
Pagamentos respeitantes a:			
Passivos de locação		(128.094.863)	(103.190.825)
Empréstimos obtidos		(5.214.529.877)	(5.597.763.674)
Empresas participantes		-	(400.000.000)
Juros e gastos similares		(13.471.965)	(70.533.154)
Reduções de capital e prestações suplementares		-	(372.000.000)
Dividendos		(77.263.778)	(472.405.352)
		(5.433.360.483)	(7.015.893.005)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(261.166.716)	(1.448.623.428)
Recebimentos das operações descontinuadas		-	2.768.391.717
Pagamentos às operações descontinuadas		-	(1.682.731.135)
Fluxos das atividades descontinuadas (4)		-	1.085.660.582
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)		(887.032)	(12.735.596)
Efeito das diferenças de câmbio		(343)	39.238
Efeito das atividades descontinuadas		-	(68.576.014)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	21	78.212.357	159.563.205
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	21	77.325.668	78.212.357

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

SONAE MC, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Sonae MC, SGPS, S.A., anteriormente designada por Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 11, 12 e 48 como Grupo Sonae MC ("Sonae MC").

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2019. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS - IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas o Grupo tomou por base o custo histórico, modificado, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de i) ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ii) ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e iii) propriedades de investimento mensuradas a justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.21.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas:

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2019:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2019		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 16	Locações (Nova definição de locação, princípios de reconhecimento e mensuração; Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.)	01 jan 2019
IFRS 9 (alteração)	Instrumentos Financeiros (Isenção à classificação de ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros com condições de pré-pagamento com	01 jan 2019
IAS 19 (alteração)	Benefícios dos empregados (Obriga a usar pressupostos atualizados para o cálculo das responsabilidades remanescentes após atualização, corte ou liquidação de benefícios, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”)	01 jan 2019
IAS 28	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial)	01 jan 2019
IFRIC23	Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento (Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o	01 jan 2019
	Melhoramentos das normas 2015 – 2017. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.	01 jan 2019

Estas normas foram aplicadas pela primeira vez pelo Grupo em 2019. O Grupo efetuou uma análise das alterações introduzidas e do impacto nas demonstrações financeiras e concluiu que a aplicação das referidas normas com exceção do IFRS 16, não produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

Impacto resultante da aplicação da IFRS 16

A Sonae MC aplicou a norma IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva integral completa tendo a informação das demonstrações financeiras de 2018 sido reexpressa, como se esta norma se tivesse aplicado desde o início dos contratos de locação.

O Grupo optou por efetuar o “grandfather” das locações, isto é, apenas considerou na transição os contratos que já eram considerados locações operacionais à luz da norma IAS 17, tendo excluído contratos com duração de 12 meses e os de reduzido valor.

Reconhecimento

A Sonae MC reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros implícitos na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo.

Em geral, a Sonae MC utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar. Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem os pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos.

A responsabilidade por locação é mensurada pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo, sendo remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, bem como das possíveis modificações dos contratos de locação.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

A Sonae MC apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente separadas na demonstração da posição financeira.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no prazo da locação.

Os impactos quantitativos da aplicação desta norma estão detalhados na Nota 5.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2020		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IAS 1 e IAS 8 (alteração)	Apresentação das demonstrações financeiras e Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo)	01 jan 2020
	Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS (Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos)	01 jan 2020

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2020		Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 3 (alteração)	Concentrações de atividades empresariais (clarifica o que é uma atividade empresarial)	01 jan 2020
IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 (alteração)	Reforma da taxa de juro de referência	01 jan 2020
IFRS 17	(Contratos de seguros)	01 jan 2021

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em virtude da sua aplicação não ser obrigatória, encontrando-se em processo de análise dos efeitos previstos das referidas normas.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae MC:

a) Investimentos financeiros em empresas controladas

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae MC detenha, direta ou indiretamente, controlo foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

A Sonae MC detém controlo das participadas nas situações em que cumulativamente preenche as seguintes condições:

i) tem poder sobre a participada; ii) está exposta a, ou tem direito sobre resultados variáveis por via do seu relacionamento com a participada; e iii) tem capacidade de utilizar o seu poder sobre a participada para afetar o montante dos seus resultados.

Quando o Grupo possui menos que a maioria dos direitos de voto de uma participada, tem poder sobre a participada quando os direitos de voto são suficientes para decidir unilateralmente sobre as atividades relevantes da sua

participada. O Grupo considera todos os factos e circunstâncias relevantes para avaliar se os direitos de voto sobre a participada são suficientes para lhe conferir poder.

O controlo é reavaliado pela Sonae MC sempre que se verifiquem factos e circunstâncias que indiquem a ocorrência de alterações em uma ou mais das condições de controlo referidas acima.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas e são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 48.

O rendimento integral da subsidiária é atribuído aos proprietários do Grupo e aos interesses que não controlam, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses que não controlam.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou assunção de controlo, podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill (Nota 2.2.c). Caso o diferencial entre o preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses que não controlam e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. O Grupo Sonae MC optará numa base casuística, pelo cálculo do valor dos interesses que não controlam, (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos referidos interesses que não controlam.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em outros instrumentos de capital próprio.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo ou até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae MC. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae MC são eliminados no processo de consolidação. Perdas não realizadas são também eliminadas, quando não evidenciem uma situação de imparidade do ativo transferido.

b) Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e empresas associadas

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são investimentos em entidades objeto de acordo conjunto por todos ou por parte dos seus detentores, tendo as partes que detêm o controlo conjunto do acordo direitos sobre os ativos líquidos da entidade. O controlo conjunto é obtido por disposição contratual e existe apenas quando as decisões associadas têm que ser tomadas por unanimidade das partes que partilham controlo.

Nas situações em que o investimento ou o interesse financeiro e o contrato celebrado entre as partes permite que a entidade detenha controlo conjunto direto sobre os direitos de detenção do ativo ou obrigações inerentes aos passivos relacionados com esse acordo, considera-se que tal acordo conjunto não corresponde a um empreendimento conjunto,

mas sim a uma operação conjuntamente controlada. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não detinha operações conjuntamente controladas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos em que a Sonae MC exerce uma influência significativa, mas nas quais não detém controlo ou controlo conjunto. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são iguais ou superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da entidade, sem, todavia, exercer controlo ou controlo conjunto dessas políticas.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae MC no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) dos empreendimentos conjuntos e das associadas, por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício conforme aplicável, e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dos empreendimentos conjuntos e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor de investimento financeiro em empreendimentos conjuntos e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimento do exercício na rubrica "Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae MC nos prejuízos acumulados da associada e empreendimentos conjuntos excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae MC tenha assumido compromissos para com a participada.

Os ganhos não realizados em transações, que não relativos a atividades empresariais, com empreendimentos conjuntos e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae MC nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Quando os ganhos ou perdas não realizadas correspondem a transações relativas a atividades empresariais, e tendo em consideração a inconsistência atualmente existente entre os requisitos do IFRS 10 e do IAS 28, a Sonae MC, tomando em consideração o definido na alteração ao IFRS 10 e IAS 28 procede ao reconhecimento integral do ganho/perda nas situações em que há perda de controlo da referida atividade empresarial em resultado de uma transação com um empreendimento conjunto.

Caso a participação financeira num empreendimento conjunto ou numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a demonstração dos resultados.

As políticas contabilísticas dos empreendimentos conjuntos e associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos e associadas encontram-se detalhados na Nota 11.

c) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae MC, empreendimentos conjuntos e associadas acrescido do valor dos interesses que não controlam (no caso de filiais), do justo valor de eventuais interesses detidos previamente à data da concentração e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica "Goodwill" caso se relacionem com aquisições de negócios de filiais (Nota 10) ou mantidas na rubrica "Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas" (Nota 11). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, o valor dos interesses que não controlam (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae MC (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica "Reservas de conversão".

O valor dos pagamentos contingentes futuros, que existam, é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em Goodwill ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente ou sempre que existam indícios de imparidade, para verificar se existem perdas por imparidade a ser reconhecidas. A análise das perdas por imparidade é efetuada em função da avaliação do valor contabilístico da unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o goodwill foi imputado, o qual é comparado com o seu valor recuperável, i.e., o maior valor entre o justo valor menos os custos estimados de venda e o valor de uso da UGC. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae MC ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes, nomeadamente no que respeita a operações imobiliárias e respetivos ativos. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica "Provisões e perdas por imparidade".

Quando o Grupo reorganiza a sua atividade, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, às quais tenha sido imputado o goodwill, é efetuada, sempre que exista um racional, a revisão da alocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A realocação é efetuada através de uma abordagem de valor relativo, das novas unidades geradoras de caixa que resultam da reorganização.

As perdas por imparidade relativas ao Goodwill reconhecido com a aquisição de negócios de subsidiárias não podem ser revertidas, ao contrário do Goodwill reconhecido com a aquisição de empreendimentos conjuntos e associadas.

O Goodwill, se negativo, é reconhecido como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os rendimentos e gastos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de "Reserva de Conversão" incluída na rubrica "Outras Reservas e Resultados Transitados". As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de "Resultados Transitados".

O Goodwill e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam, no caso de não haver perda de controlo.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empreendimentos conjuntos e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Dólar Americano	0,89015	0,89342	0,87336	0,84753
Libra Inglesa	1,17536	1,14051	1,11791	1,13038
Lira Turca	0,14960	0,15734	0,22502	0,23289
Metical Moçambicano	0,01445	0,01430	0,01422	0,01406
Real Brasileiro	0,22145	0,22676	0,22502	0,23289
Peso Mexicano	0,04712	0,04642	0,04446	0,04408
Ploty Polaco	0,23492	0,23275	0,23248	0,23472

2.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, ou custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	4 a 5
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção dos ativos fixos tangíveis são consideradas como gastos no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso, os quais representam ativos fixos ainda em fase de construção/promoção, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se forem identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae MC, sejam controláveis pela Sonae MC e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual compreende: i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos; e ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Quando adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, separáveis do goodwill, os ativos intangíveis são inicialmente valorizados ao justo valor, determinado no âmbito da aplicação do método da compra, conforme previsto pela IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae MC demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae MC. Nestas situações estes gastos são inicialmente registados como gastos sendo capitalizados como ativos intangíveis através da rubrica de "Trabalhos para a Própria Entidade" (Nota 38).

Os encargos incorridos com a aquisição de carteira de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) são registados como ativos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que a compõem.

As marcas e patentes com vida útil definida são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizados a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimado. Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual, ou sempre que existam indícios de imparidade.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde a um período compreendido entre 3 a 12 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

2.5 DIREITOS DE USO

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se as empresas do grupo Sonae, enquanto locatárias, obtêm substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento no balanço.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – "right-of-use" ou "RoU"). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

a) Direitos de uso de ativos

O Grupo reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, o Grupo não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

b) Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

c) Tratamento contabilístico de operações de "Sale and Leaseback"

O tratamento contabilístico das Operações de "Sale and Leaseback" depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito (Nota 2.16). De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas o ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

2.6 LOCAÇÕES NA ÓTICA DO LOCADOR

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações em que a Sonae MC age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.7 ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos e passivos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos e passivos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de gastos de alienação, não sendo amortizados ou depreciados a partir do momento da sua classificação como detido para venda.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda:

- i) no caso das subsidiárias estas continuam a ser consolidadas até à data da sua alienação, devendo, contudo, o conjunto dos seus ativos e passivos ser classificado como detidos para venda e contabilizado ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando o registo de depreciações/ amortizações;
- ii) no caso dos empreendimentos conjuntos e associadas mensurados pelo método da equivalência patrimonial, estes passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

Quando, devido a alterações de circunstâncias do Grupo, os ativos não correntes, e/ou Grupos para alienação deixam de cumprir com as condições para ser classificados como detidos para venda, estes ativos e/ou Grupos para alienação serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos ativos e serão remensurados pelo menor entre i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que tenham sido reconhecidos, caso esses ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificadas de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

2.8 SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae MC irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica "Outros passivos não correntes" e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

2.9 IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Nas situações em que a utilização do ativo irá ser espetavelmente descontinuada (lojas em remodelação ou em encerramento) o Grupo procede a uma atualização dos períodos de amortização após considerar o impacto de tal descontinuação de utilização em termos de análise de imparidade, nomeadamente sobre o valor líquido contabilístico dos ativos a abater.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade

é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.10 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos, ou projetos imobiliários classificados em inventários, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

2.11 INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em "Custo das vendas", bem como as reversões de imparidade. O inventário é desreconhecido quando é considerado obsoleto pelo Grupo, sendo o seu valor contabilístico desreconhecido por contrapartida de "Outros gastos".

2.12 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae MC tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae MC sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sonae MC classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na Nota 6

a) Ativos financeiros

Reconhecimento

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo grupo na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

As alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) *Ativos financeiros ao custo amortizado*: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) *Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral*: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade); a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda; b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

O grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade

A Sonae MC avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("on demand"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Sonae MC aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, é calculada uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Sonae MC desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos concedidos

Os empréstimos e contas a receber não correntes são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas por imparidade e encontram-se registados na categoria da IFRS 9 – Ativos financeiros ao custo amortizado.

Os rendimentos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes investimentos financeiros surgem quando a Sonae MC fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 6.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e contas a receber são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a).

c) Clientes e outras dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais.

As rubricas de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade.

As perdas por imparidade dos clientes e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.13.a).

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Outros empréstimos", na demonstração da posição financeira consolidada.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

e) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae MC após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos bancários", "Empréstimos obrigacionistas", "Outros empréstimos", "Outros passivos não correntes", "Fornecedores", "Outros passivos correntes" e "Outras dívidas a terceiros". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2019, a Sonae MC apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

g) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.17. A parcela do juro efetivo relativa a comissões

com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Grupo manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

h) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o grupo adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

i) Confirming

Algumas subsidiárias da área de retalho mantêm protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos seus fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneo, mediante a confirmação pelas referidas subsidiárias da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta.

No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes permitem a antecipação do recebimento dos créditos abrangidos imediatamente após confirmação à instituição financeira por parte daquelas subsidiárias da sua validade.

As referidas subsidiárias consideram que a substância económica dos referidos passivos financeiros não se altera pelo que mantêm a classificação contabilística dos referidos créditos na rubrica de "Fornecedores" até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere, verificando-se tal facto por não existirem alterações dos prazos de pagamento para prazos fora do intervalo que normalmente é aplicável a outros fornecedores que não tenham aderido ao referido programa, e (ii) a empresa não suporte encargos líquidos com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal. Em algumas situações as referidas subsidiárias recebem da instituição financeira comissão por angariação de crédito.

Na data de vencimento das referidas faturas, o valor é pago pelas subsidiárias à instituição financeira independentemente de esta ter ou não antecipado aqueles valores aos fornecedores.

j) Instrumentos financeiros derivados

A Sonae MC utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos e/ou otimizar os custos de "funding", não sendo utilizados derivados com o objetivo de especulação.

Os Instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação dos instrumentos financeiros derivados, como de negociação ou de cobertura.

Considera-se que estão cumpridos os requisitos de cobertura quando:

- i) existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, o valor do item coberto e do instrumento de cobertura movem-se em direções opostas;

- ii) as alterações de justo valor não resultam maioritariamente do risco de crédito; e
- iii) o rácio de cobertura designado pela Sonae MC, em cada transação, é o que resulta da quantidade do item coberto e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os instrumentos derivados utilizados pela Sonae MC definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos e de taxa de câmbio. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são as mais coincidentes possíveis às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

A Sonae MC utiliza, ainda, instrumentos financeiros com objetivo de cobertura de fluxos de caixa que respeitam, essencialmente, a coberturas de taxa de câmbio ("forwards") de empréstimos obtidos e operações comerciais. Algumas coberturas de taxa de câmbio de operações comerciais configuram relações perfeitas de cobertura e, portanto, recebem tratamento de "hedge accounting". Em algumas situações, as coberturas de taxa de câmbio de empréstimos e as restantes coberturas das operações comerciais, dado que não configuram relações perfeitas de cobertura não recebem tratamento de "hedge accounting", mas efetivamente permitem mitigar, de forma muito significativa, o efeito de variações cambiais dos empréstimos e saldos a receber/pagar, denominados em divisas, em relação aos quais a Sonae MC pretende cobrir o risco cambial.

Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IFRS 9, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

Os instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente "forwards" cambiais, e derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou "hedge accounting", são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de ferramentas informáticas específicas, afetam diretamente as rubricas de "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiros" da demonstração consolidada dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registados na demonstração consolidada dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae MC pode proceder à contratação de derivados de taxa de juro com o objetivo de realizar coberturas de justo valor. Nestas situações, os derivados serão registados pelo seu justo valor através da demonstração consolidada dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não seja mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estejam mensurados ao custo amortizado), a parcela eficaz de cobertura será ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto, através da demonstração dos resultados.

k) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados(as) em "Outras reservas", incluída em "Outras reservas e resultados transitados".

2.14 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

A Sonae MC encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual a Sonae, SGPS, SA é sociedade dominante desde 1 de janeiro de 2014. Os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são incluídos nas rubricas da demonstração da posição financeira "Imposto sobre o rendimento".

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae MC.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de apuramento de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O valor de impostos reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Sonae MC sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre rendimentos ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da Sonae MC, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Sonae MC trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma Provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão reembolsados à entidade (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pelo Grupo às autoridades competentes, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento do Grupo seja que os mesmos irão ser reembolsados acrescidos dos respetivos juros.

2.16 RÉDITO

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Na determinação do valor do rédito, a Sonae MC avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Os rendimentos decorrentes de vendas de produtos são registados na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de descontos em futuras compras, pelo segmento Retalho alimentar, é quantificado tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que estes são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas a terceiros".

2.17 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

2.18 RECEITAS COMERCIAIS

As receitas comerciais, que incluem os montantes relativos a acordos celebrados com os fornecedores têm como objetivo a prestação de um serviço em loja (produtos em folheto, produtos expostos em topes, publicidade em loja, etc...) ou a participação de campanhas promocionais de produtos de parceiros, estão registadas a deduzir à rubrica de "Custo das existências vendidas e consumidas". As receitas comerciais são formalizadas contratualmente, com a identificação das datas da prestação do serviço ou da campanha promocional e do valor acordado. Os contratos de receitas comerciais dão origem à emissão de documento(s) financeiro(s) a fornecedores, os quais são descontados em futuros pagamentos de faturas ou através da cobrança direta. Os valores que ainda não tenham sido objeto de débito, atentos às condições de pagamento acordadas com os fornecedores para as receitas em concreto, são registados em "Outros ativos correntes".

2.19 SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor é registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, a Sonae MC contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.13.j)).

2.20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Grupo são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade do Goodwill, de investimentos em associadas e em entidades conjuntamente controladas e de outros ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- e) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- f) Valorização a justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes em operações de concentração de atividades empresariais;
- g) Imparidade de ativos financeiros;
- h) Reconhecimento do rédito de contratos;
- i) Investimentos ao justo valor através de outro rendimento integral ou resultados;
- j) Taxa de juro incremental nos contratos de locação.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8 - "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

2.22 RESERVAS LEGAIS, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 2.13.j)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na Nota 2.2.d).

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a prossecução da estratégia de longo prazo da Sonae MC, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos resultados da Sonae MC decorrentes de tais riscos. A atitude da Sonae MC em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Sonae MC, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a atividade dos seus negócios.

3.2 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte e manifesta-se em duas vertentes principais:

3.2.1 Risco de Crédito associado a Instrumentos Financeiros

Na gestão do risco de crédito associado a instrumentos financeiros (aplicações e depósitos em bancos e outras instituições financeiras ou resultantes da contratação de instrumentos financeiros derivados celebrados no decurso normal das suas operações de cobertura), ou de empréstimos a entidades relacionadas, existem princípios transversais para todas as empresas da Sonae MC:

- Para reduzir a probabilidade de incumprimento das obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte, as empresas da Sonae MC só executam operações (investimentos de curto prazo e derivados) com contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações;
- Não devem ser contratados instrumentos financeiros que não tenham sido previamente autorizados. A definição de instrumentos elegíveis quer para a aplicação de excesso de disponibilidades quer para derivados foi definida com base numa abordagem conservadora (essencialmente instrumentos de mercado monetário de curto prazo para as aplicações de tesouraria, e instrumentos que possam ser decompostos nas suas parcelas integrantes e devidamente avaliados, bem como com uma perda máxima identificável no caso dos derivados);
- Adicionalmente, em relação aos excedentes de tesouraria: i) esses são preferencialmente utilizados, sempre que possível e onde for mais eficiente, seja no reembolso da dívida existente, ou então investidos de preferência em bancos de relacionamento reduzindo assim a exposição em termos líquidos a essas Instituições; e ii) só podem ser aplicados em instrumentos previamente autorizados;
- Exceções e desvios aos princípios atrás definidos têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Tendo em conta as políticas e os limites mínimos de notação de crédito definidos, a Sonae MC não antevê a possibilidade de ocorrência de qualquer incumprimento material de obrigações contratuais de pagamento das suas contrapartes externas, no que diz respeito a instrumentos financeiros. No entanto, a exposição a cada contraparte resultante dos instrumentos financeiros contratados e as notações de crédito das contrapartes são regularmente monitorizadas e os desvios reportados ao Conselho de Administração.

Considera-se que os saldos de "Empréstimos concedidos a entidades relacionadas" têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo "risco de crédito baixo" quando têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

3.2.2 Risco de Crédito nas atividades comercial e operacional

O risco de crédito é bastante reduzido, considerando que a maioria das transações é a pronto pagamento. Nas restantes, o relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes e a necessidade de utilização de instrumentos que visam a redução do risco de crédito como seguros de crédito, garantias bancárias, cartas de crédito ou outros. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial.

O grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros". De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros, representam a máxima exposição da Sonae MC ao risco de crédito dos ativos incluídos nessas rubricas.

3.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A Sonae MC tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de expansão e detém uma carteira diversificada de financiamentos de longo prazo, constituída entre outros por mútuos e operações estruturadas, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. A 31 de dezembro de 2019, o total da dívida bruta consolidada (excluindo suprimentos e passivos de locação) é de 680,1 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2018 era de 706,7 milhões de euros).

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, as empresas da Sonae MC têm a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus planos estratégicos. Dada a natureza dinâmica das suas atividades, a Sonae MC necessita de uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com compromisso de curto e médio prazo com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis (até 360 dias);
- Manutenção de programas de papel comercial com prazos variados, que permitem nalguns casos desintermediar a dívida junto de investidores institucionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado com ajustamentos mensais, semanais e diários, a fim de antecipar todas as necessidades de fundos;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida adequada, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalente de caixa, mediante a emissão de dívida de longo prazo de modo a evitar a concentração excessiva de amortizações programadas em datas próximas. Em 2019 a maturidade média da dívida da Sonae MC, é de aproximadamente 4,3 anos (2018: 3,5 anos);
- Negociações de cláusulas contratuais que reduzam a possibilidade dos respetivos credores exigirem o vencimento antecipado dos financiamentos;
- Financiamento antecipado, sempre que possível, das necessidades de liquidez já previstas através de operações estruturais com um prazo adequado às mesmas necessidades;

- Procedimentos de gestão das aplicações de curto prazo assegurando que a maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomadas de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 24, 28 e 29, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

É mantida pela Sonae MC uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. A 31 de dezembro de 2019, o montante de empréstimos consolidados com vencimento em 2020 é de 20,3 milhões de euros (48,8 milhões de euros com vencimento para 2019) e em 31 de dezembro de 2019 a Sonae MC tinha linhas de crédito consolidadas disponíveis no valor de 124 milhões de euros (94 milhões de euros em 2018) com compromisso inferior ou igual a um ano e 284 milhões de euros (202 milhões de euros em 2018) com compromisso superior a um ano.

Adicionalmente, a Sonae MC possuía em 31 de dezembro de 2019 uma reserva de liquidez constituída por Caixa e equivalentes de caixa de 77,3 milhões de euros (78,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018).

Face ao anteriormente exposto, apesar do passivo corrente ser superior ao ativo corrente, situação natural pelo facto do negócio ter necessidades de fundo de maneio negativo, a Sonae MC espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes.

3.4 RISCO DE TAXA DE JURO

A exposição da Sonae MC à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- A atividade de cobertura das empresas da Sonae MC não é considerada como uma atividade com fins lucrativos e os derivados são contratados com objetivos não especulativos;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura para evitar qualquer ineficiência na cobertura;
- Para cada derivado ou instrumento utilizado para cobrir o risco associado a um determinado financiamento deverá existir uma equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da respetiva empresa, ou no mínimo em cenários extremos de subida de taxa de juro não seja superior ao custo do financiamento indexado a taxa variável subjacente;
- As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating, de acordo com as considerações sobre a gestão do risco de crédito referidas no ponto 3.2, sendo política da Sonae MC privilegiar a contratação destes

instrumentos com entidades bancárias de relacionamento da Sonae MC, não deixando contudo de solicitar a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações;

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a Sonae MC utiliza determinados métodos, tal como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc. de mercado prevalentes à data da demonstração da posição financeira. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação;

- Todas as transações tendencialmente deverão ser documentadas seguindo os contratos tipo definidos pelo ISDA - International Swaps and Derivatives Association;

- Todas as operações que não sigam as regras anteriormente mencionadas terão de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente operações contratadas com a finalidade de otimizar o custo da dívida quando considerado adequado de acordo com as condições em vigor nesse momento nos mercados financeiros.

A exposição do negócio à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objetivo destas holdings é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Sonae MC permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

3.4.1 Análises de Sensibilidade

A análise de sensibilidade a alterações de taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensadas quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo exercício, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações nas taxas de juro de mercado de derivados de taxa de juro que não são designados como fazendo parte de uma relação de cobertura, tal como definido na IAS 39 afetam os resultados da empresa (ganho/perda líquida resultante da reavaliação do justo valor dos instrumentos financeiros), sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação de taxa de juro;

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;

- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Tendo em conta os pressupostos anteriormente descritos, se as taxas de juro dos instrumentos financeiros denominados em euros tivessem sido 75 pontos base superiores, o resultado líquido consolidado antes de impostos da Sonae MC em 31 de dezembro de 2019 seria inferior em cerca de 5,4 milhões de euros (em 31 de dezembro de 2018 seria inferior em cerca de 6 milhões euros).

3.5 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

3.5.1 Políticas

A exposição da Sonae MC ao risco de taxa de câmbio está presente a dois níveis: risco de transação (riscos cambiais relativos aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e fluxos de tesouraria) e risco de translação (riscos cambiais relativos a flutuações do valor do capital investido nas subsidiárias estrangeiras devido a alterações da taxa de câmbio).

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae MC está maioritariamente exposta ao risco taxa de câmbio através das transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais, sendo estas maioritariamente em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

3.5.2. Exposição e Análise de Sensibilidade

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os montantes de ativos e passivos (em euros) da Sonae registados em moeda diferente da moeda funcional da empresa eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018
Libra Inglesa	18.655	6.488	162.607	1.936
Dólar Americano	4.055.543	2.871.337	19.293.058	21.775.557
Outras moedas	6.271	2.952	-	2.546

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dado o caráter de curto prazo da generalidade dos ativos e passivos monetários e a magnitude do seu valor líquido, a exposição ao risco cambial é imaterial, não sendo assim apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

3.6 RISCO DE CAPITAL

A estrutura de capital da Sonae MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram adquiridas as seguintes subsidiárias:

FIRMA	Sede Social	Direto	Total
Arenal Perfumarias, S.L.U.	Lugo (Espanha)	100,00%	60,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária,	Maia (Portugal)	100,00%	100,00%
MCCARE - Serviços de Saúde, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%
Tomenider, S.L.	Lugo (Espanha)	60,00%	60,00%
SK - Skin Health Cosmetics	Oeiras (Portugal)	100,00%	100,00%

Em 28 de setembro de 2018, a Sonae SGPS, SA informou que a sua subsidiária Modelo Continente Hipermercados SA sucursal em Espanha, celebrou um acordo com a Corpfin Capital visando a aquisição de 60% do capital da Tomenider SL ("Sociedade"), a qual detém 100% da Arenal Perfumarias SLU ("Arenal"). A Arenal é uma empresa de retalho de para-farmácias e perfumarias com uma rede de 41 lojas na data de aquisição no norte de Espanha.

Em 11 de dezembro de 2018, a referida transação foi aprovada pelas autoridades da concorrência competentes, tendo a operação sido concretizada em janeiro de 2019, e permitirá à Sonae MC potenciar de forma muito significativa os ativos e competências conjuntos da Well's e da Arenal, reforçando a sua posição no segmento de Health & Wellness, um dos seus principais pilares estratégicos de desenvolvimento.

Em 2 de janeiro de 2019, a Sonae MC através das suas subsidiárias Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A. e Sonaerp- Retail Properties, S.A., adquiriu 100% da participação da MCCARE- Serviços de Saúde SA, SK – Skin health Cosmetics, SA e Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A., respetivamente.

Os efeitos destas aquisições nas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisados como segue:

Valores em euros	Arenal			Outras	
	À data de aquisição			31 dez 2019	31 dez 2019
	À data de aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Total		
Ativos líquidos adquiridos					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis (Notas 7 e 8)	19.258.447	58.400.000	77.658.447	82.706.838	10.621.558
Direitos de uso (Nota 9)	43.149.710	-	43.149.710	54.900.827	2.869.504
Inventários (Nota 14)	23.861.179	-	23.861.179	31.062.411	964.427
Outros ativos	10.054.933	-	10.054.933	25.123.866	3.318.357
Caixa e equivalentes de caixa	1.982.432	-	1.982.432	4.585.525	204.054
Empréstimos	(67.601.107)	-	(67.601.107)	(56.338.077)	(6.933.440)
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	-	(14.600.000)	(14.600.000)	-	-
Fornecedores	(19.850.347)	-	(19.850.347)	(28.478.548)	(1.656.207)
Outros passivos	(3.630.799)	-	(3.630.799)	(33.345.200)	(3.187.685)
Total de ativos líquidos adquiridos	7.224.448	43.800.000	51.024.448	80.217.642	6.200.568
Goodwill (Nota 10)	44.720.000	(25.280.000)	19.440.000	-	3.370.690
Badwill	-	-	-	-	(16.258)
Interesses que não controlam (Nota 23)	(2.922.727)	(17.520.000)	(20.442.727)	-	-
Custo de aquisição	49.021.721	1.000.000	50.021.721	-	9.555.000
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição					
Pagamentos efetuados	49.021.721	-	49.021.721	-	9.555.000
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	1.982.432	-	1.982.432	-	204.054
	47.039.289	-	47.039.289	-	9.350.946

Valores em euros	Arenal		Outras	
	Desde a data de aquisição	12 meses	Desde a data de aquisição	12 meses
Vendas e prestações de serviços	129.156.555	129.156.555	8.672.207	9.776.977
Outros rendimentos	2.978.005	2.978.005	133.733	130.418
Custo das vendas	(93.213.978)	(93.213.978)	(1.154.847)	(1.366.278)
Fornecimentos e serviços externos	(6.513.082)	(6.513.082)	(7.583.473)	(10.166.993)
Gastos com o pessoal	(14.586.996)	(14.586.996)	(3.051.959)	(3.080.065)
Amortizações e depreciações	(7.875.897)	(7.875.897)	(1.369.586)	(1.664.916)
Outros	(241.399)	(241.399)	(160.701)	(178.059)
Resultado financeiro	(3.754.667)	(3.754.667)	(268.925)	(419.456)
Resultados relativos a empresas associadas	15.920	15.920	-	-
Resultado antes de impostos	5.964.461	5.964.461	(4.783.551)	(6.968.372)
Imposto sobre o rendimento	(1.272.310)	(1.631.622)	1.613.191	1.615.841
Resultado líquido	4.692.151	4.332.839	(3.170.360)	(5.352.531)

No seguimento da aquisição da Arenal o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou um aumento dos ativos líquidos no valor de 43,8 milhões de euros, que resulta da reconhecimento da marca Arenal (58,4 milhões de euros) valorizada com base na metodologia dos royalties libertados, utilizando para o efeito taxas de desconto baseadas no custo médio ponderado do capital do segmento onde as empresas se inserem (10%) e uma taxa de royalties de 4%, e para a qual não foi identificada vida definida, e o registo dos respetivos passivos por impostos diferidos no valor de 14,6 milhões de euros. O custo de aquisição foi acrescido em 1 milhão de euros relativos ao montante contingente a pagar dependente da performance da empresa.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição desta participada, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill. O Goodwill estará relacionado com elementos, que não podem ser isolados ou quantificados de forma fiável.

5 REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018, resulta da aplicação da norma IFRS 16 Locações tal como referido na Nota 2.5.

Os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

Valores em euros	01 jan 2018 Reexpresso		
	Antes da Reexpressão	Ajustamentos de IFRS16	Após Reexpressão
Ativos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.990.848.707	-	1.990.848.707
Direitos de uso (Nota 9)	-	860.046.399	860.046.399
Goodwill	553.339.386	-	553.339.386
Investimentos	53.765.866	1	53.765.867
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	56.857.992	212.935.851	269.793.843
Imposto sobre o rendimento	6.181.878	-	6.181.878
Outros ativos não correntes	13.971.020	(944.325)	13.026.695
Ativo não corrente	2.674.964.849	1.072.037.926	3.747.002.775
Inventários	713.020.919	-	713.020.919
Clientes	85.264.416	-	85.264.416
Outros ativos correntes	187.565.573	(7.778.312)	179.787.261
Outros investimentos	179.881	-	179.881
Caixa e equivalentes de caixa	162.378.843	-	162.378.843
Ativos correntes	1.148.409.632	(7.778.312)	1.140.631.320
Ativos não correntes detidos para venda	782.540	-	782.540
Total do ativo	3.824.157.021	1.064.259.614	4.888.416.635
Passivos			
Empréstimos obtidos	620.484.413	-	620.484.413
Passivo de locação (Nota 9)	-	869.557.356	869.557.356
Outros passivos não correntes	415.789.765	(1.093.707)	414.696.058
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	122.806.483	195.057.712	317.864.195
Provisões	14.659.973	-	14.659.973
Passivos não correntes	1.173.740.634	1.063.521.361	2.237.261.995
Empréstimos obtidos	181.238.135	-	181.238.135
Passivo de locação (Nota 9)	-	69.228.755	69.228.755
Fornecedores	1.177.803.571	(343.326)	1.177.460.245
Outros passivos correntes	505.812.834	(767.685)	505.045.149
Passivos correntes	1.864.854.540	68.117.744	1.932.972.284
Total do passivo	3.038.595.174	1.131.639.105	4.170.234.279
Capital próprio excluindo interesses que não controlam	693.545.511	(64.625.772)	628.919.739
Interesses que não controlam	92.016.336	(2.753.719)	89.262.617
Total do capital próprio	785.561.847	(67.379.491)	718.182.356
Total do capital próprio e do passivo	3.824.157.021	1.064.259.614	4.888.416.635

Valores em euros	31 dez 2018 Reexpresso		
	Antes da Reexpressão	Ajustamentos de IFRS16	Após Reexpressão
Ativos			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.504.291.000	-	1.504.291.000
Direitos de uso (Nota 9)	-	780.101.393	780.101.393
Goodwill	446.613.429	-	446.613.429
Investimentos	20.673.846	-	20.673.846
Ativos por impostos diferidos (Nota 20)	31.025.591	193.255.314	224.280.905
Imposto sobre o rendimento	4.527.309	-	4.527.309
Outros ativos não correntes	4.818.467	-	4.818.467
Ativo não corrente	2.011.949.642	973.356.707	2.985.306.349
Inventários	396.767.259	-	396.767.259
Clientes	123.073.991	-	123.073.991
Outros ativos correntes	148.021.425	(6.954.914)	141.066.512
Outros investimentos	1.231.414	-	1.231.414
Caixa e equivalentes de caixa	78.235.498	-	78.235.498
Ativos correntes	747.329.587	(6.954.914)	740.374.673
Total do ativo	2.759.279.229	966.401.793	3.725.681.022
Passivos			
Empréstimos obtidos	657.881.978	-	657.881.978
Passivo de locação (Nota 9)	-	806.331.265	806.331.265
Outros passivos não correntes	23.143.388	-	23.143.388
Passivos por impostos diferidos (Nota 20)	95.559.665	175.522.813	271.082.478
Provisões	9.570.442	-	9.570.442
Passivos não correntes	786.155.473	981.854.078	1.768.009.551
Empréstimos obtidos	48.841.228	-	48.841.228
Passivo de locação (Nota 9)	-	52.581.242	52.581.242
Fornecedores	832.109.114	-	832.109.114
Outros passivos correntes	331.178.143	2	331.178.145
Passivos correntes	1.212.128.485	52.581.244	1.264.709.729
Total do passivo	1.998.283.958	1.034.435.322	3.032.719.280
Capital próprio excluindo interesses que não controlam	729.849.315	(65.895.932)	663.953.383
Interesses que não controlam	31.145.956	(2.137.597)	29.008.359
Total do capital próprio	760.995.271	(68.033.529)	692.961.742
Total do capital próprio e do passivo	2.759.279.229	966.401.793	3.725.681.022

Valores em euros	31 dez 2018 Reexpresso		
	Antes da Reexpressão	IFRS16	Após Reexpressão
Vendas	4.191.168.639	-	4.191.168.639
Prestações de serviços	116.335.901	-	116.335.901
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	1.942.721	-	1.942.721
Outros rendimentos	102.549.139	410.621	102.959.760
Custo das vendas	(3.003.067.240)	-	(3.003.067.240)
Fornecimentos e serviços externos	(488.382.505)	104.510.090	(383.872.415)
Gastos com o pessoal	(522.970.216)	-	(522.970.216)
Outros gastos	(44.565.613)	(40.223)	(44.605.836)
Amortizações e depreciações	(146.210.542)	(66.260.407)	(212.470.949)
Provisões e perdas por imparidade	(13.232.978)	-	(13.232.978)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros, dividendos, Dividendos recebidos	193.567.306	38.620.081	232.187.387
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	100.450	-	100.450
Rendimentos e ganhos financeiros	(446.603)	-	(446.603)
Gastos e perdas financeiras	3.776.300	-	3.776.300
Resultado líquido consolidado antes de impostos das operações continuadas	(72.717.552)	(52.238.560)	(124.956.112)
Resultado líquido consolidado antes de impostos das operações continuadas	124.279.901	(13.618.479)	110.661.422
Imposto sobre o rendimento	(13.065.287)	3.995.566	(9.069.721)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	111.214.614	(9.622.913)	101.591.701
Resultado depois de impostos das operações descontinuadas	540.456.346	1.939.389	542.395.735
Resultado líquido consolidado do exercício	651.670.960	(7.683.524)	643.987.436

As atividades descontinuadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 incluem:

- A Modelo Continente International Trade, SA e a Sonae MC – Serviços Partilhados, SA, têm atividades económicas relacionadas com negócios não afetos ao retalho alimentar, pelo que estas atividades foram consideradas como descontinuadas na demonstração consolidada dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

- Em 2018, foram alienadas a partes relacionadas os negócios Worten, Sonae Sports & Fashion, Sonae FS, grupo Tlantic, imóveis não afetos à atividade do retalho alimentar e a participação na MDS SGPS, SA.

Estas transações e algumas operações que estão em processo de liquidação, já foram consideradas operações descontinuadas, em 2018.

Conforme previsto pelo IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 para refletir numa única rubrica (Resultado líquido consolidado do período das operações descontinuadas), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após impostos das atividades descontinuadas mencionadas acima.

As atividades descontinuadas podem ser analisados como segue:

Montantes expressos em euros	31 dez 2019
Vendas	172.032.345
Outros rendimentos	12.202.555
Custo das Vendas	(169.462.941)
Fornecimentos e serviços externos	(10.326)
Outros gastos	(12.687.552)
Resultado líquido consolidado antes de resultados financeiros,	2.074.081
Gastos e perdas financeiras	(1.284.761)
Resultado líquido consolidado antes de impostos	789.320
Imposto sobre o rendimento	(284.477)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	504.843

6 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as categorias e justo valor dos instrumentos financeiros foram classificados como segue:

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2019						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	12	-	-	17.247.851	-	17.247.851
Outros ativos não correntes	13	10.763.959	-	-	-	10.763.959
		10.763.959	-	17.247.851	-	28.011.810
Ativos correntes						
Clientes	15	98.402.123	-	-	-	98.402.123
Outras dívidas de terceiros	16	77.059.454	-	-	-	77.059.454
Investimentos	12	-	394.309	-	-	394.309
Caixa e equivalentes de caixa	21	77.339.624	-	-	-	77.339.624
		252.801.201	394.309	-	-	253.195.510
		263.565.160	394.309	17.247.851	-	281.207.320

Ativos financeiros	Notas	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2018						
Ativos não correntes						
Outros investimentos	12	-	-	16.589.032	-	16.589.032
Outros ativos não correntes	13	4.818.467	-	-	-	4.818.467
		4.818.467	-	16.589.032	-	21.407.499
Ativos correntes						
Clientes	15	123.073.991	-	-	-	123.073.991
Outras dívidas de terceiros	16	50.360.094	-	-	-	50.360.094
Investimentos	12	-	1.231.414	-	-	1.231.414
Caixa e equivalentes de caixa	21	78.235.498	-	-	-	78.235.498
		251.669.583	1.231.414	-	-	252.900.997
		256.488.050	1.231.414	16.589.032	-	274.308.496
Passivos financeiros						
			Passivos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Outros passivos não financeiros	Total
A 31 de dezembro de 2019						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	407.666.667	-	-	-	407.666.667
Empréstimos obrigacionistas	24	252.163.176	-	-	-	252.163.176
Outros empréstimos	24	-	-	-	-	-
Passivos de locação	9	930.393.296	-	-	-	930.393.296
Outros passivos não correntes	26	1.823.388	-	-	20.895.680	22.719.068
		1.592.047.483	-	-	20.895.680	1.612.943.163
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	16.847.781	-	-	-	16.847.781
Empréstimos obrigacionistas	24	2.996.380	-	-	-	2.996.380
Outros empréstimos	24	10.613	420.098	-	-	430.711
Passivos de locação	9	75.998.767	-	-	-	75.998.767
Fornecedores	28	870.957.571	-	-	-	870.957.571
Outras dívidas a terceiros	29	76.568.322	-	-	-	76.568.322
		1.043.379.434	420.098	-	-	1.043.799.532
		2.635.426.917	420.098	-	20.895.680	2.656.742.695
A 31 de dezembro de 2018						
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	24	403.000.000	-	-	-	403.000.000
Empréstimos obrigacionistas	24	254.870.409	-	-	-	254.870.409
Outros empréstimos	24	-	-	-	-	-
Passivo de locação	9	806.331.265	-	-	-	806.331.265
Outros passivos não correntes	26	833.587	-	-	22.309.801	23.143.388
		1.465.046.830	-	-	22.309.801	1.487.356.631
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	24	45.579.391	-	-	-	45.579.391
Empréstimos obrigacionistas	24	2.996.380	-	-	-	2.996.380
Outros empréstimos	24	83.752	181.705	-	-	265.457
Passivo de locação	9	52.581.242	-	-	-	52.581.242
Fornecedores	28	832.109.114	-	-	-	832.109.114
Outras dívidas a terceiros	29	83.417.341	-	-	-	83.417.341
		1.016.767.220	181.705	-	-	1.016.948.925
		2.481.814.050	181.705	-	22.309.801	2.504.305.556

Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

De acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor correspondem aos seguintes níveis da hierarquia do justo valor (ver Nota 2.1)):

	31 dez 2019			31 dez 2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos (Nota 12)	-	-	17.247.851	-	-	16.589.032
Derivados (Nota 12 e 25)	-	394.309	-	-	1.231.414	-
	-	394.309	17.247.851	-	1.231.414	16.589.032
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados (Nota 25)	-	420.098	-	-	181.705	-
	-	420.098	-	-	181.705	-

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte

Ativos fixos tangíveis	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	1.367.477.468	1.510.838.547	26.811.031	140.437.244	47.113.325	39.722.737	3.132.400.352
Atividades descontinuadas	(255.685.471)	(430.544.251)	(5.224.786)	(39.100.364)	(9.800.505)	(11.547.541)	(751.902.918)
Investimento	24.664.513	5.421.932	268.576	515.164	353.534	209.519.011	240.742.730
Aquisições de filiais	77.979	155.399	18.450	50.776	84.692	-	387.296
Desinvestimento	(61.720.398)	(48.681.372)	(1.227.340)	(5.615.509)	(2.975.569)	(6.920.226)	(127.140.414)
Variações cambiais	(6.271)	1.189	(4.326)	(91.932)	(3.956)	-	(105.296)
Transferências	12.749.473	165.680.482	2.152.996	14.072.929	3.935.780	(202.144.666)	(3.553.006)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	1.087.557.293	1.202.871.926	22.794.601	110.268.308	38.707.301	28.629.315	2.490.828.744
Investimento	10.377.739	8.288.321	90.036	4.300.907	801.034	182.927.738	206.785.775
Aquisições de filiais (Nota 4)	5.740.925	20.906.921	568.225	15.839.145	4.032.337	1.868.398	48.955.951
Desinvestimento	(22.131.483)	(51.518.401)	(909.679)	(11.068.401)	(2.389.444)	(2.798.229)	(90.815.637)
Variações cambiais	-	-	-	(10.878)	-	-	(10.878)
Ativos detidos para venda	(6.648.041)	(27.413.094)	(961.788)	-	-	-	(35.022.923)
Transferências	(248.390)	163.562.157	3.177.141	11.539.175	3.241.852	(185.324.860)	(4.052.925)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	1.074.648.043	1.316.697.830	24.758.536	130.868.256	44.393.080	25.302.362	2.616.668.107
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	413.694.318	910.392.706	19.665.961	102.100.696	38.481.278	132.988	1.484.467.947
Atividades descontinuadas	(67.420.152)	(257.245.574)	(3.701.449)	(26.503.408)	(7.374.844)	(177.319)	(362.422.746)
Depreciações do exercício	21.557.515	106.233.077	1.667.968	12.249.216	3.525.169	-	145.232.945
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 31)	12.985.845	632.289	-	242.270	-	44.331	13.904.735
Diminuições de perdas de imparidades (Nota 31)	(7.385.495)	(18.857)	-	(25)	-	-	(7.404.377)
Aquisições de filiais	9.928	45.430	5.439	16.365	10.048	-	87.210
Desinvestimento	(22.872.942)	(42.850.057)	(1.197.740)	(5.339.853)	(2.938.021)	-	(75.198.613)
Variações cambiais	(3.906)	42	(1.834)	(72.719)	(3.317)	-	(81.734)
Transferências	(143.309)	(351.281)	(612)	(381.883)	(19.556)	-	(896.641)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	350.421.802	716.837.775	16.437.733	82.310.659	31.680.757	-	1.197.688.726
Depreciações do exercício	16.697.958	91.665.615	1.528.501	11.449.637	3.318.514	-	124.660.225
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 31)	2.283.025	967.954	6.052	4.115	4.648	-	3.265.794
Aquisições de filiais (Nota 4)	-	8.327.153	396.916	9.288.901	2.025.410	-	20.038.380
Desinvestimento	(8.168.330)	(44.422.314)	(869.658)	(10.725.849)	(2.363.434)	-	(66.549.585)
Variações cambiais	-	-	-	(8.943)	-	-	(8.943)
Depreciações de Ativos detidos para venda	(6.875.669)	(64.6792)	-	-	-	-	(7.522.461)
Transferências	-	(826.729)	(12.148)	(319.484)	(26.939)	-	(1.185.300)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	354.358.786	771.902.662	17.487.396	91.999.036	34.638.956	-	1.270.386.836
Valor líquido							
A 31 de dezembro de 2018	737.135.491	486.034.151	6.356.868	27.957.649	7.026.544	28.629.315	1.293.140.018
A 31 de dezembro de 2019	720.289.257	544.795.168	7.271.140	38.869.220	9.754.124	25.302.362	1.346.281.271

O investimento inclui a aquisição de ativos de aproximadamente 183 milhões de euros (209 milhões de euros em 2018), associados essencialmente a aberturas e operações de remodelação de lojas.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Depreciações do exercício" de ativos tangíveis e intangíveis inclui 35,9 milhões de euros transferidos para operações descontinuadas.

O desinvestimento nos exercícios de 2019 e 2018 pode ser analisado como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(3.666.645)	(50.752.555)	(909.679)	(11.068.401)	(2.389.444)	(2.798.229)	(71.584.953)
Sale and Leaseback	(18.464.838)	(765.846)	-	-	-	-	(19.230.684)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	(22.131.483)	(51.518.401)	(909.679)	(11.068.401)	(2.389.444)	(2.798.229)	(90.815.637)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(1.628.027)	(43.968.415)	(869.658)	(10.725.849)	(2.363.434)	-	(59.555.384)
Sale and Leaseback	(6.540.303)	(453.899)	-	-	-	-	(6.994.201)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	(8.168.330)	(44.422.314)	(869.658)	(10.725.849)	(2.363.434)	-	(66.549.585)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.038.618)	(6.784.139)	(40.021)	(342.552)	(26.010)	(2.798.229)	(12.029.569)
Sale and Leaseback	(11.924.535)	(311.948)	-	-	-	-	(12.236.483)
	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Ativo bruto:							
Desinvestimento	(9.272.912)	(46.653.801)	(1.227.340)	(5.601.297)	(2.975.569)	(6.914.128)	(72.645.047)
Sale and Leaseback	(52.447.486)	(2.027.571)	-	(14.212)	-	(6.098)	(54.495.367)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(61.720.398)	(48.681.372)	(1.227.340)	(5.615.509)	(2.975.569)	(6.920.226)	(127.140.414)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:							
Desinvestimento	(6.276.522)	(41.528.368)	(1.197.740)	(5.326.860)	(2.938.021)	-	(57.267.511)
Sale and Leaseback	(16.596.420)	(1.321.689)	-	(12.993)	-	-	(17.931.102)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	(22.872.942)	(42.850.057)	(1.197.740)	(5.339.853)	(2.938.021)	-	(75.198.613)
Valor líquido							
Desinvestimento	(2.996.390)	(5.125.433)	(29.600)	(274.437)	(37.548)	(6.914.128)	(15.377.536)
Sale and Leaseback	(35.851.066)	(705.882)	-	(1.219)	-	(6.098)	(36.564.265)

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, foram registadas diversas operações de "Sale and Leaseback". Os valores contabilísticos dos ativos alienados, no montante de aproximadamente 12,2 milhões de euros (36,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), correspondem a 2 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal (em 31 de dezembro de 2018, correspondiam a 6 ativos do retalho alimentar localizados em Portugal). Tais operações resultaram num encaixe financeiro de 24,4 milhões de euros (82,8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 3,2 milhões de euros (37,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 38) e um direito de uso de 8,5 milhões de euros.

Como descrito na nota 2.5.c), com a adoção do IFRS 16 e caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, deverá ser reconhecida a venda do ativo numa transação de "Sale and Leaseback" sendo ser registado o ativo "Direito de Uso" que deverá ser mensurado pela proporção do ativo transferido. As mais ou menos-valias destas transações deverão também passar a ser reconhecidas apenas na proporção dos Direitos transferidos.

Estes ativos têm, genericamente, um período inicial de 20 anos, podendo ser alargado o prazo de locação, com condições de mercado, por quatro períodos adicionais de 10 anos, tendo sido considerado pelo Conselho de Administração que apenas era considerado provável que fosse mantido o período inicial de locação, o qual é inferior ao período de vida útil remanescente dos ativos objeto de transação. Foi também considerado que não existe qualquer tipo de obrigação de recompra dos ativos, objeto de locação, e analisado o valor presente dos pagamentos mínimos de locação.

A rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" inclui o valor líquido de 27,5 milhões de euros relativos a 5 imóveis do retalho localizados em Portugal, cuja alienação se estima que ocorra em 2020.

A maioria dos ativos imobiliários da Sonae MC em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os quais se encontram registados ao custo de aquisição deduzidos de depreciações e imparidades, foram avaliados por entidade especializada independente (Jones Lang LaSalle). As referidas avaliações foram realizadas utilizando o método do rendimento, utilizando para o efeito yields compreendidas entre 6,75% e 9,00% (6,75% e 9,00%, em 2018), estando o justo valor do imóvel na categoria de "Nível 3", de acordo com a classificação dada pelo IFRS 13. As referidas avaliações suportam os valores dos ativos a 31 de dezembro de 2019

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos fixos tangíveis em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	21.618.856	21.492.707
Projetos de lojas Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	717.548	1.996.471
Outros	2.965.958	5.140.137
	25.302.362	28.629.315

A rubrica de "Perdas por imparidade para ativos fixos tangíveis" pode ser analisada como segue:

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
Perdas por Imparidade							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	90.926.822	23.302.445	21.582	280.129	151.637	132.989	114.815.604
Atividades descontinuadas	(360.735)	(16.930.569)	(20.701)	(163.744)	(41.266)	(177.320)	(17.694.335)
Perdas por Imparidade do exercício	12.985.845	632.289	-	242.270	-	44.331	13.904.735
Diminuições do exercício (Nota 31)	(24.806.126)	(1.498.873)	(116)	(41.600)	(88.532)	-	(26.435.247)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	78.745.806	5.505.292	765	317.055	21.839	-	84.590.757
Perdas por Imparidade do exercício (Nota 31)	2.283.025	967.954	6.052	4.115	4.648	-	3.265.794
Diminuições do exercício (Nota 31)	(578.822)	(570.018)	-	(17.183)	(1.909)	-	(1.167.932)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019 (Nota 31)	80.450.009	5.903.228	6.817	303.987	24.578	-	86.688.619

8 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativos intangíveis	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
Ativo bruto:						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	166.782.696	352.796.442	14.087.325	50.100.665	27.599.820	611.366.948
Atividades descontinuadas	(73.140.332)	(41.586.098)	(6.530.601)	(49.265.318)	(5.377.410)	(175.899.759)
Investimento	46.240	227.165	534.079	-	42.300.372	43.107.856
Aquisições de filiais	-	31.511	-	11.930	-	43.441
Desinvestimento	(87.391)	(8.756.072)	-	-	(1.097.729)	(9.941.192)
Variações cambiais	(70.750)	(60.401)	-	(19.355)	-	(150.506)
Transferências	148.086	35.349.502	-	-	(37.609.481)	(2.111.893)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	93.678.549	338.002.049	8.090.803	827.922	25.815.572	466.414.895
Investimento	204.000	494.912	-	-	25.515.766	26.214.678
Aquisições de filiais (Nota 4)	50.903	2.681.526	157.485	-	42.482	2.932.396
Justo valor dos ativos adquiridos (Nota 4)	58.400.000	-	-	-	-	58.400.000
Desinvestimento	(8.544)	(9.705.055)	(22.693)	-	(6.931.517)	(16.667.809)
Variações cambiais	(9.917)	(8)	-	(2.943)	-	(12.868)
Transferências	(91.500)	23.769.808	-	(50.899)	(23.458.363)	169.046
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	152.223.491	355.243.232	8.225.595	774.080	20.983.940	537.450.338
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	29.998.545	218.997.615	13.631.606	5.822.880	-	268.450.646
Atividades descontinuadas	(13.121.187)	(21.437.739)	(6.330.901)	(8.232.904)	-	(49.122.731)
Amortizações do exercício	1.475.464	32.603.539	3.375	2.811.768	-	36.894.146
Perdas de imparidade do exercício	-	5.401.878	-	-	-	5.401.878
Aquisições de filiais	-	19.540	-	-	-	19.540
Desinvestimento	(87.274)	(5.922.005)	-	-	-	(6.009.279)
Variações cambiais	(59.978)	(53.675)	-	(17.920)	-	(131.573)
Transferências	-	(244.138)	-	5.424	-	(238.714)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2019	18.205.570	229.365.015	7.304.080	389.248	-	255.263.913
Amortizações do exercício	240.427	27.456.808	579	142.776	-	27.840.590
Perdas por imparidade do exercício (Nota 31)	-	171.142	-	-	-	171.142
Aquisições de filiais (Nota 4)	39.868	1.928.113	1.981	-	-	1.969.962
Desinvestimento	(8.544)	(8.778.282)	-	-	-	(8.786.826)
Variações cambiais	(8.813)	(7)	-	(2.742)	-	(11.562)
Transferências	(179.842)	(2.103)	-	(46.785)	-	(228.730)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	18.288.666	250.140.686	7.306.640	482.497	-	276.218.489
Valor líquido						
A 31 de dezembro de 2018	75.472.979	108.637.034	786.723	438.674	25.815.572	211.150.982
A 31 de dezembro de 2019	133.934.825	105.102.546	918.955	291.583	20.983.940	261.231.849

Em 31 de dezembro de 2019, o fluxo "Investimento" do período relativo a ativos intangíveis em curso, inclui cerca de 26 milhões de euros relacionados com projetos informáticos e desenvolvimento de software (42 milhões em 31 de dezembro de 2018). No referido valor estão incluídos cerca de 11 milhões de euros de capitalização de custos com o pessoal, referentes a trabalhos para a própria entidade (cerca de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 38).

Adicionalmente encontra-se ainda registado na rubrica "Propriedade Industrial" o custo de aquisição de um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continte, que foi adquirida em exercícios anteriores, no valor de 75 milhões de euros e a marca Arenal no valor de 58,4 milhões de euros, esta última valorizada no processo de aquisição.

A Sonae efetua testes anuais de imparidade sobre o valor das marcas, obtendo para o efeito periodicamente uma avaliação independente da marca Continte efetuada por entidade especializada independente (Interbrand). Em 31 de dezembro de 2019 foi atualizada internamente a avaliação externa realizada no início de 2016 e o valor desta mais que suporta o valor do ativo a 31 de dezembro de 2019, não tendo sido registada qualquer imparidade no exercício.

9 DIREITOS DE USO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no valor dos direitos de uso, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Edifícios	Viaturas Ligeiras	Outros ativos fixos tangíveis	Total dos ativos tangíveis
Ativo bruto				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018 (Nota 5)	1.130.223.175	21.983.477	502.888	1.152.709.540
Aquisição de filiais	709.730	-	-	709.730
Aumentos	194.630.418	7.110.855	12.635	201.753.908
Atividades Descontinuadas	(229.375.128)	(5.047.555)	-	(234.422.683)
Abates e diminuições	(25.390.137)	(6.052.364)	-	(31.442.502)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	1.070.798.058	17.994.413	515.523	1.089.307.993
Aquisição de filiais (Nota 4)	46.019.214	-	-	46.019.214
Aumentos	103.473.063	69.395.813	99.243	172.968.119
Abates e diminuições	(11.839.761)	(2.010.186)	(3.590)	(13.853.537)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	1.208.450.574	85.380.039	611.176	1.294.441.789
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018 (Nota 5)	283.956.971	8.489.400	216.770	292.663.141
Depreciações do período	90.602.898	5.844.092	95.858	96.542.848
Atividades Descontinuadas	(53.175.637)	(1.949.390)	-	(55.125.027)
Transferências e Abates	(19.721.273)	(5.153.088)	-	(24.874.362)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	301.662.959	7.231.014	312.628	309.206.601
Depreciações do período	70.387.955	20.776.876	99.322	91.264.154
Transferências e Abates	(3.384.098)	(1.083.513)	-	(4.467.611)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	368.666.816	26.924.377	411.950	396.003.144
Valor líquido				
A 31 de dezembro de 2018	769.135.099	10.763.399	202.895	780.101.393
A 31 de dezembro de 2019	839.783.758	58.455.662	199.225	898.438.645

Na demonstração de resultados consolidados foram reconhecidos 91,3 milhões de euros relativos a amortizações do exercício (66,3 milhões de euros em 2018) e 61,2 milhões de euros de juros relativos à atualização da dívida (52,2 milhões de euros em 2018) (Nota 37).

As responsabilidades relativas aos direitos de uso estão registadas nas rubricas de passivo de locação não corrente e corrente no valor de respetivamente 930 milhões de euros e 76 milhões de euros (806 milhões de euros e 53 milhões de euros a 31 de dezembro de 2018).

O plano de reembolso previsto para os passivos de locação, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, pode ser analisado como segue:

	31 dez 2019			31 dez 2018 Reexpresso		
	Capital	Juros	Passivo atualizado	Capital	Juros	Passivo atualizado
N+1	137.961.696	61.962.929	75.998.767	107.534.707	54.953.465	52.581.242
N+2	132.670.795	58.199.665	74.471.130	100.195.805	51.940.728	48.255.077
N+3	127.877.027	54.382.109	73.494.917	92.038.897	49.148.105	42.890.791
N+4	106.764.683	50.677.904	56.086.779	88.854.337	46.386.502	42.467.835
N+5	98.082.867	47.260.627	50.822.240	85.960.979	43.601.379	42.359.599
Após N+5	954.130.387	278.612.157	675.518.231	904.343.370	273.985.408	630.357.962
	1.557.487.455	551.095.392	1.006.392.063	1.378.928.095	520.015.588	858.912.507

10 GOODWILL

O valor de Goodwill é a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento repartido por país, e a cada um dos imóveis.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Goodwill" tinha a seguinte composição por geografia:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Portugal	449.984.119	446.613.429
Espanha	19.440.000	-
	469.424.119	446.613.429

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Valor Bruto:		
Saldo inicial	453.816.647	560.981.054
Atividades descontinuadas	-	(106.904.658)
Goodwill gerado no exercício (Nota 4)	22.810.690	668.055
Diminuições	-	(546.373)
Outras variações	-	(381.431)
Saldo final	476.627.337	453.816.647
Perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	7.203.218	7.641.668
Atividades descontinuadas	-	(438.450)
Saldo final	7.203.218	7.203.218
Valor líquido	469.424.119	446.613.429

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de Goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados, na sua maioria, recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos e 10 anos, efetuados numa base, anual exceto se existirem indícios de imparidade, situação em que a periodicidade é maior.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sonae MC procedeu à análise de imparidade de Goodwill, não tendo, como resultado dessa análise, reconhecido perdas de imparidade em 2019 e em 2018.

Para este efeito a Sonae MC, recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os respetivos cash-flows, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada uma das insígnias, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos e 10 anos.

As projeções são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso
Custo médio ponderado de capital	9% a 10%	9% a 10%
Taxas de crescimento na perpetuidade	<=2%	<=2%
Taxa composta de crescimento das vendas	- 0,3% a 2,1%	0,1% a 2,17%

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade da Sonae MC não conduziram ao apuramento de perdas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades materiais.

11 INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

11.1 DECOMPOSIÇÃO DO VALOR CONTABILÍSTICO DE INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os empreendimentos conjuntos e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	Santarém	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	3.356.985	3.006.331
Maremor Beauty & Fragances, S.L.	Madrid	50,00%	30,00%	-	-	120.649	-
Investimentos em empreendimentos conjuntos						3.477.634	3.006.331
1) S2 Mozambique, SA	Maputo	-	-	30,00%	30,00%	-	-
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	960.282	1.078.483
2) Ulabox, S.L.	Barcelona	-	-	36,00%	36,00%	-	-
Investimentos em associadas						960.282	1.078.483
Total						4.437.916	4.084.814

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelo grupo; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem da(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa no capital social da referida empresa;

- 1) Associada em processo de liquidação;
- 2) Associada alienada no exercício.

Os empreendimentos conjuntos e as associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

11.2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA RESUMIDA DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2019, a informação financeira resumida dos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2019	
	Sohi Meat	Maremor
Ativos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	18.832.996	3.740
Ativos intangíveis	476.543	154
Direitos de uso	2.708.727	-
Outros ativos não correntes	656.974	3.326
Ativo não corrente	22.675.240	7.220
Caixa e equivalentes a caixa	175.853	196.701
Outros ativos correntes	44.284.537	104.059
Ativo corrente	44.460.390	300.760
Total do ativo	67.135.630	307.980
Passivos não correntes		
Outros passivos não correntes	1.921.427	-
Passivos não correntes	1.921.427	-
Outros passivos correntes	59.331.987	66.681
Total do passivo corrente	59.331.987	66.681
Total do passivo	61.253.414	66.681
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	5.882.216	241.299
Interesses que não controlam	-	-
Total do capital próprio	5.882.216	241.299
Total do capital próprio e do passivo	67.135.630	307.980

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2018	
	Reexpresso	
	Sohi Meat	
Ativos		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	19.454.900	
Ativos intangíveis	789.101	
Outros ativos não correntes	41.994	
Ativo não corrente	20.285.995	
Caixa e equivalentes a caixa	408.471	
Outros ativos correntes	49.723.048	
Ativo corrente	50.131.519	
Total do ativo	70.417.514	
Outros passivos correntes	65.021.799	
Total do passivo	65.021.799	
Capital próprio atribuível a acionistas da empresa mãe	5.395.715	
Interesses que não controlam	-	
Total do capital próprio	5.395.715	
Total do capital próprio e do passivo	70.417.514	

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2019	
	Sohi Meat	Maremor
Volume de negócios	267.877.312	566.000
Outros rendimentos operacionais	823.108	-
	268.700.420	566.000
Custo das vendas	(241.235.444)	-
Fornecimentos e serviços externos	(12.067.094)	-
Amortizações e depreciações	(5.113.810)	(1.599)
Outros gastos operacionais	(8.262.688)	(521.934)
	(266.679.036)	(523.533)
Resultados financeiros	(403.453)	-
Imposto sobre o rendimento	(361.182)	(10.625)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.256.749	31.842

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2018	
	Reexpresso	
	Sohi Meat	
Volume de negócios	272.777.578	
Outros rendimentos operacionais	23.465.026	
	296.242.604	
Custo das vendas	(263.028.955)	
Fornecimentos e serviços externos	(14.282.149)	
Amortizações e depreciações	(3.791.345)	
Outros gastos operacionais	(13.287.174)	
	(294.389.623)	
Resultados financeiros	(238.814)	
Imposto sobre o rendimento	(323.595)	
Resultado líquido consolidado do exercício	1.290.571	

A reconciliação da informação financeira com o valor registrado nos empreendimentos conjuntos pode ser analisada como segue:

Empreendimentos conjuntos	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Sohimeat, SA	Maremor	Reexpresso	
			Sohimeat, SA	
Capitais Próprios	5.882.216	241.299	5.395.715	
Percentagem de detenção	50%	30%	50%	
Quota parte dos ativos líquidos	2.941.108	72.390	2.697.858	
Goodwill reconhecido na participação financeira	-	-		
Outros efeitos	415.877	48.259	308.474	
Participação financeira	3.356.985	120.649	3.006.331	

Associadas

A informação financeira resumida das empresas associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso		
	Sempre a Postos	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	Outros
% de participação	25%	25%	30%	36%	
Ativo	11.273.483	10.221.252	8.103.157	3.001.232	1.186.554
Passivos	7.432.356	5.907.317	5.589.119	2.467.268	33.741
Capitais próprios	3.841.127	4.313.935	2.514.038	533.964	1.152.813
Receitas	64.336.898	61.193.913	4.799.919	10.667.002	179.594
Resultados operacionais	3.507.675	3.005.152	(2.590.650)	(4.031.417)	(97.422)
Resultado líquido	2.644.012	2.279.937	(2.892.046)	(4.031.417)	(97.465)

A reconciliação da informação financeira com o valor registrado em associadas pode ser analisada como segue:

Associadas	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso		
	Sempre a Postos	Sempre a Postos	S2 Mozambique	Ulabox	APOR
Capitais Próprios	3.841.127	4.313.935	2.514.038	533.964	1.152.813
Percentagem de detenção	25,00%	25,00%	30,00%	36,00%	22,75%
Quota parte dos ativos líquidos	960.282	1.078.483	754.211	192.227	262.265
Outros efeitos	-	-	(754.211)	(192.227)	-
Participação financeira	960.282	1.078.483	-	-	-

11.3 MOVIMENTO OCORRIDO DURANTE O EXERCÍCIO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas, foi o seguinte:

	31 dez 2019			31 dez 2018 Reexpresso		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empreendimentos conjuntos						
Saldo em 1 de Janeiro	3.006.331	-	3.006.331	17.301.187	17.160.451	34.461.638
Aumentos de capital no exercício	100.000	-	100.000	-	-	-
Operações descontinuadas	-	-	-	(13.874.082)	(17.160.451)	(31.034.533)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a	691.544	-	691.544	645.286	-	645.286
Distribuição de dividendos	(324.970)	-	(324.970)	-	-	-
Efeito em capitais próprios	4.730	-	4.730	6.203.340	-	6.203.340
Resultados de operações descontinuadas	-	-	-	(7.269.400)	-	(7.269.400)
	3.477.635	-	3.477.635	3.006.331	-	3.006.331
Investimentos em associadas						
Saldo em 1 de Janeiro	1.078.483	-	1.078.483	5.431.437	1.549.408	6.980.845
Aumentos de capital no exercício	-	-	-	118.745	-	118.745
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a associadas	661.003	-	661.003	(1.091.889)	-	(1.091.889)
Distribuição de dividendos	(779.205)	-	(779.205)	(542.293)	-	(542.293)
Efeito em capitais próprios	-	-	-	(127.152)	-	(127.152)
Resultados de operações descontinuadas	-	-	-	(858.339)	-	(858.339)
Imparidade em empresas associadas (Nota 31 e 36)	-	-	-	(1.852.026)	(1.549.408)	(3.401.434)
	960.281	-	960.281	1.078.483	-	1.078.483
Total	4.437.916	-	4.437.916	4.084.814	-	4.084.814

A rubrica "Rendimentos ou perdas relativas a empreendimentos conjuntos e associadas" da demonstração consolidada dos resultados inclui cerca de 850 milhares de euros negativos relativos à alienação da participação detida na associada alienada.

Em 2018, o "Efeito em capitais próprios" nos Investimentos em empreendimentos conjuntos inclui 7 milhões de euros relativos à reciclagem por resultados das reservas de conversão cambial que existiam nas operações descontinuadas.

A rubrica "Operações descontinuadas" no Investimentos em empreendimentos conjuntos em 2018 refere-se à alienação da MDS em consequência da reorganização societária ocorrida nesse exercício.

12 OUTROS INVESTIMENTOS

Os outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dez 2019		31 dez 2018		31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
		Direto	Total	Direto	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Insco - Insular de Hiperc., SA	Ponta	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	5.345.040	5.252.372
Outros ativos financeiros						11.892.835	11.326.684
						17.247.851	16.589.032

Em 31 de dezembro de 2019 estão incluídos em "Outros ativos financeiros" relativos a "Ativos financeiros a justo valor através de resultados", 9.823.569 euros (9.872.897 euros em 31 de dezembro de 2018), relativos a montantes

depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas na venda do segmento Retalho Brasil e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 31 e 33).

Em 31 de dezembro de 2019, com exceção da Escrow Account, estes investimentos correspondem a participações em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa.

No âmbito da IFRS 9 estes investimentos são classificados como "Ativos Financeiros ao justo valor através de resultados" tal como explicitado na nota 2.13.a) iii) e classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor definida na IFRS 13-Justo Valor.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 os movimentos ocorridos na rubrica "Outros Investimentos" podem ser decompostos como segue:

	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso	
	Não Correntes	Correntes	Não Correntes	Correntes
Outros investimentos financeiros				
Saldo em 1 de janeiro	16.589.032	-	12.323.384	-
Aumentos durante o exercício	1.215.982	-	1.144.576	-
Diminuições durante o exercício	(569.259)	-	(667.493)	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-	4.327.176	-
Outros	12.096	-	(538.611)	-
Saldo em 31 de dezembro	17.247.851	-	16.589.032	-
Instrumentos financeiros derivados				
Justo valor em 1 de janeiro	-	1.231.414	-	179.881
Aquisições durante o exercício	-	-	-	18.244
Variações de perímetro	-	-	-	(241.220)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	(837.105)	-	1.274.509
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 25)	-	394.309	-	1.231.414
Total de outros investimentos financeiros (Nota 6)	17.247.851	394.309	16.589.032	1.231.414

13 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos "Outros ativos não correntes" em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Outros devedores		
Cauções	1.395.743	66.189
Valores a receber relativos a sublocações	5.171.605	-
Depósitos judiciais	3.446.508	3.502.069
Valor a receber referente à venda de empresas filiais	400.000	900.000
Outros	350.103	350.209
	10.763.959	4.818.467
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos	-	-
Total de outros devedores	10.763.959	4.818.467
Total de instrumentos financeiros (Nota 6)	10.763.959	4.818.467
Outros ativos não correntes	-	-
	10.763.959	4.818.467

Os valores relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica "Outras dívidas a terceiros" (Nota 29), estes valores não apresentam maturidade definida;

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	462.203	288.621
Mercadorias	421.598.557	412.886.114
	422.060.760	413.174.735
Ajustamentos acumulados em inventários	(14.629.721)	(16.407.476)
	407.431.039	396.767.259

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 ascendem a 3.288.062.137 euros e 3.003.067.240 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Inventários iniciais	413.174.736	734.777.518
Variações cambiais	(127)	6.518
Atividades descontinuadas	-	(333.163.893)
Aquisições de filiais (Nota 4)	24.825.606	134.878
Compras	3.283.724.184	3.019.147.843
Regularizações de inventários	(9.479.952)	(4.355.023)
Inventários finais	422.060.759	413.174.736
	3.290.183.688	3.003.373.105
Ajustamentos em inventários	(2.121.551)	(305.865)
	3.288.062.137	3.003.067.240

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Regularizações de inventários refere-se essencialmente a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

15 CLIENTES

O detalhe dos "Clientes" em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Clientes correntes	98.407.591	123.097.010
Clientes de cobrança duvidosa	3.151.821	2.930.900
	101.559.412	126.027.910
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 31)	(3.157.289)	(2.953.919)
	98.402.123	123.073.991

A rubrica de Clientes correntes inclui 69.762.725 euros (9.241.546 euros em 31 de dezembro de 2018), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas. A variação deve-se às empresas dos negócios Worten, Sonae Fashion e Sonae FS alienadas em 2018 e agora classificadas como "outras partes relacionadas" (Nota 43).

Em 31 de dezembro de 2019, as perdas por imparidade são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada, cujo cálculo resulta da aplicação de perdas esperadas baseadas nos recebimentos no âmbito das vendas e prestações de serviços e das perdas de crédito históricas. Consideramos ainda que existem montantes para os quais não existe risco de crédito e como tal a perda de crédito esperada é nula, nomeadamente saldos com cartas de crédito, cauções, seguros de crédito e saldos com entidades relacionadas.

16 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	13.564	6.425
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	38.064.859	25.071.018
Vales e cheques oferta	10.009.887	4.496.588
Contas a receber resultantes de campanhas promocionais desenvolvidas	7.147.774	7.685.381
IVA de imóveis e de descontos de talões	5.160.490	2.516.735
Alienação de ativos intangíveis	6.987.272	3.945.809
Adiantamentos fornecedores de ativos tangíveis	4.844.843	321.751
Alienação de investimentos financeiros	500.000	300.000
Alienação de ativos fixos tangíveis	383.139	235.820
Outros ativos correntes	7.804.561	9.545.583
	80.902.825	54.118.685
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 31)	(3.856.935)	(3.765.016)
Total de outros devedores	77.045.890	50.353.669
Total de instrumentos financeiros (Nota 6)	77.059.454	50.360.094
Outros ativos correntes	-	-
	77.059.454	50.360.094

A 31 de dezembro de 2019, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores estão relacionados com proveitos comerciais debitados aos fornecedores, mas ainda não deduzidos aos créditos de compras futuras.

Em 31 de dezembro de 2019, as perdas por imparidade relativas a outras dívidas são calculadas tendo por base a perda de crédito esperada tendo por base a não existência de risco de crédito para saldos com entidades públicas, cauções, subsídios e entidades relacionadas e como tal a perda esperada é considerada nula. Os saldos correntes aproximam-se do seu justo valor.

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Valores devedores		
Imposto sobre o valor acrescentado	24.222.476	20.772.096
Contribuições para a Segurança Social	73.658	-
Outros Impostos	1.050.696	1.067.572
	25.346.830	21.839.668
Valores credores		
Imposto sobre o valor acrescentado	58.115.130	51.806.570
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	3.470.003	3.578.640
Contribuições para a Segurança Social	11.580.102	9.886.354
Outros Impostos	180.863	135.795
	73.346.098	65.407.359

18 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe da rubrica "Imposto sobre o rendimento" em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	36.028.338	23.427.538
Imposto sobre o rendimento	7.093.615	20.392.960
	43.121.953	43.820.498
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento com entidade participante	46.966.814	33.201.771
Imposto sobre o rendimento	3.233.583	3.640.446
	50.200.397	36.842.217

Em 31 de dezembro de 2019 nos valores credores da rubrica "Imposto sobre o rendimento com entidade participante" estão incluídos cerca de 46,9 milhões de euros (33,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) de valor a pagar à Sonae SGPS, SA resultante da inclusão das empresas do grupo Sonae MC no consolidado fiscal, do qual a Sonae SGPS, SA é a empresa mãe.

A rubrica de "Imposto sobre o rendimento" não corrente no valor de 4,49 M euros, inclui o valor relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco corresponde a impostos pagos, voluntariamente, relativos a liquidações de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que já estavam na via judicial, mantendo-se os processos judiciais a continuar a sua tramitação tendo, contudo, sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável à Sonae MC, razão pela qual os mesmos não se encontram provisionados.

19 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos "Outros ativos correntes" em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Receitas comerciais	12.953.800	11.290.106
Seguros	2.437.740	3.950.267
Licenças software	2.597.754	2.630.616
Custos diferidos - Rendas	868.931	-
Juros a receber	302.773	285.641
Indemnizações relativas a sinistros	408.281	67.020
Outros ativos correntes	11.135.152	6.822.601
	30.704.431	25.046.251

A rubrica de "Receitas comerciais" diz respeito, essencialmente, a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, compartilhadas pelos parceiros da Sonae MC reconhecidas em Custo das Vendas.

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	4.310.278	3.897.779	18.877.011	4.063.924
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	8.113	8.867	77.467.323	68.282.906
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	11.816.298	12.179.279	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	107.507	45.311	67.639	85.641
Amortização de goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	27.919.963	22.103.283
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	683.776	746.894
Prejuízos fiscais reportáveis	6.664.266	6.791.868	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	252.746	277.016
Direitos de uso	227.885.185	193.255.314	205.257.299	175.522.814
Benefícios fiscais	3.311.517	6.354.690	-	-
Outros	2.125.718	1.747.797	4.915	-
	256.228.882	224.280.905	330.530.672	271.082.478

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Saldo inicial	224.280.905	56.857.992	271.082.478	122.806.483
Impacto da aplicação da IFRS16	-	212.935.851	-	195.057.712
Saldo inicial reexpresso	224.280.905	269.793.843	271.082.478	317.864.195
Efeito em resultados:				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	412.499	314.375	213.087	(2.242.497)
Diferenças temporárias em ativos tangíveis e intangíveis	(754)	(322.058)	9.217.803	1.429.058
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites	(364.047)	(4.314.896)	-	-
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	(61.491)	(167.809)
Constituição / (Reversão) líquida de ativos por impostos	(249.305)	(1.706.137)	-	-
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha	-	-	5.816.680	5.816.680
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(24.271)	(25.947)
Efeito de alteração de taxa de imposto	(42)	(7)	(93.133)	(13.512)
Direitos de Uso	34.062.949	26.211.946	29.091.669	22.216.380
Benefícios fiscais	1.341.272	5.951.836	-	-
Atividades descontinuadas	-	1.848.212	-	628.408
Outros	461.238	(383.545)	-	(1.165.178)
	35.663.810	27.599.726	44.160.344	26.475.583
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	62.196	35.596	(18.003)	43.689
Direitos de Uso	566.922	-	642.817	-
Imputação do justo valor nas aquisições de filiais (Nota 4)	-	-	14.600.000	-
Outros	(4.588.898)	-	(3.000)	(9.140)
	(3.959.780)	35.596	15.221.814	34.549
Atividades descontinuadas	-	(72.817.777)	-	(73.413.515)
Outros	243.947	(330.483)	66.036	121.666
Saldo final	256.228.881	224.280.905	330.530.672	271.082.478

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de imposto a utilizar nas empresas em Portugal, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 21%. No caso de diferenças temporárias positivas ou negativas com origem em empresas portuguesas a taxa a utilizar é de 22,5%, acrescida da taxa da derrama estadual nas empresas em que se perspetiva o pagamento da mesma nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Supremo Tribunal espanhol decidiu a favor da Sonae MC a dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, referente ao ano de 2008. Durante o exercício de 2017 o Grupo

procedeu ao reconhecimento de 17,5 milhões de euros em passivos por impostos diferidos relativos à dedução fiscal da amortização dos exercícios de 2008, 2016 e 2017 e em 2018 e 2019 ao reconhecimento de 5,8 milhões de euros relativos a este exercício.

Tendo em consideração o processo fiscal pendente em tribunal em Espanha relativos aos exercícios de 2008 a 2011, bem como pelo facto de o Grupo ter sido impedido de deduzir para efeitos fiscais a amortização do goodwill, relativo aos exercícios de 2012 a 2015, poderá vir a ser reconhecido ao Grupo o direito à dedução para efeitos fiscais da amortização do goodwill no montante de 69,8 milhões de euros.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31 dez 2019			31 dez 2018		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2014	Portugal	130.539	27.413	2026	18.326	3.849
Gerados em 2015	Portugal	111.086	23.328	2027	69.902	14.680
Gerados em 2016	Portugal	877.197	184.211	2028	243.591	51.154
Gerados em 2017	Portugal	105.297	22.112	2022	1.278.464	268.476
Gerados em 2018	Portugal	452.749	95.077	2023	1.299.779	272.953
Gerados em 2019	Portugal	625.559	131.369	2024	-	-
		2.302.427	483.510		2.910.062	611.112
Sem limite de data de utilização						
	Espanha	24.723.024	6.180.756		24.723.024	6.180.756
		27.025.451	6.664.266		27.633.086	6.791.868

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer resultantes de prejuízos fiscais. Nos casos em que originaram ativos por impostos diferidos, os mesmos só foram registados na medida em que seja provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias que se revertem no mesmo período e considerando o limite de compensação existente por lei nos casos aplicáveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae MC, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 10 com exceção das operações em Espanha.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2019 um valor de 6,2 milhões de euros (6,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores do Grupo Fiscal espanhol e que podem ser recuperados por este em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A., em Espanha, era em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a entidade representante do Grupo Fiscal em Espanha, cuja entidade dominante é a Sonae SGPS, S.A.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos, relativos à operação do Grupo em Espanha, está suportada na análise do valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa para os formatos do retalho especializado em Espanha, bem como das restantes empresas incluídas no perímetro fiscal que tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de caráter mais discricionário) mas também as atuais condições macroeconómicas.

Os pressupostos utilizados nos planos de negócios das empresas do retalho e das outras empresas em Espanha, incluídas no referido Grupo Fiscal, têm por base essencialmente uma taxa composta de crescimento de vendas nos 10 anos de 4,8% (6,5% em 2018).

Apesar dos referidos prejuízos fiscais não apresentarem caducidade, a análise da sua recuperabilidade limitou-se ao prazo de 10 anos, considerando ainda os passivos por impostos diferidos reconhecidos.

É entendimento do Conselho de Administração, com base nos planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis, no prazo de projeção e que os que foram revertidos nos últimos anos, serão recuperáveis provavelmente num prazo superior aos 10 anos da projeção.

Em 31 de dezembro de 2019, existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 75,5 milhões de euros (53,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dez 2019			31 dez 2018		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2017	Portugal	1.199.079	251.807	2022	-	-
Gerados em 2018	Portugal	1.074.456	225.636	2023	-	-
Gerados em 2019	Portugal	2.392.392	502.402	2024	-	-
		4.665.927	979.845		-	-
Sem limite de data de utilização						
	Brasil	18.853.767	6.410.281		17.416.580	5.921.637
	Malta	59.633	20.871		44.040	15.414
	Espanha	51.952.463	12.988.116		36.233.788	9.058.447
		70.865.863	19.419.268		53.694.408	14.995.498
		75.531.790	20.399.113		53.694.408	14.995.498

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização do goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe seria favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Sucursal, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Idêntico procedimento foi adotado em 2014 relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2009.

Em 2014, as autoridades tributárias espanholas concluíram a inspeção sobre o grupo fiscal em Espanha, aos exercícios de 2008 a 2011, tendo efetuado uma correção sobre os prejuízos fiscais reportáveis relativamente à amortização do goodwill e encargos financeiros deduzidos nesses exercícios e relacionados com a aquisição da Continente Hipermercados, S.A.. A Sonae MC apresentou recurso dessa correção perante o Tribunal Económico-Administrativo Central em Espanha. Adicionalmente foi efetuada a correção das declarações fiscais de 2012 a 2015. Durante 2018, decorrente da decisão desfavorável do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid, foi interposto recurso à Audiência Nacional em Espanha.

Em 2015 e em 2016, a decisão da Audiência Nacional em Espanha relativamente à redução dos prejuízos fiscais decorrentes da amortização fiscal do goodwill efetuada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2009

respetivamente, foi contrária às pretensões do Grupo, e apesar da Sucursal ter apresentado recurso perante o Tribunal Supremo, o Grupo por uma questão de prudência anulou os ativos por impostos diferidos de 2008 a 2011, reconhecidos nas demonstrações financeiras anexas, no valor de 36 milhões de euros, e os passivos por impostos diferidos correspondentes à amortização do Goodwill para efeitos fiscais, no valor de 18,6 milhões de euros.

Em 2016 e em nova decisão ocorrida em 2018, o Tribunal Supremo deu parecer positivo às pretensões do Grupo relativamente à dedução da amortização do goodwill para efeitos fiscais, com referência ao exercício de 2008, tendo o Grupo procedido à correção da declaração fiscal de 2016 e conseqüentemente, considerado tal amortização nas declarações fiscais dos exercícios seguintes. Em consequência, procedeu ao reconhecimento do correspondente passivo por imposto diferido relativo aos exercícios de 2008, 2016, 2017 e 2018 e 2019.

21 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Numerário	10.793.121	9.240.759
Depósitos bancários	66.534.344	68.994.739
Aplicações de tesouraria	12.159	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da descobertos bancários (Nota 24)	77.339.624	78.235.498
	(13.956)	(23.141)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	77.325.668	78.212.357

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

22 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2019	31 dezembro 2018
Sonae, SGPS, S.A.	35,029%	35,029%
Sonae Holdings, SA ¹⁾	51,827%	51,827%
Sonae Investments, BV	13,144%	13,144%

¹⁾ Ex – Sonaecenter Serviços, SA

Em 31 de dezembro de 2019, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A., que por sua vez detêm, direta e indiretamente 100% das restantes entidades que detêm o capital da Sonae MC.

23 INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos "Interesses que não controlam" é o seguinte:

	31 dez 2019				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos/Rendimentos recebidos
Elergone	7.322.427	3.297.256	1.778.960	824.314	-
Gowell	(36.475)	20.970	3.625.450	10.275	-
Arenal	117.389.031	3.821.487	21.977.691	1.534.963	-
Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	112.077.554	8.891.900	2.243.500	(71.026)	-
Maxmat	50.099.237	5.884.316	25.109.815	3.293.611	(2.027.573)
Outros	(15.032.254)	(1.902.493)	(67)	(7)	-
Total	271.819.520	20.013.436	54.735.349	5.592.130	(2.027.573)

	31 dez 2018 Reexpresso				
	Capital próprio	Resultado líquido	Valor contabilístico	Proporção no resultado atribuível aos interesses que não controlam	Dividendos/Rendimentos recebidos
Elergone	4.302.319	1.415.669	1.012.152	353.917	-
Gowell	(489.561)	(543.886)	3.167.942	(242.168)	-
Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	114.985.651	12.703.768	2.810.915	254.516	-
Maxmat	48.358.110	4.282.134	22.017.356	2.158.518	-
Outros	(13.386.695)	(6.220.044)	(6)	-	-
Atividades descontinuadas	-	(8.236.610)	-	(536.872)	(1.393.908)
Total	153.769.824	3.401.031	29.008.359	1.987.911	(1.393.908)

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o movimento ocorrido nos interesses sem controlo foi o seguinte:

	31 dez 2019						
	Elergone	Gowell	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	1.023.963	3.520.072	-	2.301.712	24.300.216	(7)	31.145.956
Efeito da reexpressão	(11.811)	(352.130)	-	509.203	(2.282.860)	1	(2.137.597)
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2019 Reexpresso	1.012.152	3.167.942	-	2.810.915	22.017.356	(6)	29.008.359
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(2.027.573)	-	(2.027.573)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	-	(236.205)	-	-	(236.205)
Aquisição de filiais (Nota 4)	-	-	20.442.727	-	-	-	20.442.727
Entradas de capitais	-	127.506	-	-	-	-	127.506
Participação em outro rendimento integral, líquido de	-	-	1.892	-	-	-	1.892
Varição das reservas de cobertura	(69.316)	-	-	-	(528)	-	(69.844)
Outras variações	11.810	319.727	(1.891)	(260.184)	1.826.949	(54)	1.896.357
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	824.314	10.275	1.534.963	(71.026)	3.293.611	(7)	5.592.130
Saldo final em 31 de dezembro	1.778.960	3.625.450	21.977.691	2.243.500	25.109.815	(67)	54.735.349

	31 dez 2018 Reexpresso						
	Elergone	Gowell	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Atividades descontinuadas	Outros	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	777.572	3.783.609	2.452.985	21.981.602	63.020.574	(7)	92.016.336
Efeito da reexpressão	(10.160)	(294.444)	251.900	(802.681)	(1.898.334)	-	(2.753.719)
Saldo inicial em 1 de janeiro 2018 Reexpresso	767.412	3.489.165	2.704.885	21.178.921	61.122.240	(7)	89.262.617
Dividendos distribuídos	-	-	(67.224)	-	(1.326.684)	-	(1.393.908)
Distribuição de rendimentos de Fundos de Investimento	-	-	(405.352)	-	(1.333.107)	-	(1.738.459)
Varição resultante da conversão cambial	-	-	-	-	-	13.567	13.567
Constituição de filiais	-	-	-	-	120.000	-	120.000
Alienação de filiais	-	-	-	-	(58.907.371)	-	(58.907.371)
Varição das reservas de cobertura	(105.936)	-	-	3.983	4.614	-	(97.339)
Mudança de método de consolidação	-	-	-	-	(1.211.039)	-	(1.211.039)
Outras variações	(3.241)	(79.056)	324.090	(1.324.066)	2.068.219	(13.566)	972.380
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	353.917	(242.168)	254.516	2.158.518	(536.872)	-	1.987.911
Saldo final em 31 de dezembro	1.012.152	3.167.941	2.810.915	22.017.356	-	(6)	29.008.359

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a informação financeira agregada das subsidiárias com interesses que não controlam é como segue:

	31 dez 2019						
	Elergone	Gowell	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Outros	Total
Total do ativo não corrente	307.650	2.319.998	215.799.461	114.149.781	38.594.645	13.465.355	384.636.890
Total do ativo corrente	13.515.303	2.536.915	46.744.817	124.443	46.309.176	1.111.750	110.342.404
Total do passivo não corrente	29.865	1.210.456	106.153.727	-	6.199.838	26.437.543	140.031.429
Total do passivo corrente	6.470.661	3.682.932	39.001.520	2.196.670	28.604.746	3.171.816	83.128.345
Capital próprio	7.322.427	(36.475)	117.389.031	112.077.554	50.099.237	(15.032.254)	271.819.520

	31 dez 2018 Reexpresso						
	Elergone	Gowell	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Outros	Atividades descontinuadas	Total
Total do ativo não corrente	76.296	2.041.116	116.398.078	37.991.805	13.557.657	-	170.064.952
Total do ativo corrente	11.190.697	2.100.972	724.499	41.340.204	1.327.855	-	56.684.227
Total do passivo não corrente	50.216	1.807.633	-	6.769.797	24.983.928	-	33.611.574
Total do passivo corrente	6.914.458	2.824.016	2.136.926	24.204.102	3.288.279	-	39.367.781
Capital próprio	4.302.319	(489.561)	114.985.651	48.358.110	(13.386.695)	-	153.769.824

	31 dez 2019						
	Elergone	Gowell	Arenal	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Outros	Total
Volume de negócios	63.395.559	14.157.451	129.157.322	12.520.170	95.132.050	-	314.362.552
Outros rendimentos operacionais	349.064	274.294	2.978.005	16	1.707.831	19	5.309.229
Gastos operacionais	(59.482.274)	(14.297.018)	(122.646.929)	(4.023.409)	(88.552.141)	(615.243)	(289.617.014)
Resultados financeiros	(3.395)	(65.080)	(4.394.601)	(17.376)	(526.972)	(1.287.269)	(6.294.693)
Resultados relativos a investimentos	-	(465)	-	-	-	-	(465)
Imposto sobre o rendimento	(961.698)	(48.212)	(1.272.310)	412.499	(1.876.452)	-	(3.746.173)
Resultado líquido consolidado do exercício	3.297.256	20.970	3.821.487	8.891.900	5.884.316	(1.902.493)	20.013.436
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	3.297.256	20.970	3.821.487	8.891.900	5.884.316	(1.902.493)	20.013.436

	31 dez 2018 Reexpresso						
	Elergone	Gowell	Fundo de Investimentos Imobiliário Imosonaedois	Maxmat	Outros	Atividades descontinuadas	Total
Volume de negócios	58.871.128	9.431.660	12.706.711	85.548.976	-	-	166.558.475
Outros rendimentos operacionais	1.317.361	275.458	4.237.651	3.178.118	83	9.236	9.017.907
Gastos operacionais	(58.376.363)	(10.162.426)	(4.355.572)	(82.616.987)	(4.718.595)	(1.469.094)	(161.699.037)
Resultados financeiros	(25.802)	(68.396)	(1)	(415.208)	(1.501.531)	(807.431)	(2.818.369)
Resultados relativos a investimentos	-	381	-	-	-	(1.770.360)	(1.769.979)
Imposto sobre o rendimento	(370.655)	(20.563)	114.979	(1.412.765)	-	-	(1.689.004)
Resultado líquido consolidado do exercício	1.415.669	(543.886)	12.703.768	4.282.134	(6.220.043)	(4.037.649)	7.599.993
Resultado líquido das operações	-	-	-	-	-	(4.198.961)	(4.198.961)
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Total rendimento integral do exercício	1.415.669	(543.886)	12.703.768	4.282.134	(6.220.043)	(8.236.610)	3.401.032

24 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Sonae Investimentos, SGPS, SA - papel comercial	13.500.000	266.000.000	15.500.000	313.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2014/2023	-	50.000.000	-	50.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2023	-	20.000.000	-	20.000.000
Filial da Sonae Investimentos 2015/2019	-	-	30.000.000	-
Filial da Sonae Investimentos 2017/2025	3.333.333	16.666.667	-	20.000.000
Sonae MC 2018/2031	-	55.000.000	-	-
Outros	492	-	91.323	-
	16.833.825	407.666.667	45.591.323	403.000.000
Descobertos bancários (Nota 21)				
Custos de montagem de financiamentos	13.956	-	23.141	-
	-	-	(35.073)	-
Empréstimos bancários	16.847.781	407.666.667	45.579.391	403.000.000
Empréstimos por obrigações:				
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	50.000.000	-	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2022	-	75.000.000	-	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2020	-	30.000.000	-	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	-	95.000.000	-	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	3.000.000	3.000.000	3.000.000	6.000.000
Custos de montagem de financiamentos	(3.620)	(836.824)	(3.620)	(1.129.591)
Empréstimos por obrigações	2.996.380	252.163.176	2.996.380	254.870.409
Outros empréstimos				
Cretores por locações financeiras	10.613	956	17.170	11.569
Instrumentos derivados (Nota 25)	420.098	-	181.705	-
Outros empréstimos	430.711	956	265.457	11.569
	20.274.872	659.830.799	48.841.228	657.881.978

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2019 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,20% (1,18% em 31 de dezembro de 2018). Os empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários estão indexados a taxas variáveis tendo como indexante a Euribor.

Estima-se que o valor contabilístico dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados.

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	19.858.394	6.350.719	48.698.217	7.696.734
N+2	251.334.289	5.043.919	159.344.902	6.726.851
N+3	138.333.333	3.296.450	251.333.333	4.009.765
N+4	115.444.444	2.433.442	138.333.333	1.968.101
N+5	109.444.444	1.530.870	93.333.333	1.178.685
Após N+5	46.111.111	2.150.579	16.666.667	316.380
	680.526.017	20.805.979	707.709.786	21.896.516

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

A 31 de dezembro de 2019 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis, e que à data do presente reporte se encontram em regular cumprimento.

À data de 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sonae MC dispunha conforme detalhado na Nota 21, "Caixa e equivalentes de caixa", o valor de 77.325.668 euros (78.212.357 euros em 31 de dezembro de 2018) e ainda as linhas de crédito disponíveis conforme se segue:

	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis (Nota 3.3)	124.000.000	284.000.000	94.000.000	202.000.000
Montantes de linhas contratadas	129.000.000	550.000.000	101.500.000	515.000.000

25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

A Sonae MC utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, de forma a efetuar a cobertura de fluxos de caixa futuros, a ocorrerem nos próximos 12 meses.

Desta forma a Sonae MC contratou diversos "forwards" de taxa de câmbio, de forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposta.

O justo valor dos instrumentos derivados de taxa de câmbio de cobertura calculados tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é no passivo de 420.098 euros, e no ativo de 394.309 euros (181.705 euros no passivo e 1.231.414 euros no ativo, em 31 de dezembro de 2018) (Nota 24).

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base a atualização para a data da demonstração da posição financeira do montante a ser recebido/pago na data de termo do contrato. O montante de liquidação considerado na avaliação é igual ao montante na moeda de referência multiplicado pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a de mercado para a data de liquidação determinada à data da avaliação.

As perdas do exercício associadas a variações de justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura foram registadas diretamente na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos financeiros" ou "Gastos e Perdas financeiros".

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados são registados na rubrica de "Reservas de cobertura", quando considerados de cobertura de "cash flow" e na rubrica "Diferenças Cambiais Operacionais", quando considerados de cobertura de Justo Valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Outros gastos".

Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2019, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

26 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Credores por aquisição de investimentos financeiros	1.295.832	295.832
Outras dívidas a terceiros não correntes	527.556	537.755
Total de instrumentos financeiros (Nota 6)	1.823.388	833.587
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 27)	1.358.081	1.453.027
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.6.)	19.453.371	20.453.191
Outros acréscimos e diferimentos	84.228	403.583
Outros passivos não correntes	22.719.068	23.143.388

O valor incluído na rubrica "Encargos assumidos na alienação de imóveis" é relativo às despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, que no caso dos Sale & Leaseback estes valores foram pagos no momento da transação e a Sonae MC assumiu a responsabilidade futura.

27 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae MC, SGPS concedeu, em 2019 e em anos anteriores, de acordo com a política de remunerações, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações da empresa mãe Sonae SGPS, SA, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dez 2019	31 dez 2018	31 dez 2019	31 dez 2018
Ações	2016	2019	52	-	1.515.719	-	1.608.118
	2017	2020	43	1.969.703	1.775.373	1.057.172	2.161.516
	2018	2021	41	2.131.656	1.681.427	960.552	2.088.711
	2019	2022	42	2.319.597	-	1.122.856	-
Total				6.420.956	4.972.519	3.140.581	5.858.344

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2019 e de 2018, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	1.554.880	706.960
Registado em exercícios anteriores	1.113.746	1.942.932
	2.668.626	2.649.892
Registado em outros passivos não correntes (Nota 26)	1.358.081	1.453.027
Registado em outros passivos correntes (Nota 30)	1.310.545	1.196.865
	2.668.626	2.649.892

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

28 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2019	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	824.890.076	822.385.292	2.504.784
Fornecedores, faturas em receção e conferência	46.067.494	46.067.494	-
	870.957.571	868.452.786	2.504.784

	31 dez 2018 Reexpresso	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	777.571.055	776.834.455	736.600
Fornecedores, faturas em receção e conferência	54.538.059	54.538.059	-
	832.109.114	831.372.514	736.600

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae MC. A Sonae MC entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A Sonae MC mantém protocolos de colaboração com entidades financeiras com o objetivo de permitir aos fornecedores o acesso a uma ferramenta vantajosa de gestão do seu fundo de maneo, mediante a confirmação pela Sonae MC da validade dos créditos que os fornecedores detêm sobre esta. No âmbito destes protocolos, alguns fornecedores celebraram livremente acordos com essas instituições financeiras que lhes podem permitir a antecipação do recebimento desses créditos. A empresa não altera a natureza contabilística dos créditos até à data do seu vencimento normal nos termos do contrato de fornecimento celebrado entre a empresa e o fornecedor sempre que (i) o prazo de vencimento corresponda a um prazo praticado pela indústria em que a empresa se insere e (ii) a empresa não suporte um encargo com a operação de antecipação de pagamento face à alternativa de pagamento no vencimento normal.

29 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2019	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	53.542.714	50.807.922	1.412.096	1.322.696
Outras dívidas	23.025.608	23.025.608	-	-
	76.568.322	73.833.530	1.412.096	1.322.696
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	76.568.322	-	-	-

	31 dez 2018 Reexpresso	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	54.500.369	53.271.144	558.151	671.074
Outras dívidas	28.916.972	28.904.975	43	11.954
	83.417.341	82.176.119	558.194	683.028
Empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	83.417.341	-	-	-

A rubrica "Outras dívidas" inclui:

- 11.199.287 euros (9.890.132 euros em 31 de dezembro de 2018) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 391.200 euros (798.360 euros em 31 de dezembro de 2018) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 3.031.614 euros (3.080.487 euros em 31 de dezembro de 2018) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 33);

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

30 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Gastos com o pessoal	100.675.763	91.766.856
Outros fornecimentos e serviços externos	29.377.014	24.619.409
Publicidade e propaganda	14.347.895	13.791.639
Passivos de locação	2.296.953	-
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	1.744.512	1.709.241
Encargos assumidos na alienação de imóveis (Nota 2.6 e Nota 26)	1.176.326	1.314.235
Rendas fixas debitadas antecipadamente	1.284.399	3.845.852
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 27)	1.310.545	1.196.865
Encargos financeiros a liquidar	892.991	915.488
Outros	7.131.834	5.443.242
	160.238.232	144.602.827

Esta rubrica inclui essencialmente Acréscimo de gastos incorridos no ano a liquidar no ano seguinte.

31 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2019 e 2018 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2019	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2019
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	3.401.434	15.000	(2.647.221)	-	769.213
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 7)	84.590.757	3.265.794	(1.133.310)	(34.622)	86.688.619
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	6.921.736	171.142	(253.671)	-	6.839.207
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	2.953.919	860.214	(663.555)	6.711	3.157.289
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	3.765.016	503.527	(411.608)	-	3.856.935
Provisões não correntes	9.570.442	-	(151.837)	-	9.418.605
Provisões correntes	908.401	333.010	(679.670)	-	561.741
	112.111.705	5.148.687	(5.940.872)	(27.911)	111.291.609

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2018	Aumentos	Diminuições	Transferências e outros movimentos	Saldo em 31 dezembro 2018
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos	11.451.896	3.401.434	-	(11.451.896)	3.401.434
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis (Nota 7)	114.815.604	13.904.735	(26.435.247)	(17.694.335)	84.590.757
Perdas por imparidade em ativos intangíveis	1.519.949	5.401.878	-	(91)	6.921.736
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	8.327.142	2.239.085	(2.895.475)	(4.716.833)	2.953.919
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	7.129.898	1.095.462	(1.050.051)	(3.410.293)	3.765.016
Provisões não correntes	14.659.973	3.122.173	(1.005.409)	(7.206.295)	9.570.442
Provisões correntes	5.610.383	2.222.645	(5.514.083)	(1.410.544)	908.401
	163.514.845	31.387.412	(36.900.265)	(45.890.287)	112.111.705

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o valor de "Aumentos" e "Diminuições" de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidades registadas em investimentos em empreendimentos conjuntos	3.546.649	13.232.978
Utilização da provisão pela alienação da Ulabox	(2.384.956)	-
Utilizações e reversões registadas em ativos fixos tangíveis e intangíveis	(820.070)	-
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(454.433)	(2.090.442)
Reversões registadas em ativos fixos tangíveis relativas aos ativos alienados (Nota 7)	-	(18.955.567)
Encerramento da Turquia	(378.000)	378.000
Conversão cambial	(151.838)	(872.349)
Aumentos e diminuições de provisões e de perdas de imparidade de operações descontinuadas	-	(563.444)
Outros	112.728	(43.464)
	(529.920)	(5.512.853)

A 31 de dezembro de 2018 o valor da rubrica "Transferências e outros movimentos" refere-se essencialmente às atividades que foram descontinuadas.

As rubricas "Provisões não correntes" e "Provisões Correntes" incluem o valor de 9.418.665 euros (9.570.442 euros em 31 de dezembro de 2018) para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. A evolução da provisão entre exercícios está associada à evolução do câmbio do real face ao euro. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que

aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos gastos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor (Nota 37).

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente ativo.

32 RECONCILIAÇÃO DE PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019, é como se segue:

	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Instrumentos financeiros derivados (Nota 26)	Passivos de locação (Nota 10)
Saldo em 1 de janeiro de 2019	706.541.502	(1.034.009)	858.912.507
Fluxos de caixa:			
Recebimentos de dívida financeira	5.168.237.000	-	-
Pagamentos de dívida financeira	(5.214.529.877)	-	(128.094.863)
Descobertos Bancários	(9.185)	-	-
Amortizações Capital Leasing	(17.170)	-	-
Atualização da dívida financeira	-	-	61.205.055
Aumento/(diminuição) do justo valor	-	(1.036.116)	-
Gastos de montagem dos financiamentos	327.840	-	-
Aquisições durante o exercício	19.135.464	-	-
Rendas não pagas	-	-	(9.114.900)
Variações de perímetro	-	-	46.019.214
Aumento/(diminuição) de contratos de locação	-	-	172.968.119
Outros	-	-	4.496.931
Saldo em 31 de dezembro de 2019	679.685.574	(2.070.125)	1.006.392.063

33 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Detalham-se de seguida os passivos contingentes a que o Grupo está exposto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

- Garantias e fianças prestadas

	31 dez 2019	31 dez 2018
Garantias e fianças prestadas:		
por processos fiscais em curso	918.933.032	923.944.717
por processos judiciais em curso	121.808	126.583
por processos autárquicos em curso	6.771.833	9.692.172
contratuais por bom cumprimento	14.669.245	10.469.261
outras garantias	2.922.770	4.469.261

Processos fiscais

Detalham-se de seguida os principais processos fiscais para os quais foram prestadas garantias bancárias ou fianças:

- Processos referentes a liquidações adicionais de IVA para os quais foram prestadas garantias ou fianças no valor de 509,8 milhões de euros (503,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018). O valor mais significativo ascende a 480,5 milhões de euros (480,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) é relativo ao período de 2004 a 2013 e encontra-se relacionado com as Unidades de Retalho para os quais o Grupo apresentou as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem

a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

- Fiança no valor de cerca de 60 milhões de euros, como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa Sonae MC SGPS, S.A. relativa a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada;
- Processo referente a imposto de renda relativo a uma subsidiária no Brasil das unidades de retalho no montante de 14,5 milhões de euros (65,3 milhões de reais), que se encontra a ser julgado em tribunal e relativamente aos quais foram prestadas garantias no montante de 45,1 milhões de euros (203,5 milhões de reais), o diferencial de valor entre o valor do processo e a garantia prestada resulta da atualização da responsabilidade.

Ativos e passivos contingentes relativos a processos fiscais pagos no âmbito de programas de regularização de dívidas ao fisco

No âmbito das medidas de regularização de dívidas ao fisco o Grupo ao abrigo do regime de regularização de dívidas ao Fisco e Segurança Social (DL 67/2016 de 3/11, DL 151-A/2013 de 31/10 e DL 248-A/2002 de 14/11) foram efetuados pagamentos de impostos no montante de cerca de 20,1 milhões de euros que permanecem haver do Estado, tendo sido eliminadas as respetivas garantias e mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associadas, tendo o valor máximo de contingência sido reduzido por via da eliminação de coimas e juros corridos até à data de pagamento.

Conforme previsto nos diplomas de suporte aos referidos programas o Grupo mantém os procedimentos judiciais tendentes a que venha a ser-lhe dada razão perante as situações em concreto, tendo sido reconhecido como ativo o valor pago ao abrigo dos referidos planos relativos a imposto sobre o rendimento.

Outros passivos contingentes

- Passivos contingentes relacionados com subsidiárias alienadas no Brasil

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela subsidiária venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. O montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos 24,2 milhões de euros (24,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2019 a 21,2 milhões de euros (21,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, existem outros processos fiscais com prognóstico de perda possível no valor global de 41,5 milhões de euros (42 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entendeu que da sua resolução é possível, mas não provável a existência de perdas para aquela antiga subsidiária (Nota 34).

- Processo de impugnação de coimas aplicadas pela Autoridade da Concorrência

Em 2016, a Autoridade da Concorrência (AdC) notificou a Sonae MC SGPS, SA (ex - Sonae Investimentos), a Modelo Continente SGPS (Ex Sonae MC) e a Modelo Continente Hipermercados, para efeitos de apresentação de defesa, no âmbito de processo de contraordenação instruído em virtude do acordo celebrado entre a Modelo Continente e a EDP Comercial quanto à campanha conhecida como "Plano EDP Continente". De referir que o Plano EDP/Continente decorreu durante o ano de 2012, tendo-se prolongado pelos primeiros meses de 2013 para permitir a utilização dos descontos que tivessem sido atribuídos aos clientes até 31 de dezembro de 2012. O desenvolvimento deste tipo de

acordos de promoção dos negócios é algo habitual no mercado português. Em 2017, a AdC aplicou as coimas no valor de 2,8 milhões à Sonae Investimentos e de 6,8 milhões à Modelo Continente. A AdC condenou ainda a Sonae MC, mas não lhe aplicou qualquer coima, uma vez que esta sociedade não apresenta qualquer volume de negócios. As referidas sociedades impugnaram judicialmente a decisão, sendo expectativa do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus advogados, que deste processo não advirão responsabilidades para as referidas sociedades.

- Investigação em curso pela Autoridade da Concorrência

Em 2017, a Modelo Continente Hipermercados, S.A. foi sujeita a diligências de busca e apreensão de documentos pela Autoridade da Concorrência (AdC), como parte de uma investigação publicamente relatada pela AdC como envolvendo 21 entidades no setor de retalho de bens de grande consumo (por exemplo, hipermercados, supermercados, hard-discounts e seus fornecedores).

Em 22 de Março de 2019, no contexto da referida investigação, a AdC publicou no seu site que dirigiu notas de ilicitude à Modelo Continente Hipermercados, S.A. relativas a alegadas práticas restritivas de concorrência. As notas de ilicitude não representam o resultado final da investigação, mas sim uma fase provisória e que está ainda sujeita ao exercício do direito de defesa da visada.

No decurso do ano de 2019, o direito de defesa da visada quanto a cada uma das notas de ilicitude esteve suspenso, por deliberação do Conselho da Autoridade, tendo somente sido levantado no final do mês de dezembro e apenas quanto a duas das notas de ilicitude. O prazo para exercício de direito de defesa da visada, quanto a estas duas notas de ilicitude, terminou e foi exercido no decurso do ano de 2020.

34 LOCAÇÕES OPERACIONAIS - LOCADOR

Nas locações operacionais em que a Sonae MC age como locador, os pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) reconhecidos como rendimentos, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, ascenderam a a 29 785 863 euros e 30 660 189 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sonae MC tinha celebrado como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação (remunerações fixas) vencem como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Vencíveis em:		
N+1 renovável automaticamente	741.235	3.448.527
N+1	29.084.549	27.669.588
N+2	25.181.628	26.621.911
N+3	20.735.005	25.179.378
N+4	17.117.925	24.345.150
N+5	14.432.222	21.456.387
Após N+5	37.278.327	45.977.241
	144.570.881	174.698.182

35 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As "Vendas e as prestações de serviços" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Vendas de mercadorias	4.573.923.275	4.191.168.639
Prestações de serviços	128.090.850	116.335.901
	4.702.014.125	4.307.504.540

36 RENDIMENTOS OU GASTOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os "Rendimentos e gastos relativos a investimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram como se segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Dividendos	100.450	100.450
Outros	-	502
Ganhos e perdas na alienação de investimentos em filiais, empreendimentos conjuntos e associadas	-	502
Ganhos ou perdas em investimentos registrados ao justo	92.668	4.327.175
Outros	15.835	-
Imparidade de investimentos em associadas	(15.000)	(2.384.956)
Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos	(15.000)	(2.384.956)
Rendimentos ou (gastos) relativos a investimentos	93.503	1.942.721

37 RESULTADOS FINANCEIROS

Os "Resultados financeiros" nos exercícios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 têm a seguinte decomposição:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Gastos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(4.194.699)	(4.339.216)
relativos a obrigações não convertíveis	(3.839.788)	(4.848.469)
relativos a locações operacionais (Nota 9)	(61.205.055)	(52.238.560)
relativos a outros empréstimos	-	(23.901.112)
outros	(821.236)	(1.728.339)
	(70.060.778)	(87.055.696)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.777.439)	(1.589.218)
"Early termination"	-	(32.000.000)
Encargos de emissão de dívida	(2.927.014)	(2.767.250)
Outros	(1.323.917)	(1.543.948)
	(79.089.148)	(124.956.112)
Rendimentos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	14.311	27.106
outros	476.404	1.063.006
	490.715	1.090.112
Diferenças de câmbio favoráveis	3.829.882	882.770
Outros proveitos e ganhos financeiros	478.005	1.803.418
	4.798.602	3.776.300
Resultados financeiros	(74.290.546)	(121.179.812)

O valor registado na rubrica "Early termination" em 2018 é relativo à amortização antecipada do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros.

38 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Rendimentos suplementares	29.397.686	22.789.108
Ganhos na alienação de ativos	7.048.307	38.508.572
Diferenças cambiais	9.072.446	6.426.352
Descontos de pronto pagamento obtidos	24.034.759	23.205.453
Trabalhos para a própria entidade (Nota 8)	10.813.167	8.952.255
Benefícios de penalidades contratuais	134.571	283.090
Indemnizações relativas a sinistros	365.536	104.939
Subsídios à exploração	1.035.584	578.300
Outros	4.569.955	2.111.691
	86.472.011	102.959.760

Na rubrica de "Ganhos na alienação de ativos" estão incluídos os ganhos relativos à operação de "Sale & Leaseback" no valor de 3,2 milhões de euros (37,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018) (Nota 8).

39 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Publicidade e propaganda	60.007.628	64.243.024
Rendas e alugueres	25.642.181	21.190.456
Transportes de mercadorias	34.826.701	44.175.577
Electricidade e combustíveis	64.289.516	63.598.872
Trabalhos especializados	61.777.202	52.268.045
Conservação e reparação	26.555.712	23.452.374
Custos com terminais pagamento automático	10.996.664	10.072.459
Vigilância e segurança	17.519.821	15.901.741
Limpeza, higiene e conforto	25.767.665	22.508.839
Comunicação	5.248.906	5.447.351
Deslocações e estadas	6.012.952	6.295.029
Materiais de consumo	10.068.041	9.303.241
Seguros	4.837.299	4.743.610
Entregas ao domicílio	8.316.454	7.514.904
Subcontratos	3.791.121	6.095.437
Outros	33.872.724	27.061.456
	399.530.587	383.872.415

O montante incluído em rendas e alugueres é relativo a rendas variáveis de contratos de locação.

40 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Remunerações	448.922.190	407.295.593
Encargos sobre remunerações	91.946.780	82.895.079
Seguros	8.982.274	9.268.477
Gastos com ação social	3.232.295	3.484.753
Outros gastos com pessoal	17.738.164	20.026.314
	570.821.703	522.970.216

41 OUTROS GASTOS

A repartição dos "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é a seguinte:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Varição cambial	9.904.310	5.503.829
Cartão Galp/Continente	13.700.877	12.608.328
Perdas na alienação e abates de ativos	6.186.349	3.502.216
Impostos indiretos e taxas	6.733.005	5.285.301
Donativos	8.913.604	7.987.730
Imposto municipal sobre imóveis	2.224.105	1.979.276
Outros gastos	1.941.638	7.739.156
	49.603.888	44.605.836

42 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são detalhados como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Imposto corrente	(13.678.078)	(10.193.864)
Imposto diferido (Nota 20)	(8.496.534)	1.124.143
	(22.174.612)	(9.069.721)

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e de 2018 pode ser analisada como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Resultado antes de impostos	159.562.158	110.661.422
Taxa teórica de 21%	33.508.053	23.238.899
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(7.012.508)	(9.394.329)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas e outras	(1.091.616)	(1.201.150)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 11)	(105.535)	594.627
Prejuízos fiscais gerados e utilizados no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	502.402	1.312.162
Amortização do goodwill para efeitos fiscais em Espanha (Nota 20)	5.816.679	5.816.679
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	-	(4.940.115)
Donativos não previstos ou para além dos limites legais	110.166	88.724
Utilização de benefícios fiscais	(6.555.907)	(10.100.850)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	(4.950.830)	(766.766)
Tributação autónoma	1.320.855	2.518.242
Derrama	2.708.870	2.371.232
Outros	(2.076.017)	(467.634)
Imposto sobre o rendimento	22.174.612	9.069.721

43 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	Empresa - Mãe		Empreendimentos conjuntos		Empresas associadas	
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Vendas e prestação de serviços	1.446.388	1.349.603	2.828.107	3.175.132	46.224.664	37.448.862
Outros rendimentos	90.177	62.740	256.229	131.066	386.551	209.613
Rendimentos e ganhos financeiros	-	-	-	-	-	-
Custo das vendas	-	-	268.546.594	262.955.285	22.272	990
Fornecimentos e serviços externos	2.608.702	1.626.596	1.728.181	65.805	13.104	-
Outros gastos	145	3	5	8.748	11.482	-
Gastos e perdas financeiras	312.843	438.464	-	-	-	-
	4.458.255	3.477.405	273.359.116	266.336.036	46.658.073	37.659.465
	Outras partes relacionadas		Operações descontinuadas			
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso		
Vendas e prestação de serviços	95.762.316	44.374.532	-	68.442.840		
Outros rendimentos	10.760.101	1.708.270	-	11.385.827		
Rendimentos e ganhos financeiros	-	-	-	948.970		
Custo das vendas	24.931.567	1.999.287	-	35.091.002		
Fornecimentos e serviços externos	35.158.623	44.034.755	-	14.624.014		
Outros gastos	744.531	907.573	-	3.927.297		
Gastos e perdas financeiras	6.817.146	55.911.111	-	1.008.452		
	174.174.284	148.935.527	-	135.428.402		
	Empresa - Mãe		Empreendimentos conjuntos		Empresas associadas	
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Clientes	410.300	104.189	564.183	312.350	2.261.161	1.411.382
Outras dívidas de terceiros	26.647	30.863	516.005	591.594	24.553	(8)
Imposto sobre o rendimento a receber	32.915.209	21.435.437	-	-	-	-
Outros ativos correntes	40.352	49.320	169.086	(102.136)	111.067	-
Fornecedores	1.722.869	154.049	74.436.005	69.610.827	6.573	2.097
Outras dívidas a terceiros	281.156	-	106.409	-	1.546	-
Imposto sobre o rendimento a pagar	20.886.901	16.816.833	-	-	55.660	-
Outros passivos correntes	1.021.018	1.510.506	137.426	167.719	197.443	-
	57.304.452	40.101.198	75.929.114	70.580.355	2.658.003	1.413.471
Aquisição de ativos fixos tangíveis	3.507	-	-	1.790	4.126	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	1.762	-	-	1.790	277.996	4.223
	5.269	-	-	3.580	282.122	4.223
	Outras partes relacionadas		Operações descontinuadas			
	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso		
Outros ativos não correntes	259.783	-	-	-		
Clientes	69.762.725	9.241.546	-	89.900.452		
Outras dívidas de terceiros	21.267.534	6.054.400	-	9.734.256		
Imposto sobre o rendimento a receber	3.113.129	-	-	1.992.101		
Outros ativos correntes	3.876.244	2.035.528	-	1.202.186		
Outros passivos não correntes	391.535	239.447	-	152.112		
Fornecedores	9.665.997	2.114.238	-	7.049.159		
Outras dívidas a terceiros	10.983.698	12.776.952	-	499.618		
Imposto sobre o rendimento a pagar	23.022.914	538.414	-	18.739.884		
Outros passivos correntes	4.694.032	2.215.790	-	1.844.159		
	147.037.591	35.216.315	-	131.113.928		
Aquisição de ativos fixos tangíveis	23.086.634	35.613.067	-	-		
Alienação de ativos fixos tangíveis	1.174.788	4.970.719	-	13.010		
Aquisição de ativos intangíveis	3.081.313	3.308.763	-	-		
Alienação de ativos intangíveis	7.712.623	-	-	6.041.129		
	35.055.358	43.892.549	-	6.054.139		

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae MC, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, tem a seguinte composição:

	31 dez 2019		31 dez 2018	
	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)	Conselho de Administração	Direção Estratégica (a)
Benefícios de curto prazo	375.000	2.579.425	93.750	3.308.141
Benefícios em ações	-	911.200	-	1.012.400
	375.000	3.490.625	93.750	4.320.541

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae MC (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae MC).

44 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2019		31 dez 2018 Reexpresso	
	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas	Operações Continuadas	Operações Descontinuadas
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	131.795.416	504.843	99.094.410	542.905.115
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	131.795.416	504.843	99.094.410	542.905.115
Numero de ações				
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	1.000.000.000	1.000.000.000	925.000.000	925.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações	-	-	-	-
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	1.000.000.000	1.000.000.000	925.000.000	925.000.000
Resultado por ação				
Básico	0,131795	0,000505	0,107129	0,586924
Diluído	0,131795	0,000505	0,107129	0,586924

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

45 RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser analisados como segue:

	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Recebimentos		
Alienação de participações da Sport Zone	-	28.628.150
Liquidação da Apor	-	254.796
Fundo compensação Trabalho	819.547	392.874
	819.547	29.275.820

Pagamentos	31 dez 2019	31 dez 2018 Reexpresso
Aquisição da Arenal Perfumarias, S.L.U. e Tomenider, S.L. (Nota 4)	47.039.289	-
Aquisição da Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. (Nota 4)	2.472.365	-
Aquisição MCCARE - serviços de Saúde, S.A. (Nota 4)	4.632.682	-
Aquisição SK - Skin Health Cosmetics (Nota 4)	2.245.899	-
Acerto preço na alienação de filial	1.526.103	-
Aumento capital na Movvo	850.000	-
Fundo compensação Trabalho	1.085.594	871.499
Subscrição de ações JD Sprinter	-	26.546.230
Prestações Suplementares de capital na S2 Mozambique, SA	-	118.745
Aquisição da Brio- Prod. Agricultura Biológica, SA	-	584.229
	59.851.932	28.120.703

46 EVENTOS SUBSEQUENTES

Covid-19

O Conselho de Administração tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a European Centre for Disease Prevention and Control, bem como da Direção Geral de Saúde Portuguesa.

Neste contexto, considerando o nível de risco existente, foi desenvolvido um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva Sonae em alinhamento com os CEO's dos vários negócios, dependente do nível de risco definido a cada momento.

Assim, a Sonae tem implementado planos de prevenção / contingência assentes em ações concretas e concertadas, abrangendo toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais, em todos os negócios do Grupo.

A título sumário, identificamos em baixo um conjunto de impactos e medidas de mitigação em curso em diferentes dimensões:

- **Colaboradores:** considerando o risco elevado de contágio e propagação do vírus, foram definidas e comunicadas ações obrigatórias, bem como recomendações para todos os colaboradores, tais como proibição de todas as viagens para países em situação de transmissão ativa do vírus; desaconselhamento de realização / participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; recomendação para a realização de teletrabalho / trabalho remoto e divulgação das ferramentas adequadas para o efeito; divulgação de cuidados a ter na higienização das mãos e de medidas de etiqueta respiratória; entre muitas outras.
- **Operações do negócio:** o retalho alimentar tem sentido um fluxo crescente de procura, na medida em que as famílias portuguesas têm procurado antecipar medidas de contenção mais exigentes e uma potencial escassez de produtos essenciais. Neste sentido, a Sonae MC desempenha uma função vital no contexto desta crise e, conseqüentemente, tem reforçado os planos de contingência, exigindo um diálogo estreito com todos os intervenientes na cadeia de abastecimento no sentido de reforçar a capacidade de resposta, quer através da antecipação das necessidades, quer na definição de ações de mitigação caso surjam limitações, nomeadamente ao nível de recursos humanos. Importa também mencionar, que na sequência das medidas de isolamento e encerramento de atividades não essenciais decretadas pelos governos Português e Espanhol, as lojas das insígnias Bagga, Go Natural restaurantes e Arenal se encontram temporariamente encerradas.
- **Financiamento do negócio:** ao nível do financiamento, a Sonae MC, no cumprimento das suas políticas de liquidez e financiamento internas, tem por política pré-financiar as suas necessidades de liquidez com 18 meses de antecedência, assegurando assim as necessidades de liquidez para esse horizonte de tempo. No final do mês de fevereiro a Sonae MC tinha 284 M€ de linhas disponíveis e 77 M€ de liquidez. Neste sentido, não obstante eventuais impactos positivos e negativos que possam existir ao nível do desempenho de cada

negócio, não prevemos necessidades de financiamento adicionais para os próximos 18 meses nem se prevê no curto prazo qualquer situação de incumprimento dos atuais "covenants" financeiros existentes na Sonae MC.

Nesta fase torna-se bastante complexo quantificar a magnitude dos impactos caso o nível de risco se agrave, no entanto temos vindo a implementar todas as medidas que consideramos adequadas para minimizar os seus impactos, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os nossos stakeholders.

Sale & Leaseback

Em janeiro de 2020, foi registada uma operação de "Sale and Leaseback". O valor contabilístico do ativo alienado é de aproximadamente 4,1 milhões de euros e resultou num encaixe financeiro de 6,4 milhões de euros, tendo gerado uma mais-valia líquida de custos retidos de aproximadamente, 0,5 milhões de euros e um direito de uso de 3,0 milhões de euros, relativamente a um dos ativos classificado como detidos para venda a 31 de dezembro de 2019.

47 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

48 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, são as seguintes:

FIRMA	Sede Social	Percentagem de capital detido			
		31 dezembro 2019		31 dezembro 2018	
		Direto*	Total*	Direto*	Total*
Sonae MC SGPS, S.A.	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Amor Bio, Mercado Biológico, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Arenal Perfumarias SLU	a) Lugo (Espanha)	100,00%	60,00%	-	-
Asprela – Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Azulino Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BB Food Service, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Brio – Produtos de Agricultura Biológica, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	-	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	a) Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, S.A.	a) Oeiras	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elergone Energias, Lda	a) Matosinhos	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Farmácia Seleção, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a) Maia	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Go Well – Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, S.A.	a) Lisboa	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Make Notes Design, Lda	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a) Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) MCCARE – Serviços de Saúde, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	b) Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente International Trade, S.A.	a) Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2) Modelo Continente, SGPS, S.A.	a) Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ponto de Chegada – Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predilugar - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SCBrasil Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) SK Skin Health Cosmetics, S.A.	a)	Oeiras	100,00%	100,00%	-	-
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC S2 Africa Limited	a)	La Valeta (Malta)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
3) Sonae MC – Serviços Partilhados, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaerp – Retail Properties, S.A.	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	-	-
1) Tomenider	a)	Lugo (Espanha)	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Valor N, S.A.	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
4) Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	-	-	-	-

* a percentagem de capital detido "Total" representa a percentagem total de interesses detida pelos acionistas da Empresa-mãe; a percentagem de capital detido "Direto" corresponde à percentagem que a(s) subsidiária(s) que detém a participação em causa diretamente, no capital social da referida empresa;

a) Controlo detido por maioria de votos os quais conferem poder das atividades relevantes que influenciam;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

- 1) Filial adquirida no período;
- 2) Filial fusionada na sociedade Sonae MC SGPS, SA;
- 3) Ex - Sonaecenter Serviços II, S.A.;
- 4) Filial em processo de liquidação motivo pelo qual se encontra classificada em operações descontinuadas no período.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

Aprovado na reunião do Conselho de Administração do dia 6 de abril de 2020.

O Conselho de Administração,

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Álvaro José Barrigas do Nascimento

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

Maria Inês Martins Valadas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	31. dezembro. 2019	31. dezembro. 2018
ATIVO:			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Investimentos	5	2.143.568.529	1.524.967.499
Imposto sobre o rendimento	8	2.916.832	2.916.832
Ativos por impostos diferidos		10.431	6.211
Outros ativos não correntes	4, 6	412.306.030	819.906.686
Total de ativo não corrente		2.558.801.822	2.347.797.228
ATIVO CORRENTE:			
Outras dívidas de terceiros	4, 7	351.317.352	771.026.440
Imposto sobre o rendimento	8	21.136.537	14.939.065
Estado e outros entes públicos		653.037	653.157
Outros ativos correntes	4, 9	3.451.025	2.348.966
Caixa e equivalentes de caixa	10	10.358.816	17.382.396
Total de ativo corrente		386.916.767	806.350.024
TOTAL DO ATIVO		2.945.718.589	3.154.147.252
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	11	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais		177.949.491	174.887.958
Outras reservas	12	25.013.347	778.740.908
Resultado líquido do exercício		170.618.298	61.230.652
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1.373.581.136	2.014.859.518
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 13	252.163.176	254.870.409
Empréstimos bancários	4, 13	321.000.000	313.000.000
Outros passivos não correntes	4	294.521	-
Total de passivo não corrente		573.457.697	567.870.409
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos obrigacionistas	4, 13	2.996.380	2.996.380
Empréstimos bancários	4, 13	13.500.000	15.500.000
Fornecedores		192.417	262.304
Outras dívidas a terceiros	4, 14	977.319.102	548.020.548
Imposto sobre o rendimento	8	2.101.152	2.111.814
Estado e outros entes públicos		26.362	66.889
Outros passivos correntes	4, 15	2.544.343	2.459.390
Total de passivo corrente		998.679.756	571.417.325
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.945.718.589	3.154.147.252

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	19	175.037.856	99.201.216
Rendimentos e ganhos financeiros	20	16.212.066	28.416.374
Outros rendimentos		1.956.787	628.807
Fornecimentos e serviços externos	21	(2.835.924)	(4.649.546)
Gastos com o pessoal	22	(502.076)	(159.693)
Depreciações e amortizações		-	(86)
Provisões e perdas por imparidade	16	378.363	(27.794)
Gastos e perdas financeiras	20	(22.168.356)	(70.110.029)
Outros gastos e perdas		(41.293)	(78.727)
Resultado antes de impostos		168.037.423	53.220.522
Imposto sobre o rendimento	8	2.580.875	8.010.130
Resultado líquido do exercício		170.618.298	61.230.652
Resultados por ação (básico e diluído)	23	0,1706	0,0659

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Resultado líquido do exercício	170.618.298	61.230.652
Total rendimento integral do exercício	170.618.298	61.230.652

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	Capital social	Reservas legais	Outras reservas			Resultado líquido	Total
				Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas	Total outras reservas		
Saldo em 1 de janeiro de 2018	11	1.000.000.000	174.845.768	320.000.000	1.301.939.314	1.621.939.314	843.784	2.797.628.866
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	61.230.652	61.230.652
Aplicação do resultado de 2017:								
Transferência para reservas		-	42.190	-	801.594	801.594	(843.784)	-
Restituição de entradas facultativas capital	12	-	-	-	(372.000.000)	(372.000.000)	-	(372.000.000)
Distribuição de reservas livres	12	-	-	-	(472.000.000)	(472.000.000)	-	(472.000.000)
Desafetação de reservas nos termos artº 324º do CSC	12	-	-	(320.000.000)	320.000.000	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2018		1.000.000.000	174.887.958	-	778.740.908	778.740.908	61.230.652	2.014.859.518
Saldo em 1 de janeiro de 2019	11	1.000.000.000	174.887.958	-	778.740.908	778.740.908	61.230.652	2.014.859.518
Total rendimento integral do exercício		-	-	-	-	-	170.618.298	170.618.298
Aplicação do resultado de 2018:								
Transferência para reservas		-	3.061.533	-	-	-	(3.061.533)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(58.169.119)	(58.169.119)
Distribuição de reservas livres	12	-	-	-	(16.830.881)	(16.830.881)	-	(16.830.881)
Fusão	1	-	-	-	(736.896.680)	(736.896.680)	-	(736.896.680)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.000.000.000	177.949.491	-	25.013.347	25.013.347	170.618.298	1.373.581.136

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Montantes expressos em euros)	Notas	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(3.354.854)	(4.212.143)
Pagamentos ao pessoal		(545.127)	(93.186)
Fluxos gerados pelas operações		(3.899.981)	(4.305.329)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		(51.776)	(1.151.475)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		850.190	2.325.965
Fluxos das atividades operacionais (1)		(3.101.567)	(3.130.839)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	24	46.000	217.078.035
Juros e rendimentos similares		36.797.177	29.962.935
Dividendos		176.252.543	67.225
Outros		10.743	7.364.871
Empréstimos concedidos		4.229.368.633	4.981.451.096
		4.442.475.096	5.235.924.162
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	24	(356.772.711)	(1.800.000)
Empréstimos concedidos		(3.741.125.925)	(3.932.548.312)
		(4.097.898.636)	(3.934.348.312)
Fluxos das atividades de investimento (2)		344.576.460	1.301.575.850
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	25	8.637.165.483	7.604.502.973
		8.637.165.483	7.604.502.973
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	25	(8.870.507.273)	(7.969.848.277)
Juros e gastos similares		(40.169.536)	(69.680.651)
Dividendos		(75.000.000)	(472.000.000)
Reduções de capital e prestações suplementares		-	(372.000.000)
		(8.985.676.809)	(8.883.528.928)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(348.511.326)	(1.279.025.955)
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	10	(7.036.433)	19.419.057
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	10	17.382.396	(2.036.661)
Caixa e seus equivalentes fusão por incorporação	1	12.853	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		10.358.816	17.382.396

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras separadas.

SONAE MC, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE MC, SGPS, SA ("empresa" ou "Sonae MC, é uma sociedade anónima, com sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

As demonstrações financeiras separadas são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro "IFRS" tal como adotadas pela União Europeia (IFRS – EU).

A Empresa igualmente apresenta, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (nota 5).

Operação de fusão por incorporação da sociedade dominada Modelo Continente, SGPS, SA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi realizada uma operação de fusão por incorporação, através da transferência global do património da empresa Modelo Continente, SGPS, SA, sociedade incorporada, na Sonae MC, SGPS, SA, sociedade incorporante. O projeto foi elaborado com obediência aos requisitos de que depende a aplicação do regime especial de neutralidade fiscal, sendo os elementos do ativo e do passivo transferidos pelos valores constantes dos registos contabilísticos. A fusão produziu os seus efeitos contabilísticos a 1 de janeiro de 2019.

Dado que a operação ocorreu sobre controlo comum, ao nível da contabilidade foram mantidos os valores dos ativos que constavam das demonstrações financeiras da empresa incorporada ajustados pelo efeito de resultados gerados internamente com a Sonae MC, SGPS, SA, os quais foram anulados neste processo.

(Montantes expressos em euros)	01.janeiro.2019
ATIVO:	
Investimentos:	
Custo aquisição	1.717.552.374
Imparidade	(16.192.524)
Ativos por impostos diferidos	1.135
Outros ativos não correntes:	
Custo aquisição	480.309.192
Imparidade	(4.971.461)
Outras dívidas de terceiros	343.608
Outros ativos correntes	12.638.285
Caixa e equivalentes de caixa	12.853
Total de ativo	2.189.693.462
PASSIVO:	
Outros passivos não correntes	802.255.207
Outros passivos correntes	685.530.659
Total de passivo	1.487.785.866
Património líquido incorporado	701.907.596
Valor líquido dos investimentos da incorporada na incorporante:	
Custo aquisição	1.438.804.276
Impacto da fusão nos capitais próprios	(736.896.680)
	701.907.596

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras separadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRS IC") ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia e estejam efetivas a 1 de janeiro de 2019.

As demonstrações financeiras separadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras separadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do exercício. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.11.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos/passivos;

Nível 2 – O justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 23 - Incerteza no tratamento dos impostos sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1-jan-19
Emendas à IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Isonomia à classificação de ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa.	1-jan-19
IFRS 16 - Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	1-jan-19
Emendas à IAS 28 - Investimentos em associadas	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1-jan-19
Emendas à IAS 19 - Benefícios dos Empregados	Obriga a usar pressupostos atualizados para o cálculo das responsabilidades remanescentes após atualização, corte ou liquidação de benefícios, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do "asset ceiling"	1-jan-19
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1-jan-19

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas referentes à estrutura concetual das normas internacionais de relato financeiro	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1-jan-20
Emendas à IAS 1 e IAS 8 - Definição de materialidade	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1-jan-20

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da sua adoção.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela EU	Alteração	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Emendas à IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio	1-jan-20
Emendas à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - reforma das taxas de juro de referência	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura	1-jan-20
IFRS 17 - Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1-jan-21

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.2 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais a Sonae tem controlo. A Sonae controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Sonae, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Sonae. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para a Sonae, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

Os Empreendimentos Conjuntos correspondem a acordos conjuntos através dos quais os empreendedores que exercem controlo conjunto sobre o acordo com o objetivo de partilhar o retorno obtido da atividade do Empreendimento Conjunto.

Associadas correspondem a entidades sobre as quais a Empresa exerce influência significativa, isto é, sobre as quais a Empresa tem o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais e financeiras da investida, mas não correspondendo esse poder a controlo ou controlo conjunto sobre as mesmas.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro nos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos e passivos destas entidades adquiridas, a diferença é reconhecida como um ganho diretamente na demonstração separada dos resultados.

Os dividendos recebidos destes investimentos são registados como ganhos relativos a investimentos, quando atribuídos.

A Empresa realiza testes de imparidade aos investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Para além do reconhecimento da imparidade nestes investimentos, a Sonae reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações, ou caso tenha efetuado pagamentos em benefício destas entidades.

As perdas de imparidade são calculadas por comparação entre o valor recuperável do investimento, neste caso equivalente ao valor de uso, e o valor contabilístico das participações financeiras.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos. No caso de subsidiárias ou empreendimentos conjuntos cujos ativos mais relevantes correspondem a participações em empresas imobiliárias ou a ativos imobiliários, o justo valor das referidas participações é estimado por referência ao valor de mercado dos ativos imobiliários por aquelas detidos.

É entendimento do Conselho de Administração que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise uma vez que considera a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu, e a diminuição resulta objetivamente de determinado evento ocorrido após o reconhecimento inicial da imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido, caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na nota 4.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento:

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação:

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):
 - a) no caso de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b) no caso de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração:

A empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em "Juros obtidos", nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento.

Perdas por imparidade:

A empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral. A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros", a empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível ("on demand"); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

Desreconhecimento de ativos financeiros:

A empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

b) Empréstimos e outras dívidas de terceiros

Os empréstimos são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes.

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade dos empréstimos concedidos e outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na nota 2.3 i).

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica do passivo corrente Empréstimos.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos", "Fornecedores" e "Outras dívidas a terceiros". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2019, a empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos, o que corresponderá ao seu justo valor na data da transação.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.5. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os financiamentos sob a forma de papel comercial são classificados como não correntes, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Empresa manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

h) Método da taxa de juro efetiva

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

i) Imparidade de ativos financeiros

A determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a empresa avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos de "Empréstimos concedidos a entidades relacionadas", "Clientes" e "Outras dívidas de terceiros" são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

2.4 ATIVOS E PASSIVOS CONTIGENTES

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.5 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os rendimentos e gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os rendimentos e gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.7 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras são continuamente avaliados, representando a cada data de relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos mais significativos refletidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Análises de imparidade de investimentos em subsidiárias;
- Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes;
- Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- Imparidades de ativos financeiros;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.8 RESERVAIS LEGAIS

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da "reserva legal" até que esta represente, pelo menos, 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

2.9 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

A Sonae MC está inserida no grupo de empresas dominado pela Sonae, SGPS, SA, o qual é tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que consequentemente os saldos apurados de imposto a receber ou a pagar são registados por contrapartida daquela entidade e apresentados na rubrica Imposto sobre o rendimento da Demonstração da Posição Financeira.

Os prejuízos fiscais gerados pelas sociedades dominadas no grupo fiscal (RETGS) determinam a sua afetação aos prejuízos fiscais do grupo. Com exceção do exercício de 2017, em que apenas a sociedade dominante relevou contabilisticamente o montante correspondente aos prejuízos gerados pelo grupo, as sociedades que contribuem com prejuízos fiscais registam

o montante de imposto correspondente nas contas individuais, igualmente por contrapartida da rubrica da demonstração da posição financeira Imposto sobre o rendimento.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa-mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao entendimento da Empresa sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto sendo reconhecidos passivos relativos a impostos sobre o rendimento, ou outro tipo de impostos, com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da da Sonae, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento da Empresa, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, a Empresa trata a situação como um passivo contingente, i.e. não é reconhecido qualquer valor de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento de qualquer imposto. Nas situações, em que a probabilidade de perda é superior a 50% é reconhecida uma provisão, ou caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

Nas situações em que tenham sido efetuados pagamentos ao abrigo de regimes especiais de regularização de dívidas fiscais e que o imposto em discussão corresponda a imposto sobre o rendimento, e que cumulativamente se mantenham em curso os processos judiciais respetivos e a probabilidade de sucesso de tais processos seja superior a 50%, tais pagamentos são reconhecidos como ativo, por corresponderem a montantes certos que serão devolvidos à Empresa (usualmente acrescidos de juros), ou que poderão ser utilizados para efetuar o pagamento do imposto que venha a ser determinado devido pela Empresa, situação em que a obrigação em questão é determinada como obrigação presente. Nas situações em que os pagamentos correspondem a outros impostos, tais montantes são registados como gasto, ainda que o entendimento da Empresa seja que os mesmos irão ser devolvidos acrescidos dos respetivos juros.

2.10 TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

As transações entre entidades relacionadas são efetuadas tendo por base referenciais de mercado, sendo reconhecidos os ganhos ou perdas decorrentes destas transações e divulgados os efeitos na nota 18.

3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos financeiros são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

3.1 RISCO DE MERCADO

Pela sua natureza e relevância, revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à taxa Euribor.

O objetivo da Empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua atividade através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Quando são utilizados derivados na gestão do risco de taxa de juro, os instrumentos utilizados pela Empresa são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os gastos e rendimentos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício.

Estima-se que a exposição a este risco à data das demonstrações da posição financeira, seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2019 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 1.2 milhões euros (9 milhões euros em 2018), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras separadas das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

3.1.3 Risco de liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira. Em 2019 a maturidade média da dívida da empresa, ajustada pelo montante já pré-financiado com linhas de longo prazo disponíveis e caixa e equivalentes de caixa, é de aproximadamente 4,5 anos (2018: 3,3 anos).

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

É mantida pela empresa uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir com os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis. Em 31 de dezembro de 2019 o montante de empréstimos com vencimento em 2020 é de 17 milhões de euros (19 milhões de euros com vencimento para 2019) e em 31 de dezembro de 2019 a empresa tinha linhas de crédito disponíveis no valor de 93 milhões de euros (94 milhões de euros em 2018) com compromisso inferior ou igual a um ano e 249 milhões de euros (137 milhões de euros em 2018) com compromisso superior a um ano. Adicionalmente a empresa possuía em 31 de dezembro de 2019 uma reserva de liquidez constituída por caixa e equivalentes de caixa conforme descrito na nota 10. Face ao anteriormente exposto, embora o ativo corrente seja inferior ao passivo corrente, a empresa espera satisfazer todas as suas necessidades de tesouraria com o recurso aos fluxos da atividade operacional e das aplicações financeiras, bem como, se necessário, recorrendo a linhas de crédito disponíveis existentes, assim como à extensão de prazo dos empréstimos das empresas do grupo.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

3.2 RISCO DE CRÉDITO

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

Considera-se que os saldos de “Empréstimos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de

crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

3.3 RISCO DE CAPITAL

A estrutura de capital da Sonae MC, determinada pela proporção de capital próprio e dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e desenvolvimento das suas atividades operacionais, maximizar o retorno dos acionistas e otimizar do custo de financiamento.

A Sonae MC monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos referidos.

4 CATEGORIAS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As categorias dos instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na nota 2.3, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram classificadas como segue:

	31.dezembro.2019			
	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	6	412.306.030	-	412.306.030
Ativos não correntes		412.306.030	-	412.306.030
Outras dívidas de terceiros	7	351.317.352	-	351.317.352
Outros ativos correntes	9	1.845.778	1.605.247	3.451.025
Caixa e equivalentes de caixa	10	10.358.816	-	10.358.816
Ativos correntes		363.521.946	1.605.247	365.127.193
Ativos financeiros		775.827.976	1.605.247	777.433.223
Empréstimos obrigacionistas	13	252.163.176	-	252.163.176
Empréstimos bancários	13	321.000.000	-	321.000.000
Outros passivos não correntes		294.521	-	294.521
Passivos não correntes		573.457.697	-	573.457.697
Empréstimos obrigacionistas	13	2.996.380	-	2.996.380
Empréstimos bancários	13	13.500.000	-	13.500.000
Fornecedores		192.417	-	192.417
Outras dívidas a terceiros	14	977.319.102	-	977.319.102
Outros passivos correntes	15	2.544.343	-	2.544.343
Passivos correntes		996.552.242	-	996.552.242
Passivos financeiros		1.570.009.939	-	1.570.009.939

	31.dezembro.2018			
	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Outros ativos / passivos não financeiros	Total
Outros ativos não correntes	6	819.906.686	-	819.906.686
Ativos não correntes		819.906.686	-	819.906.686
Outras dívidas de terceiros	7	771.026.440	-	771.026.440
Outros ativos correntes	9	1.152.986	1.195.980	2.348.966
Caixa e equivalentes de caixa	10	17.382.396	-	17.382.396
Ativos correntes		789.561.822	1.195.980	790.757.802
Ativos financeiros		1.609.468.508	1.195.980	1.610.664.488
Empréstimos obrigacionistas	13	254.870.409	-	254.870.409
Empréstimos bancários	13	313.000.000	-	313.000.000
Passivos não correntes		567.870.409	-	567.870.409
Empréstimos obrigacionistas	13	2.996.380	-	2.996.380
Empréstimos bancários	13	15.500.000	-	15.500.000
Fornecedores		262.304	-	262.304
Outras dívidas a terceiros	14	548.020.548	-	548.020.548
Outros passivos correntes	15	2.459.390	-	2.459.390
Passivos correntes		569.238.622	-	569.238.622
Passivos financeiros		1.137.109.031	-	1.137.109.031

5 INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era como segue:

Empresa	31.dezembro.2019						Imparidade acumulada	Saldo da demonstração da posição financeira
	% detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Fusão/Cisão	Saldo final		
Bom Momento - Restauração, SA	-	-	-	727 256 (3)	727 256 (4) (5)	-	-	-
Elergone Energia, Lda	75,00%	1 196 862	-	-	-	1 196 862	-	1 196 862
Farmácia Seleção, SA	100,00%	-	4 000 000 (1)	-	9 940 377 (4)	13 940 377	3 860 377 (4)	10 080 000
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	143 429	-	-	-	143 429	-	143 429
GO WELL-Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	51,00%	-	332 711 (2)	-	3 926 946 (4)	4 059 657	-	4 059 657
Marcas MC, ZRT	100,00%	-	-	-	146 943 000 (4)	146 943 000	-	146 943 000
Modelo Continente Hipermercados, SA	100,00%	-	296 640 000 (1)	-	1 035 123 097 (4) (5) (6)	1 331 763 097	-	1 331 763 097
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24 790 614	-	-	-	24 790 614	-	24 790 614
MOVVO, SA	25,58%	3 632 843	-	-	-	3 632 843	3 632 843	-
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	100,00%	-	2 000 000 (1)	-	48 082 875 (4) (6)	50 082 875	-	50 082 875
Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis lth. Ve Tic Ltd Sti	100,00%	-	-	-	396 395 (4)	396 395	396 395 (4)	-
Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis lth. Ve Tic Ltd Sti	100,00%	-	-	-	3 591 619 (4)	3 591 619	3 591 619 (4)	-
Soflorin BV	100,00%	-	-	-	8 342 933 (4)	8 342 933	8 342 933 (4)	-
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	50,00%	-	-	-	2 340 000	2 340 000	-	2 340 000
SCBrasil Participações, Ltda	37,00%	19 600 308	-	-	-	19 600 308	19 600 308	-
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	100,00%	60 032 319	2 000 000 (1)	-	-	62 032 319	-	62 032 319
Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	1 438 804 276	-	-	(1 438 804 276) (4)	-	-	-
Sonae Retail Properties, SA	100,00%	-	52 000 000 (1)	-	-	302 563 564 (4)	-	354 563 564
Sonae MC S2 Africa Limited	100,00%	-	-	-	1 200 (4)	1 200	1 200 (4)	-
Sonvecap BV	100,00%	-	-	-	-	155 573 113 (4)	-	155 573 113
Total		1 548 200 651	356 772 711	727 256	278 748 098	2 182 994 204	39 425 675	2 143 568 529

- (1) Aumentos de capital;
- (2) Entradas facultativas de capital;
- (3) Alienação a entidades relacionadas;
- (4) Fusão por incorporação da sociedade dominada Modelo Continente, SGPS, SA;
- (5) Cisão da Modelo Continente Hipermercados, SA para incorporação na sociedade Bom Momento – Restauração, SA
- (6) Cisão da Modelo Continente Hipermercados, SA para incorporação na sociedade Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Empresa	31.dezembro.2018					Imparidade acumulada	Saldo da demonstração da posição financeira
	% detenção	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	-	300 000	-	300 000 (3)	-	-	-
Elergone Energia, Lda	75,00%	1 196 862	-	-	-	1 196 862	1 196 862
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	103 497 607	-	103 497 607 (2)	-	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	0,09%	143 429	-	-	-	143 429	143 429
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	-	-	500 000 (1)	2 550 000 (2)	-	-	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	24 790 614	-	-	-	24 790 614	24 790 614
MOVVO, SA	25,58%	3 632 843	-	-	-	3 632 843	3 632 843
SFS - Gestão e Consultoria, SA	-	30 980 000	-	30 980 000 (2)	-	-	-
Sk - Skin Health Cosmetics, SA	-	2 050 000	-	2 050 000 (2)	-	-	-
SCBrasil Participações, Ltda	37,00%	19 600 308	-	-	-	19 600 308	19 600 308
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	100,00%	60 032 319	-	-	-	60 032 319	60 032 319
Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	1 438 804 276	-	-	-	1 438 804 276	1 438 804 276
Sonae Financial Services, SA	-	20 330 000	1 300 000 (1)	21 630 000 (2)	-	-	-
Sonae SR Malta Holding Limited	-	1	-	1 (2)	-	-	-
Sonaegeest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	-	384 351	-	-	-	384 351	384 351
Total		1 707 792 609	1 800 000	161 391 958	1 548 200 650	23 233 151	1 524 967 499

- (1) Cobertura de prejuízos;
- (2) Alienação a entidades relacionadas;
- (3) Liquidação da sociedade.

Durante o exercício de 2018 foram revertidas imparidades sobre os investimentos de partes de capital em subsidiárias conforme notas 16 e 19.

Em resultado das alienações efetuadas no exercício de 2018, foram revertidas perdas por imparidade e reconhecidos ganhos conforme notas 16 e 19.

6 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos outros ativos não correntes era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Empresas do grupo:		
Empréstimos (nota 18, 27)	431.796.798	834.282.558
Imparidade em empréstimos concedidos (nota 16)	(19.834.376)	(14.375.872)
Outras dívidas de terceiros	343.608	-
	412.306.030	819.906.686

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo têm natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea i) da nota 2.3.

7 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe das outras dívidas de terceiros era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Empresas do grupo:		
Empréstimos (nota 18, 27)	344.984.087	752.392.528
Juros a receber	6.193.143	18.481.133
Outros	377.127	194.095
	351.554.357	771.067.756
Perdas por imparidade acumuladas (nota 16)	(237.005)	(41.316)
	351.317.352	771.026.440

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

Não existiam ativos vencidos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da rubrica Imposto sobre o rendimento na demonstração da posição financeira era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Liquidações adicionais IRC	17.721	17.721
Programa Especial de Redução de Endividamento ao Estado (PERES) (DL 67/2016 de 3 de novembro)	1.002.114	1.002.114
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro)	1.108.699	1.108.699
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 151-A/2013, de 31 de outubro)	788.298	788.298
Ativos não correntes	2.916.832	2.916.832
Imposto sobre o rendimento do exercício	16.170.362	9.972.890
Imposto de exercícios anteriores	4.966.175	4.966.175
Ativos correntes	21.136.537	14.939.065
Imposto de exercícios anteriores	2.101.152	2.111.814
Passivo correntes	2.101.152	2.111.814

Os montantes relativos ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A/2002, de 14 de novembro, DL 151-A/2013, de 31 de outubro e DL 67/2017 de 3 de novembro) correspondem a importâncias pagas, relativas a liquidações de imposto sobre o rendimento que já se encontram na via judicial, mantendo-se a tramitação dos processos judiciais, tendo contudo sido canceladas as garantias prestadas para os referidos processos. É entendimento da Sonae MC que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

A rubrica do ativo corrente imposto sobre o rendimento inclui a estimativa de IRC e retenções na fonte do exercício, assim como o imposto sobre o rendimento a recuperar relativo ao exercício de 2018. Estes montantes foram registados por contrapartida da Sonae, SGPS, SA, dado que a Empresa é tributada ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

Os saldos das rubricas Imposto de exercícios anteriores correspondem aos montantes a receber, relativo aos exercícios em que a empresa era sociedade dominante do RETGS.

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios de 2019 e 2018 é detalhado como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Imposto corrente	(2.577.790)	(8.006.961)
Imposto diferido	(3.085)	(3.169)
Total	(2.580.875)	(8.010.130)

A reconciliação do resultado antes de impostos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Resultado antes de imposto	168.037.423	53.220.522
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Imposto	35.287.859	11.176.310
Resultados não tributados:		
Dividendos	(37.013.034)	(14.117)
(Reversão)/perdas de imparidade	114.285	(7.784.812)
(Mais)/menos valias fiscais e contabilísticas	143.064	(11.403.831)
Reversão de provisões tributadas	(79.389)	-
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	(1.038.376)	894
Tributação autónoma	41	-
Outros	4.674	18.595
Imposto sobre o rendimento	(2.580.875)	(8.010.130)

9 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos outros ativos correntes era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros de mora ou indenizatórios	1.244.646	187.030
Juros a receber	331.327	696.151
Fianças	269.805	269.805
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.845.778	1.152.986
Custos com emissão de dívida	1.577.066	1.166.360
Seguros	28.181	29.620
Gastos diferidos	1.605.247	1.195.980
	3.451.025	2.348.966

10 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Depósitos bancários	10.358.816	17.382.396
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	10.358.816	17.382.396
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	10.358.816	17.382.396

11 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal unitário de 1 euro.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital subscrito da empresa era detido como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Sonae, SGPS, SA	35,0287%	35,0287%
Sonae Investments BV	13,1444%	13,1444%
Sonae Holdings, SA	51,8269%	51,8269%

Em 31 de dezembro de 2019 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,8528% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA, empresa que direta e indiretamente detém 100% da sociedade.

12 OUTRAS RESERVAS

Em 17 de setembro de 2018 a subsidiária, Modelo Continente, SGPS, SA, alienou 100.000.000 ações representativas do capital social da Sonae MC, SGPS, SA à Sonae, SGPS, SA, pelo que as reservas livres que se encontravam indisponíveis no montante de 320.000.000 euros, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, passaram a estar disponíveis.

Os movimentos ocorridos em 2019 e em 2018 nestas reservas estão detalhados na demonstração das alterações no capital próprio.

13 EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS E BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2024	50.000.000	50.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / maio 2015/2022	75.000.000	75.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / dezembro 2015/2024	30.000.000	30.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / junho 2016/2021	95.000.000	95.000.000
Obrigações Sonae Investimentos / setembro 2016/2021	3.000.000	6.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(836.824)	(1.129.591)
Empréstimos obrigacionistas	252.163.176	254.870.409
Papel comercial	266.000.000	313.000.000
Outros empréstimos bancários	55.000.000	-
Empréstimos bancários	321.000.000	313.000.000
Empréstimos não correntes	573.163.176	567.870.409
Obrigações Sonae Investimentos / 2016/2021	3.000.000	3.000.000
Custos de emissão ainda não amortizados	(3.620)	(3.620)
Empréstimos obrigacionistas	2.996.380	2.996.380
Papel comercial	13.500.000	15.500.000
Empréstimos bancários	13.500.000	15.500.000
Empréstimos correntes	16.496.380	18.496.380

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difira significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. A maioria dos empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como segue:

	31.dezembro.2019		31.dezembro.2018	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	16.500.000	5.487.099	18.500.000	6.433.366
N+2	248.000.000	4.217.989	156.000.000	5.863.231
N+3	135.000.000	2.504.315	248.000.000	3.183.834
N+4	42.111.111	1.589.340	135.000.000	1.175.967
N+5	106.111.111	1.479.944	20.000.000	334.583
pós N+5	42.777.778	2.133.542	10.000.000	248.417
	590.500.000	17.412.229	587.500.000	17.239.398

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e tendo em consideração a expectativa da Sonae MC quanto à sua data de amortização.

Os montantes de juros foram calculados tendo em conta as taxas em vigor em cada financiamento em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 existiam operações de financiamento com covenants financeiros cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas de mercado aplicáveis e que, à data do presente reporte, se encontram em regular cumprimento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para além dos montantes referidos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (nota 10), a empresa mantinha 34,2 milhões de euros disponíveis para fazer face às suas necessidades de tesouraria (231 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), conforme segue:

	31.dezembro.2019		31.dezembro.2018	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	99.000.000	515.000.000	101.500.000	450.000.000
Montante de linhas disponíveis	94.000.000	249.000.000	94.000.000	137.000.000

A taxa de juro em vigor em 31 de dezembro de 2019 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 1,23% (1,21% em 31 de dezembro de 2018).

14 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica outras dívidas a terceiros era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Empresas do grupo:		
Empréstimos (nota 27)	977.234.983	547.974.423
Fornecedores de investimentos	82.887	33.800
Outros	1.232	12.325
	977.319.102	548.020.548

Os empréstimos obtidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

15 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica outros passivos correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros a pagar	1.617.064	1.039.624
Fianças	860.196	1.049.794
Outros	67.083	369.972
Credores por acréscimos de gastos	2.544.343	2.459.390

16 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como segue:

2019	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Fusão	Saldo final
Imparidade em investimentos (notas 5 e 19)	23.233.151	-	-	16.192.524	39.425.675
Imparidade em outros ativos não correntes (notas 6 e 19)	14.375.871	487.044	-	4.971.461	19.834.376
Imparidade em outras dívidas de terceiros (nota 7)	41.316	57.172	41	138.558	237.005
Provisões outros passivos correntes	-	-	378.363	378.363	-

Os aumentos registados nas perdas por imparidade em outros ativos não correntes encontram-se refletidos da demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativos a investimentos.

Os montantes incluídos na coluna fusão foram reconhecidos na rubrica outras reservas em resultado da operação de fusão por incorporação da sociedade dominada Modelo Continente, SGPS, SA (nota 1).

2018	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Imparidade em investimentos (notas 5 e 19)	71.450.151	-	48.217.000	23.233.151
Imparidade em outros ativos não correntes (notas 6 e 19)	3.241.916	11.133.956	-	14.375.872
Imparidade em outras dívidas de terceiros (nota 7)	13.522	27.794	-	41.316

As diminuições registadas nas perdas por imparidade em investimentos e os aumentos registados nas perdas por imparidade em outros ativos não correntes encontram-se refletidos da demonstração dos resultados na rubrica ganhos ou perdas relativas a investimentos.

17 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso		
Garantias bancárias	91.944.064	91.944.064
Fianças prestadas pela empresa mãe	245.070.150	244.707.426
outras	1.770.000	1.770.000
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	373.006.292	62.887.051

a) Fianças prestadas à Administração Tributária a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

As garantias prestadas por processos fiscais em curso incluem garantias a favor da Administração Tributária relativas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas IRC) de exercícios anteriores. Os valores mais relevantes destas garantias estão associados a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício de 2005, respeitantes: a cobertura de prejuízos acumulados por uma sociedade participada, que tendo sido registados no custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Tributária, entendeu agora e no caso concreto, que não devia considerar esse montante no custo da participação; à desconsideração da dedução de prejuízos fiscais gerados pela transação atrás mencionada; correções relacionadas com a não aceitação de perdas fiscais geradas com a venda e posterior liquidação de uma subsidiária no exercício de 2002. A Empresa procedeu à impugnação judicial destas liquidações sendo entendimento do Conselho de Administração, com base no parecer dos seus assessores, que as referidas impugnações judiciais serão procedentes.

Não foi constituída qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

No âmbito dos regimes de regularização de dívidas fiscais ao abrigo dos DL 248-A/2002, DL 151-A/2013 e DL 67/2017 de 03 de novembro, foram efetuados pagamentos de impostos em exercícios anteriores tendo sido canceladas as respetivas garantias. Encontra-se em aberto o montante de cerca de 5.099.431.000 euros (5.099.431.000 euros em 31 de dezembro de 2018) mantendo-se em curso os processos de impugnação judiciais associados.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, Ltda no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

18 ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Saldos:	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	16.210.715	10.034.214
Empresas subsidiárias	7.761.433	19.513.128
Empresas controladas conjuntamente	33.507	-
Outras partes relacionadas	87.264	14.896
Contas a receber	24.092.919	29.562.238
Acionistas	991.786	1.061.371
Empresas subsidiárias	1.067.449	544.389
Outras partes relacionadas	66.080	118.995
Contas a pagar	2.125.315	1.724.755
Empresas subsidiárias	776.780.885	1.586.675.087
Empréstimos concedidos (nota 6, 7, 27)	776.780.885	1.586.675.087
Empresas subsidiárias	977.234.983	547.974.423
Empréstimos obtidos (nota 14, 27)	977.234.983	547.974.423
Transações:	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Acionistas	1.002.125	1.090.067
Empresas subsidiárias	442.792	224.290
Empresas controladas conjuntamente	27.131	-
Outras partes relacionadas	3.997	38.138
Compras e serviços recebidos	1.476.044	1.352.495
Acionistas	42.320	51.115
Empresas subsidiárias	1.275.767	213.200
Outras partes relacionadas	97.810	15.293
Outros rendimentos	1.415.896	279.608
Empresas subsidiárias	16.132.672	26.469.151
Outras partes relacionadas	-	164.862
Juros auferidos (nota 20)	16.132.672	26.634.013
Acionistas	312.528	438.464
Empresas subsidiárias	12.180.223	2.346.029
Outras partes relacionadas	-	24.848.032
Juros suportados (nota 20)	12.492.751	27.632.525
Outras partes relacionadas	-	32.000.000
Outros gastos e perdas de financiamento (nota 20)	-	32.000.000
Empresas subsidiárias	173.900.000	-
Empresas controladas conjuntamente	324.970	-
Empresas associadas	2.027.573	-
Outras partes relacionadas	-	67.225
Dividendos auferidos (nota 19)	176.252.543	67.225
Empresas subsidiárias	10.744	7.364.871
Rendimentos unidades de participação (nota 19)	10.744	7.364.871
Acionistas	-	140.074.991
Empresas subsidiárias	46.000	8
Outras partes relacionadas	-	75.748.240
Alienação de investimentos financeiros	46.000	215.823.239

Consideram-se "outras partes relacionadas" todas as subsidiárias, empresas conjuntamente controladas ou associadas da Efanor Investimentos, SGPS, S.A., nomeadamente: as empresas do Grupo Sonae MC (grupo em que a empresa se insere e que justificam a maioria dos saldos e transações reportados); as empresas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. (o qual inclui, para além do grupo Sonae MC, as sociedades pertencentes aos subgrupos dominados pela Sonae Holdings, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e pela Sonacom, SGPS, S.A.); as empresas do grupo Sonae Indústria; e as empresas do grupo Sonae Capital. Os membros do Conselho de Administração são também considerados partes relacionadas.

Em 2019 e 2018, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte composição:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Benefícios de curto prazo	398.500	93.750
	398.500	93.750

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam saldos com os administradores da Empresa.

19 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos ganhos ou perdas relativas a investimentos era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Dividendos:		
Marcas MC, ZRT	100.000.000	-
Sonvecap BV	32.000.000	-
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	15.000.000	-
Sonae Retail Properties, SA	11.600.000	-
Modelo Continente Hipermercados, SA	8.000.000	-
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	7.300.000	-
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	2.027.573	-
Sohi Meat Solutions - Distribuição de Carnes, SA	324.970	-
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	-	67.225
	176.252.543	67.225
Rendimentos de investimentos financeiros:		
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	7.346.137
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	10.744	18.735
	10.744	7.364.872
Reversão / (perdas) de imparidade:		
Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti	(544.023)	-
Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti	(193)	-
Sonae MC S2 Africa Limited	41	-
Modelo Continente, SGPS, SA	-	48.217.000
SCBrasil Participações Ltda	-	(11.133.956)
	(544.175)	37.083.044
Ganhos / (perdas) na alienação de investimentos:		
Bom Momento - Restauração, SA	(681.256)	-
Sonae Financial Services, SA	-	23.070.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	-	18.298.083
SFS - Gestão e Consultoria, SA	-	15.473.140
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	-	158.049
Sonae SR Malta Holding Limited	-	6
Apor - Agência para a modernização do Porto, SA	-	(45.203)
Sk - Skin Health Cosmetics, S.A	-	(798.000)
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	-	(1.470.000)
	(681.256)	54.686.075
	175.037.856	99.201.216

20 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 dos resultados financeiros era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	7.561	16.205
relativos a empréstimos concedidos	16.132.672	26.634.013
Outros ganhos financeiros	450.196	1.766.156
Rendimentos e ganhos financeiros	16.590.429	28.416.374
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(2.951.520)	(2.748.260)
relativos a obrigações não convertíveis	(3.839.788)	(4.838.469)
relativos a empréstimos obtidos	(12.492.751)	(27.632.552)
Outros gastos e perdas financeiras:		
outros gastos e perdas financiamento	-	(32.000.000)
encargos com emissão de dívida	(2.875.283)	(2.877.564)
outros gastos e perdas financeiras	(9.014)	(13.184)
Gastos e perdas financeiras	(22.168.356)	(70.110.029)

O montante de 32.000.000 euros registado na rubrica de outros gastos e perdas de financiamento em 2018 respeita à amortização antecipada em do empréstimo obrigacionista subordinado, no montante de 400.000.000 euros.

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos fornecimentos e serviços externos era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Serviços bancários	1.116.423	1.141.269
Fianças	902.920	1.089.811
Trabalhos especializados	741.360	1.800.356
Seguros	61.339	521.905
Outros fornecimentos e serviços	7.356	89.366
Contencioso e notariado	5.858	6.839
Publicidade e propaganda	668	-
	2.835.924	4.649.546

22 GASTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe dos gastos com pessoal era como segue:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Remunerações	403.499	126.258
Encargos sobre remunerações	92.545	27.739
Outros gastos com o pessoal	6.032	5.696
	502.076	159.693

23 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.dezembro.2019	31.dezembro.2018
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	170.618.298	61.230.652
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído	1.000.000.000	929.315.068
Resultado por ação (básico e diluído)	0,1706	0,0659

24 RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	31.dezembro.2019		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Modelo Continente Hipermercados, SA	296.640.000	-	296.640.000
Sonae Retail Properties, SA	52.000.000	-	52.000.000
Farmácia Seleção, SA	4.000.000	-	4.000.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	2.000.000	-	2.000.000
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	2.000.000	-	2.000.000
GO WELL - Promoção de Eventos, Catering e Consultoria, SA	132.711	-	132.711
Bom Momento - Restauração, SA	(46.000)	46.000	-
	356.726.711	46.000	356.772.711
	31.dezembro.2018		
	Investimento/ (desinvestimento) do exercício	Valor recebido	Valor Pago
Sonae Financial Services, SA	1.300.000	-	1.300.000
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	500.000	-	500.000
MDS, SGPS, SA	-	1.000.000	-
Sonae SR Malta Holding Limited	(8)	8	-
Apor - Agência para a Modernização do Porto, SA	(254.797)	254.797	-
Sonae Gest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	(542.400)	542.400	-
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	(1.080.000)	1.080.000	-
Sk - Skin Health Cosmetics, SA	(1.252.000)	1.252.000	-
Sonae Financial Services, SA	(44.700.000)	44.700.000	-
SFS - Gestão e Consultoria, SA	(46.453.140)	46.453.140	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	(121.795.691)	121.795.691	-
	(214.278.036)	217.078.036	1.800.000

25 RECONCILIAÇÃO DOS PASSIVOS DECORRENTES DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A reconciliação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Empréstimos obtidos (nota 13)	Empresas do grupo (nota 14)
Saldo 1 de janeiro de 2018	633.000.000	867.819.727
Recebimentos de empréstimos bancários	3.369.300.000	-
(Pagamentos) de empréstimos bancários	(3.361.800.000)	-
(Pagamentos) de empréstimos obrigacionistas	(53.000.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	4.235.202.973
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(4.555.048.277)
Saldo 31 de dezembro de 2018	587.500.000	547.974.423
Saldo 1 de janeiro de 2019	587.500.000	547.974.423
Fusão por incorporação	-	665.602.350
Recebimentos de empréstimos bancários	2.942.000.000	-
(Pagamentos) de empréstimos bancários	(2.936.000.000)	-
(Pagamentos) de empréstimos obrigacionistas	(3.000.000)	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas	-	5.695.165.483
(Pagamentos) de empréstimos de partes relacionadas	-	(5.931.507.273)
Saldo 31 de dezembro de 2019	590.500.000	977.234.983

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de abril de 2020. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

27 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

SCBrasil Participações, Ltda

Sonaerp – Retail Properties, SA

Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Amor Bio - Mercado Biológico Lda

Asprela - Sociedade Imobiliária, SA

Azulino - Imobiliária, SA

BB Food Service, SA

Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA

Bom Momento - Restauração, SA

BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Continente Hipermercados, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Elergone Energia, Lda

Farmácia Selecção, SA

Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha - Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema- Sociedade Imobiliária, SA

Make Notes Design, Lda

Marcas MC, ZRT

MCCARE, Serviços de Saúde, SA

Modelo Continente Hipermercados, SA

Modelo Hiper Imobiliária, SA

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA

Pharmaconcept – Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Ponto de Chegada - Sociedade Imobiliária, SA

Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA

Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA

SK Skin Health Cosmetics, SA

Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA

Sonae MC – Serviços Partilhados, SA

Sonae SGPS, SA

Sonaerp – Retail Properties, SA

Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Sonvecap BV

Valor N, SA

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

Empresa	31.dezembro.2019
Marcas MC, ZRT	446.860.000
Continente Hipermercados, S.A.	304.332.896
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	40.161.000
Sonvecap, BV	36.522.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	17.180.000
Modelo Hiper Imobiliária, SA	12.398.000
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	11.845.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	7.848.000
Iginha – Sociedade Imobiliária, SA	7.304.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	6.525.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	6.497.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	6.020.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	5.977.000
Farmácia Seleção, SA	5.972.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	5.734.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA	5.566.000
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA	5.457.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	5.058.000
Valor N, SA	4.858.000
Sonae MC - Serviços Partilhados, SA	4.803.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	4.388.000
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	3.975.000
Make Notes Design, Lda	3.775.000
Azulino - Imobiliária, SA	3.341.000
Ponto de Chegada - Promoção Imobiliária, SA	2.652.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	2.617.000
Bom Momento - Comercio Retalhista, SA	2.444.000
BB Food Service, SA	2.328.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, SA	1.853.000
Amor Bio - Mercado Biológico, Lda	1.323.000
Sondis Imobiliária, SA	1.064.087
SK Skin Health Cosmetics, SA	557.000
	977.234.983

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos a pagar relativamente as estas operações são como segue:

Empresa	31.dezembro.2019
Sonaerp - Retail Properties, SA	475.203.327
Modelo Continente Hipermercados, SA	246.821.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	18.830.000
SCBrasil Participações, Ltda	15.775.872
MCCARE, Serviços de Saúde, SA	6.605.000
Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti	5.424.416
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	1.809.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	1.773.491
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	1.551.000
BRIO - Produtos de Agricultura Biológica, SA	1.107.000
Predilugar - Sociedade Imobiliária, SA	933.000
Go Well,SA	800.000
Asprela - Sociedade Imobiliária, SA	78.000
Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis Ith. Ve Tic Ltd Sti	55.840
Elergone - Energia Lda	11.000
Sonae MC S2 Africa Limited	2.939
	776.780.885

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração tem acompanhado em pormenor e com grande preocupação todos os desenvolvimentos relacionados com a pandemia de Covid-19, seguindo atentamente a posição das entidades competentes internacionais, nomeadamente a Organização Mundial da Saúde e a *European Centre for Disease Prevention and Control*, bem como da Direção Geral de Saúde Portuguesa.

Neste contexto, considerando o nível de risco existente, foi desenvolvido um modelo de governo próprio para a gestão desta crise, liderado pela Comissão Executiva da Sonae em alinhamento com os CEO's dos vários negócios em que opera, dependente do nível de risco definido a cada momento.

Assim, a Sonae MC tem implementado planos de prevenção / contingência assentes em ações concretas e concertadas, abrangendo toda a organização, desde as áreas operacionais às estruturas centrais, em todos os negócios do Grupo.

A título sumário, identificamos em baixo um conjunto de impactos e medidas de mitigação em curso em diferentes dimensões:

- **Colaboradores:** considerando o risco elevado de contágio e propagação do vírus, foram definidas e comunicadas ações obrigatórias, bem como recomendações para todos os colaboradores, tais como proibição de todas as viagens para países em situação de transmissão ativa do vírus; desaconselhamento de realização / participação em congressos, feiras, exposições e formações alargadas; recomendação para a realização de teletrabalho / trabalho remoto e divulgação das ferramentas adequadas para o efeito; divulgação de cuidados a ter na higienização das mãos e de medidas de etiqueta respiratória; entre muitas outras.
- **Financiamento:** ao nível do financiamento, a Sonae MC, no cumprimento das suas políticas de liquidez e financiamento internas, tem por política pré-financiar as suas necessidades de liquidez com 18 meses de antecedência, assegurando assim as necessidades de liquidez para esse horizonte de tempo. Neste sentido, não obstante eventuais impactos positivos e negativos que possam existir ao nível do desempenho de cada negócio, não prevemos necessidades de financiamento adicionais para os próximos 18 meses nem se prevê no curto prazo qualquer situação de incumprimento dos atuais *covenants* financeiros existentes.

A Sonae MC é uma sociedade que tem por objeto social a gestão de participações sociais, sendo o seu portefólio composto por empresas que operam em diferentes setores de atividade. De entre elas destacam-se as empresas do retalho alimentar, sector que tem sentido um fluxo crescente de procura, na medida em que as famílias portuguesas têm procurado antecipar medidas de contenção mais exigentes e uma potencial escassez de produtos essenciais. Neste sentido, a Sonae MC desempenha uma função vital no contexto desta crise e, conseqüentemente, tem reforçado os planos de contingência, exigindo um diálogo estreito com todos os intervenientes na cadeia de abastecimento no sentido de reforçar a capacidade de resposta, quer através da antecipação das necessidades, quer na definição de ações de mitigação caso surjam limitações, nomeadamente ao nível de recursos humanos.

Nesta fase torna-se bastante complexo quantificar a magnitude dos impactos caso o nível de risco se agrave, no entanto temos vindo a implementar todas as medidas que consideramos adequadas para minimizar os seus impactos, em linha com a recomendação das entidades competentes e no melhor interesse de todos os nossos *stakeholders*.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

João Pedro Magalhães da Silva Torres Dolores

Álvaro José Barrigas do Nascimento

António Carlos Merckx de Menezes Soares

Ricardo Emanuel Mangana Monteiro

Luís Miguel Mesquita Soares Moutinho

Rui Manuel Teixeira Soares de Almeida

Isabel Sofia Bragança Simões de Barros

José Manuel Cardoso Fortunato

Maria Inês Martins Valadas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.055.844.318 euros e um total de capital próprio de 774.805.878 euros, incluindo o resultado líquido do período atribuível aos acionista da empresa-mãe de 132.300.259 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 46 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, no que diz respeito aos impactos que a pandemia da COVID-19 poderá ter na atividade operacional futura do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/ Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2019

Sonae MC, SGPS, S.A.
PwC 2 de 3

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

8 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.

Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2019

Sonae MC, SGPS, S.A.
PwC 3 de 3



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Sonae MC, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.945.718.589 euros e um total de capital próprio de 1.373.581.136 euros, incluindo um resultado líquido de 170.618.298 euros), a demonstração separada dos resultados, a demonstração separada do rendimento integral, a demonstração separada das alterações no capital próprio e a demonstração separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 28 do anexo às demonstrações financeiras separadas, que diz respeito aos impactos que a pandemia da COVID-19 poderá ter na atividade futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

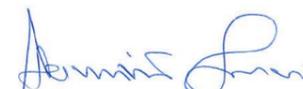
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.

PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae MC, SGPS, S.A.

Aos Senhores Acionistas

1- Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que lhe foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida, bem como o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou, nos termos da sua competência e de acordo com o estabelecido no seu Regulamento, as linhas estratégicas e a política de risco aprovada pela gestão da sociedade e das suas participadas, as quais não lhe mereceram reparo, analisou com a extensão aconselhável a atividade do Conselho de Administração e respetivas comissões, nomeadamente a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira, das políticas contabilísticas e dos critérios de mensuração, bem como verificou a observância dos normativos legais.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal obteve do Conselho de Administração as informações necessárias ao exercício da sua atividade de fiscalização e procedeu às interações necessárias ao cumprimento das competências elencadas na lei e no seu Regulamento Interno.

O Conselho Fiscal verificou, a eficácia dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo apreciado o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, acompanhou o sistema de receção e tratamento de participação de irregularidades e apreciou os relatórios emitidos pelo Provedor Sonae, avaliou o processo de elaboração das contas individuais e consolidadas, prestou ao Conselho de Administração informações relativas às conclusões e à qualidade do processo de revisão legal de contas e a sua intervenção nesse processo, aprovou, com carácter prévio, a prestação pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo de serviços distintos dos de auditoria permitidos nos termos da lei, tendo, ainda, exercido as suas atribuições no que respeita à apreciação da competência e da independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, bem como à supervisão da determinação da respetiva remuneração.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa na posição financeira consolidada e individual da Sonae MC, SGPS, S.A. e, neste

ponto de vista, destaca a evolução positiva dos segmentos de negócio e das principais parcerias, cujos efeitos são patentes no salutar desenvolvimento económico e financeiro do Grupo.

O Conselho Fiscal observou a Recomendação I.5 do Código de Governo das Sociedades do IPCG, nos termos dos critérios por si estabelecidos nos números 3 a 5 do art.º 4º do seu Regulamento, com vista à caracterização do nível relevante de transações celebradas com acionistas detentores de participações qualificadas ou com entidades com estes em qualquer uma das relações estatuídas no nº1 do art.º 20º do Código de Valores Mobiliários, não tendo identificado a concretização de transações relevantes à luz daqueles critérios, nem identificou a presença de conflitos de interesses.

O Conselho Fiscal observou as Recomendações do Código de Governo das Sociedades do IPCG I.2.2, I.2.3, I.2.4, I.3.1, I.3.2, I.5.1, I.5.2, III.1.1, III.8 (com incidência na política de risco em conformidade e no âmbito da sua competência), III.11, III.12, IV.4, V.1.2 (com incidência na apreciação do cumprimento do orçamento e na gestão de risco, em conformidade e no âmbito da sua competência legal) VII.1.1, VII.2.1, VII.2.2 e VII. 2.3.

Sendo um órgão totalmente integrado por membros independentes à luz dos critérios legais e profissionalmente habilitados ao exercício das respetivas funções, o Conselho Fiscal desenvolveu as suas competências e inter-relações com os demais órgãos sociais e serviços da sociedade de acordo com os princípios e as condutas recomendadas nos dispositivos legais e recomendatórios, não tendo recebido do revisor oficial de contas qualquer reporte relativo a irregularidades ou dificuldades no exercício das respetivas funções.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal realizou reuniões ordinárias trimestrais, além de outras extraordinárias, em que, de acordo com a natureza dos assuntos a tratar, contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos de Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, da Tesouraria e Finanças, dos Assuntos Fiscais, da Auditoria Interna, de Gestão de Risco, do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo e do Provedor Sonae. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício e teve ao longo do exercício disponibilidade de acesso a toda a informação documental ou pessoal que se afigurou adequada ao exercício da sua ação fiscalizadora.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparados pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas, que inclui uma ênfase respeitante aos impactos que a pandemia da COVID-19 poderá ter na atividade futura da Entidade, e relatório de auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão;
- As demonstrações individuais e consolidadas da posição financeira, dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

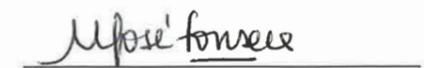
3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art.º 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art.º 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae MC, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 9 de abril de 2020

O Conselho Fiscal


António Augusto Almeida Trábulo


Maria José Martins Lourenço da Fonseca


Carlos Manuel Pereira da Silva

The image features a solid red background. On the left side, there are several overlapping circles of varying shades of red, creating a layered, organic pattern. A thin, vertical white line runs down the center of the page, separating the graphic area from the text area. On the right side, the word "ANEXOS" is written in a bold, white, sans-serif font.

ANEXOS

GLOSSÁRIO

Âmbito 1: emissões diretas de GEE provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela organização

Âmbito 2: emissões indiretas de GEE provenientes da energia elétrica adquirida pela organização

Âmbito 3: outras emissões indiretas, considera todas as outras emissões indiretas, provenientes das atividades da organização e que ocorrem em fontes que não pertencem ou não são controladas pela mesma

Apoio direto à comunidade: contribuições voluntárias para a comunidade (interna e externa), através de doações monetárias ou em géneros. As doações em géneros não incluem a disponibilização de géneros alimentares nas áreas sociais da Empresa para consumo dos Colaboradores

Ativo fixo líquido: ativo fixo tangível e intangível

Capital empregue líquido: Dívida financeira líquida + Capital próprio

Cash conversion: EBITDA subjacente líquido de rendas fixas, menos investimento de manutenção e otimização, como percentagem do EBITDA subjacente líquido de rendas fixas

Consumo específico de energia elétrica: quantidade total de eletricidade consumida Sonae MC pela área de vendas (lojas próprias)

D&A: depreciações, amortizações, provisões e perdas por imparidade

Desinvestimentos transações de sale & leaseback: valor contabilístico líquido de ativos imobiliários envolvidos em transações de sale & leaseback

Dívida financeira líquida: empréstimos, obrigações e outros subtraídos de efetivo em caixa, depósitos bancários e outros investimentos correntes

Dívida líquida total: dívida financeira líquida mais passivo de locação

EBIT subjacente: EBIT excluindo itens não recorrentes

EBIT: resultado antes de juros, impostos, dividendos e ganhos/perdas com *joint-ventures* e empresas associadas

EBITDA subjacente: EBITDA excluindo itens não recorrentes

EBITDA: EBIT antes de depreciações e amortizações, provisões e perdas por imparidade, ganhos/perdas de capital resultantes de alienações de subsidiárias e de ativos fixos tangíveis, excluindo itens não recorrentes

Emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por m² de área de vendas: emissões de gases de efeito de estufa (GEE) de âmbito 1 e de âmbito 2, pela área de vendas da Sonae MC (lojas próprias)

Free cash flow (FCF): EBITDA subjacente, menos rendas fixas, menos despesa de impostos e investimento líquido, menos variação do fundo de maneio, mais outros itens (itens não recorrentes, lucros ou prejuízos com *joint-ventures* e empresas associadas, interesses minoritários e dividendos recebidos durante o ano)

Freehold: percentagem de propriedade de ativos imobiliários calculada dividindo a área de venda detida pela Sonae MC pelo total de área de venda (valores respeitantes ao final do ano)

Fundo de maneio: inventário, dívida a Fornecedores e outros ativos e passivos correntes (excluindo empréstimos obtidos de interesses minoritários, itens incluídos no cálculo da dívida financeira líquida e dividendos atribuídos aos acionistas)

Fundos de acionistas: capital próprio atribuível aos acionistas da empresa e interesses minoritários

GEE: Gases de Efeito de Estufa

GJ: gigajoule

Goodwill e investimentos financeiros: *goodwill*, investimentos em *joint-ventures* e empresas associadas e outros investimentos não-correntes

GRI: *Global Reporting Initiative*

GWP: *Global Warming Potential*

Hipermercados (segmento): principalmente as insígnias Continente e Continente Online

Índice de frequência de acidentes de trabalho: número de acidentes com baixa ocorridos por cada milhão de horas x homem trabalhadas

Índice de gravidade: número de dias úteis perdidos, por cada mil horas x homem trabalhadas

Investimento (CAPEX) bruto: investimento de manutenção, mais investimento de otimização, mais investimento de expansão, mais investimento de aquisições

Investimento (CAPEX) de aquisições: integração de empresas/negócios adquiridos no período, incluindo a dívida financeira assumida

Investimento (CAPEX) de expansão: investimentos para a abertura de novas lojas (incluindo investimentos associados com imóveis)

Investimento (CAPEX) de manutenção: investimentos para manter e remodelar lojas existentes e investimentos em áreas como IT, armazém, logística e comércio eletrónico

Investimento (CAPEX) de otimização: investimentos para modificar as lojas significativamente ou otimizar a experiência do cliente. Este tipo de investimento vai além de uma mera remodelação de loja

Investimento (CAPEX) líquido: investimento bruto menos desinvestimentos de *sale & leaseback*

Itens não recorrentes: ganhos/perdas líquidos resultantes de transações de *sale & leaseback*

LFL (vendas no universo comparável de lojas): vendas de lojas próprias que operaram dentro de condições semelhantes em meses comparáveis tanto no período atual, como no período passado comparável, excluindo lojas abertas, encerradas ou que sofreram remodelações significativas num dos períodos

M²: metros quadrados

Margem EBIT subjacente: EBIT subjacente em percentagem do volume de negócios

Margem EBITDA subjacente: EBITDA subjacente em percentagem do volume de negócios

MWh: Megawatt hora

Novos negócios de crescimento e Outros (segmento): principalmente as insígnias Meu Super, Well's, Go Natural, Bagga, note!, Zu e Maxmat. A partir de 2019, inclui as insígnias Arenal e Dr. Well's. Também inclui a componente de imobiliário que detém os ativos e a arrenda a terceiros

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Pescado proveniente de métodos sustentáveis ou aquacultura: quantidade de pescado capturado utilizando métodos/artes de pesca com potencial impacto reduzido na biodiversidade ou nos ecossistemas marinhos ou produzido em aquacultura, certificado segundo os padrões de qualidade do Continente, dividida pela quantidade total de compras de pescado fresco

Plástico reciclado: quantidade de plástico reciclado dividida pela quantidade total de plástico virgem mapeado

Produtos perecíveis adquiridos a fornecedores nacionais: valor de produtos perecíveis adquiridos a fornecedores nacionais dividido pelo valor total de compras de produtos perecíveis

Rendas fixas: encargos com rendas de ativos imobiliários

Supermercados (segmento): principalmente as insígnias Continente Modelo e Continente Bom Dia

Taxa de absentismo: número de horas de absentismo pelo número de horas trabalháveis pelo total de Colaboradores diretos

Variação do fundo de maneio: variação do fundo de maneio de um período para o outro

Volume de negócios: total de receita da venda de produtos e serviços

No seu primeiro Relatório Anual Integrado, a Sonae MC procurou reunir num único documento divulgações de informação financeira e não-financeira, fornecendo aos seus *stakeholders* uma visão holística sobre a Empresa e a sua capacidade de criar valor. Para o efeito procurou seguir os princípios e estrutura presentes na *framework de reporting* integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

ÂMBITO E PERÍODO DO RELATÓRIO

A Sonae MC, SGPS, SA (doravante designada Sonae MC) é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade de retalho de base alimentar do grupo, assim como a gestão e operação dos ativos imobiliários de suporte a essa atividade.

A Sonae MC opera em todo o território português e na região norte de Espanha, com presença em diversas áreas de negócio através de um portefólio diversificado de insígnias e formatos, incluindo: o Continente (hipermercados urbanos), o Continente Modelo (supermercados de grande dimensão), o Continente Bom Dia (supermercados de proximidade), o Continente Online (plataforma *e-commerce*) e o Meu Super (lojas de proximidade franquizadas) no retalho alimentar, a Well's (saúde, bem-estar e ótica), a Arenal (parafarmácia, beleza e perfumaria), a Dr. Wells (medicina dentária e estética), o Go Natural (supermercados e restaurantes biológicos), a Bagga (cafetarias), a Note! (artigos de papelaria, livros, presentes e serviços), a ZU (produtos e serviços para animais de estimação e veterinária), a Maxmat (bricolage e retalho de materiais de construção), a Washy (lavandarias *self-service*) e a Home Story (decoração e artigos para o lar) enquanto negócios de crescimento complementares.

Este Relatório refere-se às atividades realizadas durante o exercício de 2019 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019).

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

As demonstrações financeiras incluídas no relatório foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. No exercício de 2019 foram adotadas pela Sonae MC um conjunto de novas normas contabilísticas aprovadas pela União Europeia, entre as quais se destaca a IFRS 16, cuja aplicação produziu efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

A partir do dia 1 de janeiro de 2019, a Sonae MC começou a reportar em conformidade com a norma IFRS 16. Ao abrigo desta nova norma, parte significativa de locações relativas a veículos, equipamentos, imóveis e transportes foram registadas no balanço através do reconhecimento de um direito de uso do ativo e de um passivo de locação correspondente ao valor presente de futuros pagamentos de locação. Adicionalmente, a apresentação da demonstração de resultados foi também afetada pela substituição dos encargos com rendas por amortizações (do direito de uso do ativo) e juros (relativos ao passivo de locação).

Na transição para a nova norma, a Sonae MC adotou a abordagem retrospectiva integral de forma a providenciar aos utilizadores das suas demonstrações financeiras uma visão mais abrangente, assegurando a comparabilidade entre exercícios e permitindo uma avaliação de desempenho ao longo do tempo. A adoção da IFRS 16 teve também um impacto relevante no registro de ganhos de mais valias sobre transações de venda

e posterior arrendamento de ativos imobiliários. Antes da aplicação desta norma, os ganhos de mais valias eram calculados através da diferença entre o montante recebido na venda e o valor líquido contabilístico do ativo. Com a entrada em vigor da nova norma, parte do valor, que anteriormente seria diretamente registado em ganho de mais valias, passa a impactar o cálculo do direito de uso e, como tal, a ser reconhecido ao longo do período de duração do contrato de arrendamento. No imediato, apenas é registado como ganho de mais valias um valor correspondente à proporção do direito que a Sonae MC deixou de deter com a respetiva operação de venda e posterior arrendamento. Para mais informação e detalhes, por favor consultar a secção Demonstrações Financeiras, presente neste documento.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A divulgação de informação no âmbito de sustentabilidade foi preparada de acordo com as orientações constantes das normas da *Global Reporting Initiative* (GRI *standards*), na opção “Essencial”, com a finalidade de relatar de forma transparente o desempenho da Empresa ao longo do ano, em três eixos prioritários de atuação, com foco nos aspetos materiais. Este Relatório evidencia também a atuação da Empresa ao nível dos Princípios do *United Nations Global Compact* (UNGC) e dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS) das Nações Unidas.

Todavia, importa salientar que a Empresa se encontra isenta da obrigação de apresentação de demonstração não financeira individual ou consolidada, considerando que essa informação se encontra incluída, nomeadamente, no relatório consolidado e relatório de sustentabilidade apresentado pela sua empresa-mãe Sonae, SGPS, S.A.

REVISÃO DA INFORMAÇÃO

A informação financeira constante do relatório foi auditada pela PwC, que elaborou um relatório independente e emitiu uma certificação legal de contas, os quais podem ser consultados na secção Demonstrações Financeiras, presente neste documento. A informação relativa à temática da sustentabilidade tem como base a informação reunida para o capítulo “5.3. Desempenho Ambiental e Social” do Relatório de Gestão da Sonae, SGPS, S.A. e para o respetivo anexo “Suplemento GRI”. Nesse âmbito, do Relatório e Contas consolidadas da Sonae SGPS, S.A., a informação foi alvo de verificação externa por parte da KMPG.

CONTACTOS

Para qualquer esclarecimento, por favor contactar:

Morada

SONAE MC, SGPS, S.A., Rua João Mendonça, 529,
4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal

Contacto telefónico

+351 229 561 600

Relações Públicas

rpsonaemc@sonaemc.com

